# Aníbal Cavaco Silva ROTEIROS

.....V......



# Aníbal Cavaco Silva ROTEIROS V

# Índice

#### 11 Prefácio

#### 19 I. Portugal Inteiro

- 23 Celebração do Dia do Combatente Mosteiro da Batalha, 10 de Abril de 2010
- 27 Sessão Solene Comemorativa do XXXVI Aniversário do 25 de Abril Assembleia da República, 25 de Abril de 2010
- 35 Mensagem Dirigida às Comunidades Portuguesas por Ocasião do Dia de Portugal Faro, 9 de Junho de 2010
- 37 Cerimónias Militares das Comemorações do Dia 10 de Junho ${\it Faro}, 10$  de Junho de 2010
- 41 Sessão Solene das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas Faro, 10 de Junho de 2010
- 47 Cerimónias Comemorativas da Presença Militar em Lamego Lamego, 6 de Setembro de 2010
- 51 Cerimónia Comemorativa do Centenário da Proclamação da República Lisboa, 5 de Outubro de 2010
- 57 Mensagem de Ano Novo Palácio de Belém, 1 de Janeiro de 2011
- 61 Tomada de Posse do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas Palácio de Belém, 7 de Fevereiro de 2011

#### 65 II. Economia e Crescimento Sustentável

- 69 Encontro com Jovens Enólogos Albernoa, 1 de Maio de 2010
- 73 Cerimónia de Entrega do Prémio «Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa» Lisboa, 8 de Junho de 2010

| 77 | Encontro com Jovens Chefes de Cozinha Portuguese |
|----|--|
|    | Palácio de Belém. 30 de Junho de 2010            |

- 79 Sessão de Abertura do Fórum Empresarial COTEC para a Globalização 2010 Estoril, 9 de Julho de 2010
- 87 Visita aos Estaleiros da Lisnave Setúbal. 14 de Setembro de 2010
- 91 Sessão Solene de Abertura do Congresso dos Portos e dos Transportes Marítimos Lisboa. 21 de Setembro de 2010
- 97 VI Encontro COTEC Europa Porto, 7 de Outubro de 2010
- 101 Sessão de Abertura da Conferência «Portugal e o Mar, a nossa aposta no Século XXI» Cascais. 21 de Outubro de 2010
- 107 Cerimónia de Atribuição de Prémios do Concurso Nacional de Inovação BES Lisboa. 25 de Outubro de 2010
- 111 Sessão de Encerramento do IV Encontro da Rede PME Inovação COTEC Lisboa. 9 de Novembro de 2010

#### 115 III. Desenvolvimento e Coesão Social

- 119 Sessão de Encerramento da 4ª Jornada do Roteiro das Comunidades Locais Inovadoras *Queluz, 13 de Julho de 2010*
- 125 Cerimónia de Abertura do Colóquio «Da Virtude e Fortuna da República ao Republicanismo Pós-Nacional» Coimbra, 30 de Setembro de 2010
- 133 Comemorações do 140º Aniversário da Elevação da Covilhã a Cidade Covilhã, 20 de Outubro de 2010
- 137 Encontro da Associação EPIS Empresários pela Inclusão Social Lisboa, 26 de Novembro de 2010
- 141 Cerimónia Comemorativa dos 114 Anos da AHRESP e de Lançamento da Campanha de Solidariedade «Direito à Alimentação» Estoril, 10 de Dezembro de 2010

#### 145 IV. Saúde, Educação, Ciência e Cultura

- 149 Homenagem ao Marechal António de Spínola Lisboa, 11 de Abril de 2010
- 151 Cerimónia de Entrega do Prémio Vida Literária da Associação Portuguesa de Escritores Lisboa, 21 de Abril de 2010
- 153 Cerimónia de Entrega do Prémio Camões Museu dos Coches, 19 de Maio de 2010
- 157 Sessão Solene na Câmara Municipal de Faro por Ocasião das Comemorações do Dia de Portugal Faro, 9 de Junho de 2010

| 161 | Comemorações dos 200 Anos das Linhas de Torres |
|-----|--|
|     | Sobral de Monte Agraço, 26 de Junho de 2010    |

- 165 Homenagem ao Comendador Álvaro Pinho da Costa Leite Vale de Cambra, 2 de Julho de 2010
- 167 Colóquio Internacional sobre Língua Portuguesa e Diálogo Cultural Universidade de Cabo Verde, 6 de Julho de 2010
- 171 Inauguração da XXV Feira do Livro em Português Praia. 6 de Julho de 2010
- 173 Conferência «Língua Portuguesa: Afirmação de um Património Comum» Universidade Agostinho Neto, 19 de Julho de 2010
- 179 Cerimónia de Entrega dos Prémios Literários Fernando Namora e Agustina Bessa-Luís
  Estoril, 28 de Julho de 2010
- 181 Comemorações dos 200 Anos da Batalha do Buçaco Buçaco, 27 de Setembro de 2010
- 185 Cerimónia de Inauguração do Centro de Investigação da Fundação Champalimaud Lisboa, 5 de Outubro de 2010
- 187 Cerimónia de Homenagem aos Pioneiros da Transplantação Palácio de Belém, 18 de Outubro de 2010
- 191 Comemorações dos 550 Anos da Morte do Infante D. Henrique Lagos, 13 de Novembro de 2010
- 195 Cerimónia de Inauguração do Colégio Pedro Arrupe Lisboa, 14 de Novembro de 2010
- 199 Sessão de Encerramento das Comemorações dos 150 Anos do Nascimento de Manuel Teixeira Gomes Portimão, 11 de Dezembro de 2010

#### 203 V. Portugal na Europa e no Mundo

- 207 Cerimónia de Boas-Vindas na Câmara Municipal de Praga Praga, 15 de Abril de 2010
- 209 Banquete Oferecido pelo Presidente da República Checa Praga, 15 de Abril de 2010
- 213 Seminário Económico «Portugal/República Checa: Investimento e Parcerias» Praga, 16 de Abril de 2010
- 217 Sessão de Boas-Vindas na Universidade Carolina Praga, 16 de Abril de 2010
- 221 Banquete Oficial em Honra do Presidente da República de Moçambique Palácio da Ajuda, 29 de Abril de 2010
- 225 Sessão de Encerramento do Seminário Empresarial Portugal-Moçambique Lisboa, 30 de Abril de 2010
- 229 Almoço em Honra dos Embaixadores dos Países da União Europeia Palácio de Belém, 4 de Maio de 2010

- 233 Cerimónia de Boas-Vindas por Ocasião da Visita a Portugal do Papa Bento XVI Lisboa, 11 de Maio de 2010
- 237 Cerimónia de Despedida por Ocasião da Visita a Portugal do Papa Bento XVI Porto, 14 de Maio de 2010
- 239 Cerimónia de Atribuição do Prémio Norte-Sul 2010 do Conselho da Europa Assembleia da República, 18 de Maio de 2010
- 243 Acto Comemorativo dos 25 Anos da Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias Mosteiro dos Jerónimos, 12 de Junho de 2010
- 247 Cerimónia de Agraciamento com o Primeiro Grau da Ordem «Amílcar Cabral» Praia, 6 de Julho de 2010
- 249 Sessão Solene na Assembleia Nacional de Cabo Verde Praia, 6 de Julho de 2010
- 255 Cerimónia de Boas-Vindas na Câmara Municipal da Praia Praia, 6 de Julho de 2010
- 257 Encontro com a Comunidade Portuguesa de Cabo Verde Praia, 6 de Julho de 2010
- 259 Banquete Oferecido pelo Presidente da República de Cabo Verde Praia, 6 de Julho de 2010
- 263 Cerimónia de Boas-Vindas na Câmara Municipal de São Vicente Mindelo, 7 de Julho de 2010
- 267 Sessão Solene na Assembleia Nacional de Angola Luanda, 19 de Julho de 2010
- 275 Banquete Oferecido pelo Presidente da República de Angola Luanda, 19 de Julho de 2010
- 279 Visita à Feira Internacional de Luanda Luanda, 20 de Julho de 2010
- 283 Encontro com a Comunidade Portuguesa Residente em Luanda Luanda, 20 de Julho de 2010
- 285 Sessão de Encerramento do Fórum Empresarial Angola-Portugal Lubango, 21 de Julho de 2010
- 287 Encontro com as Comunidades Portuguesas da Huíla e do Namibe Lubango, 21 de Julho de 2010
- 289 Encontro com as Comunidades Portuguesas de Benguela e do Huambo Lobito, 21 de Julho de 2010
- 291 Sessão de Abertura do Fórum Empresarial Luso-Angolano Lobito, 22 de Julho de 2010
- 293 Sessão de Abertura da VIII Cimeira da CPLP Luanda, 23 de Julho de 2010
- 297 Banquete Oficial em Honra dos Grão-Duques do Luxemburgo Palácio da Ajuda, 7 de Setembro de 2010
- 301 Banquete Oficial em Honra do Presidente da República Popular da China Palácio da Ajuda, 6 de Novembro de 2010

| 305 | Encontro de Chefes de Estado e de Governo da Aliança Atlântica<br>Lisboa, 19 de Novembro de 2010   |
|-----|--|
| 307 | Banquete Oficial em Honra do Grão-Mestre da Ordem Soberana e Militar<br>de Malta<br>Palácio da Ajuda, 23 de Novembro de 2010   |
| 309 | Acto Inaugural da XX Cimeira Ibero-Americana<br>Mar del Plata, 3 de Dezembro de 2010   |
| 311 | Sessão de Trabalho da XX Cimeira Ibero-Americana<br>Mar del Plata, 4 de Dezembro de 2010   |
| 315 | Banquete Oficial em Honra do Presidente<br>da República Federal da Alemanha<br>Palácio da Ajuda, 10 de Fevereiro de 2011   |
| 319 | Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo<br>pelo Corpo Diplomático<br>Palácio de Queluz, 25 de Fevereiro de 2011  |
| 325 | Anexos   |
| 327 | Declaração relativa à promulgação do diploma<br>da Assembleia da República que permite o casamento<br>entre pessoas do mesmo sexo<br>Palácio de Belém, 17 de Maio de 2010                |
| 331 | Artigo «Portugal – 25 anos de Integração Europeia»<br>Revista EUROPA NOVAS FRONTEIRAS n.º 26/27,<br>Centro de Informação Europeia Jacques Delors   |
| 337 | Artigo de Opinião «Soluções à Escala Global»<br>Revista VISÃO de 30 de Setembro de 2010  |
| 341 | Mensagem a propósito da eleição de Portugal como membro<br>não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas<br>Palácio de Belém, 12 de Outubro de 2010                          |
| 343 | Artigo de Opinião «O Mar: uma Prioridade Nacional»<br>Revista ÚNICA, Semanário EXPRESSO de 23 de Outubro de 2010   |
| 347 | Declaração relativa à conjuntura política relacionada<br>com o Orçamento do Estado para 2011<br>Palácio de Belém, 29 de Outubro de 2010  |
| 349 | Declaração por ocasião do encontro com o Presidente<br>dos Estados Unidos da América<br>Palácio de Belém, 19 de Novembro de 2010   |
| 351 | Mensagem à Assembleia da República a propósito da não promulgação<br>do diploma que cria o procedimento de mudança de sexo<br>e de nome próprio no registo civil<br>6 de Janeiro de 2011 |
| 355 | Comunicado da Presidência da República a propósito da não promulgação do diploma do Governo sobre prescrição de medicamentos Palácio de Belém, 8 de Fevereiro de 2011                    |

Passos da Agenda



# Prefácio

#### Um mandato coerente

Este volume de intervenções que agora se publica refere-se ao último dos cinco anos do mandato que os Portugueses me confiaram em 22 de Janeiro de 2006, ano que coincidiu com as comemorações do Centenário da Implantação da República. Serve, à semelhança das anteriores edições, um propósito de prestação de contas, reforçando a transparência da actuação do Presidente proporcionada, de forma sistemática e quase em tempo real, através da página oficial da Presidência da República na Internet.

O respeito pela palavra dada e a coerência nas atitudes são fundamentais para que os cidadãos possam confiar nas instituições democráticas. Sobre o exercício das funções de Presidente da República e sobre as palavras que profere impende uma elevada responsabilidade. Como referi no discurso na Cerimónia Comemorativa do Centenário da Implantação da República, «é fundamental que a classe política, pela força do exemplo, dê aos Portugueses motivos para acreditarem na sua República».

Ao longo deste ano, tal como dos anteriores, honrei os compromissos assumidos perante o País, sendo coerente nas palavras e nas acções e sempre colocando em primeiro lugar o superior interesse nacional. Testemunham-no as intervenções reunidas neste quinto volume dos «Roteiros».

#### A crise económica e social

No decurso do último ano, Portugal foi confrontado com uma realidade que há muito se desenhava no horizonte e enfrenta hoje uma das mais complexas crises da sua História. Daí que, ao tomar posse para o meu segundo mandato, tenha concentrado a minha atenção nas linhas de orientação e

nos rumos para a economia nacional que permitam responder às dificuldades do presente e encarar com esperança os desafios do futuro. E, como então afirmei, «para delinearmos o melhor caminho para atingirmos o futuro que ambicionamos temos de saber de onde partimos».

Foram sucessivos os alertas que, ao longo de todo o meu mandato, fui emitindo a propósito da difícil situação financeira do sector público, do grave desequilíbrio das nossas contas externas e do nível muito elevado do endividamento do País relativamente a entidades estrangeiras. A Mensagem que proferi no início de 2010 era muito clara quanto aos riscos de estarmos a caminhar para uma «situação explosiva». Foram exactamente essas as palavras que usei, palavras que o tempo veio mostrar que tinham fundamento e razão de ser.

A partir do segundo semestre de 2010, já ninguém podia negar que o País atravessava uma situação de grave crise económica e financeira, com profundos efeitos negativos no plano social. À medida que, em particular, se foram agudizando as dificuldades no acesso aos mercados e na obtenção de créditos externos a taxas razoáveis, aquilo que para alguns era já uma evidência, para a qual em devido tempo alertaram os Portugueses, foi finalmente reconhecido por todos, a começar pelos decisores políticos.

Procurei, ao longo de todo o meu mandato, ser um referencial de equilíbrio e estabilidade. Sempre no respeito pela esfera de acção política dos diversos intervenientes, procurei também promover activamente a formação de consensos em matérias de superior interesse nacional.

Logo no início do ano que passou, fiz notar que a difícil situação das nossas contas públicas lançava, no novo quadro parlamentar, um desafio de regime aos partidos representados no Parlamento. Os Portugueses compreenderiam mal que os diversos líderes políticos se não concentrassem na resolução dos problemas das pessoas, e, em particular, que não empenhassem o máximo do seu esforço na realização de entendimentos interpartidários que possibilitassem a indispensável definição de um plano credível de consolidação orçamental a médio prazo, a ser consubstanciado, desde logo, no horizonte dos Orçamentos do Estado para 2010 e para 2011.

Foi por isso que, no final do passado mês de Setembro, decidi receber todos os partidos políticos representados na Assembleia da República, tendo apelado a que desenvolvessem «todos os esforços para alcançar em torno do Orçamento do Estado para 2011 os entendimentos que considerem necessários para a realização dos superiores interesses nacionais».

Mais tarde, no final do mês de Outubro, reuni o Conselho de Estado, tendo como pontos da ordem de trabalhos o Orçamento do Estado para 2011 e a situação política. Na Declaração que proferi no final da reunião, reiterei o facto de a gravidade da situação financeira do País não se compadecer com atitudes que levassem à abertura de uma crise política – a qual, por razões constitucionais, só mais tarde poderia vir a ser resolvida, com grave deterioração, entretanto, das condições de vida dos cidadãos – e insisti na necessidade de um esforço adicional de entendimento entre o Governo e a oposição.

#### Um contrato de coesão nacional

Um Presidente da República não deve alimentar divisões. A responsabilidade primordial de um Presidente da República é a de unir os Portugueses, em vez de impor a sua visão do mundo a uma parcela do País. Não é da crispação, bem o sabemos, que nascem as soluções para os problemas. Daí a minha insistência na necessidade de um contrato de coesão nacional, transversal à sociedade portuguesa, e no apelo a uma cultura de diálogo e de responsabilidade, focada na resolução dos problemas concretos – e graves – do País.

A coesão nacional tem de ser também coesão social. Desde a primeira hora do meu mandato, tenho dado todo o apoio às instituições de solidariedade e aos grupos de voluntariado, tenho sublinhado a importância de dar voz àqueles que a não têm, de incluir os excluídos, de atender às necessidades básicas dos que mais precisam.

Constante tem sido, igualmente, a importância que, nesta perspectiva, venho conferindo à coesão geracional. Portugal tem de ser um País de justiça para todas as idades. Não podemos deixar que sejam os dois extremos da

pirâmide etária, os mais velhos e os mais novos, a suportar os encargos sociais mais pesados das dificuldades do presente. E importa garantir que as novas gerações e as gerações futuras não sejam irremediavelmente afectadas nas suas expectativas por decisões que comportam efeitos negativos a médio ou longo prazo.

Foi esta a mensagem e o desafio que entendi deixar aos Portugueses nas Comemorações do Dia de Portugal, que se realizaram em Faro. Disse na altura: «A coesão nacional constitui um dos nossos bens mais preciosos. A coesão nacional é, antes de mais, uma manifestação de vontades, a expressão do desejo de nos mantermos unidos, a capacidade de, em momentos difíceis, juntarmos esforços em torno daquilo que é verdadeiramente essencial.»

Nunca escondi a dimensão dos desafios que temos entre mãos, mas nem por isso deixei de combater, de forma realista, o espírito de descrença e de desânimo. O Presidente da República tem de ser um elemento gerador de confiança. Declarações impensadas, feitas na praça pública, retiram credibilidade àquele que tem de ser um moderador de conflitos, além de poderem criar sentimentos de insegurança ou alimentar tensões numa altura em que importa unir esforços. A voz do Presidente tem de ser uma voz serena e de verdade, que seja escutada pelos agentes políticos, mas também pelos agentes económicos e sociais e por toda a sociedade civil. A informação objectiva sobre a situação do País é um bem público, que beneficia os Portugueses no seu conjunto.

#### Linhas de rumo

O Presidente da República não governa nem legisla, mas pode apontar caminhos capazes de levar o País a aproveitar as suas potencialidades.

No discurso que proferi na Assembleia da República, na sessão comemorativa do 25 de Abril de 2010, voltei a dar particular realce a um dos temas que, desde o primeiro momento, me tenho preocupado em trazer à atenção dos Portugueses — o da nossa relação com o mar. A ausência, entre nós, de um pólo desenvolvido de indústrias marítimas é, de facto, tanto mais sur-

preendente quanto Portugal apresenta um conjunto de vantagens comparativas extremamente relevantes à escala europeia.

Desenvolvi, ao longo do ano, um conjunto de iniciativas destinadas a sublinhar o valor estratégico do mar e a mobilizar empresários, trabalhadores, autarcas e cientistas para a sua exploração económica. Dei o meu patrocínio à realização de um Congresso dedicado aos Portos e Transportes Marítimos, apoiei activamente a Conferência «Portugal e o Mar, a nossa aposta no Século XXI», visitei os Estaleiros da Lisnave e o Porto de Aveiro, contactei de perto com comunidades costeiras em que a exploração do mar é um dos pilares do desenvolvimento local. Defendi, em todas as ocasiões, e irei continuar a fazê-lo, que o mar deve tornar-se uma verdadeira prioridade da política nacional. Não será com certeza uma panaceia para todos os nossos problemas, mas, se soubermos aproveitar as fortes potencialidades que a nossa vasta linha de costa e a maior zona económica exclusiva da União Europeia nos oferecem, o mar será um activo económico da maior importância para a criação de riqueza e um desígnio nacional capaz de unir os Portugueses e de projectar Portugal no Mundo.

Portugal também pode fazer melhor e criar novas oportunidades noutras áreas. Dei, também no discurso que proferi no dia 25 de Abril, o exemplo das indústrias criativas e do Porto, que, à imagem do que sucede com outras cidades europeias, como Barcelona e Berlim, poderá tirar ainda maior proveito das indústrias ligadas à criatividade e ao conhecimento, transformando-se num pólo aglutinador de um conjunto de actividades que vão desde a arquitectura moderna e a preservação do património histórico e cultural, passando pela moda e pelo *design*, até ao teatro, ao cinema e às novas tecnologias de informação e comunicação.

Ao longo das muitas visitas que realizei por todo o território nacional e dos Roteiros, em que continuei a acompanhar de perto o trabalho de muitos Portugueses, dei a conhecer mais bons exemplos que podem ser seguidos. Nas mais diversas áreas, autarquias, empresas e instituições estão a desenvolver com assinalável sucesso projectos e boas práticas que podem e devem ser replicados em benefício do País. Foi o que pude constatar nas jornadas do Roteiro das Comunidades Locais Inovadoras, em que conheci

exemplos de inovação em sectores como a economia do mar, o turismo, o *design* industrial, e, mesmo, na área social, que nos dão fortes motivos de esperança. Tal como também ficou evidenciado no Roteiro para a Juventude, em que mais duas jornadas, realizadas em 2010, permitiram observar a excelência de muitos projectos criativos e inovadores que estão a ser postos em prática por jovens empreendedores, inclusive em sectores tradicionais como a agricultura.

Como tenho vindo a referir desde o início do meu mandato, em 2006, é essencial que Portugal produza bens com acrescido valor incorporado, capazes de ter sucesso em mercados de exportação e de substituir produtos importados. Só abrindo novos caminhos para que tal aconteça é que poderemos reduzir o endividamento externo e criar novos empregos de forma sustentada.

### Portugal no Mundo

A representação da República Portuguesa e o Comando Supremo das Forças Armas conferem ao Chefe de Estado importantes responsabilidades na área das relações internacionais. Ao longo do último ano do meu primeiro mandato como Presidente da República, continuei a nortear a minha acção neste domínio pelo objectivo de projectar e promover os interesses políticos, económicos e culturais de Portugal. Esta acção foi sempre pautada pelo cuidado em assegurar uma articulação com os demais órgãos de soberania, em particular com o Governo, na defesa dos superiores interesses nacionais.

As Visitas de Estado à República Checa e a Angola, no decurso de 2010, constituíram um exemplo de como, no domínio económico, o Presidente da República tem apoiado as empresas portuguesas, incentivando a diversificação de mercados de exportação e promovendo uma maior integração internacional.

O acompanhamento da evolução da situação económica e financeira internacional, e, em particular, da resposta da União Europeia, traduziu-se em encontros regulares com várias entidades e personalidades com responsabilidades neste domínio, designadamente o Presidente da Comissão Europeia e o Presidente do Parlamento Europeu. Este foi também o ano em que se assinalaram os 25 anos da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias, um marco na nossa História. Recordei, nessa data, o que, num balanço extremamente positivo, significou para o nosso País a integração nas Comunidades Europeias, sublinhando que a integração europeia não é a causa das dificuldades, antes representa a resposta aos problemas: fora da Europa unida, Portugal enfrentaria dificuldades bem maiores e teria menos capacidade para lhes responder. No actual tempo de crise, uma crise que desafia os próprios fundamentos da integração europeia, pesa, contudo, uma grande responsabilidade sobre os líderes nacionais e da União Europeia. Como tenho afirmado em várias ocasiões, se não defendermos o euro, que continua a ser um instrumento decisivo para a Europa enfrentar o mundo global, revigorando, nomeadamente, a União Económica, a sobrevivência do projecto europeu pode estar em causa.

No plano das relações internacionais, o último ano deste meu mandato ficou ainda marcado pela visita de quatro dias de Sua Santidade o Papa Bento XVI a Portugal, bem como pelas visitas do Presidente dos Estados Unidos da América, do Presidente da República Popular da China e do Presidente da República Federal da Alemanha ao nosso País.

No âmbito multilateral, a realização da Cimeira da NATO em Lisboa e a eleição de Portugal como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas dignificaram e contribuíram para afirmar o nome de Portugal no Mundo.

No domínio cultural, a prioridade conferida à projecção internacional da língua portuguesa continuou a marcar a acção do Presidente da República, designadamente nas Visitas de Estado a Cabo Verde e a Angola, nos encontros com os Presidentes de Moçambique e do Brasil em Portugal e na participação, em Luanda, na VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que aprovou a Declaração de Luanda e adoptou o Plano de Acção para a Promoção, Difusão e Projecção da Língua Portuguesa.

## Cinco anos com os Portugueses

Tratou-se, como acima referi, de um último ano de mandato coerente com os compromissos assumidos perante os Portugueses e com o trabalho desenvolvido nos anos anteriores. O rigor e a isenção que caracterizaram o meu mandato são testemunhos da credibilidade e da lealdade com que exerci as exigentes funções que me foram confiadas.

Nas eleições de 23 de Janeiro de 2011, os Portugueses honraram-me novamente com a sua escolha. Sabem que poderão continuar a contar com o meu trabalho e com o meu contributo para que Portugal seja um país mais justo, desenvolvido e credível na cena internacional. Faço-o com convicção e com esperança, pois tenho a certeza que, apesar das dificuldades que o País atravessa, há fortes motivos para acreditarmos no empenho e nas capacidades dos Portugueses.

Aníbal Cavaco Silva Março, 2011

# Portugal Inteiro ${f I}$





# Celebração do Dia do Combatente

Mosteiro da Batalha, 10 de Abril de 2010

Neste local do maior significado para os combatentes portugueses, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, celebramos hoje o Dia do Combatente e evocamos, em simultâneo, a memória da Batalha de La Lys, ocorrida há precisamente 92 anos. A cerimónia que aqui tem lugar é um testemunho vivo de amor pátrio e de coesão nacional, expressos numa comunhão de sentimentos de orgulho por um passado que nos une e pelos valores que nos fizeram erguer Portugal como Nação livre, soberana e independente.

A presença de todos nós aqui, neste local, é também uma afirmação de vontade inquebrantável de continuar Portugal. De expressar de forma clara que devemos abraçar com respeito a nossa História, acolhendo as lições que ela nos deu e valorizando os nossos heróis, o muito que demos ao Mundo e a matriz de valores humanistas que difundimos.

Mas hoje, e acima de tudo, trata-se de um preito de homenagem aos combatentes, a todos os que deram, e dão, o melhor de si, até a própria vida, por esta Pátria que amamos. Curvamo-nos perante o seu esforço, a sua coragem e o seu sacrifício.

Sendo a ocorrência de conflitos e de guerras uma constante da História, devemos reconhecer o papel dos combatentes e ter presente que, a par da glória dos vencedores e de consequências políticas e sociais, a guerra é feita de sacrifícios e dor, onde muitos sublimam as suas capacidades e sofrem no corpo e na alma o preço pelo dever cumprido. Aqueles que se dispõem a combater ao serviço de Portugal devem merecer de todos nós o maior respeito e admiração.

#### Caros Combatentes

Paradoxalmente, comemoramos o Dia do Combatente numa data que assinala uma das maiores derrotas militares envolvendo tropas portuguesas: a Batalha de La Lys. Ali se perderam cerca de 7500 homens, entre mortos, feridos, desaparecidos e prisioneiros. Mais de um terço dos efectivos portugueses na Flan-

dres. Uma derrota que, todavia, se traduziu num contributo significativo para o sucesso do esforço aliado em contrariar a ofensiva alemã.

Sendo certo que na guerra não se vencem todas as batalhas, interessa retirar as ilações que nos permitam melhorar e evitar futuros desaires. Nesta perspectiva, merecem particular reflexão algumas circunstâncias que marcaram a participação de Portugal na I Grande Guerra:

Em primeiro lugar, o chamado «milagre de Tancos», com a preparação de um Corpo de Exército para a Guerra num prazo de três meses. O instrumento militar obriga a uma preparação complexa, prolongada e exigente em termos de qualidade dos seus quadros e de equipamento, que não se compadece com soluções milagrosas de curto prazo.

Em segundo lugar, o abandono a que foi votado o Corpo Expedicionário Português no teatro de guerra, a braços com fortes dificuldades de apoio logístico, com a inexistência de reforços e com o prolongar excessivo das unidades na Flandres. A responsabilidade de enviar militares para a guerra implica que se lhes proporcione as melhores condições para o sucesso. Impõe-se uma unidade de esforço na acção política e uma retaguarda militar sólida, sem as quais o emprego das Forças Armadas não é eficaz, nem democraticamente aceitável.

Importa, pois, lembrar La Lys como um sério alerta para que Portugal apoie sempre de forma coesa os seus soldados no cumprimento das missões que lhes são atribuídas.

La Lys foi um testemunho sublime e pungente de determinação e de coragem de militares que, praticamente esquecidos nos lamaçais das trincheiras da Flandres, escolheram honrar Portugal naquele que foi um dos mais dramáticos hinos à capacidade de sofrimento e de amor à Pátria do Soldado Português.

Os ex-combatentes que lutaram na Flandres já não se encontram entre nós, mas estão nos nossos corações. Dirijo uma palavra de reconhecimento e de saudade aos seus familiares, pelo imenso sacrifício que realizaram por Portugal.

Como Comandante Supremo das Forças Armadas, permitam-me recordar de forma especial os bravos de La Lys. O filho de um Tenente de Infantaria que ali combateu ofereceu-me recentemente um livro, escrito pelo seu pai, que retrata a vida nas trincheiras. Lendo-o, mais vivos se tornam os sentimentos de respeito e de admiração por todos aqueles que, com um desprendimento e com uma

simplicidade heróicos, se dispuseram a enfrentar o destruidor ataque alemão, sabendo que iam morrer.

Em sentida homenagem aos seus soldados nas trincheiras, o Tenente Pina de Morais escreve:

«-É aqui o nosso lugar de espera-esperamos. (...) É o nosso dever. Sinto correr um suor frio pelo corpo. Eu sei que ninguém recuará-todos se batem.»

E, numa saudação final, dedica estas palavras aos seus homens:

- «Escrevo-vos apenas para deixar aos nossos mortos – a nossa lembrança. Aos nossos mortos, que ficaram nas campinas dolorosas da Flandres nevoenta. Caíram (...) levando (...) no coração um sentimento de grandeza que ninguém igualará. Nas suas campas de acaso, à beira de aldeias, nos ermos, sob as árvores (...)
- eles terão sempre como uma prece a nossa lembrança, como carinho o nosso triunfo, como saudade a nossa admiração. (...). Todos poderão esquecê-los menos nós (...) temos de nos curvar ao respeito que infundem os que ficaram nessa cruzada do nosso século. Que descansem – os heróis mortos.»

Dirijo hoje, também, a minha saudação aos antigos combatentes que lutaram nos diversos teatros de guerra a que foram enviados em nome de Portugal. Os combates na Índia, em Angola, em Moçambique e na Guiné-Bissau materializaram o fim violento de um ciclo nacional, mas que deixou, nas picadas sangrentas então trilhadas, honra militar capaz de abrir o caminho a uma cooperação fraterna e frutuosa, que hoje existe.

Quero ainda saudar os militares e os antigos militares que, mais recentemente, foram chamados a participar em missões em teatros de operações longe do território nacional. As características das operações militares em que estiveram ou estão envolvidos comportam, em muitos casos, acções de elevado risco e grande importância na defesa da paz e dos interesses de Portugal. Estes são os nossos actuais combatentes, briosos e dignos representantes da tradição militar nacional.

#### Portugueses

Foi com homens desta estirpe que se fez Portugal, trilhando um caminho árduo, feito com honra e nobreza, com sacrifício e entrega, com coragem e bravura. Por isso os combatentes são um pilar essencial da reserva moral da nação.

Temos, contudo, de ser mais ambiciosos. Nas dificuldades que vivemos, não podemos deixar de mobilizar estas capacidades e qualidades, activos que tão importantes podem ser para as ultrapassar. Combatemos em múltiplas trincheiras: pelos ideais da paz e da liberdade; pela justiça e pelos mais desfavorecidos; pela soberania e pela independência; pelo progresso e pelo bem-estar dos Portugueses; pelo nosso futuro individual e colectivo.

Temos de reconhecer que a felicidade de cada um, tão exaustivamente procurada, está muito dependente da capacidade de nos realizarmos como grupo, de forma solidária.

É preciso, sobretudo, criar um ambiente de responsabilidade individual e social assente em valores como os da honestidade, do reconhecimento do mérito, da verdade e, em especial, da honra.

Importa erguer Portugal com sentido de inclusão, sem esquecer ninguém, sem deixar ninguém para trás. Os combatentes têm este espírito bem inculcado no seu carácter. Importa que sejam capazes de o disseminar na nossa sociedade e que estejamos todos disponíveis para o absorver.

É tempo de nos unirmos e identificarmos o que podemos e devemos fazer por Portugal. O espírito de serviço e a luta pelo bem comum, tão queridos aos combatentes, têm de ser prosseguidos por todos os Portugueses.

Cada português tem de ser um combatente por Portugal. Só assim fará sentido o sacrifício de tantos combatentes que nos precederam e que hoje, aqui, homenageamos.

Bem-hajam.

## Sessão Solene Comemorativa do XXXVI Aniversário do 25 de Abril

Assembleia da República, 25 de Abril de 2010

Na madrugada de 25 de Abril de 1974, um jovem capitão de 29 anos reuniu os seus homens da Escola Prática de Cavalaria de Santarém. Falou-lhes do estado a que Portugal chegara e terminou dizendo: «Quem quiser vir comigo, vamos para Lisboa e acabamos com isto. Quem for voluntário, sai e forma. Quem não quiser sair, fica aqui!»

Vieram todos, sem excepção, mesmo sabendo que corriam riscos, incluindo o risco de não regressar com vida. Ao fim de algumas horas, caía um regime cansado de guerra. É por isso que aqui estamos hoje.

Foram eles os filhos da madrugada. Não caminharam para Lisboa em busca de cargos ou de lugares. Não vieram à procura de um lugar na História – e é justamente por isso que o merecem.

Como o retratou Sophia de Mello Breyner, Salgueiro Maia foi «aquele que deu tudo e não pediu a paga». Um exemplo notável para muitos portugueses dos nossos dias, que tantas vezes cedem às seduções vazias e efémeras da sociedade de consumo e outras tantas vezes medem o valor dos homens pelo dinheiro ou pelos bens que ostentam.

Aqueles que saíram de Santarém, de Mafra, de Tancos, de Santa Margarida, de Estremoz ou de Vendas Novas rumaram a Lisboa porque não se conformaram com o País em que viviam. Vieram todos, porque todos queriam mudar. Queriam um país livre.

Neste dia, devemos ter presente um facto muito singelo: em 2010, completam 36 anos aqueles que nasceram em 1974. São mais de três milhões os Portugueses que não possuem qualquer recordação do que foi o 25 de Abril de 1974 porque, pura e simplesmente, não tinham nascido na altura. Vêem a democracia como um dado adquirido.

Um jovem de 24 anos, que termina este ano o ensino superior, sempre viveu num Portugal membro das Comunidades Europeias. Vê a Europa como o seu espaço.

Aqueles que sempre viveram em liberdade desconhecem o seu preço. Em larga medida, só nos apercebemos do valor das coisas quando nos vemos privados delas. A melhor lição de liberdade é a experiência da não liberdade.

Temos, pois, um dever de memória para com aqueles que nasceram já depois de 1974. Devemos ensinar-lhes o que custou conquistar a liberdade e que a defesa da liberdade deve ser um princípio de acção para os agentes políticos e para todos os cidadãos.

O 25 de Abril foi feito em nome da liberdade, mas também em nome de uma sociedade mais justa e solidária. Será aí, porventura, que o balanço destas três décadas de democracia se revela menos conseguido.

A sociedade portuguesa é hoje mais justa do que aquela que existia há 36 anos. No entanto, persistem desigualdades sociais e, sobretudo, situações de pobreza e de exclusão que são indignas da memória dos que fizeram a revolução de Abril.

A sensação de injustiça é tanto maior quanto, ao lado de situações de privação e de grandes dificuldades, deparamos quase todos os dias com casos de riqueza imerecida que nos chocam.

Na minha mensagem, no primeiro dia do ano de 2008, disse: «sem pôr em causa o princípio da valorização do mérito e da necessidade de captar os melhores talentos, interrogo-me sobre se os rendimentos auferidos por altos dirigentes de empresas não serão, muitas vezes, injustificados e desproporcionados, face aos salários médios dos seus trabalhadores.»

Embora este meu alerta não tenha então sido bem acolhido por alguns, não me surpreende que agora sejam muitos os que se mostram indignados face aos salários, compensações e prémios que, segundo a comunicação social, são concedidos a gestores de empresas que beneficiam de situações vantajosas no mercado interno.

Como já afirmei noutra ocasião, na génese da actual crise financeira e económica internacional encontra-se a violação de princípios éticos no mundo dos negócios e a avidez do lucro fácil, a que se juntaram deficiências na regulação e supervisão dos mercados e das instituições financeiras. Os custos sociais traduzem-se,

hoje, em perda de poupanças amealhadas com grande esforço, destruição de empregos, emergência de novos pobres.

As injustiças sociais e a falta de ética são dois factores que, quando combinados, têm efeitos extremamente corrosivos para a confiança nas instituições e para o futuro do País. A injustiça social cria sentimentos de revolta, sobretudo quando lhe está associada a ideia de que não há justiça igual para todos.

Senhor Presidente da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados

Deixámos o império, abraçámos a democracia, escolhemos a Europa, alcançámos a moeda única, o euro. Mas duvidamos de nós próprios. Os Portugueses perguntam-se todos os dias: para onde é que estão a conduzir o País? Em nome de quê se fazem todos estes sacrifícios?

A prova de que se acumulam dúvidas quanto ao futuro do País está no número de jovens que partem. Infelizmente, aqueles que vão para o estrangeiro são, com frequência, os mais qualificados, os mais promissores.

Mas na maioria deles persiste o desejo de regressar. Tenho-os encontrado nos Estados Unidos, em Espanha, na Alemanha, no Luxemburgo. São jovens que querem estar entre os melhores, para competir com os melhores. Dizem-me quase todos que gostariam de voltar ao seu País desde que tivessem condições para isso, sobretudo condições de trabalho nas suas áreas de especialização.

Este é um potencial que o País não pode desperdiçar. É a saída de mais jovens com valor e talento para o estrangeiro que pode fazer de Portugal um país periférico. No Mundo actual, a periferia está onde mora a ineficiência do Estado, a falta de excelência no ensino, a ausência de conhecimento, de inovação e de criatividade, em suma, a periferia está onde mora o atraso competitivo.

Durante muitos anos, o facto de nos encontrarmos na periferia da Europa foi considerado uma das causas principais do nosso atraso. Portugal era a *Finisterra*, como já os Romanos lhe chamavam. Estávamos num extremo perdido da Península Ibérica, longe das grandes vias de circulação e comércio através das quais a Europa, desde a Idade Média, construiu progresso e edificou catedrais. Tudo isto mudou no nosso tempo. A geografia deixou de ser uma fatalidade irremediável. Estar perto ou estar longe do centro não é algo que se meça em

Setenta por cento da riqueza gerada no Mundo transita por mar. Devemos pois apostar mais no sector dos transportes marítimos e dos portos.

Mas também no desenvolvimento de fontes marinhas de energia, de equipamentos para a exploração subaquática de alta tecnologia, de produtos vivos do mar para a biotecnologia ou das indústrias de equipamento, de reparação e de construção navais.

Temos de incentivar a prospecção e exploração da nossa plataforma continental, cujo projecto de levantamento se encontra em apreciação nas Nações Unidas. Pensando na combinação do mar com o nosso clima temperado, importa desenvolver as actividades marítimo-turísticas, a náutica de recreio, o turismo de cruzeiros. A par disso, temos de fomentar a aquacultura e a manutenção de uma frota de pesca sustentável.

A ausência de um pólo desenvolvido de indústrias marítimas é, de facto, surpreendente, quando Portugal apresenta um conjunto de vantagens comparativas que são extremamente relevantes à escala europeia.

Às vantagens decorrentes da nossa geografia, da História e da imagem externa do País, podemos ainda juntar as estratégias e políticas para o mar desenhadas nos últimos seis anos em Portugal e na própria União Europeia. Não é necessário fazer mais estudos e relatórios. Basta agir em cumprimento daquelas estratégias.

É essencial que criemos condições e incentivemos os agentes económicos a investir no conjunto dos sectores que ligam economicamente Portugal ao mar. Penso, desde logo, na criação de condições de competitividade e estabilidade fiscal para os transportes marítimos e para os portos portugueses, que lhes permitam, pelo menos, igualar as condições dos demais Estados costeiros da União Europeia, bem como dinamizar as auto-estradas do mar, juntamente com os nossos parceiros da União.

quilómetros, pois estamos no centro do Mundo se tivermos o conhecimento e o engenho para tanto. Graças às novas tecnologias, não há longe nem distância. As noções de centro e de periferia foram radicalmente alteradas.

Num espaço global, existem por certo novas ameaças, grandes desafios que as economias emergentes nos colocam. Não podemos perder tempo, porque a concorrência será implacável. Quem ficar para trás, terá de fazer um enorme esforço de recuperação.

No Mundo actual, não esperemos que os outros nos ajudem se não acreditarmos em nós próprios, se formos incapazes de fazer aquilo que nos cabe fazer.

A globalização e o aprofundamento da integração europeia obrigam-nos a procurar a diferença, a encontrar factores distintivos para o nosso País, a aproveitar bem as nossas vantagens comparativas. Devemos ter uma visão de longo prazo que indique o lugar que queremos ocupar na Europa e no Mundo.

Senhor Presidente da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados

Portugal vive uma grave crise que é de todos conhecida. É nestas alturas que temos de ser capazes de abrir caminhos que levem o País a novas oportunidades. Irei referir dois deles: o mar e as indústrias criativas.

Portugal encontra-se na periferia da Europa, mas está no centro do Mundo. Somos uma *nesga de terra debruada de mar*, como nos chamou Torga, palavras que recordei nesta Sala, quando tomei posse como Presidente da República. Possuímos uma vasta linha de costa, beneficiamos da maior zona económica exclusiva da União Europeia. Poderemos ser uma porta por onde a Europa se abre ao Atlântico, se soubermos aproveitar as potencialidades desse imenso mar que se estende diante dos nossos olhos, mas que teimamos em não ver.

Como pode um país projectado sobre o oceano Atlântico, na encruzilhada de três continentes, ver-se a si próprio como periférico?

Para além das especificidades da nossa geografia, temos a História. Num só século, revelámos à Europa dois terços do planeta, percorrendo as costas de todos os continentes. Pusemos em contacto muitos dos povos do Mundo e criámos uma língua universal. Por causa disso, Portugal continua a projectar no exterior a imagem de marca de país marítimo.

Sem guerer transmitir a ideia de que o mar é a panaceia para todos os nossos problemas, entendo que o mar deve tornar-se uma verdadeira prioridade da política nacional. Abraçando um desígnio marítimo seremos mais fortes, porque dependeremos menos dos transportes rodoviários internacionais, cada vez mais condicionados pelas políticas europeias do ambiente.

Seremos mais fortes, porque, com a exploração da energia a partir do mar, poderemos enfrentar melhor os desafios da segurança e sustentabilidade energética, reduzindo a dependência do exterior e promovendo novas tecnologias.

Portugal e os Portugueses precisam de desígnios que lhes dêem mais coesão, mais auto-estima e mais propósito de existir. O mar é, certamente, um deles.

Senhor Presidente da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados

Graças à nossa riqueza histórica e cultural, ao talento de muitos dos nossos jovens, à capacidade de adaptação da nossa mão-de-obra e ao nosso clima privilegiado, temos ainda a possibilidade de desenvolver centros de excelência que se configurem como marcas distintivas à escala europeia.

À semelhança do que ocorreu noutras cidades da Europa, de Barcelona a Berlim, passando por Amesterdão ou Estocolmo, podemos fazer com que alguns centros urbanos se convertam em grandes pólos internacionais de criatividade e conhecimento.

Além da capital do País, o Porto é uma cidade que dispõe de todas as condições para ser um pólo aglutinador de novas indústrias criativas, ligadas às artes plásticas, à moda, à publicidade, ao design, ao cinema, ao teatro, à música e à dança, mas também à informática, à comunicação e ao digital.

Não é de hoje a vitalidade cultural portuense, como não é de hoje a capacidade empreendedora das gentes do Norte. O Porto sempre se orgulhou da sua vida intelectual e esse orgulho é legítimo: das letras às artes plásticas, passando pela arquitectura, aí existe muito do melhor que Portugal fez nas últimas décadas. Uma aposta forte dos poderes públicos, conjugada com a capacidade já demonstrada pela sociedade civil relativamente a projectos culturais de referência, poderá fazer do Porto e do Norte uma grande região criativa, sinónimo de talento, de excelência e de inovação.

Aí existe um tecido humano feito de gente activa e dinâmica, um espírito de inovação e de risco, um culto do que é novo e diferente. Há capital humano de excelência, há estabelecimentos de ensino e equipamentos de qualidade. Só falta mobilizar esforços para transformar o Porto e o Norte numa grande região europeia vocacionada para a economia criativa e fazer desse objectivo uma prioridade da agenda política.

Estudos recentes vieram mostrar que as actividades culturais e criativas podem desempenhar um papel de crescente relevância na economia portuguesa, à semelhança do que ocorre noutras sociedades desenvolvidas e pós-industriais. Na Região Norte, aliás, foram já lancadas iniciativas visando tirar partido das suas potencialidades neste domínio.

33

O Porto presta-se claramente a exercer um papel de núcleo dinamizador do engenho criativo. O seu espaço urbano, aliando o antigo e o moderno, o esplendor do barroco das igrejas e a sobriedade da arquitectura contemporânea, pode converter-se numa marca de projecção internacional através de um movimento colectivo e inovador que atraia novas dinâmicas de desenvolvimento, com criadores talentosos, artistas portugueses e estrangeiros, empresários jovens com sentido de oportunidade.

Temos aí um enorme potencial para desenvolver um turismo diferente e de qualidade e para fundar uma nova centralidade, alicerçada no vanguardismo estético e na inovação tecnológica e empresarial.

#### Portugueses

Há 36 anos, marcámos encontro com um destino de liberdade. Não nos deixámos abater por um regime de muitas décadas que caiu em poucas horas.

É nosso o País. Temos florestas e temos o mar. Temos jovens talentosos que aqui querem viver. Temos cidades e regiões à espera de se afirmarem. É desta matéria-prima que se fazem os sonhos.

No dia de hoje, celebramos a esperança dos que acreditaram, sobretudo em si próprios.

Sem ilusões nem falsas utopias, devemos acreditar porque temos razões para isso.

Há uma razão, acima de todas. Motivo de ser como somos, ela é a nossa maior razão de esperanca. Connosco a temos, há muitos séculos, com ela vivemos desde que nascemos. Essa razão de esperança tem um nome: chama-se Portugal.

# Mensagem Dirigida às Comunidades Portuguesas por Ocasião do Dia de Portugal

Faro, 9 de Junho de 2010

35

Aos portugueses da diáspora dirijo uma saudação calorosa, neste dia que é de todos nós.

O 10 de Junho é a data que convoca todos os portugueses, onde quer que se encontrem. Todos são chamados a um reencontro com o seu país, com a terra das suas raízes, num dia que é de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Como Presidente de todos os portugueses, é com particular satisfação que hoje vos falo. Os portugueses que vivem e trabalham no estrangeiro constituem uma parte da Nação que muito respeito e valorizo.

As comunidades portuguesas, incluindo os luso-descendentes, são um exemplo que muitas vezes tenho sublinhado. Um exemplo que é, ao mesmo tempo, comovente, inspirador e mobilizador.

Ninguém fica indiferente ao ver o modo como os portugueses residentes no estrangeiro persistem em manter vivos os laços que os ligam a Portugal.

Orgulhamo-nos ao verificar como as comunidades portuguesas souberam adaptar-se e estabelecer laços nos países de acolhimento.

Alegramo-nos com o prestígio que aí alcançaram, prestígio que muito contribui para a afirmação de Portugal no Mundo, como em várias ocasiões pude testemunhar.

Reconforta-me, além disso, saber que nelas reina um claro espírito de solidariedade em relação àqueles mais atingidos pelos efeitos da crise que afecta os países onde trabalham.

O vosso exemplo é inspirador e mobilizador para os portugueses que residem em território nacional. E, sobretudo, nos tempos de crise que vivemos, também a acção da diáspora pode dar um importante contributo para que Portugal vença as dificuldades do presente e reencontre um caminho de crescimento económico sustentado e de melhoria das condições de vida dos cidadãos.

O vosso contributo representa uma mais-valia para Portugal e pode ser dado aos mais diversos níveis.

Desde logo, os portugueses da diáspora serão bem-vindos se decidirem apostar no seu país de origem, investindo, criando riqueza, gerando emprego. Acresce que as comunidades portuguesas podem ser preciosos pontos de contacto para que as nossas empresas aumentem a sua capacidade de colocar produtos nacionais no mercado externo e para que mais estrangeiros visitem Portugal, para negócios ou para conhecerem as nossas paisagens, a nossa cultura, a nossa História.

A chave da recuperação económica de Portugal reside no aumento das exportações de bens e de serviços. A partilha de conhecimentos e informações entre portugueses que vivem no território nacional e aqueles que vivem e trabalham em outras partes do Mundo é da maior relevância para a realização deste objectivo.

É hora de apelar à união de todos os portugueses, onde quer que se encontrem. Em nome das responsabilidades que temos perante o futuro, perante os nossos filhos e netos. Para que as novas gerações nos recordem como aqueles que, nos momentos decisivos, não viraram a cara e estiveram à altura do que a situação lhes exigia.

Os portugueses da diáspora e os luso-descendentes são um exemplo. É também por isso que vos saúdo e vos dirijo uma especial palavra de apreço e reconhecimento, em nome de Portugal, a nossa terra, a terra onde tudo começou. Obrigado.

# Cerimónias Militares das Comemorações do Dia 10 de Junho

Faro, 10 de Junho de 2010

O Algarve, pela sua geografia e pela paixão marítima das suas gentes, foi desde sempre um importante ponto de apoio para o desenvolvimento das relações de Portugal com outros povos e culturas.

Não longe daqui, em Sagres, a epopeia dos Descobrimentos encontra um dos seus maiores símbolos. Aí se fixou o Infante D. Henrique, movido pelo sonho de alcançar o Oriente por mar, e aí se terão congregado, de modo especialmente frutuoso, as artes dos mareantes e o engenho dos cientistas.

Daqui partiram portugueses, há cinco séculos, para África e para as Índias. Daqui saíram, num passado mais recente, muitos dos que engrossam hoje as fileiras dos antigos combatentes e dos que actualmente, nas Forças Armadas, cumprem missões humanitárias e de apoio à paz ou desenvolvem acções de cooperação longe da Pátria.

Comemoramos este ano, aqui em Faro, o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. É dia de lembrar os feitos e os heróis do passado que materializam o espírito de independência e de liberdade para seguir o nosso próprio caminho. É dia de expressar a firme vontade de garantir um futuro soberano, capaz de vincar a nossa presença num Mundo em acelerada mudança.

Nos tempos que correm, a segurança e a afirmação de um Estado não podem ser prosseguidas de forma isolada. Exigem, no quadro das alianças internacionais, uma aposta crescente na segurança cooperativa e na diversificação das dependências, mas não dispensa a valorização dos recursos, capacidades e competências que lhe são próprios.

Devemos, assim, valorizar o potencial do País em várias frentes, incluindo a militar.

Importa ter presente que a redução da capacidade das Forças Armadas tem, historicamente, coincidido com o aumento das vulnerabilidades nacionais e o

enfraquecimento da voz de Portugal no concerto das nações, como Estado soberano e independente.

A preservação da operacionalidade das nossas Forças Armadas é, sem dúvida, um superior interesse da Nação.

#### Militares

Numa conjuntura difícil e exigente, as Forcas Armadas continuam a cumprir as suas missões, com assinalável competência e dedicação, nas mais diversas situações e níveis de risco. Permanentemente expostas ao escrutínio da comunidade nacional e internacional, têm granjeado elevada credibilidade e prestígio junto dos Portugueses e das organizações internacionais de que fazemos parte, tendo razão para sentir-se orgulhosas.

No Afeganistão, a comunidade internacional trava o seu principal combate contra o terrorismo, o narcotráfico e o crime organizado. Face à evolução da situação no terreno e às correspondentes alterações à estratégia adoptada, Portugal, em conjunto com os seus aliados, reforçou a sua contribuição militar, reassumindo uma exigente missão de reserva táctica, em Cabul, e contribuindo também para a formação das forças locais.

Trata-se de uma missão que comporta riscos significativos, assumidos pelas autoridades nacionais com sentido de responsabilidade, mas com a certeza de que Portugal deve cumprir a sua quota-parte na segurança internacional, na prevenção do crescimento das ameaças transnacionais e na defesa de valores universais que nos são caros, como os direitos humanos, a tolerância e a dignidade das pessoas.

Por outro lado, no comando de uma força NATO, as nossas Forças Armadas cumpriram com elevado brio e de forma corajosa as missões aeronavais de combate à pirataria que, nos mares da Somália, coloca em causa a liberdade de navegação, a segurança de navios, cargas e tripulações.

No Líbano e na região dos Balcãs, em contextos político-sociais muito complexos, continuamos a apoiar os esforços internacionais de paz. Uma vez mais, a eficácia e a capacidade de adaptação do militar português têm-se revelado essenciais para o sucesso das missões, para a protecção das forças e para a segurança e bem-estar das populações locais.

Uma actividade militar porventura menos conhecida dos Portugueses, mas que tem acumulado sucessos desde os anos 90, é a cooperação técnico-militar com os países africanos de língua oficial portuguesa e com Timor-Leste. Esta área da cooperação constituiu-se como um forte investimento de confiança, uma chave para a reaproximação a povos a que nos ligam singulares laços históricos de convivência e de amizade.

Os números não deixam dúvidas quanto à relevância da cooperação técnico--militar e do seu elevado rendimento em termos de custo e eficácia: ao longo dos últimos vinte anos, 5721 quadros militares dos países de língua portuguesa foram formados em Portugal e 11 370 nos seus próprios países, com a participação de um total de 3323 militares portugueses.

Saúdo o povo amigo e as Forças Armadas de Cabo Verde, na pessoa do seu Primeiro-Ministro, que nos acompanha nesta cerimónia, país com o qual Portugal mantém as mais fraternas relações de cooperação.

As Forças Armadas não esgotam as suas capacidades em missões internacionais e em acções de cooperação no estrangeiro. As ameaças e os riscos que possam afectar a seguranca dos Portugueses, no exterior e no interior das nossas fronteiras, e o apoio às populações constituem o cerne do planeamento e da acção das nossas Forças Armadas.

A título de exemplo, sublinhe-se o pronto apoio às solicitações do Serviço de Protecção Civil, em missões de vigilância e de rescaldo de incêndios, que permitem libertar mais bombeiros para as acções de maior complexidade no combate directo aos fogos, e as acções de apoio à salvaguarda da vida humana no mar.

No desastre que, em Fevereiro deste ano, se abateu sobre a ilha da Madeira, foram inexcedíveis a disponibilidade e a prontidão da resposta que os militares deram às solicitações que lhes foram apresentadas.

Nas horas mais difíceis, os Portugueses sabem que podem contar com as Forças Armadas.

#### Militares

A transformação nas Forças Armadas foi marcada, no último ano, pela criação do seu Comando Conjunto. Está em curso, agora, a sua implementação, da qual se espera que conduza à necessária agilização de procedimentos e a maior eficácia no seu emprego conjunto.

A excelência do ensino e da formação dos quadros das Forças Armadas, compreendendo uma sólida formação ética e comportamental, é uma prioridade a que a implementação da reforma do Ensino Superior Militar deverá permitir dar uma resposta adequada.

A reforma da Saúde Militar é uma exigência da qualidade dos cuidados de saúde prestados aos utentes e da manutenção de uma capacidade ajustada às necessidades operacionais de emprego e projecção de forças.

Em reconhecimento do papel das Forças Armadas na edificação de Portugal, associei-as, desde o início do meu mandato, às cerimónias de celebração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

É com alegria que assistimos hoje a mais um passo no reencontro dos Portugueses com a sua História, ao integrarmos nesta cerimónia os antigos combatentes, a quem quero dirigir uma saudação especial. Prestamos, assim, justa homenagem àqueles que, com denodada coragem e amor pátrio, tudo se dispuseram a dar por Portugal, incluindo a própria vida.

O país que ambicionamos não pode deixar de ser um país com memória e respeito profundo pelos que deram o melhor da sua vida ao serviço da Pátria e se sacrificaram nos mais variados teatros de operações.

O exemplo de vida dos nossos antigos combatentes e o reconhecimento que aqui lhes manifestamos devem ser fonte de inspiração e de motivação para todos nós.

#### Militares

Exorto o vosso patriotismo, esclarecido e voluntário, para que continuem dispostos a lutar por Portugal, cumprindo as missões que vos são atribuídas como o têm feito até agora: com elevado sentido do dever, com profunda devoção e com a maior honra.

Obrigado.

# Sessão Solene das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

Faro, 10 de Junho de 2010

Celebramos hoje o nosso dia. De Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. Festejamos a Pátria, uma narrativa comum feita do pretérito dos que passaram e do futuro das gerações que nos irão seguir.

É nosso o dia, pois é nosso o tempo presente. Aos olhos da História, seremos responsáveis perante a memória daqueles que nos precederam e, acima de tudo, pela herança que iremos deixar aos Portugueses de amanhã.

Passaram muitos séculos e continuamos a ser o que sempre fomos. Um país rico em diversidade, mas que teve a sabedoria e o engenho de se manter como uma unidade política homogénea.

Levámos a Europa por esse mundo fora. No entanto, mesmo quando estivemos longe, nunca nos esquecemos do lugar de onde partimos. Não por acaso, temos as fronteiras mais antigas da Europa.

Aqui vive um povo que passou por grandes sacrifícios, mas que soube erguer-se nas horas difíceis.

Não foi fácil chegar ao dia de hoje, ao Dia de Portugal. Só o conseguimos porque quisemos ser livres, independentes, senhores do nosso destino. Ninguém nos ensina a ser Portugueses.

Também Alexandre Herculano, cujo bicentenário do nascimento comemoramos este ano, se maravilhou por essa singular característica da terra portuguesa. Escreveu, a este propósito:

«Quando se lançam os olhos para uma carta da Europa e se vê esta estreita faixa de terra lançada ao ocidente da Península e se considera que aí habita uma nação independente há sete séculos, necessariamente ocorre a necessidade de indagar o segredo dessa existência improvável. A anatomia e fisiologia deste corpo, que aparentemente débil resistiu assim à morte e à dissolução, deve ter sido admirável.»

Portugal terá, porventura, um território pequeno e até *aparentemente débil*, para retomar as palavras de Alexandre Herculano. Mas essa aparente fragilidade é superada pela indomável vontade de continuar a ser como somos, porque já assim o éramos há muitos séculos.

A coesão nacional constitui um dos nossos bens mais preciosos. A coesão nacional é, antes de mais, uma manifestação de vontades, a expressão do desejo de nos mantermos unidos, a capacidade de, em momentos difíceis, juntarmos esforços em torno daquilo que é verdadeiramente essencial.

Mas a coesão nacional é também uma coesão de memória. Temos um talento invulgar para conviver com o pretérito colectivo, sabendo buscar nele exemplos de presente mas não nos deixando dilacerar em lutas fratricidas sobre o passado.

Em Portugal, não existem guerras da memória, como o comprova a elevação com que, neste ano de 2010, comemoramos o centenário da República.

Na cidade de Faro há um edifício que demonstra a importância de esquecermos o pouco que nos divide em nome do muito que nos deve unir. O Teatro Lethes, cuja designação evoca o rio do esquecimento da mitologia grega, foi assim denominado para simbolizar o apaziguamento que todos desejavam após as lutas liberais. Na altura, havia que esquecer uma guerra civil que dividiu os Portugueses, colocando irmãos contra irmãos.

Também nos nossos dias é necessário deixar para trás divisões estéreis e sem sentido para nos concentrarmos no essencial, para podermos olhar mais longe para o que é verdadeiramente importante, num espírito de unidade e de harmonia cívica.

#### Portugueses

É conhecida a situação difícil que atravessamos e a exigência dos desafios que temos à nossa frente. Um tempo em que muitos portugueses temem pelo seu emprego, em que muitos dos que estão desempregados receiam não voltar a encontrar trabalho, em que os jovens se interrogam sobre o seu futuro. Um tempo em que as famílias fazem contas à vida.

Mas não podemos ceder à tentação do desalento. Se o horizonte que avistamos é de dificuldades e de incerteza, mais razões temos para nos unirmos.

A forma admirável como os Portugueses se ergueram para ajudar a Madeira, na sequência da trágica intempérie de 20 de Fevereiro passado, é a prova mais forte de que somos, como sempre fomos, uma nação solidária. Quando uma das parcelas do território é atingida pelo infortúnio, todas as outras acorrem em seu auxílio. O apoio que demos à Madeira foi uma comovente lição de portugalidade.

A coesão nacional tem de ser também coesão social. Desde a primeira hora do meu mandato, tenho dado todo o apoio às instituições de solidariedade e aos grupos de voluntariado, tenho sublinhado a importância de dar voz àqueles que a não têm, de incluir os excluídos, de atender às necessidades básicas dos que mais precisam.

Os Portugueses sabem partilhar, como o demonstra o extraordinário acolhimento que as recolhas do «Banco Alimentar» têm tido de Norte a Sul de Portugal.

Um país é feito de pessoas. Por isso, é nos Portugueses, em todos eles, que têm de se concentrar as prioridades de uma agenda social e política verdadeiramente orientada pelos valores da justiça e da coesão.

A coesão social implica, igualmente, um esforço consistente para que a sociedade civil seja capaz de se mobilizar como um todo.

A justiça social afigura-se como um imperativo de dignidade humana, mas também como uma orientação estratégica para melhor nos defendermos das dificuldades económicas que percorrem os dias que passam.

Os sacrifícios que fazemos têm de ser repartidos de forma equitativa e justa e, mais do que isso, têm de possuir um sentido claro e transparente, que todos compreendam.

Não se podem pedir sacrifícios sem se explicar a sua razão de ser, que finalidades e objectivos se perseguem, que destino irá ser dado ao produto daquilo de que abrimos mão. Quanto mais se exigir do povo, mais o povo exigirá dos que o governam.

A coesão nacional exige que a sociedade se reveja no rumo da acção política. A cidadania e o poder devem articular-se para conjugar esforços, pois este não é um momento que se compadeça com crispações inúteis.

A responsabilidade na procura de entendimentos que evitem rupturas no tecido social não compete apenas aos agentes políticos. Nestes tempos de incerteza,

45

é necessário, mais do que nunca, um contrato social de unidade e de solidariedade entre empresários e trabalhadores. É tempo de nas empresas todos juntarem esforços, capacidades e competências, norteados pelo sentido de justiça e de realismo que a situação exige. A melhoria da competitividade é decisiva para a criação de emprego.

Portugal precisa igualmente de um pacto de unidade e de solidariedade entre os que estão empregados e os que perderam o seu emprego. O desemprego é o flagelo maior da nossa economia. Gera sofrimento nas famílias e enfraquece a esperança das gerações mais jovens. É nestas alturas que a rede de segurança social do Estado e das instituições da sociedade civil, assim como os laços familiares, devem constituir a base para a preservação da dignidade e do ânimo daqueles que procuram emprego.

Portugal enfrenta hoje um outro desafio, o da coesão geracional. São cada vez mais os idosos que já não têm possibilidade de acudir ao seu próprio sustento nem aos cuidados de saúde a que têm direito. Por sua vez, os jovens que buscam o seu primeiro emprego defrontam-se com situações de incerteza e precariedade que os seus pais não conheceram.

Portugal tem de ser um País de justiça para todas as idades. Não podemos deixar que sejam os dois extremos da pirâmide etária, os mais velhos e os mais novos, a suportar os encargos sociais mais pesados das dificuldades do presente.

A coesão de uma sociedade será seriamente afectada se, de um lado, estiverem aqueles que possuem empregos estáveis, rendimentos assegurados ou regalias garantidas e, do outro lado, se encontrarem aqueles que dispõem de pensões que mal chegam para permitir a sua sobrevivência e aqueles que iniciam as suas carreiras num ambiente de grande incerteza quanto ao que o futuro lhes reserva.

A herança que hoje deixamos aos nossos filhos e aos nossos netos não deve constituir um fardo pesado, mas sim um legado que os ajude a cumprir a legítima ambição de melhorar as suas condições de vida em relação à geração dos seus pais.

A solidariedade entre gerações expressa-se também na preservação do património histórico e cultural e do património ambiental.

A sociedade civil possui uma consciência cada vez mais enraizada sobre a necessidade de preservar o ambiente, como o demonstrou a notável campanha

«Limpar Portugal», que, em Março deste ano, reuniu cerca de cem mil voluntários em defesa de uma das nossas maiores riquezas — a floresta. Os Portugueses anseiam por limpar Portugal, aspiram a um país mais são, mais limpo, não querem viver numa atmosfera carregada e irrespirável, numa paisagem cercada de lixo e desperdício.

A coesão nacional exige também coesão territorial. As assimetrias de desenvolvimento e a desertificação e o envelhecimento que ameaçam algumas zonas do Interior não podem ser uma fatalidade. O desenvolvimento harmonioso de todas as regiões deve ser um desígnio de unidade nacional.

#### Portugueses

A coesão e a unidade são o motivo pelo qual existimos há tantos séculos. À partida, a nossa condição nacional, como país livre e soberano, afigurava-se como uma improbabilidade histórica e geográfica.

Portugal foi, em vários momentos da sua História, uma nação improvável. Mas a vontade dos Portugueses foi mais forte. Não apenas provámos que éramos capazes de existir como Nação. Fomos mais longe. Revelámos ao Mundo mundos que o Mundo não conhecia. Estabelecemos contactos entre povos, por caminhos onde antes só existiam mares e o medo de os percorrer. Difundimos por toda a parte a cultura de um continente ancestral, que durante muitos séculos vivera voltado sobre si mesmo. Fizemos tudo isso sem deixarmos de ser como somos. Se no passado mostrámos que Portugal era um país provável, nos nossos dias temos de mostrar ao Mundo que somos um país credível, que merece confiança, um país que tem um rumo.

Aquilo que se pede aos Portugueses da actualidade não é menos do que aquilo que se exigiu àqueles que, no século XIII, reconquistaram o Algarve.

Como avisei na altura devida, chegámos a uma situação insustentável. Pela frente, temos grandes trabalhos, enormes tarefas, inevitáveis sacrifícios. Mas não foi com o desalento que se construiu Portugal. Não foi o desânimo que nos levou à Índia.

Em praticamente todas as paragens do Mundo, há sinais da presença lusitana. Vestígios passados, inscritos na perenidade das pedras. Mas também marcas contemporâneas, acarinhadas pelos portugueses da diáspora e pelos seus descendentes. Mesclado com outras culturas, existe Portugal onde quer que vamos.

Não foi por um acaso do destino que nos tornámos pioneiros do diálogo universal. O País está em toda a parte, muito para além deste rectângulo que se mantém firme há mais de oito séculos.

#### Portugueses

No contrato de coesão nacional que temos de estabelecer, transversal à sociedade portuguesa, cabe especial responsabilidade aos agentes políticos, aos governantes, aos deputados, aos autarcas de todo o País.

Este é o tempo de fazer um esforço suplementar para concertar posições e gerar consensos.

As horas de infortúnio são momentos de responsabilidade. Este não é o tempo para querelas partidárias ou quezílias ideológicas que nos possam distrair do essencial. O essencial são os problemas concretos dos Portugueses.

Não escondo, como nunca escondi, a real dimensão do desafio que temos entre mãos. Temos de encontrar em nós próprios a força para vencer. Não baixemos os braços.

Estou certo de que, juntos, conseguiremos.

Obrigado.

# Cerimónias Comemorativas da Presença Militar em Lamego

Lamego, 6 de Setembro de 2010

É sempre com particular satisfação que visito Lamego, esta histórica, nobre e linda cidade das Beiras. Saúdo calorosamente a população do Concelho.

Quando, à chegada, vislumbro o Castelo, no cimo do monte mais alto da cidade, velando ainda pelas suas terras e pelos seus habitantes, penso em Lamego também como um esteio da nossa nacionalidade, no carácter e na alma fortes do seu povo e no heroísmo resistente e humilde dos seus militares.

Neste período das Festas, Lamego engalanada torna-se especialmente acolhedora, com a hospitalidade das suas gentes a ter paralelo apenas na beleza que os olhos podem contemplar e na riqueza das manifestações da sua cultura tradicional, que tão bem a caracterizam e identificam.

Lamego é uma cidade exemplar na forma como recebe e se relaciona com os militares e tem hoje mais um motivo de festa, com as comemorações dos 171 anos de presença militar ininterrupta e do  $50^{\circ}$  aniversário das unidades de Operações Especiais aqui localizadas.

O Regimento de Infantaria 9, em Lamego desde 6 de Setembro de 1839, foi a primeira unidade do Exército aquartelada nesta cidade. O seu comportamento heróico na I Guerra Mundial, nomeadamente em Neuve Chapelle, em Março de 1918, valeu-lhe o lugar de honra na sua Brigada: a prerrogativa de formar à direita de todos os batalhões.

Participou em várias campanhas na defesa da Pátria, aquém e além-mar. Na década de 60 do século passado, com a evolução da arte da guerra e do contexto estratégico internacional, tornou-se necessário criar uma unidade militar do Exército que dominasse com mestria as novas capacidades exigidas no âmbito das operações especiais e, particularmente, no da contrasubversão.

Surge assim, em 1960, o Centro de Instrução de Operações Especiais, com a divisa «QUE OS MUITOS, POR SER POUCOS, NAM TEMAMOS».

A aposta na qualidade e na excelência dos recursos humanos começou cedo, com alguns militares fundadores das Operações Especiais a visitar a Argélia, onde a França combatia então a insurreição, de onde retiram lições fundamentais para a elaboração dos manuais de contra-subversão do Exército, apreendendo conceitos ainda hoje válidos para aquele tipo de combate, tão presente nos teatros de operações actuais.

Durante 15 anos, saíram de Lamego quadros e subunidades combatentes – Caçadores Especiais e Comandos – que, em África, nos teatros de operações de Angola, Moçambique e Guiné, deram provas inequívocas de heroísmo e demonstraram possuir elevada noção do dever, em toda a sua intensa actividade operacional. O Centro de Instrução de Operações Especiais, actual Centro de Tropas de Operações Especiais, participou activamente nas operações que, em 25 de Abril de 1974, conduziram à restauração da democracia em Portugal. No passado recente, a actividade desta Unidade continuou a ser notória, com o seu empenhamento em operações de evacuação de cidadãos nacionais e de apoio à paz.

Intensa formação e treino, ministrados por quadros competentes e com grande motivação, permitiram criar e manter um corpo de tropas de elite altamente especializado e de elevadíssima prontidão, que constitui um instrumento de grande valia ao dispor da defesa nacional e da política externa portuguesa, com provas sobejamente dadas em combate e em teatros de operações de elevado risco.

Na Guiné, no Senegal, em Cabo Verde, na República do Congo, em São Tomé, na Bósnia-Herzegovina, no Kosovo e em Timor-Leste, entre outros locais, esta Unidade tem estado sempre presente onde quer que Portugal dela precise.

Os elementos das Operações Especiais fazem jus à sua divisa, não temendo o inimigo pelo seu número, nem as múltiplas missões que lhes são cometidas, pela sua exigência ou complexidade. Este pequeno grupo de militares cumpre o seu dever com coragem, determinação e patriotismo, pois sabe que está na vanguarda da defesa de Portugal e dos Portugueses.

É, assim, de inteira justiça o público reconhecimento que lhes irei prestar nesta cerimónia, ao conceder ao Centro de Tropas de Operações Especiais o título de Membro Honorário da Ordem Militar de Avis e ao impor o respectivo distintivo no Estandarte Nacional à sua guarda.

Sendo o valor e o profissionalismo das Forças Armadas largamente reconhecidos pelos Portugueses, Lamego é um dos melhores exemplos de grande afinidade da Instituição Castrense com a população e com as autoridades locais.

O apoio, o respeito e o carinho que os militares sempre sentiram por parte das gentes de Lamego tem sido, certamente, um factor de motivação para o exercício da sua missão em defesa da coesão e segurança nacionais. Aqui, percebem-se as Forças Armadas como aquilo que na realidade são: não um corpo estranho à sociedade, mas antes parte integrante do povo de que emanam. São os nossos familiares e amigos que se dispuseram dar o seu esforço e a própria vida para que possamos todos cumprir Portugal.

Uma palavra final de louvor aos militares do Centro de Tropas de Operações Especiais que, à semelhança dos seus antepassados do «Nove», têm deixado pelos caminhos da História um rasto de valor e bravura, mas também de uma profunda humanidade, em todas as campanhas onde têm participado.

Encorajo os presentes, civis e militares, para que continuem a trabalhar em conjunto. Apelo aos Portugueses para que ponham de lado as divisões, pois é de coesão e união de esforços que Portugal necessita para fazer face às dificuldades que enfrenta.

Juntos somos melhores, juntos somos mais fortes, juntos venceremos os obstáculos que se nos deparam, como sempre o fizemos ao longo da nossa História. Bem-hajam.

# Cerimónia Comemorativa do Centenário da Proclamação da República

Lisboa, 5 de Outubro de 2010

Cem anos passaram sobre o dia em que, neste mesmo local, foi proclamada a República.

O passar do tempo permite-nos, hoje, olhar para a Primeira República com serenidade e distanciamento, avaliando objectivamente o seu legado.

A revolução triunfante de 5 de Outubro de 1910 despertou um país adormecido. O regime anterior dava sinais de cansaço e mostrara-se incapaz de encontrar soluções viáveis para o impasse em que o País mergulhara. Assim o reconheceu, de algum modo, o chefe do governo caído a 5 de Outubro, ao afirmar: «vi que a luta era impossível. A monarquia estava cercada de republicanos e indiferentes.»

É a conjugação perversa dessas duas realidades que tantas vezes abala os alicerces de um regime: de um lado, a indiferença do povo; do outro, a incapacidade dos agentes políticos para encontrar soluções ajustadas às necessidades concretas do País.

Servir o País. Essa é a essência do patriotismo republicano. Por isso, diria que comemorar a República corresponde, acima de tudo, a saber servir Portugal. Muito se exige dos que governam uma República democrática. Desde logo, é seu dever evitar que os cidadãos encarem com indiferença a acção dos agentes políticos ou se alheiem dos destinos do regime em que vivem. É fundamental que a classe política, pela força do exemplo, dê aos Portugueses motivos para acreditarem na sua República.

Ao comemorarmos o centenário da República, comemoramos uma nova cultura cívica para Portugal. No código genético do republicanismo encontra-se uma cultura marcada pela ética de serviço público, pela verdade e pela transparência no exercício da acção política. Um ideal de governo e de sociedade onde as pessoas ocupam cargos de relevo e posições de destaque pelo seu mérito e pelo seu valor, pelo contributo útil que podem dar ao País, e não por qualquer privilégio de nascimento ou pelas redes de influências onde se movem.

53

#### Portugueses

Se o regime monárquico, como disse o seu último chefe de governo, suscitava a indiferença do povo, porque durou tão pouco tempo a Primeira República? Se tinham ideais tão elevados, porque se deixaram os políticos republicanos enredar em conflitos e divisões que acabaram por conduzir o País para uma ditadura? A resposta terá de ser dada pelos historiadores. Mas é sabido que a instabilidade da Primeira República se ficou a dever, entre outros factores, à ausência de um elemento fundamental: a cultura da responsabilidade.

É pacífica a conclusão de que a República foi um regime atravessado por querelas e lutas que pouco diziam ao comum dos Portugueses. Lutas que eram perfeitamente secundárias face aos problemas que o País tinha de enfrentar: o analfabetismo e a pobreza, o atraso económico, as desigualdades, a dependência do exterior, a entrada na Grande Guerra, o desequilíbrio das contas públicas. O essencial não é a discussão e a luta dos políticos. Há cem anos, como hoje, o essencial é a vida concreta das pessoas.

A responsabilidade constitui um dos alicerces básicos da vida colectiva de uma nação. Todos, sem excepção, somos chamados a agir com sentido de responsabilidade. Do mais humilde trabalhador ao empresário de maior projecção, dos jovens aos mais velhos, passando pelos que ocupam cargos públicos de relevo, cada um tem de actuar na sua vida pessoal, familiar e profissional de uma forma responsável.

A responsabilidade não é, obviamente, sinónimo de unanimidade. Num país livre, cada um pode escolher o seu caminho. Numa sociedade aberta e plural, há espaço para diversas concepções do Mundo, para diferentes doutrinas e crenças, porque a República é um lugar de liberdade.

Ser responsável não significa abdicar da liberdade. Pelo contrário: só sendo responsáveis poderemos ser verdadeiramente livres.

Temos responsabilidades colectivas, enquanto Estado que convive com outros Estados e faz parte de organizações internacionais.

Enquanto cidadãos da República, temos deveres de cidadania para com os outros. Na exigência de civismo que devemos interiorizar, por exemplo, na circulação rodoviária, no respeito pela autoridade legítima ou na defesa do nosso património histórico.

No nosso tempo, sublinha-se cada vez mais a responsabilidade social das empresas. Uma empresa é uma união de esforços e de vontades. Aos agentes económicos é, por isso, exigido um particular cuidado na gestão das suas empresas, pois daí depende, em larga medida, o futuro do País e o futuro de muitos trabalhadores.

Os trabalhadores e os seus representantes, por sua vez, também devem partilhar desta atitude cívica republicana. Da sua responsabilidade depende uma desejável concertação com os empregadores, de modo a que sejam encontradas as melhores soluções para todos.

O requisito cívico da responsabilidade torna-se mais intenso quanto maior for a capacidade de intervenção de cada um na vida colectiva. Saliento as exigências especiais que recaem sobre os profissionais da comunicação social, por um lado, e sobre os titulares de cargos públicos, por outro.

A comunicação social desempenha um papel de relevo nas sociedades contemporâneas. Informa os cidadãos mas, além disso, forma a sua opinião. Para ser responsável, tem de ser livre. Mas, sendo livre e plural, tem o especial dever de informar com isenção, com objectividade e com rigor.

Contudo, é dos titulares de cargos públicos que mais se exige quanto a uma ética de responsabilidade.

Os titulares de cargos públicos, como é o caso dos agentes políticos, dos altos dirigentes ou dos magistrados, têm de pautar a sua acção por critérios muito rigorosos. Antes de mais, devem conhecer as realidades, estudar os assuntos com que têm de lidar, possuir um conhecimento adequado dos problemas. Além disso, devem estar conscientes de que são referências para a sociedade. Os seus actos, e até as suas palavras, tanto podem gerar confiança e ânimo como podem contribuir para o descrédito das instituições. A cultura republicana de responsabilidade exige rigor, bom senso, ponderação e contenção verbal, não se compadecendo com intervenções arrebatadas na praça pública, com palavras que são ditas sem se pensar nas consequências que têm para a dignidade das instituições.

O Presidente da República, em particular, deve manter um especial cuidado no uso da palavra. A coesão nacional, como referi na minha intervenção do passado dia 10 de Junho, é um dos bens mais preciosos que Portugal possui.

Um Presidente da República não pode alimentar divisões. A responsabilidade primordial de um Presidente da República é unir os Portugueses, em vez de impor a sua visão do Mundo a uma parcela do País.

Da República centenária poderemos extrair vários ensinamentos. Entre eles, destaca-se um: não é da crispação que nascem as soluções para os problemas. Impõe-se, pois, que exista um compromisso político de coesão nacional.

Um compromisso firme e sério, através do qual as diversas forcas partidárias, sem abandonarem as suas diferentes perspectivas, compreendam a gravidade do tempo presente e saibam estar à altura da confiança que o povo lhes concedeu. Tudo farei para que prevaleca uma cultura de diálogo e de responsabilidade que permita alcançar os entendimentos necessários à resolução dos problemas do País.

#### Portugueses

Neste ano de 2010, além do Centenário da República, comemoramos os 25 anos de adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

O País mudou muito e mudou para melhor. Os Portugueses vivem hoje incomparavelmente melhor do que viviam há cem anos. E também vivem melhor do que antes de aderirmos às Comunidades Europeias.

Porque vivemos melhor, somos mais exigentes. É legítimo que o sejamos. Estamos insatisfeitos, o que não deve ser motivo para baixar os braços. Pelo contrário: se estamos insatisfeitos, temos de nos empenhar mais, de ser mais responsáveis nas nossas profissões, na defesa dos bens colectivos, nos deveres que temos para com a comunidade.

Somos hoje uma terra livre, um país que faz parte de pleno direito da comunidade internacional.

O balanço da República e o balanço da nossa participação no projecto europeu são claramente positivos. Soubemos fazer as escolhas certas nos momentos decisivos. Não esperámos que fossem outros a resolver os nossos problemas.

É esta a atitude que temos de cultivar no tempo presente. Um tempo adverso, sem dúvida, mas, por isso mesmo, uma altura que põe à prova a nossa vontade de vencer.

Estou certo de que, com a força inspiradora deste Centenário, iremos triunfar. Portugal sempre foi maior quanto maiores foram os desafios que teve de enfrentar. Com ânimo patriótico, com orgulho em sermos Portugueses, iremos conseguir!

Em nome de Portugal, celebremos os cem anos da República. A festa é do povo, porque a República é de todos. Obrigado.

55

No ano que agora terminou, Portugal foi confrontado com uma realidade que há muito se desenhava no horizonte.

A partir do segundo semestre de 2010, já ninguém pôde negar que o País atravessa uma situação de grave crise económica e financeira, a qual tem efeitos negativos no plano social. Aquilo que para alguns era já uma evidência, para a qual na devida altura alertaram os Portugueses, foi finalmente reconhecido por todos, a começar pelos decisores políticos.

Não iludir a realidade é um sinal positivo e uma atitude responsável, pois representa o primeiro passo para mudar de rumo e corrigir a trajectória.

No ano de 2010, comemorou-se o centenário da República e os 25 anos da nossa adesão às Comunidades Europeias.

A República, a democracia e a integração na União Europeia constituem opções estratégicas que Portugal tomou no século XX. Em torno delas, formou-se um grande consenso nacional.

O regime republicano encontra-se plenamente consolidado ao fim de 100 anos de existência. Por outro lado, é em democracia que todos aspiramos viver e ninguém deseja o regresso aos tempos da ditadura. Por fim, nenhuma pessoa de bom senso pode questionar o acerto da opção que tomámos ao participar no projecto europeu e na moeda única, o euro.

Uma República democrática e integrada na União Europeia corresponde à síntese daquilo que somos e daquilo que queremos ser nos alvores deste novo milénio.

Os tempos que atravessamos são de grandes dificuldades. Seria faltar à verdade afirmar que essas dificuldades vão desaparecer no ano que agora começa.

Portugal tem hoje mais de 600 mil desempregados. O desemprego está a penalizar muito os mais jovens. A par disso, assistimos ao recrudescimento da pobreza em níveis que são intoleráveis.

É sobretudo nos tempos mais adversos que os sacrifícios têm de ser repartidos de uma forma justa por todos, sem excepções ou privilégios. Perante as situações de pobreza e exclusão com que somos confrontados, pretender fugir aos sacrifícios é uma atitude que não se coaduna nem com os mais elementares princípios da ética republicana nem com o valor fundamental da coesão social.

A coesão social é um elemento-chave da coesão nacional. É imprescindível que estejamos unidos para enfrentar as dificuldades que atravessamos e que, repito, não irão desaparecer em 2011.

Os Portugueses deram mostras, ao longo do ano de 2010, de que reconhecem o valor e a importância da coesão e da solidariedade.

O País foi afectado por intempéries naturais, na Madeira, nos Açores, no Continente. Logo se geraram campanhas de apoio às famílias e aos cidadãos atingidos por essas situações de calamidade. Foi também exemplar o modo como os Portugueses participaram nas campanhas lançadas pela sociedade civil com vista à recolha de produtos alimentares e bens de primeira necessidade.

Às instituições de solidariedade social e àqueles que se destacam no trabalho de voluntariado, em especial ao voluntariado jovem, quero, como Presidente da República, deixar uma palavra do meu maior apreço.

Um povo com tamanha generosidade dá-nos todas as razões para termos esperança e confiança.

É por tudo isto que considero essencial que 2011 fique marcado pela firmeza no combate ao desemprego e à pobreza.

Estou certo de que podemos vencer.

Vivemos nesta terra há muitas centenas de anos. A nossa História teve momentos tão ou mais difíceis do que este. Durante várias décadas, perdemos até a independência, mas soubemos reconquistá-la.

Atravessámos situações financeiras muito graves e hoje, todos temos de o reconhecer, possuímos uma vida melhor do que todas as gerações que nos precederam. Portugal é, actualmente, um país mais justo, mais desenvolvido e mais livre do que o foi ao longo de toda a sua História.

É justamente por isso, porque temos capacidade de ultrapassar as dificuldades do presente, que temos de nos unir.

Não podemos deixar para trás os que mais precisam: os jovens que buscam emprego, os desempregados de longa duração, os idosos mais carenciados, os que sofrem a pobreza e a exclusão, as crianças em risco, os deficientes, as famílias que enfrentam grandes privações.

A luta para que estes portugueses não sejam abandonados não é monopólio de ninguém, pois constitui responsabilidade de todos.

59

Como tenho vindo a insistir há muito tempo, o caminho do nosso futuro tem de assentar muito claramente no aumento da produção de bens e serviços que concorrem com a produção estrangeira, no reforço da competitividade das nossas empresas e na redução do endividamento do País ao estrangeiro.

A todos os portugueses, quer os que vivem no País, quer os que vivem no estrangeiro, desejo um ano de 2011 feito de trabalho e de paz, um ano feito de esperança.

A todos os portugueses, desejo um bom Ano Novo. Boa-noite.

# Tomada de Posse do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

Palácio de Belém, 7 de Fevereiro de 2011

Ao ser empossado como Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, assume o Senhor General Luís Araújo o mais elevado cargo da hierarquia militar, sendo-lhe conferidas as mais altas responsabilidades a nível do comando operacional das forças e do aconselhamento militar aos órgãos de soberania com competência na área da Defesa Nacional.

Uma palavra de profundo reconhecimento é devida ao General Valença Pinto, que termina o seu mandato. É da maior justiça salientar a elevada competência e o apurado sentido do interesse nacional com que desenvolveu o processo de transformação das nossas Forças Armadas, bem como a forma altamente dignificante como representou Portugal nas organizações internacionais de que fazemos parte, prestigiando o País e as suas instituições militares.

Assume o Senhor General Luís Araújo as suas funções numa conjuntura externa complexa e objecto de profundas mudanças.

A NATO aprovou, em Lisboa, um novo conceito estratégico, a fim de se adequar aos desafios e ameaças que enfrentamos. É com sentido de responsabilidade que Portugal reitera o seu empenhamento no âmbito desta Organização, adaptando e aprontando as suas forças para a nova tipologia de missões que nos é solicitada.

O novo conceito comporta também uma maior concertação estratégica e de capacidades entre a NATO e a União Europeia, já perspectivada, aliás, no Tratado de Lisboa e que se revela essencial para a racionalização dos esforços e dos meios postos à disposição das duas organizações, na promoção da segurança e defesa colectivas.

Por outro lado, o fortalecimento da lusofonia e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa é um desafio a vencer e uma oportunidade a explorar. Partilhamos de um conjunto de valores, de uma história e de uma língua comuns que temos obrigação de defender e de difundir, em respeito pelo nosso passado

e como investimento no nosso futuro. De entre as múltiplas frentes envolvidas, destacaria aqui, naturalmente, a cooperação técnico-militar com os países de expressão portuguesa.

No plano interno, o apoio das Forças Armadas à população e a cooperação com as forças e serviços de segurança revelam-se cada vez mais necessários, em função das ameaças transnacionais e dos próprios riscos associados a um ecossistema instável.

O desempenho das missões não pode, bem entendido, ser desligado dos constrangimentos financeiros que caracterizam a actual situação do País. Importa actuar com equilíbrio e racionalidade, por forma a atenuar o impacto das restrições orçamentais no reequipamento, na gestão dos efectivos e no produto operacional das Forças Armadas.

E há, desde logo, que estabelecer criteriosamente um conjunto de prioridades na afectação de recursos e no redimensionamento de estruturas, num quadro de dificuldades que os militares compreendem.

#### Senhor General Araújo

Entre as áreas de esforço que se perfilam no mandato de Vossa Excelência, encontram-se certamente a consolidação e o desenvolvimento das reformas em curso, na sequência da legislação aprovada nos últimos dois anos.

Destacarei, por um lado, o desenvolvimento dos processos de racionalização e integração de estruturas nas Forças Armadas, em particular nas áreas do comando conjunto e do ensino superior militar e, por outro, a conclusão da instalação do Hospital das Forças Armadas, em cuja sede caberá encontrar as soluções que melhor se adaptem aos objectivos definidos.

Não será de todo compreensível que outros interesses, que não os da instituição, se sobreponham à operacionalidade e à qualidade do serviço prestado aos elementos das Forças Armadas e à família militar.

A integração e partilha de outros serviços e capacidades militares afigura-se também como um caminho que a actual conjuntura geopolítica permite e que a situação económica que enfrentamos aconselha.

Impõe-se, ainda, proceder à análise do impacto das restrições orçamentais na Lei de Programação Militar, restabelecendo prioridades de modo a garantir,

em primeira instância, o cumprimento das missões que nos estão cometidas no âmbito dos compromissos actualmente assumidos.

A nossa segurança e a nossa afirmação como Estado têm, cada vez mais, de ser prosseguidas longe do território nacional, exigindo, no quadro das alianças internacionais, uma aposta crescente na segurança cooperativa e na repartição solidária de esforços, recursos e capacidades. As Forças Armadas constituem-se, neste quadro, como instrumento indispensável da política externa do Estado e factor preponderante para o sucesso das missões humanitárias e de apoio à paz.

63

A coordenação da participação e emprego das Forças Nacionais Destacadas no exterior do Território Nacional merecerá, certamente, a melhor atenção de Vossa Excelência, assim como a cooperação entre as Forças Armadas e os serviços de protecção civil, para o apoio às populações em situações de risco e emergência.

Os Portugueses confiam e reconhecem-se nas suas Forças Armadas.

O reconhecimento do desempenho das nossas Forças Armadas tem sido consequência da coesão reforçada que manifestam, das referências e valores em que a sua organização mostra assentar e do elevado grau de preparação evidenciado no cumprimento de missões complexas e de risco, nos mais diversos teatros de operações, o que lhe tem granjeado justo prestígio além-fronteiras.

#### Senhor General Luís Araújo

A longa e bem-sucedida carreira de Vossa Excelência confere-lhe a experiência e as competências necessárias para o exercício das altas funções em que está investido, assim como a autoridade para congregar os esforços e as dinâmicas da Instituição Militar na prossecução dos objectivos superiormente definidos e para proporcionar ao poder político os melhores fundamentos para a tomada de decisão.

Vossa Excelência saberá, certamente, encontrar a forma mais adequada de cumprir a exigente missão que agora lhe é confiada, a bem de Portugal e das suas Forças Armadas. Contará, para tanto, com o apoio e a solidariedade institucional do Presidente da República e Comandante Supremo.

|                                    | TT | _ |
|------------------------------------|----|---|
| Economia e Crescimento Sustentável |    |   |
|                                    |    | _ |





## **Encontro com Jovens Enólogos**

Albernoa, 1 de Maio de 2010

Em primeiro lugar, gostaria de vos saudar a todos e de agradecer a vossa presença neste Encontro. Sei que muitos vieram de longe e que alguns terão abdicado, num dia feriado, de estar com as suas famílias, para estar aqui.

Em segundo lugar, queria dirigir à família Soares o meu sincero agradecimento pelo excelente acolhimento que nos proporcionou nesta magnífica unidade da Herdade da Malhadinha Nova. Aqui produzem-se bons vinhos, associando-os a um turismo rural de grande qualidade, no âmbito de um conceito inovador, cujo mérito é unanimemente reconhecido.

Como todos sabemos, o vinho é o mais importante produto do nosso sector primário.

Gera, anualmente, um valor de quase 900 milhões de euros, o que representa cerca de 17 por cento do valor global da produção do ramo agrícola. A vinha ocupa 240 mil hectares de superfície cultivada e cerca de 30 mil produtores distribuídos um pouco por todo o País.

Além disso, é perfeitamente perceptível para todos os Portugueses que se trata de um sector em que, nas últimas duas décadas, se gerou uma dinâmica muito positiva e se operou um enorme salto qualitativo.

Não produzimos mais vinho do que antigamente. O que produzimos é muito melhor vinho. E isso é bom. É bom para a nossa economia; é bom para as nossas zonas rurais; é bom para os consumidores portugueses, que não trocam os nossos vinhos por quaisquer outros.

Mas também é bom para o turismo e, sobretudo, para as nossas exportações e para o próprio prestígio de Portugal.

Sublinho que exportamos, anualmente, cerca de 600 milhões de euros em vinho.

De facto, nas duas últimas décadas, foram reconvertidos muitos milhares de hectares de vinhas; centenas de adegas foram construídas e modernizadas; organizaram-se cursos específicos em várias Universidades e Institutos Politécnicos; e multiplicou-se o número de exposições, concursos, mostras e provas, que mobilizaram não só os agentes económicos mas também uma parte importante da população portuguesa.

A vitivinicultura tornou-se, de facto, um dos mais dinâmicos sectores da nossa economia.

Esta evolução, muito positiva, não aconteceu por acaso. É o produto de um esforço prolongado e colectivo.

Um esforço esclarecido, envolvendo viticultores, transformadores, comerciantes, técnicos vitícolas e enólogos, além de associações e instituições de natureza muito diversa. Instituições onde se ensina e investiga, ou onde se controla a qualidade e organiza a produção. Instituições que promovem as exportações e o consumo ou que congregam e associam os diferentes agentes da fileira.

O sucesso do sector tem também beneficiado de uma atenção cada vez mais esclarecida da comunicação social, designadamente da comunicação social especializada, que divulga e promove a qualidade e o consumo dos nossos vinhos.

Não só temos conseguido assegurar o abastecimento do nosso mercado interno e suster a pressão das importações — o que por si só já seria importante — mas também temos conseguido manter e desenvolver as nossas exportações para mercados exigentes, e num contexto altamente concorrencial.

A ideia de me reunir convosco surgiu no quadro de um Roteiro para a Juventude, que tive oportunidade de realizar recentemente no Baixo Alentejo.

Não pude realizar este Encontro na altura, por razões que tiveram a ver com preocupações de saúde de um dos responsáveis da Malhadinha Nova, que, felizmente estão completamente ultrapassadas. Depois disso, não poderíamos escolher outro sítio para concretizar esta iniciativa.

A minha intenção era, e é, dar público testemunho do reconhecimento e do apreço do País pelo excelente trabalho que tem sido feito pelo conjunto de empresas, técnicos e instituições, em prol da vitivinicultura e da economia nacional.

Torno agora público esse reconhecimento, através deste Encontro com a jovem e brilhante geração de enólogos portugueses.

São profissionais excelentes, com elevado nível de formação, que exercem a sua actividade com grande entusiasmo e dedicação. São jovens profissionais respon-

sáveis por um ambiente de saudável concorrência, que se dispõem a trabalhar em todos os cantos de Portugal, no Norte e no Sul, no Litoral e no Interior, onde produzem ou ajudam a produzir bons vinhos. Alguns dos melhores vinhos do Mundo.

O reconhecimento internacional dos nossos vinhos não pára de crescer. As centenas de medalhas atribuídas nos mais importantes concursos internacionais e as elevadas pontuações – que chegam a atingir a excelência – obtidas pelos vinhos portugueses, em provas de prestigiadas organizações e revistas da especialidade, são disso a prova indesmentível.

Acredito, aliás, que o recente projecto da marca Vinhos de Portugal será mais um contributo positivo para o reforço da imagem portuguesa enquanto país produtor.

Num mundo vitivinícola cada vez mais uniforme, um dos nossos desafios é fazer vinhos diferentes e fazê-los conhecer junto dos consumidores. Creio que se está, justamente, a apostar nisso, valorizando algumas das nossas excelentes e muito apreciadas castas nacionais.

Muito deste trabalho e desta dinâmica não teria acontecido sem o apoio das Comissões de Vitivinicultura Regionais, do Instituto do Vinho do Douro e Porto e do Instituto da Vinha e do Vinho, bem como da Viniportugal, cujos dirigentes estão também hoje aqui presentes e que eu gostaria de saudar.

Por outro lado, nada disto poderia ter sido feito sem o contributo do conhecimento e da ciência, que acompanhou – diria mesmo, que precedeu – a notável evolução da vitivinicultura nacional.

A presença de professores do Instituto Superior de Agronomia e da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, reconhecidos como tendo tido uma grande importância na formação de centenas de jovens, muitos dos quais aqui presentes, e que são hoje enólogos ou técnicos de viticultura, tem um significado muito particular.

O Professor Nuno Magalhães e a Professora Olga Laureano são unanimemente reconhecidos como duas importantes e distintas personalidades da vitivinicultura nacional. Ambos contribuíram, e ainda contribuem, com o seu trabalho na área de formação e do ensino e na área de investigação, para a modernização e para a melhoria da qualidade da vinha e do vinho em Portugal.

Além disso, não se isolaram, acompanharam alunos, colaboraram e colaboram em inúmeros projectos inovadores, de investimento e de investigação, colaboraram com outras universidades e com outros países e souberam estabelecer ligações muito importantes com inúmeras empresas vitivinícolas, revelando sempre um elevado conhecimento, sentido profissional e dedicação ao sector. É por isso com grande prazer que, enquanto Presidente da República, pretendendo distinguir o conjunto do sector vitivinícola, decidi condecorar o Professor Nuno Magalhães e a Professora Olga Laureano com o Grau de Comendador da Ordem do Mérito Agrícola, Comercial e Industrial, Classe do Mérito Agrícola.

## Cerimónia de Entrega do Prémio «Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa»

Lisboa, 8 de Junho de 2010

Quero, antes de mais, dar as boas-vindas a todos os que viajaram dos quatro cantos do Mundo para hoje estarem aqui reunidos neste segundo Encontro «Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa».

Saúdo todos os nomeados, felicitando, em especial, os vencedores deste Prémio. O País reconhece o vosso exemplo inspirador, que é também motivo de orgulho para todos.

A vasta participação neste segundo Encontro da Diáspora, assim como o número crescente de candidaturas apresentadas ao Prémio, são sinais encorajadores do fortalecimento das relações de Portugal com as comunidades portuguesas dispersas pelo Mundo. Felicito a Direcção e a equipa da COTEC pela qualidade da organização do Encontro e pelo dinamismo atingido em torno deste Prémio.

Logo na primeira mensagem que, como Presidente da República, dirigi aos portugueses residentes no estrangeiro, sublinhei a importância de Portugal conhecer melhor o talento e o prestígio dos nossos compatriotas e dos luso-descendentes nas sociedades onde se encontram integrados, e de aproveitar os seus saber, experiência e capacidade de contacto.

Comprometi-me, então, a tudo fazer para apoiar uma maior aproximação entre Portugal e as comunidades portuguesas no exterior. Ao longo do meu mandato, com esse compromisso em mente, tenho estado em muitas ocasiões com os nossos compatriotas, em diferentes partes do Mundo, e tenho constatado que todos persistem em manter vivos os laços que os unem a Portugal.

O aprofundamento desses laços é uma tarefa que sempre considerei ser fundamental. Esta minha convicção torna-se ainda mais forte perante os enormes desafios que Portugal enfrenta, com destaque para a recuperação económica e a criação de emprego. E é exactamente para contribuírem para vencer o desafio da transformação da economia portuguesa que quero convocar-vos enquanto Portugueses e enquanto empresários de sucesso.

Como tenho repetidamente sublinhado, o País só poderá atingir uma recuperação económica sustentável com uma sólida e profunda aposta no reforço dos factores de competitividade e na conquista de novos mercados. E é precisamente aqui que o contributo da diáspora, o vosso contributo, poderá ser decisivo.

Se há exemplo que os nossos compatriotas nos têm dado é de que não existem fatalidades irreversíveis. É sempre possível mudar o rumo das nossas vidas. À custa de trabalho, de criatividade, da capacidade de correr riscos.

Importa tomar consciência do potencial de dinamização que constitui a nossa diáspora.

Num Mundo globalizado, graças à facilidade de comunicação e à rapidez de transferência de informação e conhecimento, os Portugueses, onde quer que estejam, estão mais próximos entre si e mais próximos do seu país. Se, no passado, muitos partiram sem sequer saber se teriam a possibilidade de regressar, hoje as distâncias encurtaram-se extraordinariamente e, graças à inovação tecnológica nas comunicações, já não são as distâncias físicas que nos separam.

O vosso sucesso, como empresários e empreendedores, é actualmente uma mais-valia que Portugal não pode desperdiçar. Por três razões.

Primeiro, porque conhecem simultaneamente duas realidades socioculturais, a do vosso país natal e a do país de acolhimento, podendo criar ligações de contacto extremamente frutuosas.

Em segundo lugar, porque conhecem bem os mercados em que operam, factor que poderá ser de extrema utilidade para o tecido económico nacional envolvido em actividades de exportação.

E, finalmente, porque são depositários de uma relação pessoal e muito próxima com os milhões de luso-descendentes.

Ao reconhecer a existência de uma comunidade empresarial de sucesso na diáspora, os empresários nacionais poderão aí encontrar parceiros de confiança, profundos conhecedores das realidades dos novos mercados-alvo que ambicionam conquistar.

Igualmente, os empresários das comunidades no exterior poderão encontrar nos empresários nacionais os parceiros adequados para investimentos e negócios rentáveis que contribuam para o desenvolvimento económico do País.

De norte a sul do País, tenho encontrado comunidades capazes de dar um contributo decisivo para a recuperação económica e para a criação de emprego, através do fortalecimento da capacidade produtiva local, da valorização de recursos próprios, da difusão de uma cultura de inovação e do empreendedorismo jovem.

Estou certo de que, ao nível das autarquias, há hoje maior facilidade e receptividade ao investimento dos empresários da diáspora. Conheço de perto experiências bem-sucedidas de cooperação económica de autarquias com representantes de comunidades portuguesas, as quais interessa ver multiplicadas.

#### Minhas Senhoras e meus Senhores

Afirmei, por ocasião das primeiras comemorações do dia 10 Junho no meu mandato, que a comemoração do Dia de Portugal como um verdadeiro Dia da Diáspora portuguesa seria substancialmente reforçada no seu simbolismo se envolvesse activamente as comunidades portuguesas e as organizações que as representam.

Este Encontro de empresários e empreendedores, bem como o Prémio que tive o gosto de entregar pelo terceiro ano, são uma prova do progresso que conseguimos realizar.

O Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portugueses comemora-se, este ano, em Faro. Quero recordar que, segundo as crónicas, foi no Algarve que se fixou há quinhentos anos o Príncipe Henrique, *o Navegador*. A partir de Sagres, segundo se diz, foi lançada a epopeia dos Descobrimentos. Sem medos, sem temores. Ou, melhor, sabendo dominar os medos e os temores.

À semelhança dos navegadores de outrora, temos de ser capazes de ousar ultrapassar as barreiras mentais que nos atemorizam perante o risco e a incerteza. A propensão para manter o estado das coisas, para evitar a todo o custo qualquer mudança que implique risco, e a reserva com que muitas vezes se encara a inovação são dos maiores obstáculos à tão necessária transformação do nosso País.

As histórias dos portugueses na diáspora, as histórias das vossas vidas, têm como traço comum a vitória sobre circunstâncias adversas. Sabeis, como poucos, que o medo e a confiança não podem viver em simultâneo no coração dos

Obrigado.

homens. Ao escolherem viver pela confiança, em vós mesmos e nas vossas capacidades, servis de exemplo e de inspiração a todos os Portugueses.

A aventura contemporânea de Portugal está aberta a todos. Todos, sem excepção, serão necessários para percorrer os caminhos que nos levem de regresso ao crescimento económico sustentável.

Agradeço a vossa presença. Estou certo de que ela é um sinal de esperança no futuro de Portugal. Em nome da mudança, em nome da confiança, desejo os maiores sucessos a todos os presentes.

### Encontro com Jovens Chefes de Cozinha Portugueses

Palácio de Belém, 30 de Junho de 2010

Através do Encontro com jovens chefes de cozinha, que aqui hoje tem lugar, prestamos homenagem a todos aqueles que, pelo país fora, prestigiam a gastronomia portuguesa.

Agradeço a colaboração da Academia Portuguesa de Gastronomia e o empenho entusiástico do seu presidente,  $Eng^{o}$ . Bento dos Santos.

Uma parte importante da nossa vida, da nossa economia, da nossa cultura, da nossa saúde e bem-estar está relacionada com o que comemos e como comemos. As memórias familiares, as que guardamos das regiões e dos países que visitamos, dos amigos com quem privamos, das celebrações em que participamos estão, muitas vezes, relacionadas com a gastronomia.

Portugal tem um património gastronómico notável. Em parte herdado de tempos remotos, ligado à sua natureza específica, simultaneamente mediterrânica e atlântica, aos produtos que sempre produzimos, à diferença entre regiões e à imaginação dos nossos antepassados. Em parte, também, fruto da pesquisa recente de estudiosos e de cozinheiros com grande sensibilidade que aprofundaram a seu gosto novas soluções gastronómicas de grande qualidade e que têm vindo a ser reconhecidas, quer em Portugal, quer no estrangeiro.

A questão que se coloca é a de saber como transformar a culinária portuguesa, os nossos peixes, que parecem ser dos melhores do Mundo, os nossos excelentes vinhos e azeites, as nossas frutas e produtos hortícolas, e a arte dos nossos chefes em instrumentos ao serviço da nossa economia, como promovê-los com eficácia, para que sejam facilmente reconhecidos e apreciados em toda a parte, quer pelos portugueses, quer por aqueles que nos visitam.

Saúdo, a este respeito, o movimento que entre nós tem defendido os produtos tradicionais de qualidade e conseguido alargar o âmbito dos produtos com Denominação de Origem e com Indicação Geográfica Protegida.

As heranças antigas são importantes, mas não têm que permanecer imutáveis. Embora todos nós valorizemos a sua defesa e preservação, penso que não nos devemos opor a que elas se possam conjugar com dinâmicas modernas e inovadoras.

É precisamente o que faz uma parte dos nossos chefes de cozinha, aos quais quero hoje testemunhar o meu apreço, pela forma como, com dedicação e profissionalismo, têm contribuído para divulgar, enriquecer e fazer evoluir o já rico e variado património gastronómico nacional, fazendo do triunfo do sabor e dos prazeres da comida e da bebida um objectivo de vida saudável.

Agradeço, em particular, a presença e a participação neste Encontro dos jovens chefes que vieram testemunhar as suas experiências, e que irão dentro em pouco apresentar algumas das suas criações gastronómicas.

Quero também destacar, e saudar com muito apreço, a presença e o contributo da Senhora Dona Maria de Lurdes Modesto, a quem muito devemos pela dedicação ao serviço do prestígio da cozinha portuguesa.

Aos jovens chefes de cozinha e a todos os outros que têm defendido e valorizado os nossos produtos e os nossos sabores, e também aos estudiosos e divulgadores das nossas qualidades gastronómicas, com destaque especial para os que, no passado, tão bem souberam dignificar a cozinha portuguesa, eu quero agradecer, enquanto Presidente da República, o seu esforço e dedicação, em benefício do nosso País, da nossa saúde e do nosso prazer colectivo.

Antes de terminar, gostaria de agradecer a excelente colaboração que nos foi prestada pela *Unicer*, pela *Viniportugal*, pela *Mandala* e também pelos *Pastéis de Belém*, e de vos convidar a todos para uma pequena experiência gastronómica de carácter simbólico, da responsabilidade de vários jovens chefes de cozinha aqui presentes, que terá lugar dentro de momentos no Jardim da Cascata, aqui no Palácio de Belém.

Muito obrigado.

## Sessão de Abertura do Fórum Empresarial COTEC para a Globalização 2010

Estoril, 9 de Julho de 2010

79

É com enorme satisfação que participo neste Fórum da COTEC dedicado à competitividade das empresas no contexto mundial, um tema de manifesta importância para a economia portuguesa.

Os empresários e gestores aqui presentes encontrarão neste evento um contributo muito oportuno e relevante para a reflexão sobre a natureza das transformações que, em resposta aos desafios da globalização e do progresso tecnológico, se tornará necessário, porventura, imprimir às suas organizações.

Dou as boas-vindas aos nossos distintos convidados, líderes de empresas de projecção internacional, a quem aproveito para agradecer a disponibilidade para partilharem a sua experiência e os seus conhecimentos. Congratulo-me com o elevado interesse mostrado por um tão significativo leque de empresas nacionais em participar nesta realização. Espero sinceramente que a partilha de experiências traga resultados muito positivos e enriquecedores para todos.

#### Minhas Senhoras e meus Senhores

A economia global enfrenta desafios difíceis e exigentes, e Portugal não está imune nem pode ficar alheio a esses desafios.

Nos meios empresariais e académicos, é comum dizer-se que todas as crises encerram riscos, mas abrem, simultaneamente, novas oportunidades. É esta perspectiva de confiança que gostaria de ver reflectida neste Fórum e para ela mobilizar os agentes económicos. É esta a minha motivação principal para patrocinar esta iniciativa.

A economia mundial continua numa situação de alguma fragilidade. Apesar de alguns sinais de recuperação da conjuntura global, provenientes sobretudo das principais economias emergentes, existe ainda um conjunto de circunstâncias que trazem uma particular dose de incerteza à análise do futuro próximo.

A turbulência nos mercados europeus de dívida pública, a fragilidade do mercado laboral nos Estados Unidos e a dependência que os mercados e a economia real continuam a revelar face aos estímulos monetários e orçamentais são, certamente, motivos que nos devem levar a encarar o futuro com prudência e sentido de responsabilidade.

Apesar destes factores, o cenário económico global apresenta-se, agora, diferente do vivido nos últimos dois anos. Para além das perspectivas de recuperação gradual das economias dos países mais desenvolvidos – nomeadamente os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão -, muitas economias ditas emergentes têm tido um desempenho bastante positivo, constituindo um sinal claro de que existem oportunidades de negócio a que as empresas portuguesas têm de estar particularmente atentas.

Para além da China, da Índia e do Brasil, onde o crescimento económico regista níveis muito significativos, temos, mais próximo de nós, países como a Polónia ou a Turquia com trajectórias de desenvolvimento igualmente muito animadoras. Também alguns dos países com quem temos uma tradição profunda de relacionamento económico, como Angola e Moçambique, e mesmo muitos países nossos amigos do Norte de África, têm tido um desempenho bastante favorável.

Apesar da incerteza que ainda envolve a evolução da economia mundial, importa ter presente que nenhuma recessão é permanente e que o cenário de retoma económica não ocorrerá necessariamente de maneira uniforme a nível global. É por isso que os empresários devem olhar com redobrada atenção para um leque alargado de países, mercados e soluções de negócio. As oportunidades existem. Cabe às empresas perceber e explorar essas oportunidades, capitalizando as suas competências específicas.

#### Minhas Senhoras e meus Senhores

Na sequência da crise financeira global, iniciada em 2007, e a par da resposta dada pelo Banco Central Europeu no domínio monetário, os países membros da União Europeia decidiram, colectivamente, reforçar a sua acção no domínio orçamental. Pelo que sabemos hoje, é legítimo concluir que as medidas de carácter expansionista adoptadas pelos Estados da União Europeia contribuíram para evitar uma recessão mais profunda e, sobretudo, para aliviar as consequências da crise sobre os cidadãos mais desprotegidos e em situação de maior risco. Contudo, este esforco das financas públicas acabou por gerar novos desafios. A turbulência nos mercados de dívida soberana veio lembrar que há limites ao recurso aos instrumentos orcamentais e ao aumento do endividamento. E veio demonstrar, também, que a sustentabilidade financeira é uma condição necessária, ainda que não suficiente, para assegurar um bom desempenho económico.

O Pacto de Estabilidade e Crescimento, um instrumento essencial da União Económica e Monetária, foi de certa forma colocado num segundo plano quando, a nível europeu, se delineava a estratégia orcamental de combate à crise. Poderá dizer-se, agora, que os Estados não souberam antecipar a reacção dos mercados, o que será explicável pela gravidade da situação económica que a União Europeia então enfrentava. Contudo, é altura de relembrar a lógica que esteve subjacente à existência do Pacto de Estabilidade: garantir a disciplina e solidez das finanças públicas e assegurar a credibilidade da União Monetária europeia e das políticas económicas dos seus Estados-membros.

A actual crise demonstra a importância da credibilidade. Um atributo que demora anos a estabelecer, mas que basta uma rápida sucessão de erros para ser posto em causa.

Estou confiante, em todo o caso, de que a Europa e as instâncias comunitárias dispõem de mecanismos e de líderes à altura para devolver a União Europeia ao rumo de sucesso dos últimos 50 anos.

É neste contexto que devemos interpretar a necessidade das políticas de estabilização financeira e de gestão do ciclo económico, percebendo, contudo, que isso não esgota o papel da política económica. As políticas de médio prazo, viradas para a competitividade e para o potencial de crescimento económico, devem ocupar um espaço central nas preocupações da Europa. A estratégia 2020 ilustra e faz parte dessa preocupação.

Neste domínio, o equilíbrio que importa alcançar passa por uma maior e mais eficiente coordenação das políticas económicas a nível europeu. Choques sobre toda a Europa exigem uma resposta coordenada e mais abrangente, quer no plano orçamental, quer na articulação entre a política orçamental do conjunto dos Estados-membros e a política monetária europeia. Mais ainda, para que esta

ECONO

coordenação seja efectiva, é essencial valorizar o papel das políticas estruturais de médio prazo, destinadas a aumentar a produtividade e o potencial de crescimento das economias.

Não surpreende que este seja, actualmente, um tema relevante de debate nas instâncias comunitárias, e, até, entre investidores e académicos. Está em causa a coerência das políticas económicas dos Estados-membros entre si e também a sua consistência com a política monetária única. Desde há muito que os Tratados estipulam que a política económica dos Estados-membros é uma questão de interesse comum. Há, no entanto, que evitar interferências directas no desenho dos aspectos específicos das políticas orçamentais e estruturais de cada país, que possam pôr em causa a sua soberania.

#### Minhas Senhoras e meus Senhores

Como compreenderão, motivam-me e preocupam-me, em especial, as consequências da actual situação do Mundo e da Europa para Portugal.

O primeiro aspecto que gostaria de frisar é que os problemas que enfrentamos não nos impedem e antes nos impelem a aproveitar as oportunidades que existem a nível global.

O segundo aspecto a reter é o de que esta crise provocará, inevitavelmente, um novo ímpeto reformista na Europa, destinado a estimular a produtividade, a inovação e a competitividade. Portugal deve participar activamente nesse movimento, de forma a aumentar o potencial de crescimento da sua economia e a utilização plena e eficiente dos diversos recursos, em particular do factor trabalho.

Os ganhos de produtividade no trabalho dependem, acima de tudo, da capacidade das empresas em aproveitar, mobilizar e organizar os seus recursos humanos de forma eficiente, nomeadamente direccionando a sua actividade e o seu esforço para a produção de bens e serviços transaccionáveis e de elevado valor acrescentado.

Uma terceira ideia, talvez pouco compreendida por alguns até há poucos meses, é que os limites de intervenção da política orçamental obrigam à adopção de uma nova geração de políticas públicas, menos centradas na despesa pública e mais viradas para a promoção da produtividade e da competitividade externa. Neste

contexto, julgo que é especialmente importante perceber que não compensa, nem sequer numa perspectiva de curto prazo, continuar a procurar no Estado a segurança que as empresas, porventura, não encontram nos seus mercados.

Os gestores e empreendedores deverão, assim, avaliar até que ponto a nova realidade em que nos vamos mover condiciona a eficácia e determina o futuro das suas estratégias empresariais. Interiorizar estas reflexões no pensamento estratégico das empresas será um passo crucial para a transformação e modernização do tecido económico português.

#### Senhores Empresários e Gestores

Desde o início do meu mandato que as questões relacionadas com a competitividade da economia portuguesa no contexto da globalização têm merecido especial atenção da minha parte. Com esse propósito, promovi o Conselho para a Globalização, também organizado pela COTEC, destinado a estimular a discussão das oportunidades para a economia nacional resultantes da integração global dos mercados.

Tenho procurado incentivar as empresas portuguesas e os seus dirigentes a uma reflexão estratégica sobre os desafios colocados pelo quadro competitivo internacional, no contexto do processo de integração da economia mundial e, mais recentemente, da recuperação da crise à escala planetária.

Sabemos, contudo, que são ainda uma minoria as empresas portuguesas que efectivamente se constituem como exportadoras de dimensão relevante, sendo também poucos os mercados onde os nossos produtos e serviços têm uma presença expressiva. Para contrariar esta arriscada concentração num número limitado de destinos de negócio, é imperioso que mais empresas passem a exportar para um maior número de mercados.

É especialmente importante uma dispersão exportadora que abranja, de forma relevante, as economias emergentes. Isto permitiria beneficiar das taxas de crescimento elevadas destes países, proporcionando também uma reestruturação mais fácil do tecido exportador português, perante um mercado europeu já relativamente consolidado.

As empresas portuguesas estão confrontadas com um mercado doméstico com diminuto potencial de expansão e com uma envolvente concorrencial

muito intensa. A sua abertura ao exterior, mais que uma opção, é o caminho inadiável para que a economia nacional retome uma trajectória de crescimento sustentado.

Apesar de todo o esforço no aumento da intensidade de investimento em investigação, desenvolvimento e inovação, as nossas debilidades só poderão ser atenuadas se esse investimento se transformar efectivamente na melhoria da capacidade concorrencial das nossas empresas face à produção estrangeira. Esta é a verdadeira medida da competitividade económica e o espelho da própria eficiência dos investimentos em inovação, sejam eles de natureza pública ou privada.

Para muitas empresas, o sucesso internacional dependerá de dois factores cruciais. Por um lado, a adopção de uma verdadeira cultura de inovação no interior das suas unidades produtivas, como via principal para a competitividade a médio e longo prazo. Por outro lado, a rejeição do clientelismo e da evasão fiscal, da permuta de favores, da dependência do Estado, que relegam a competitividade para um lugar secundário nas prioridades estratégicas das empresas.

O desígnio principal da nossa economia deverá ser incentivar e impulsionar mais empresas a competir no palco global. Nunca, como hoje, a necessidade de *Pensar Global e Agir Global* tanto se impôs à atitude estratégica das empresas portuguesas, bem como ao quadro de referências dos nossos agentes políticos, investidores, parceiros sociais e Administração Pública.

O sucesso em mercados exteriores nunca é obra do acaso, mas sim da capacidade de engenho e de criatividade humana. É fruto de um trabalho contínuo e de apostas a médio prazo, de aprendizagem com os inevitáveis erros de percurso. Exige uma liderança inspiradora e de confiança, onde o exemplo do topo predomina como a regra.

As novas empresas portuguesas globais representam uma esperança fundada de que é possível a mudança cultural e de valores de que o País tanto necessita. A ambição, a excelência e o mérito devem passar a integrar o nosso património de valores, já que são essenciais ao desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos Portugueses.

Acima de tudo, o sucesso dependerá de nós e das nossas empresas. Tenho plena confiança nos Portugueses e nas vossas capacidades. Sei que estarão à altura deste desafio e desta responsabilidade. Exorto os empresários portugueses a que agarrem as oportunidades com empenho, ética, profissionalismo e cultura de inovação.

Muito obrigado.

### Visita aos Estaleiros da Lisnave

Setúbal, 14 de Setembro de 2010

A minha visita à Lisnave não é apenas uma visita de cortesia.

Perante os esforços, o sucesso e os resultados que esta empresa tem conseguido atingir nos últimos dez anos, a visita do Presidente da República é um acto de reconhecimento e quase que um acto de justiça.

Com efeito, todos sabem como tenho insistido na necessidade de a economia portuguesa conseguir exportar mais e como tenho procurado chamar a atenção para as empresas que se destacam pelas exportações que originam, até para fazer delas um exemplo.

A Lisnave, da segunda metade de 1997 para cá, reparou mais de 1500 navios estrangeiros, a isso correspondendo 1360 milhões de euros de exportação. Ou seja, trata-se de uma empresa fortemente exportadora, com uma taxa de produto exportado próxima dos 97 por cento. Por este facto apenas, a Lisnave, cuja actividade tem associado um Valor Acrescentado Nacional de cerca de 95 por cento, reveste-se de uma grande importância não só para a região em que está inserida, a região de Setúbal, mas também a nível nacional.

Em bom rigor, e uma vez que, no seu segmento de mercado, a Lisnave é a maior empresa de reparação naval da Europa e uma das cinco maiores do Mundo, pode mesmo dizer-se que estamos perante um gigante mundial e que não há muitas empresas portuguesas que se possam inserir neste tipo de categoria.

Por outro lado, a empresa tem mantido um elevado nível de empregabilidade, directa e indirectamente, a que corresponde a utilização no estaleiro, em média, de 2500 trabalhadores.

A Lisnave, que foi no passado uma jóia da coroa da indústria e da economia portuguesa, volta hoje a ser um *case study* mundial na área em que opera e a ser muito importante para a economia do País.

É essencialmente isto – ou seja, o retorno da Lisnave à liga de honra das empresas exportadoras portuguesas –, que a minha presença pretende reconhecer e dar a conhecer.

este ano, o décimo aniversário da construção do *Hydrolift*, o mais inovador complexo de docas deste estaleiro, que tivemos oportunidade de visitar e que foi construído com *know-how* e engenharia portugueses. Trata-se, ainda hoje, do sistema mais avançado da Europa para navios em reparação. Com ele, garante-se um nível de preservação ambiental muito mais elevado que nas docas tradicionais. Este ano celebram-se, também, os dez anos da transferência da actividade da Lisnave para este estaleiro da Mitrena. Esta decisão e as demais opções estratégicas definidas no princípio da década para a empresa têm-se revelado adequadas e são um claro exemplo de como, mesmo numa situação extremamente difícil – como era a situação da Lisnave nessa altura –, é possível a uma empresa portuguesa reinventar-se e adaptar-se com sucesso às novas realidades.

Esta visita não poderia ocorrer em altura mais oportuna, dado que se celebra,

Pelo que sei, infelizmente, ainda não será neste ano de 2010 que o mercado-alvo da Lisnave dará sinais de uma clara recuperação. A queda da economia mundial levou a uma acentuada contracção do comércio internacional e, consequentemente, a uma forte redução da procura do transporte marítimo, desta decorrendo uma quebra do mercado da reparação naval. Este facto exige cautelas e certamente obrigará a contenções de custos e despesas, que deverão salvaguardar, claro está, as responsabilidades sociais da empresa, bem como o espírito de justiça que urge promover na economia mundial e também na economia portuguesa.

Igualmente importante é compreender que a indústria naval, tal como a indústria aeronáutica, é uma indústria estratégica para os países que a possuem, porque é uma indústria qualificadora, que integra conhecimento e tecnologia.

Portugal, por maioria de razão, deverá compreender a grande importância estratégica, para o País, da indústria naval, dinamizadora que é de inovação no sector marítimo. Mas devemos reconhecer que, nas últimas décadas, não tem havido uma política pública que promova a indústria naval e incentive as aquisições domésticas por parte de uma armação nacional que é hoje diminuta, mas que interessa fazer crescer.

A importância da Lisnave e da reparação naval para Portugal não advém apenas da sua elevada taxa de valor nacional incorporado ou da taxa de exportação, nem mesmo dos postos de trabalho que se geram, e que tão necessários são

na conjuntura actual. Ela decorre da sua relevância estratégica para todo um *cluster* marítimo.

Preocupa-me, e tenho-o manifestado com cada vez maior insistência, que um país como Portugal não consiga tirar partido do seu maior recurso natural, que é o mar. Foi por isso que, na intervenção que fiz a propósito da celebração do último 25 de Abril, me interroguei sobre qual a justificação que pode existir para que um país que dispõe de tão formidável recurso natural não o explore em todas as suas vertentes, como o fazem outros países costeiros da Europa.

Por isso, também, afirmo que Portugal tem de repensar a sua relação com o mar. É essencial que criemos condições e incentivemos os agentes económicos a investir no conjunto dos sectores que ligam economicamente Portugal ao mar.

O percurso recente da Lisnave é uma demonstração cabal de que é possível Portugal voltar a ter um sector marítimo desenvolvido. Não só a meritória recuperação da Lisnave, que a catapultou de regresso ao posto de empresa de referência mundial na reparação naval, nos prova que podemos desenvolver as actividades marítimas do nosso País, como a sua clientela internacional nos indica que a situação geográfica de Portugal pode ser, afinal, uma vantagem e não uma limitação, pelo menos quando falamos do *cluster* marítimo. A Lisnave, com a sua clientela originária de todas as partes do Mundo, é a prova acabada que Portugal, pela sua localização e pela sua natureza de país costeiro, não é o país periférico que insistimos em pensar que somos.

As indústrias da construção e reparação navais são indústrias-chave para as demais indústrias do mar e serão, igualmente, peças-chave para uma estratégia nacional para o mar.

É por isso de saudar, muito vivamente, o trabalho que está a ser desenvolvido pela Câmara de Setúbal, em conjunto com diversas entidades ligadas aos sectores do turismo e das actividades náuticas, tendo por objectivo a criação do «Centro do Mar do Estuário do Sado».

Por outro lado, na próxima semana terá lugar, sob o meu patrocínio, um Congresso sobre Portos e Transportes Marítimos, organizado pela Associação Comercial de Lisboa, conjuntamente com várias confederações e organizações empresariais. Esta iniciativa e outras em preparação indicam-nos que o mar

começa novamente a ser visto em Portugal pelo prisma da economia e como recurso de base para a criação de valor e a promoção do desenvolvimento.

Não queria terminar sem dirigir uma palavra à feliz associação da Ourivesaria Leitão – a mais antiga ourivesaria da Europa ainda em funcionamento na mesma família – com a Lisnave, que culminou na criação de um conjunto de jóias inspiradas num grande estaleiro aberto ao mar e ao Mundo e no lançamento, hoje, do livro Lisnave, uma Jóia da Indústria Portuguesa. Esta iniciativa conjunta, que em boa hora foi também apadrinhada pelo meu antecessor, o Dr. Jorge Sampaio, diz-me que estamos certos quando nos propomos partir à redescoberta da geografia de Portugal e reencontramos no mar a principal imagem de marca do nosso País.

Muitos parabéns a ambas as empresas e aos designers que realizaram tão prestigiantes jóias.

Muito obrigado pela vossa atenção.

### Sessão Solene de Abertura do Congresso dos Portos e dos Transportes Marítimos

Lisboa, 21 de Setembro de 2010

Gostaria de comecar por agradecer, a todas as Associações e Confederações empresariais envolvidas, a iniciativa de organizar este Congresso dedicado aos portos e aos transportes marítimos, a que conferi o meu patrocínio, por se tratar de um tema que considero de importância fundamental para o nosso País.

Gostaria, também, de expressar o meu reconhecimento pelos esforços que a Associação Comercial de Lisboa tem desenvolvido, sob a condução do Dr. Bruno Bobone, juntando-se a todos aqueles que têm uma noção clara da relevância do mar para a economia portuguesa do futuro.

A recente criação do Fórum das Empresas da Economia do Mar, na linha do estudo encomendado pela Associação Comercial de Lisboa ao Professor Ernâni Lopes, é, sem dúvida, uma iniciativa muito válida, que irá contribuir, assim o espero, para atrair investimento para o sector marítimo nacional.

Não será novidade para os presentes o meu empenho em chamar a atenção para o facto de Portugal ser um país marítimo, por tradição e pela sua expressiva geografia, mas que, no entanto, não consegue ver o mar como um importante recurso, criador de rendimento e de riqueza.

Em mais de uma ocasião, desde logo no meu discurso de tomada de posse como Presidente da República, e, mais recentemente, aquando das celebrações do 25 de Abril, tenho não apenas dado mostras da minha inquietação pelo alheamento de Portugal relativamente à exploração do mar, mas também insistido na ideia de que o mar deve tornar-se uma verdadeira prioridade da agenda política nacional.

Na verdade, um país que não consegue explorar sustentavelmente os seus recursos naturais é um país que tem um futuro limitado e que se arrisca a acabar por ver esses recursos serem explorados por terceiros.

Acontece que é bem nítida a deficiente exploração económica que fazemos deste valioso recurso que é o mar, pelo menos quando nos comparamos com os demais países costeiros europeus.

De acordo com estudos efectuados pela Comissão Europeia, nos sectores marítimos tradicionais, isto é, nos transportes, portos e construção naval, Portugal gera um valor que é mais de três vezes inferior ao valor gerado pela Bélgica, um país que tem apenas 98 quilómetros de costa e gera, igualmente, três vezes menos emprego do que a Grécia. A Espanha gera, com o seu *«cluster* do mar», sete vezes mais valor do que Portugal. E a Dinamarca, um país com bastante menos população do que o nosso, produz seis vezes mais valor e três vezes mais emprego, nos sectores marítimos, do que Portugal.

Esta minha preocupação – partilhada, estou certo, por muitos de entre vós –, é tanto mais forte quanto, perante a situação económica do país e a persistência de problemas estruturais na nossa economia, necessitamos seriamente de encontrar novas vias de desenvolvimento económico.

Vias que conduzam a novas oportunidades de negócio e, mais ainda, a novos sectores e actividades económicas, geradores de elevado valor acrescentado, que possam vir a enquadrar sustentadamente aqueles negócios. Os sectores marítimos, que, no seu conjunto, constituem o que se designa hoje em dia por *«cluster* do mar», por estarem subaproveitados e pelo elevado potencial de crescimento económico que encerram, são, certamente, bons candidatos.

Não podemos ficar amarrados à inércia do passado e limitarmo-nos a fazer mais do mesmo.

Se o desafio é reinventar a nossa economia, produzindo cada vez mais aquilo que o exterior quer comprar e a que atribui valor considerável, que o façamos em sectores em que dispomos de vantagens comparativas. E Portugal, em virtude de excepcionais condicionalismos geográficos e históricos, desfruta à partida, no mundo marítimo, de uma considerável mais-valia: a imagem de marca criada pela percepção positiva que lá fora se tem da nossa ligação com o mar.

Cabe-nos a nós abrir rumos que permitam a exploração cabal do mesmo: com políticas públicas destinadas a fomentar o investimento privado nos sectores marítimos e a tornar esses sectores competitivos com os seus homólogos europeus; com novos investimentos no *cluster* marítimo; com a incorporação de mais investigação, tecnologia e inovação; com a criação dos necessários factores de organização e de gestão, incluindo a formação de recursos humanos adequados.

Todos temos, de facto, uma missão importante, se quisermos dar corpo à visão de Portugal como uma nação economicamente sustentável, também, pela sua geografia e pela grande região marítima de que dispõe. Todos, não só os agentes políticos mas também os senhores, enquanto organizadores que são dos factores económicos necessários ao desenvolvimento das empresas ligadas ao mar.

E é importante que não fiquemos a olhar uns para outros para ver quem começa. Eu, como Presidente da República, já comecei a fazer a minha parte. Aliás, ainda na semana passada fiz questão de visitar a Lisnave, para verificar a sua recuperação e reconhecer a força exportadora dessa grande empresa de reparação naval.

A Associação Comercial de Lisboa também já começou a fazer a sua parte, criando um Fórum que espero vos possa ajudar na vossa acção. Cabe-vos, agora, não ficar à espera do que o Governo vá fazer ou não fazer.

#### Minhas Senhoras e meus Senhores

Embora partilhe da visão de que todos os assuntos do mar são relevantes e estão interligados, sei bem que não pode existir um *«cluster* do mar» em Portugal se, no seu núcleo, não existir um forte sector portuário e de transportes marítimos. Considero, por isso, esta Conferência particularmente oportuna, tanto mais que é precisamente no sector dos transportes marítimos que a situação é mais crítica. Por incrível que pareça, Portugal – um país dotado de uma extensa costa e de muitos portos de mar – chegou a um ponto em que, descontando o tráfego com as Ilhas, deixou de possuir uma frota de marinha mercante. Situação tanto mais grave quanto, no futuro, ainda mais do que hoje, se afigura ser importante para o País poder contar com a via marítima para encaminhar as suas exportações. Na realidade, face ao endurecimento gradual mas crescente da regulação europeia em matéria de transportes rodoviários, Portugal, que exporta uma grande parte da sua produção pelas estradas europeias, tenderá a ser seriamente penalizado.

O transporte marítimo pode e deve ser, no futuro, uma alternativa viável ao transporte rodoviário. Para que isso aconteça, é indicado, em primeiro lugar, tomar as medidas necessárias para promover o transporte marítimo, pelo menos adoptando medidas fiscais similares aos demais países costeiros europeus.

É também necessário que o programa europeu das auto-estradas do mar, que ainda não saiu verdadeiramente do papel, passe a ser uma realidade, e que a União Europeia apoie de forma mais generosa e sustentada estas vias de comunicação intra-europeias, removendo, nomeadamente, o excesso de procedimentos administrativos. Portugal tem tudo a ganhar em influenciar Bruxelas e a Comissão neste domínio.

Importa, finalmente, que os portos nacionais se modernizem ainda mais e que possam praticar, na sua generalidade, taxas de utilização mais competitivas. No sector portuário, as notícias são bastante melhores do que no caso dos transportes marítimos. Com efeito, o sector portuário tem dado boa nota de recuperação nos últimos meses.

As notícias que nos chegam de Sines trazem-nos sinais muito positivos. Sines, pelas suas águas profundas, que permitem a entrada e atracagem dos navios de maior porte, poderá vir a tornar-se uma porta atlântica do mercado ibérico.

O Porto de Portimão, por sua vez, tem vindo a atrair cada vez mais navios de cruzeiros. Os números de escalas e de visitantes demonstram que vale a pena apostar em determinados segmentos portuários em função das características de cada porto, e revelam até que ponto o sector do turismo de cruzeiros, que tem demonstrado uma forte dinâmica, pode ser importante para o nosso País.

Mais genericamente, os portos portugueses terão ganho nove por cento de crescimento no volume de carga transportada durante o primeiro semestre de 2010, tendo Lisboa, por exemplo, registado um aumento de 15 por cento no passado mês de Maio.

No entanto, convém não esquecer que os portos portugueses têm vivido problemas crónicos de organização e competitividade, problemas esses que ainda não estão verdadeiramente solucionados. Há, ainda, também no domínio portuário, muito trabalho a fazer. É um trabalho importantíssimo, pois os portos são válvulas de comunicação vitais para qualquer economia, e por maioria de razão, para um país atlântico que está separado do centro da Europa pelo território de dois vastíssimos países: a Espanha e a França.

Espanta a muitos, dada a importância estratégica dos nossos portos, que possamos discutir meses e anos a fio o TGV ou o novo aeroporto de Lisboa sem que paremos um pouco para pensar nos portos do futuro.

Nesta perspectiva, muito importa que este Congresso consiga identificar um conjunto de soluções concretas que possam ser aplicadas aos sectores dos portos e dos transportes marítimos, impulsionando estas actividades económicas em benefício das empresas e da economia portuguesa no seu todo.

São bem conhecidas as tendências de evolução destes sectores a nível mundial, tal como se encontram bem diagnosticados os pontos fortes e os pontos fracos que Portugal apresenta em matéria de portos e de transportes marítimos.

Fizeram-se, nos últimos anos, estudos importantes, não apenas sobre os assuntos marítimos no seu todo, como foi o caso do Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos e do trabalho desenvolvido pelo Professor Ernâni Lopes, mas também, e em concreto, sobre o sector marítimo-portuário. Chegou o tempo de os aplicar, pelo que espero que o debate de hoje constitua um estímulo forte para passarmos finalmente à prática no que respeita à exploração do mar.

95

#### Minhas Senhoras e meus Senhores

A ligação de Portugal ao mar assume um especial significado para um país que precisa de se reencontrar consigo e com o seu futuro. O mar é decerto importante por razões económicas, mas também o é pela identidade e pela soberania que confere a Portugal. É por isso que urge passar o debate sobre as políticas de transportes, em particular sobre o transporte marítimo, do nível técnico em que em geral é mantido, para um nível político mais elevado.

Ao abraçar um desígnio marítimo, Portugal poderá reencontrar um rumo que o reconcilie com a sua geografia. Sendo que hoje, talvez mais do que nunca, os Portugueses precisam também de desígnios que lhes dêem maior coesão, maior auto-estima. Estou convicto de que o mar é um deles.

Muito obrigado pela vossa atenção.

### VI Encontro COTEC Europa

Porto, 7 de Outubro de 2010

Permitam-me que comece por saudar a escolha da cidade do Porto e deste emblemático espaço da Casa da Música para acolher os trabalhos do VI Encontro COTEC Europa sobre Inovação e Criatividade Empresarial. O Porto, cidade reconhecida pelo seu património arquitectónico e histórico de dimensão universal, é também uma cidade que se destaca pelo espírito empreendedor das suas gentes e, mais ainda, pela projecção internacional dos seus criadores – arquitectos, *designers*, investigadores, artistas.

É com um sentimento de profunda amizade que saúdo e agradeço a presença, que muito nos honra, de Sua Majestade D. Juan Carlos e do Senhor Presidente da República de Itália, Giorgio Napolitano. Gostaria também de dirigir um especial agradecimento à Senhora Comissária Máire Geoghegan-Quinn, que aceitou o convite para participar neste Encontro e que nos deu uma oportuna perspectiva sobre as recentes propostas da Comissão Europeia em matéria de Investigação e Inovação.

Apesar de todos os progressos realizados, persiste na Europa o chamado «paradoxo da inovação», já identificado, em 1995, no *Livro Verde sobre a Inovação*. Traduz-se, como era então apontado pela Comissão Europeia, na menor capacidade de a Europa transformar os resultados da investigação tecnológica e do conhecimento em inovação e vantagens competitivas. Aproximar, cada vez mais, a investigação do mercado é o caminho para atenuar esta debilidade.

Há muito tempo – mais precisamente, em 1989 –, expressei a ideia de que muitos dos produtos e serviços que se afirmariam no mercado, num horizonte de quatro ou cinco anos, não tinham ainda existência no momento, teriam que ser «inventados». Já então se anunciava a tendência para a aceleração tecnológica dos mercados, que se tornou manifesta no encurtamento dos ciclos de inovação de produtos e serviços, hoje medidos em meses e, em alguns casos, em semanas. Essa capacidade «inventiva», essa capacidade para antecipar os contornos do futuro, passou a ser a grande marca diferenciadora das empresas.

Hoje em dia, não é certamente novidade a ideia de que a inovação tecnológica e o conhecimento constituam factores-chave de competitividade empresarial. Já as implicações dos efeitos da aceleração tecnológica e da integração económica mundial se encontram ainda longe de estar interiorizadas no comportamento de muitas empresas e no discurso dos seus líderes. Muito pode ainda ser feito, de igual modo, no desenho das políticas públicas nesta matéria.

Afirmar a Europa e as suas empresas no quadro competitivo global exige, desde logo, uma particular atenção a dois elementos de mudança estrutural: primeiro, a nova natureza dos sistemas de inovação empresarial; segundo, a chamada «demografia» das unidades de pequena e média dimensão, ou seja, o seu ciclo de nascimento, crescimento e regeneração.

A inovação é, cada vez mais, resultado de sistemas abertos, cuja dinâmica ocorre em redes de conhecimento e competências à escala planetária, exteriores, em muitos casos, às próprias empresas. Também, por isso, e cada vez mais, os novos modelos de inovação estão associados à presença no mercado global.

Entrar ou não na escala global é, sem dúvida, um dilema que se coloca a muitas das nossas empresas.

A questão central que se coloca é a seguinte: podem as empresas fazer crescer o seu negócio sem *pensar e agir global*, em termos não apenas dos seus clientes, mas também dos seus fornecedores, parceiros, concorrentes e financiadores? O facto é que é nos chamados «mercados globais de inovação» que se afirmam as tecnologias de vanguarda, que acabam por ser adoptadas pelos utilizadores finais. E, por outro lado, é a presença no mercado global que permite às empresas atingir dimensão relevante na actividade de exportação. Estar no mercado global é contrariar a concentração, sempre arriscada, num número limitado de destinos de negócio. O mercado planetário abre espaço a um crescimento mais rápido e menos volátil e propicia importantes ganhos de produtividade. Mais do que acrescentar volume, trata-se de adicionar valor.

Sucede, porém, que os entraves ao comércio no espaço global têm maior impacto nas PME do que nas empresas de grande dimensão. As pequenas e médias empresas dispõem de recursos limitados e possuem menor capacidade para absorver riscos, sobretudo quando operam em mercados altamente concorrenciais. E, como sabemos, nas nossas economias, quase todas as empresas são PME.

O novo quadro de iniciativas comunitárias de investigação e inovação agora anunciado pode trazer às nossas PME um terreno mais propício de acesso ao mercado global. A experiência conquistada através da participação nestes programas europeus poderá impulsionar as empresas a trilhar novos caminhos. A COTEC Europa deve, por isso, continuar a encorajar e a acompanhar as empresas, sobretudo, no seu esforço de participação directa em programas transnacionais de investigação e desenvolvimento.

Recordo que a Comissão Europeia, designadamente na pessoa do seu Presidente, se mostrou disponível para trabalhar com as organizações COTEC. A presença, neste Encontro, da Comissária responsável pela Investigação, Inovação e Ciência é mais um sinal dessa abertura.

As unidades de pequena e média dimensão, expoentes, muitas vezes, de flexibilidade e de fluidez criativa, são as forças em que assenta a regeneração dos nossos sectores produtivos e a criação de novas indústrias.

#### Senhoras e Senhores

Há vinte anos, nasceu a ideia fundadora da COTEC. Por mérito da iniciativa de um grupo de empresários espanhóis, apoiados por Sua Majestade o Rei D. Juan Carlos. Uma ideia que afirma a tecnologia e o conhecimento como as forças transformadoras da economia e das sociedades. Uma ideia que tem inspirado uma agenda de mudança nas nossas economias e nos nossos empresários e gestores.

O conceito da COTEC Europa, desde o primeiro encontro em Roma, em 2005, está alicerçado na ideia da concertação, na ideia de uma visão comum da Inovação no plano europeu. A Europa não deve nem pode dispensar a contribuição dos países do Sul no quadro do denominado «Espaço Europeu da Ciência e Inovação». Do nosso lado, a concertação de posições reforçará e afirmará os nossos interesses comuns nesta matéria.

Os nossos países atravessam momentos de grande exigência. Enfrentamos desafios económicos e sociais que requerem reformas profundas e urgentes, a serem realizadas num contexto particularmente difícil. Conseguir um crescimento económico mais robusto e saudável e, ao mesmo tempo, criar emprego qualificado são as nossas metas prioritárias. São propósitos que exigem novas

soluções tecnológicas, vontade empreendedora, mas também o reforço de uma cultura de responsabilidade.

A participação dos empresários e a relevância dos temas aqui tratados são a prova de que, apesar das crises que teimam em persistir, a força da inovação empresarial está bem viva. A COTEC Europa tem-se afirmado como um espaço de cooperação e também como um fórum de transformação e de realização do futuro. Do futuro que desejamos, assumindo as nossas responsabilidades comuns na sua construção.

Estou certo de que este VI Encontro dará uma contribuição proveitosa e inspiradora para fazer frente aos desafios com que os nossos três países se deparam. Estamos confiantes e determinados a consegui-lo.

Muito obrigado aos organizadores e a todos os participantes.

## Sessão de Abertura da Conferência «Portugal e o Mar, a nossa aposta no Século XXI»

Cascais, 21 de Outubro de 2010

101

Quero começar por felicitar o jornal *Expresso* pela iniciativa de organizar uma Conferência sobre um tema que, após um longo período de algum adormecimento, volta a ser discutido e começa a estar na agenda em Portugal – o mar.

Num Congresso recentemente organizado pelas principais associações empresariais portuguesas, por iniciativa da Associação Comercial de Lisboa, afirmei que a exploração do mar, enquanto importante recurso económico do País, deveria ser um grande objectivo nacional. Um objectivo de todos, para o qual todos devemos contribuir.

O *Expresso*, é justo dizê-lo, é um dos órgãos de comunicação social que mais atenção dedicou à reintrodução do tema do mar no pensamento estratégico português.

Pela minha parte, tenho procurado contribuir para este desígnio colectivo, chamando a atenção para a relação claramente insatisfatória que mantemos com o mar e apelando à exploração do enorme potencial que ele encerra.

Tenho insistido, aliás, na ideia de que o mar deve tornar-se uma prioridade nacional. A par de causas nacionais tão importantes como a educação e a qualificação dos Portugueses, o aumento da produtividade e da competitividade da economia, ou a credibilização do sistema de justiça, devemos concentrar esforços nesta nova causa: tirar pleno partido do mar, enquanto recurso natural e enquanto base de expansão da nossa actividade económica.

É importante abraçarmos novas causas, particularmente em momentos de crise como os que se vivem hoje. É vital desenvolvermos novas ideias de negócio, com vista a construir novas indústrias e serviços. O mar deve ser uma dessas ideias.

Em tempos de crise profunda, como o que vivemos, não nos podemos dar ao luxo de continuar a desperdiçar um dos nossos principais recursos naturais.

São muitas, a meu ver, as razões que sustentam uma aposta no mar: Portugal conta com um conjunto de vantagens físicas, que resultam da sua localização de país projectado sobre o oceano, entre continentes, no centro de importantes rotas do comércio internacional e do transporte marítimo; é possuidor da maior Zona Económica Exclusiva da União Europeia e está a trabalhar na delimitação de uma das maiores plataformas continentais do Mundo.

São estas vantagens – centralidade da sua localização no Mundo e dimensão – que dão realismo ao potencial do mar português.

Depois, Portugal tem no mar, ainda hoje, sem dúvida, a sua melhor imagem de marca, construída por séculos de ligação aos oceanos. Tal imagem, já de si prestigiante, se bem orientada e explorada, poderá funcionar em claro benefício dos produtos e dos serviços marítimos portugueses.

Portugal conta com suficientes estratégias, estudos e planos, incluindo os vertidos no Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos ou no Estudo do Hipercluster do Mar, para poder dar passos seguros na sua aposta no mar.

Uma outra razão que me parece determinante para justificar um investimento nas actividades ligadas ao mar é o claro subaproveitamento deste recurso em Portugal. Somos, hoje em dia, um dos países da Europa Ocidental que menos empregos e riqueza conseguem gerar a partir do mar. Os anos de abandono deste grande sector e de ausência de investimentos significativos indicam-nos que, em muitas indústrias ou actividades, partimos de um nível que nos permite beneficiar de um considerável potencial de crescimento.

Finalmente, ao apostarmos na economia do mar, estamos a apostar numa nova centralidade para Portugal. Já não o país onde a Europa acaba, mas o país onde o mar e o Mundo começam. Em vez de nos vermos como um país periférico e lamentarmos a nossa geografia, passaremos a ver-nos como um país que se encontra entre continentes, na rota da logística de transporte mundial, e que sabe tirar partido desse seu posicionamento.

#### Minhas Senhoras e meus Senhores

Um dos méritos desta Conferência é o de abordar não apenas as actividades marítimas tradicionais, mas todos os domínios de particular relevo para a economia portuguesa do mar.

Os portos e os transportes marítimos, sendo sectores tradicionais do mar, nem por isso são menos essenciais à sua exploração. Trata-se de dois sectores que estão fortemente interligados e que constituem o «núcleo duro» de uma aposta sustentada no potencial dos oceanos. Sem esses sectores, sem os reforçarmos, Portugal não poderá voltar a ser um país marítimo.

Mas, apesar de os principais portos portugueses apresentarem hoje sinais de crescimento que são positivos, a verdade é que a reforma plena do sistema portuário continua por finalizar e não nos podemos conformar com o sector de transportes marítimos que hoje temos.

Portos e transportes marítimos desenvolvidos são instrumentais, por seu turno, para outro grande domínio da economia do mar: a energia. Com efeito, basta ver que é através dos nossos portos que nos chega mais de 80 por cento da energia que consumimos. Portugal conta, no Porto de Sines, com um dos poucos terminais de gás natural liquefeito da Europa. Trata-se de um activo que nos é estratégico e que deve ser potenciado, e, se possível, replicado, com o nosso know-how, noutros lugares ou noutros países europeus.

O mar não releva apenas como meio de transporte de petróleo e de gás natural. Ele é essencial hoje em dia à produção energética – 40 por cento do petróleo e 60 por cento do gás natural que consumimos na Europa é retirado do mar – e, muito possivelmente, continuará a revestir-se, também nesta perspectiva, de uma importância considerável.

Finalmente, o mar é interessante para o desenvolvimento de indústrias de energias renováveis. O Pacote Europeu para a Energia e o Clima não deixa margem para dúvidas: essas indústrias serão essenciais para o cumprimento dos objectivos acordados para 2020, nomeadamente a geração de 20 por cento de energia renovável. Por essa razão temos assistido, nos últimos anos, a uma verdadeira corrida aos parques eólicos offshore no mar do Norte. No contexto europeu, Portugal dispõe dos maiores espaços marítimos e de fortes recursos naturais – vento e ondas – dos quais deverá tirar o devido partido.

Também no domínio dos recursos vivos marítimos Portugal tem de despertar. Face às elevadas quantidades de consumo de peixe per capita, correspondendo a mais do dobro do que se verifica, em média, na União Europeia, surpreende que não façamos mais esforços para aumentar a sua produção. O défice da

balança comercial de pescado com o exterior ultrapassou 800 milhões de euros em 2009. Para um país que tem, imperativamente, de reduzir as suas importações e aumentar as exportações, dá que reflectir.

Um outro grande sector ou conjunto de sectores que deveria ser assumidamente estratégico para Portugal é o do turismo costeiro e marítimo, tema que, segundo creio, será objecto de painel específico nesta Conferência.

O turismo de cruzeiro tem vindo a ser um caso de sucesso na Europa e em Portugal na última década. Importa ter ambição e traçar objectivos para fazer aumentar o número de partidas e chegadas a partir de Portugal, o que exige não só continuar a desenvolver as infra-estruturas de acolhimento portuário, mas, acima de tudo, desenvolver uma concertação alargada com todos os agentes envolvidos, incluindo as autarquias das cidades portuárias, os seus hotéis e os seus aeroportos.

#### Minhas Senhoras e meus Senhores

Esta Conferência será encerrada pela Senhora Comissária Europeia para os Assuntos Marítimos. Esperamos que a Política Marítima Integrada Europeia, cuja criação, em 2007, constituiu um grande progresso para a ligação da Europa ao mar, venha a alcançar os objectivos propostos, nomeadamente a criação de um espaço marítimo sem barreiras, que facilite o transporte por mar e as chamadas auto-estradas do mar, que tardam em consolidar-se. Esperamos que seja dado novo impulso à implementação da Directiva da Protecção do Meio Marinho e ao desenvolvimento das energias renováveis *offshore*, bem como à luta contra o impacto das alterações climáticas nas áreas marítimas e costeiras. Esperamos, igualmente, que a Comissão possa apresentar aos Estados-membros uma proposta clara sobre o tema fundamental do ordenamento marítimo espacial, bem como uma boa estratégia para o Atlântico, após o ter feito para o mar Báltico e para o mar Mediterrâneo.

Concluo, apelando à Comissão Europeia para que renove o seu compromisso com o mar e proponha aos Estados-membros mecanismos de acção e de ajuda concreta em áreas tão importantes como as que acabei de referir.

Apelando, também, ao Governo e à Assembleia da República, para que não se limitem a ver o mar através de iniciativas sectoriais e fragmentadas, e, principalmente, para que apoiem a economia do mar.

E, finalmente, instando a sociedade civil - e os agentes económicos, em particular - a compreender que o peso da geografia de um país é importante no seu rumo de futuro e a pôr os olhos no potencial e nas oportunidades que o mar nos oferece.

O mar não é uma solução para todos os problemas que Portugal enfrenta. Mas a verdade é que reduzimos fortemente as nossas opções de crescimento ao deixarmos de lado o principal dos nossos recursos naturais.

É, pois, tempo de afastarmos os complexos que nos tolhem a racionalidade e darmos passos firmes na abordagem ao mar. É tempo de o encararmos, não como um símbolo de eras passadas, mas como um desígnio de futuro, uma aposta que nos trará mais desenvolvimento económico e melhor qualidade de vida. Muito obrigado.

105

### Cerimónia de Atribuição de Prémios do Concurso Nacional de Inovação BES Lisboa, 25 de Outubro de 2010 É com especial satisfação que me associo à cerimónia de atribuição de prémios do Concurso Nacional de Inovação BES. Trata-se de uma iniciativa de sucesso, o que é comprovado pelo número crescente de candidaturas, pelo prestígio das instituições associadas e, sobretudo, pelos resultados obtidos no plano do impacto económico da inovação tecnológica. A participação de concorrentes e instituições de todo o território e a presença muito significativa dos nossos principais pólos de investigação universitária são marcos da abrangência e da dimensão verdadeiramente nacional desta Sendo um excelente sinal a alargada rede de parcerias envolvidas, o certo é que a ideia de competição promove igualmente um ambiente de saudável concorrência entre universidades e centros de investigação, que procuram destacar-se na aproximação dos seus trabalhos ao mercado. Desde sempre, a capacidade de conceber e inventar novas tecnologias constituiu uma fonte de contribuições extraordinárias para o progresso das civilizações e para o bem-estar da Humanidade. É universalmente conhecido o *momento* Eureka, protagonizado por Arquimedes, onde a súbita inspiração ilumina a resposta para um problema aparentemente insolúvel. Mais do que uma simples celebração da inspiração e excelência da produção científica e tecnológica dos investigadores nacionais, a fórmula deste Concurso é baseada numa filosofia que importa difundir na cultura de inovação nacional. Desde logo, porque privilegia como critério mais importante na avaliação de um projecto o impacto potencial dos seus resultados na competitividade empresarial, em sectores com maiores potencialidades de crescimento global. A iniciativa destaca, ainda, a importância de uma cultura de respeito e valorização da propriedade intelectual, no quadro da actividade de desenvolvimento tecnológico. As patentes, na verdade, são um instrumento essencial para

iniciativa.

reconhecer e proteger o valor material e, até, imaterial do esforço criativo dos investigadores, dos inventores e das empresas inovadoras. A capacidade de produção de patentes com valor comercial é, como é sabido, uma marca distintiva de uma economia inovadora.

Este Concurso reforça a ligação entre a produção de conhecimento, a invenção tecnológica e a respectiva aplicação no mercado. A exigência e a formalização de um Plano de Negócios conferem às actividades de Investigação e Desenvolvimento o necessário sentido económico e o devido enfoque de mercado.

Por último, é dada primazia ao desenvolvimento tecnológico numa fase embrionária, opção tradicionalmente negligenciada pelas instituições de financiamento à inovação. Torna-se evidente que a exploração pré-comercial de tecnologias inovadoras, mais do que uma actividade imprevisível e de risco desconhecido, pode assentar sobre pilares sólidos de racionalidade financeira.

Os resultados do Concurso falam por si. O testemunho de uma experiência empreendedora hoje aqui prestado deixa antever que, num horizonte relativamente próximo, possivelmente em menos de uma década, muitos dos projectos premiados se poderão afirmar como empresas de sucesso, inclusivamente à escala global.

É especialmente significativo que esta iniciativa tenha nascido no seio de uma instituição financeira centenária que opera no sector privado. O valor total de prémios já atribuídos representa uma inegável aposta no desenvolvimento de novas tecnologias de elevada qualidade e de grande potencial. Demonstra-se, assim, que é possível o sector privado estar no centro do financiamento da inovação pré-comercial, reduzindo a tradicional dependência do Estado nesta área. Esta iniciativa é também uma semente para a constituição de um possível mercado de financiamento de novas tecnologias, potenciando um efeito acelerador do desenvolvimento tecnológico da economia nacional.

Por todas estas razões, o Banco Espírito Santo está de parabéns por uma iniciativa que se afirmou como referência única no apoio ao empreendedorismo e à inovação tecnológica. A fórmula proposta para o Concurso sugere uma compreensão aprofundada do processo de inovação. A elevada qualidade da organização materializa-se na credibilidade e na adesão a esta iniciativa. Os resultados demonstram o acerto das escolhas realizadas. A duração, ao longo destes seis

anos, reflecte a consistência de propósitos e um compromisso firme com o futuro do País. Trata-se de uma aposta que deve ser devidamente valorizada no talento dos Portugueses, na sua capacidade criadora, na excelência do seu trabalho. Iniciativas como esta reforçam a confiança num futuro mais promissor. Quero saudar todos os participantes, em especial os premiados e o Júri do Concurso.

A todos, muito obrigado.

## Sessão de Encerramento do IV Encontro da Rede PME Inovação COTEC

Lisboa, 9 de Novembro de 2010

Todos sabemos que uma recessão não é permanente. Apesar da situação de fragilidade que ainda permanece na economia mundial, são já notórios alguns sinais de recuperação da conjuntura internacional, fruto da pujante procura das principais economias emergentes.

Sendo previsível que o cenário de retoma económica não ocorra de maneira necessariamente uniforme a nível global, este é o momento de os empresários procurarem, com redobrado empenho, aproveitar o crescimento dos mercados externos de maior dinamismo. É por esta via que alcançaremos uma reestruturação e um crescimento mais rápido do tecido exportador português, perante um mercado europeu já relativamente consolidado.

Hoje, as oportunidades de colocação da produção nacional estão lá fora. É especialmente importante uma dispersão exportadora que abranja, de forma relevante, as economias emergentes. Os empresários devem olhar com acrescida atenção para um leque alargado de países, mercados e soluções de negócio e não ficar confinados aos espaços a que estavam habituados.

As dificuldades que o País enfrenta não impedem as empresas de aproveitar as oportunidades que existem a nível global, capitalizando as suas competências específicas.

São ainda uma minoria as empresas portuguesas que se constituem como exportadoras de dimensão relevante, sendo também poucos os mercados onde os nossos produtos e serviços têm uma presença expressiva.

Mas o facto é que, para aquelas que apostaram em estratégias de diversificação e alargamento geográfico, os resultados são compensadores. A respeito de todas as dificuldades e incertezas, as expectativas de crescimento por parte das empresas exportadoras são, no presente ano, positivas.

O reforço da nossa presença nos mercados exteriores assume uma importância cada vez mais decisiva para conseguirmos reestruturar a nossa economia e

encontrar um novo modelo de crescimento. O grande desafio será estabelecer uma posição relevante nas novas centralidades planetárias do comércio e da inovação, numa vocação verdadeiramente global.

A tarefa de captação e fidelização de novos clientes no exterior é sempre mais exigente do que no mercado doméstico. Na presente conjuntura, a entrada em novos mercados é uma tarefa quase titânica, que exigirá esforço e coragem, mas que não podemos recusar.

Não ignoro, também, que os processos de entrada em novos mercados exigem sólidos recursos financeiros e organizacionais. Só com solidez financeira, organização e competências adequadas, além de uma boa dose de talento, é que as empresas poderão vencer num cenário de elevada concorrência internacional. Acima de tudo, uma presença global exige uma forte capacidade de liderança. Uma liderança que imprima uma orientação estratégica alinhada com a inovação e a clareza de objectivos.

#### Minhas Senhoras e meus Senhores

A competitividade das nossas empresas não pode deixar de ser um desígnio nacional.

Num contexto de urgência, como aquele em que Portugal se encontra, é exigível aos poderes públicos a mais alta prioridade nos esforços para desburocratizar a vida das empresas exportadoras e reduzir, tanto quanto possível, os seus custos de contexto. Mais: toda a produção de nova legislação relativa à actividade das empresas deverá ser sujeita ao teste do seu impacto na competitividade empresarial.

Por outro lado, deverá ser intensificado, especialmente no que toca às empresas de mais pequena dimensão, o esforço de facilitação no acesso aos instrumentos de apoio ao comércio internacional, desde seguros de crédito ao financiamento à exportação.

Ao Estado competirá, igualmente, reconhecer o esforço das empresas, em particular através de políticas fiscais que funcionem como incentivo aos ganhos de competitividade.

Não temos opção: por mais difíceis que sejam os desafios, temos que vencêlos. No passado, os Portugueses fizeram prova do seu talento e da sua fibra e

mostraram ao Mundo que eram capazes de ultrapassar os obstáculos. Não creio que tenhamos mudado assim tanto.

#### Minhas Senhoras e meus Senhores

As pequenas e médias empresas inovadoras são uma das mais poderosas forças de transformação da sociedade. Os seus líderes são, tipicamente, pessoas dispostas a aceitar a mudança como um facto natural. Sabem para onde querem ir e o que pretendem ser. Estabelecem objectivos claros e ambiciosos. Estimulam uma cultura de pertença e de envolvimento de todos nos propósitos da organização.

O contributo das PME inovadoras é incontornável para a consolidação de um novo modelo para a economia portuguesa. Desde logo, pela sua contribuição para a criação líquida de emprego. E, sobretudo, por ser nas PME mais inovadoras – e, por isso mesmo, mais competitivas – que se encontra o mais forte potencial de crescimento da capacidade exportadora da nossa economia.

113

Há cinco anos, a COTEC definiu um plano de actividades dirigido a um conjunto inicial de vinte e quatro PME, tendo como propósito o reconhecimento público da sua atitude e da sua actividade inovadora, exemplo de criação de valor para a economia e para o País. Nasceu assim uma ideia feliz, a Rede PME Inovação.

Foi com esse mesmo espírito que visitei, ao longo do meu mandato, algumas das empresas que constituem esta Rede, uma boa amostra do que de mais inovador e competitivo existe no tecido económico nacional.

O sucesso da Rede é inegável, fruto de uma abordagem coerente e de um trabalho persistente da equipa responsável pela organização e realização das actividades desta iniciativa COTEC.

O sucesso desta iniciativa pode ser comprovado pelo próprio crescimento da Rede nestes cinco anos. Registo com muita satisfação que a COTEC tenha correspondido ao meu desafio inicial e tenha conseguido, ano após ano, exceder as expectativas de alargamento da Rede.

Saúdo as empresas recém-chegadas, que aceitaram o desafio de serem admitidas num grupo de acentuado prestígio. A admissão à Rede resulta, é bom lembrá-lo, da aplicação de critérios rigorosos, que atestam um grupo de PME de elevado nível de qualidade e desempenho.

A Rede cresceu e diversificou-se nas características das empresas que a compõem, implicando novas respostas por parte dos seus dinamizadores. Mas o propósito original deve manter-se o mesmo: destacar o mérito de quem assume uma cultura e uma prática de inovação.

É esse o espírito do Prémio PME Inovação que hoje tive o prazer de entregar. Renovo, aqui, os meus parabéns aos vencedores.

A Rede PME Inovação da COTEC representa, além do mais, um exercício continuado de cooperação, que importa destacar. Sabemos que a inovação não resulta de trabalho individual, mas da colaboração de muitos. Não é limitada pela geografia nem por fronteiras.

Sublinho, por isso, o esforço da COTEC no apoio específico às sucessivas fases de crescimento das PME inovadoras, quer através da promoção da sua visibilidade face a investidores, quer no apoio à sua internacionalização.

Ainda a propósito de cooperação empresarial, salientaria o facto de estarem hoje aqui reunidos líderes de PME inovadoras e líderes das maiores empresas nacionais. Este Encontro, tal como os anteriores, é uma boa oportunidade para o reforço dos laços de cooperação entre organizações que se complementam nas suas competências específicas.

Devem ser estimuladas, por isso mesmo, as condições para uma maior aproximação entre pequenas e grandes empresas. Estou convicto de que o estreitamento de relações, através de mais parcerias e processos de inovação conjuntos, será benéfico para todos.

As empresas que compõem a Rede PME Inovação são uma boa amostra do que poderá vir a ser, num futuro próximo, a base do tecido económico português. Foi, pois, com muita satisfação e com fundada esperança que me associei a este IV Encontro PME Inovação.

Muito obrigado.

# Desenvolvimento e Coesão Social **III**





## Sessão de Encerramento da 4ª Jornada do Roteiro das Comunidades Locais Inovadoras

Queluz, 13 de Julho de 2010

Encerro aqui a 4ª Jornada do Roteiro das Comunidades Locais Inovadoras, que cobriu cinco concelhos da Área Metropolitana de Lisboa – Cascais, Oeiras, Sintra, Mafra e Amadora –, uma das regiões com maior poder de compra do País, de acordo com os indicadores disponíveis.

Mas isto não nos pode fazer esquecer que existem, na região, estratos sociais com graves carências económicas e situações de provação material: umas, de carácter permanente, outras, fruto do agravamento da situação económica e social.

A crise económica e financeira que atingiu o País trouxe consigo um agravamento da situação social.

Verifica-se um aumento significativo dos números do desemprego: 592 mil desempregados no primeiro trimestre, ou seja, 10,6 por cento da população activa, mais 100 mil do que há um ano atrás; 305 mil estão desempregados há mais de um ano; 100 mil jovens estão desempregados, ou seja, 22,7 por cento. Muitos procuram emprego noutros países por não encontrarem oportunidades em Portugal.

Assiste-se a um aumento das situações de pobreza e exclusão social, com a emergência de novos pobres, pessoas que sofrem em silêncio, que até não há muito tempo viviam com um certo desafogo económico e não imaginavam poder vir a encontrar-se em situação de privação material. A crise fez emergir novos riscos de pobreza, resultado do lançamento de milhares de portugueses no desemprego, do endividamento excessivo das famílias e do enfraquecimento dos laços familiares.

Existe um aumento significativo das pessoas em situação de carência alimentar, precisando de ajuda para combater a fome e para comprar remédios.

É elevado o número de crianças que, nos seus estudos, na sua alimentação, na sua vida do dia-a-dia, sofrem as dificuldades dos familiares vítimas da crise. Temos de fazer todos os possíveis para que as expectativas dessas crianças e o seu bem-estar não sejam afectados pela crise.

Também os idosos e deficientes são atingidos nas suas condições de bem-estar, em resultado das dificuldades por que passam os seus familiares.

Tudo isto num quadro de persistentes desigualdades sociais e do enfraquecimento e degradação dos laços familiares que se tem vindo a verificar.

Temos um Portugal a duas velocidades, como afirmei no meu primeiro discurso na Assembleia da República depois da tomada de posse.

As instituições sociais têm desempenhado um papel decisivo no amortecimento das consequências sociais da crise. São as Misericórdias, as IPSS, os centros paroquiais e outras organizações da igreja, os grupos de voluntariado, as redes de entreajuda e outras associações da sociedade civil de natureza social. Elas são a expressão da força solidária dos Portugueses, que tenho procurado mobilizar desde o início do meu mandato.

O que seria a situação social de centenas de milhares de portugueses, não fora o trabalho das instituições de solidariedade e dos milhares de voluntários?

Instituições que ocupam uma posição de primeira linha no apoio aos grupos mais carenciados, aos idosos, aos deficientes, aos pobres, às pessoas em situação de exclusão, aos atingidos por carências alimentares. E que desempenham, também, um papel significativo no apoio à primeira infância, na integração social, na qualificação e valorização profissional dos jovens, na promoção do empreendedorismo social dirigido a estratos mais vulneráveis, às situações de desemprego e de exclusão social.

Neste tempo de crise, há que estabelecer prioridades, quer a nível central quer local.

É preciso proteger as pessoas de rendimentos mais baixos, garantir os apoios sociais indispensáveis àqueles que são pobres, vulneráveis, às famílias que passam por privações materiais. A resposta às situações de emergência social não pode deixar de ser uma prioridade. As pessoas estão primeiro.

A inclusão social foi a primeira causa que abracei como Presidente da República, logo no meu primeiro discurso do 25 de Abril, na Assembleia da República, em que propus um compromisso cívico para a inclusão social.

Através do Roteiro para a Inclusão, lancei um movimento visando despertar a consciência e a responsabilidade social dos Portugueses para o combate à pobreza, à exclusão social, às desigualdades na distribuição do rendimento.

Os temas tratados ganharam visibilidade na opinião pública e mais destaque na agenda política. Temas como a ameaça de desertificação e envelhecimento em vastas regiões do País, as pessoas com deficiência e os maus-tratos das crianças, a violência doméstica, a redução da natalidade, as desigualdades na distribuição do rendimento, o desemprego e os novos riscos de pobreza, a importância do voluntariado e das instituições de solidariedade.

Tenho procurado actuar de forma a que os portugueses apanhados pela crise não se sintam esquecidos. A pobreza e a exclusão social não são realidades sem remédio. Durante este Roteiro, encontrei bons exemplos de instituições dedicadas ao apoio dos estratos sociais mais carenciados e vulneráveis: o Centro Comunitário Senhora da Boa Nova, no Estoril; a Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação, em Mafra; a Unidade Residencial Madre Maria Clara, em Oeiras.

A crise levou os Municípios a reforçar a sua acção na área do desenvolvimento social e da promoção da coesão social, como pude testemunhar em Cascais, Oeiras, Sintra, Mafra e Amadora. Hoje, os Municípios desempenham um papel da maior importância no apoio às pessoas em situação de carência alimentar, incluindo os alunos das escolas, no apoio às pessoas com dificuldades na compra de medicamentos, no empreendedorismo social, no apoio às associações que promovem a inclusão e integração social, na articulação das instituições de solidariedade do Concelho e no desenvolvimento de redes de entreajuda.

É uma função que as autarquias, tirando partido da proximidade, desenvolvem com eficiência. O seu contributo tem sido decisivo para atenuar as consequências sociais da crise.

121

Tive oportunidade de me reunir com 30 directores de escolas e agrupamentos do Concelho de Sintra e conhecer o trabalho que fazem, em estreita colaboração com a Câmara Municipal, para atenuar os efeitos da crise económica sobre a situação dos alunos, de modo a que a tarefa de ensinar e promover o sucesso escolar não seja excessivamente dificultada.

As autarquias e algumas instituições sociais têm dado também o seu contributo em várias áreas do combate ao desemprego.

O desemprego é uma das questões mais dramáticas que o País enfrenta. Não pode deixar de estar no centro das atenções de todos os agentes políticos. É por isso que a recuperação económica sustentável é o grande desafio que temos de

vencer e para o qual tenho vindo a mobilizar os Portugueses. Também aqui cabe ao poder local e às comunidades locais inovadoras um papel de relevo.

Os Municípios são, cada vez mais, agentes de desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental. A maior parte dos Municípios atribui hoje uma elevada prioridade ao fortalecimento da capacidade produtiva dos respectivos Concelhos, e a sua actuação insere-se bem no caminho que Portugal terá de seguir para ultrapassar a difícil situação com que está confrontado.

Dado o elevado endividamento e as restrições externas que o País enfrenta, a recuperação económica exige o aumento da produção de bens e serviços que concorrem com a produção estrangeira e o aumento da nossa capacidade exportadora. O aumento da competitividade externa das empresas é, assim, a chave do nosso sucesso.

Temos que encontrar novos caminhos de aumento da produtividade, de desenvolvimento de novas áreas de negócio, de penetração em novos mercados. Neste contexto, o reforço da cultura de inovação no domínio económico reveste-se da maior importância. Tal como o estímulo ao empreendedorismo empresarial, considerado hoje uma peça-chave do progresso económico.

Tenho-me empenhado no apoio ao empreendedorismo jovem, o qual constitui uma semente da maior valia para o rejuvenescimento do tecido empresarial português. São jovens empreendedores com elevado nível de formação, familiarizados com as modernas tecnologias, ambiciosos e com talento, abertos ao mercado global, conhecedores de outras gentes e outras culturas. Ao fazer isso, estou a abrir uma janela de esperança para muitos jovens. A qualidade e excelência no ensino, o combate ao abandono e insucesso escolar, a formação profissional são também contributos decisivos para a construção de uma economia de futuro.

A competitividade das PME, a atracção do investimento, o aproveitamento dos recursos próprios da região - naturais, humanos, patrimoniais e culturais -, a qualificação dos recursos humanos, o desenvolvimento de competências profissionalizantes, o estímulo ao empreendedorismo empresarial, à inovação e à criatividade, o apoio à difusão das TIC, ao desenvolvimento de parcerias e redes de contacto têm vindo a merecer uma atenção acrescida por parte das autarquias. São contributos da maior relevância, e que importa valorizar, para a recuperação económica sustentável.

Durante este Roteiro, testemunhei bons exemplos de instituições cuja actuacão se insere na linha do desenvolvimento económico e social e de criação de emprego que acabei de referir: a Associação Escola 31 de Janeiro, na Parede; a Agência DNA Cascais; a investigação na área tecnológica da Academia da Força Aérea, na Base de Sintra; a valorização do complexo monumental de Mafra; o Projecto 12-15 e o Programa Empreende, na Amadora; a Escola Intercultural das Profissões e do Desporto, na Venda Nova. Assim como os projectos de inclusão social pela música (Orquestra Geração) e pelo desporto, que vimos no complexo desportivo Carlos Queiroz.

Tenho por objectivos, com o Roteiro das Comunidades Locais Inovadoras, incentivar os vários agentes locais - políticos, económicos, sociais e outros - a agirem como actores de mudança, procurando soluções inovadoras para os problemas locais, dar visibilidade aos bons exemplos e boas práticas locais, e contribuir para a sua difusão, assim reforçando a motivação de outros para agir e contribuir para a melhoria das condições de vida das populações.

Ao longo das nove jornadas do Roteiro para a Inclusão e do Roteiro das Comunidades Locais Inovadoras, visitei 52 concelhos. Encontrei a maior receptividade para o desafio que, em 25 de Abril de 2006, decidi colocar aos Portugueses: o de um compromisso cívico para a inclusão social.

123

Julgo que os Portugueses entenderam esse meu desafio.

Os cidadãos, mobilizados em torno das suas autarquias, de organizações não governamentais, instituições de solidariedade social, grupos de voluntariado, paróquias e empresas, têm dado provas da sua disponibilidade e empenho para assumirem novas responsabilidades sociais.

Felizmente, pude comprovar, nestes Roteiros, que muito se tem feito e, em muitos casos, bem feito. Os exemplos de instituições e comunidades locais que pude visitar ao longo destes quatro anos permitem-me concluir que é possível, que não há razão para perdermos a esperança.

O Roteiro das Comunidades Locais Inovadoras comprovou que, por todo o País, há autarcas que encontram soluções inovadoras para os problemas das suas comunidades, há voluntários que se dedicam aos outros, instituições sociais que teimam em lutar contra a adversidade.

Há empresas que assumem a sua responsabilidade de criadores de riqueza, que inovam nos seus produtos e nos seus processos de fabrico, que se lançam na área internacional para descobrir novos mercados e novas oportunidades de negócio, que lutam por manter e valorizar o seu capital humano e os postos de trabalho.

Nesta Jornada pelos concelhos de Cascais, Oeiras, Sintra, Mafra e Amadora, encontrei razões acrescidas para acreditar na capacidade dos Portugueses para vencerem os desafios que o País enfrenta.

#### Senhoras e Senhores

Decidi aproveitar esta ocasião para distinguir algumas pessoas que, nas suas áreas de actividade, deram um contributo significativo para a melhoria das condições de vida das comunidades desta região. É o que irei fazer a seguir.

Agradeço a vossa presença e peço o vosso empenho na multiplicação dos agentes de inovação e de criação de emprego, e no apoio às instituições de solidariedade que dedicam o melhor do seu esforço àqueles que sofrem os efeitos da crise económica que atinge o País.

Muito obrigado.

## Cerimónia de Abertura do Colóquio «Da Virtude e Fortuna da República ao Republicanismo Pós-Nacional»

Coimbra, 30 de Setembro de 2010

125

Vir à Universidade de Coimbra é motivo de regozijo e um privilégio para o intelecto. Ao atravessar o Pátio das Escolas reencontramo-nos sempre com a profundidade do saber, com o rigor do conhecimento sólido, com a seriedade da investigação feita de trabalho e talento. Estamos aqui, nesta ocasião solene, para assinalar o centenário da República. Mas fazemo-lo com um espírito muito especial, o espírito de Coimbra.

O espírito de Coimbra, forjado pelos séculos, faz-nos sentir o que de mais verdadeiro somos: cidadãos da Europa. Coimbra está irmanada com as universidades que, desde a Idade Média, floresceram por todo o Velho Continente e conquistaram justificado prestígio por uma razão muito simples: além de produzir saber e conhecimento, souberam criar em seu torno uma cultura académica própria, um espírito universitário único e original. Há uma marca de distinção e de singularidade em Coimbra. Não por acaso, esta Universidade é procurada por estudantes e investigadores de todo o Mundo. Vindos de longe, de outros continentes, sabem que aqui encontrarão uma atmosfera especial, muito para lá do efémero de que é feita a espuma dos nossos dias.

Encontramo-nos em Coimbra para, nesta ocasião solene, assinalar o centenário da República. A Universidade, com a sua antiga sabedoria, soube encontrar, no meio de tantas realizações que têm lugar este ano, uma forma própria de celebrar a República. Coimbra propõe-nos, no dia de hoje, uma reflexão sobre o republicanismo, na sua génese e nos seus desenvolvimentos.

No contexto dessa reflexão, entendeu a Universidade homenagear John Pocock, conferindo-lhe o título de doutor *honoris causa*. A obra de John Pocock é sobejamente conhecida e não me compete enaltecer o mérito académico e científico daquele que é, sem dúvida, um dos mais originais historiadores das ideias do nosso tempo.

L CA

Recordo tão-só que John Pocock conseguiu captar a essência da República mergulhando nas suas origens, percorrendo detidamente as fontes e descobrindo que, a partir de uma matriz comum, o ideal republicano se desenvolveu de forma diferenciada, ainda que não antagónica, dos dois lados do Atlântico.

Na base desse ideal encontra-se uma noção simples, mas que corresponde a um extraordinário avanço da civilização europeia. A República resolveu o problema da compatibilização entre autoridade e liberdade fazendo com que cada um, cada habitante da cidade, participe nas decisões através das quais é governado. Daqui resulta um modelo que coloca o cidadão no centro do processo político, o que se traduz, desde logo, no estabelecimento de relações de igualdade entre os homens e, por outro lado, no incremento do grau de exigência cívica e de responsabilização individual de cada membro da República. Só aquele que sente fazer parte da República é capaz de assumir na plenitude os seus deveres de cidadania.

As repúblicas atravessam «momentos maquiavélicos», para tomar um conceito cunhado por John Pocock no livro que o celebrizou.

No Mundo em que vivemos, o que verdadeiramente está em causa, nos *momentos maquiavélicos*, não é, em regra, a sobrevivência das repúblicas, mas a necessidade de reinvenção dos valores que lhes dão forma enquanto modelo político ideal de conciliação entre autoridade e liberdade. Nos nossos dias, é imperiosa a necessidade de reconstrução do princípio da virtude republicana, o que se afigura tanto mais difícil quanto, por um lado, a Justiça tem dificuldade em ressurgir aos olhos dos cidadãos como um valor capaz de triunfar sobre a corrupção e, por outro lado, a sociedade alimenta e segrega padrões de conduta que, em muitos casos, se situam nos antípodas dos ideais do republicanismo. Enquanto isso, o modelo do Estado social, que garantiu a paz e a estabilidade das sociedades ocidentais do pós-guerra, enfrenta novos e sérios desafios. Esse modelo de desenvolvimento e de integração social pôde prosperar graças à convergência de dois elementos: elevados índices de natalidade e níveis de crescimento económico absolutamente inéditos.

Desta forma, foi possível que os trabalhadores no activo, com empregos estáveis, assegurassem níveis de bem-estar suficientes para si próprios e, do mesmo passo, fossem capazes de custear, através dos seus impostos, as prestações sociais que garantiam as reformas da geração precedente e a escolarização e

a empregabilidade da geração seguinte. A coesão social assentava neste pacto de cidadania intergeracional, um contrato de que o Estado era o garante e fiel depositário, através de um sistema de redistribuição da riqueza que mereceu o apoio consensual dos agentes políticos dos vários quadrantes, de empregadores e trabalhadores, das associações patronais e dos sindicatos.

Os fundamentos deste modelo, a que poderíamos chamar a «República social», no qual reside o inegável sucesso do projecto de uma Europa unida, constituem um dos grandes alicerces das democracias contemporâneas.

No entanto, as quebras de natalidade que se verificam na generalidade dos países desenvolvidos têm vindo a lançar a dúvida sobre a capacidade de cada geração assegurar as responsabilidades que lhe cabem para com a geração que a antecede e para com aquela que se lhe segue.

Paradoxalmente, uma das causas da baixa natalidade é, justamente, o aumento do bem-estar material. De facto, não podemos deixar de nos interrogar sobre a mudança ocorrida nas últimas décadas: é quando existem, aparentemente, melhores condições para ter mais filhos, condição essencial para a reposição das gerações, que os níveis de natalidade decrescem de forma significativa e até alarmante.

Por outro lado, as taxas de crescimento económico contínuo e sustentado em que se apoiou o modelo europeu de redistribuição da riqueza sofreram um forte abalo na última década.

127

Tudo mudou a partir do momento em que o Ocidente foi confrontado com algo que até aí parecia desconhecer: a sua dependência energética face a países situados noutros pontos do globo. Por muito que tenhamos sido capazes de absorver os piores efeitos dos choques petrolíferos que marcaram as últimas décadas do século XX, descobrimo-nos, subitamente, mais frágeis, mais vulneráveis. A dependência energética da Europa face a países que não se situam na sua área geocultural, nem possuem o mesmo grau de democraticidade nem de estabilidade política, deve representar um sério aviso para os decisores políticos que possuam do Mundo uma visão de longo alcance.

Se situarmos as nossas repúblicas no contexto mais vasto do Mundo globalizado, perceberemos que a competitividade à escala planetária se encontra centrada nos aspectos económicos, fazendo tábua rasa de factores como a falta de quali-

dade da democracia, a injustiça social e a ausência de protecção dos mais desfavorecidos, a precariedade das condições de trabalho ou a degradação maciça do ambiente. Por outras palavras, o comércio livre faz-se, à escala planetária, entre nações que não possuem os mesmos padrões de exigência em termos políticos, sociais ou ambientais. A concorrência encontra-se distorcida por esta diferença de pontos de partida entre sociedades onde as expectativas dos cidadãos são muito elevadas e sociedades que só agora começam a emergir para os valores da democracia, da cidadania social e da preservação ambiental.

A isto acresce que a reinvenção do modelo de crescimento europeu – do qual depende, não tenhamos dúvidas, a própria estabilidade em que assentam as nossas democracias –, depara com novos constrangimentos. A necessidade de preservação do equilíbrio ecológico impõe a descoberta de novas formas de produção, menos agressivas para o ambiente. A Europa pós-industrial tem de saber recriar-se como espaço de produção de bens e não apenas como lugar de prestação de serviços.

Por outro lado, o Estado contemporâneo manifesta sérias dificuldades em manter um contrato social que seja, também ele, um contrato de justiça intergeracional. A precarização do emprego leva a que haja cada vez mais jovens com «vidas adiadas», na espera de melhores dias que tardam a chegar, aguardando indefinidamente pela oportunidade para conquistar um emprego gratificante, para constituir família, para possuir um espaço próprio para viver.

Este é outro dos paradoxos do nosso tempo: os jovens são cada vez mais qualificados, beneficiam cada vez mais de uma formação ampla e diversificada, têm um contacto com o exterior e com outras realidades muito superior ao das gerações precedentes, comunicam à velocidade de segundos com outros jovens a milhares de quilómetros, movem-se com um à-vontade surpreendente no mundo das novas tecnologias. E, no entanto, enfrentam sérias dificuldades para satisfazer as aspirações que os seus pais, com maior ou menor sucesso, conseguiam realizar com relativa tranquilidade: obter um emprego seguro, possuir uma casa, constituir família.

Tudo isto pode levar a uma grave quebra de confiança dos jovens nas instituições e nos decisores políticos, pondo em causa, no limite, a qualidade das nossas democracias. A abstenção eleitoral, o alheamento cívico, o descrédito dos gover-

nantes, a ausência de líderes com uma visão estratégica são elementos de deslegitimação política, mas também social e cultural, das nossas repúblicas. São cada vez mais aqueles que se excluem a si próprios da cidadania activa, o que naturalmente ameaça a noção de democracia como autogoverno da cidade e a ideia de República como partilha de um destino comum.

É urgente, pois, fazer um esforço de aprofundamento da dimensão social do Estado. Não há dúvida de que, se os direitos fundamentais de primeira geração, inscritos nos nossos textos constitucionais, se encontram consolidados e sedimentados, existe ainda um longo caminho a percorrer para concretizar plenamente os direitos económicos, sociais e culturais.

Há que ter presente que, no nosso tempo, não podemos fazer uma cisão entre cidadania política e cidadania social, para não falarmos de outras dimensões do conceito, como a cidadania ambiental. O princípio democrático não é separável do princípio da socialidade, do mesmo modo que o Estado de direito deve ser um Estado social de direito. A instauração de políticas sociais activas, com efeito, não se destina apenas a promover a igualdade ou a justiça social; é também um requisito essencial de uma democracia inclusiva. Para ser política, a democracia tem hoje de ser social, económica e cultural.

Ao contrário do que por vezes se supõe, o Estado social não é hostil ao mercado. Foi precisamente a dimensão social do Estado, a par da sua função reguladora, que permitiu a sobrevivência da economia de mercado após sucessivas crises e que assegurou a existência de «válvulas de segurança» para as tensões sociais que a dinâmica do capitalismo ciclicamente tende a produzir.

129

Porém, se a vertente social do Estado se encontra no nosso tempo posta à prova, o mesmo se dirá da sua função reguladora. Essa é, porventura, a principal lição a retirar da recente crise económica e financeira. O Estado regulador foi incapaz de desempenhar eficazmente a sua função de fiscalização do funcionamento livre dos mercados e de prevenir comportamentos pouco éticos – pouco republicanos – de alguns agentes económicos.

Perante as falhas da supervisão, o Estado regulador teve de ceder o lugar, em certos momentos mais críticos, ao Estado interventor.

Simplesmente, a intervenção do Estado na economia, ultrapassados certos limites, põe em causa o futuro de uma sociedade aberta e é hoje reconhecida

como utópica e irrealista. Por uma razão singela: mesmo que o quisesse, o Estado não dispõe de meios para intervir activamente em todos os sectores da economia, pois esta adquiriu um nível inédito de complexidade e, por outro lado, foi objecto de um processo de globalização que torna o mercado cada vez menos susceptível de apropriação através de decisões políticas.

#### Senhoras e Senhores

Assistimos, no nosso tempo, a um sobressalto cívico e político, o qual, sem pôr em causa propriamente a sobrevivência da República, se aproxima do conceito de «momento maquiavélico» de John Pocock. As repúblicas contemporâneas não são confrontadas com a sua finitude, enquanto tais, como acontece nos «momentos maquiavélicos». Mas são, indubitavelmente, obrigadas a repensar os fundamentos e os pressupostos que as fizeram prosperar e que lhes garantiram a perenidade estável em que viveram desde o pós-guerra.

Impõe-se, nestas ocasiões, o caminho republicano do «regresso aos princípios», o que não pressupõe uma visão nostálgica ou passadista do pretérito colectivo. É à luz de uma visão de «passado como futuro», para usar uma expressão de Jürgen Habermas, que as comemorações do centenário da República adquirem sentido útil. De nada vale, de facto, comemorar por comemorar. A celebração do passado, justamente para não ser passadista ou retrógrada, tem de possuir uma dimensão prospectiva.

Regressar aos princípios, no caso do republicanismo, é reactualizar os valores de um civismo ético que contém, por um lado, exigências de dignidade pessoal e, por outro, imperativos de envolvimento comunitário. Há que renovar, em todos os domínios da actividade humana, começando pela actividade política, os princípios da autenticidade, da transparência na acção, do serviço empenhado à *res publica*, um serviço que reclama um conhecimento profundo dos problemas da sociedade e do Estado, um contacto directo com a realidade, uma relação de confiança e proximidade do poder com os cidadãos. Há que buscar exemplos, referências. Urge redescobrir e aprofundar o empenho republicano na escola e na formação cívica dos cidadãos.

É da Universidade que têm de surgir as respostas para as perplexidades que o tempo actual nos coloca. Só a reflexão académica, serena e rigorosa, livre de pai-

xões, não atravessada pelas querelas da luta partidária quotidiana, só a reflexão académica séria, repito, será capaz de apontar caminhos para os desafios profundos que confrontam as repúblicas com os seus «momentos maquiavélicos».

A Universidade de Coimbra dá-nos um bom exemplo do modo como é possível proceder com sucesso a um «regresso aos princípios». Sem perder de vista o seu historial de séculos e a sua genealogia ilustre, Coimbra foi capaz de instaurar novas dinâmicas de gestão, abrindo-se ao Mundo através de interlocutores de grande prestígio e fazendo entrar no seu governo vultos de referência da sociedade civil.

Mas, para que o pensamento universitário floresça e adquira um sentido útil, tem de existir, para recorrer ao conhecido conceito de Habermas, uma «ética comunicativa» entre a Academia e a sociedade e, mais precisamente, uma ética comunicativa entre a esfera pública do conhecimento e a esfera pública da decisão política.

Ao decidir celebrar o centenário da República – e, sobretudo, ao decidir fazê-lo através de um colóquio universitário – Coimbra, uma vez mais, dá-nos uma lição de sabedoria. É essencial, de facto, que as decisões que tomemos quanto ao futuro comum assentem num conhecimento sustentado dos problemas e numa percepção fundamentada das realidades.

Daí a importância do contributo académico para o destino da nossa República. Daí a feliz oportunidade deste encontro, no qual me deram o privilégio de participar. 131

Muito obrigado.

## Comemorações do 140º Aniversário da Elevação da Covilhã a Cidade

Covilhã, 20 de Outubro de 2010

Se hoje nos reunimos neste Salão Nobre para celebrar os 140 anos da elevação da Covilhã a cidade, num acto de inteira justiça que a edilidade em boa hora decidiu promover, devemos recordar que é bem antiga, muito mais antiga, a História do local onde nos encontramos.

A toponímia da Covilhã tem uma origem lendária, que remonta aos tempos dos Mouros e dos Godos. Outros atribuem-lhe o nome às actividades que se desenvolviam nas pastagens da Serra. Covilhã ter-se-á chamado originalmente «Covil da Lã» e só com o passar dos séculos ganhou a designação por que hoje a conhecemos.

A Lã e a Neve, para recordar o título da imorredoura obra de Ferreira de Castro, são duas marcas distintivas desta terra. Na sua alvura, a lã e a neve são também sinal da pureza das gentes que aqui habitam, homens e mulheres francos e de uma só palavra, Portugueses de palavra dada, cidadãos inteiros e de carácter, para quem a verdade está acima de tudo.

Há 140 anos, D. Luís elevou a Covilhã a cidade e, por isso, iremos homenagear a figura deste monarca, que deixou boa lembrança entre os seus contemporâneos. Ramalho Ortigão evocou a sua personalidade, dizendo que o Rei era «afável, compadecido, liberal, generoso». A imprensa da época afirmou que o seu reinado foi «feliz», «tranquilo», «próspero», de «consolidação e consagração do regime representativo». E, do tempo de D. Luís, um catedrático de Direito de Coimbra deixou à posteridade um balanço extremamente positivo: «o Rei foi fiel ao pacto fundamental da nação sem abdicações de fraqueza e sem intervenções ilegítimas; o reinado foi de paz, de liberdade, de prosperidade e de progresso», escreveu o eminente jurisconsulto José Frederico Laranjo.

A fidelidade à Constituição, ao *pacto fundamental da nação*, é, de facto, o princípio basilar de um bom governo. A isso aliou D. Luís duas qualidades essenciais: firmeza na defesa da ordem constitucional e não interferência no livre jogo das forças partidárias.

A decisão de elevar a Covilhã a cidade é mais um exemplo da sua grandeza como Chefe de Estado. Essa decisão demonstra algo que é essencial a todos os governantes: conhecer a realidade do País e reconhecer o mérito onde ele existe.

Não faltam méritos a esta cidade, tanto no passado como nos dias de hoje. A presença da Universidade e dos estudantes, a quem dirijo uma calorosa saudação, faz da Covilhã uma cidade de futuro e de conhecimento.

O município projectou o lema «Covilhã – Cidade de Investimento», criando um Gabinete de Actividades Económicas e Investimento. As inúmeras potencialidades naturais e humanas que aqui existem estão a ser aproveitadas. As realizações concretas estão à vista, sendo muito oportuna a iniciativa de ilustrar os 140 anos da elevação a cidade com a exposição de outras tantas obras aqui levadas a cabo.

A região soube trilhar os caminhos da inovação e da criatividade, como tive ocasião de verificar ainda em Fevereiro deste ano, no âmbito do Roteiro das Comunidades Locais Inovadoras. Visitei uma unidade industrial de um grupo que soube adaptar-se aos desafios da contemporaneidade, exportando mais de 80 por cento da sua produção têxtil, e um hotel termal que corresponde aos padrões do novo turismo: mais exigente, mais especializado, mais qualificado. Antes, tinha visitado o Parque de Ciência e Tecnologia e testemunhado a capacidade empreendedora aí instalada e os resultados dos esforços desenvolvidos pelas autoridades locais na captação de investimento empresarial de qualidade.

A autarquia soube ler os sinais da mudança, que se impõem no nosso tempo. Em 2008, lançou uma nova imagem, sob o lema «Covilhã – Uma Cidade 5 Estrelas», projectando a urbe centenária como um espaço ideal para o investimento, para as actividades de lazer e para viver com qualidade.

Esta última dimensão – a qualidade de vida das populações – é, de facto, essencial para combater a desertificação, para fixar habitantes e para atrair novos residentes.

A aposta na qualidade de vida das populações, feita no quadro das cidades de média dimensão, é um elemento decisivo para captar jovens dinâmicos, activos e empreendedores. Não por acaso, alguns inquéritos mostraram que a Covilhã é das cidades portuguesas com melhor qualidade de vida. No fundo, mostraram o acerto das opções tomadas, revelando que esta cidade se encontra no rumo do futuro.

A Covilhã é, sem dúvida, uma cidade em que vale a pena viver. Longe vão os tempos do isolamento e das agruras do clima. Hoje, graças às novas vias de comunicação, às acessibilidades, ao dinamismo dos covilhanenses e à presença dos estudantes, a Covilhã é uma cidade moderna, orgulhosa do seu passado mas esperançosa quanto ao seu futuro. Há razões para isso. Há razões para ter esperança. Apesar de perfazer 140 anos, esta é uma cidade que não teme o amanhã.

A Covilhã é a prova inequívoca de que, se tivermos visão de futuro e a arte de tomar as decisões certas, é possível conciliar um passado ilustre e um futuro promissor. Hoje é um dia de festa nesta cidade e a ela me associo com imenso prazer.

Há muitos anos, um vosso antepassado, ao ser desterrado para Toledo, disse: «Pode El-Rei Filipe meter-me em Castela, mas Castela em mim é impossível». Estas palavras de Frei Heitor Pinto são consideradas uma das manifestações mais eloquentes da identidade portuguesa.

A Covilhã é Portugal e, em nome de todo o Portugal, quis partilhar convosco a grande alegria destas comemorações. Saúdo calorosamente os covilhanenses e dou-lhes os meus parabéns pelos 140 anos da sua cidade.

Obrigado.

### Encontro da Associação EPIS - Empresários pela Inclusão Social

Lisboa, 26 de Novembro de 2010

Tenho acompanhado com muito apreço a actividade da Associação Empresários pela Inclusão Social, iniciativa lançada, em 2006, por um grupo de empresários, na sequência do meu discurso do 25 de Abril desse mesmo ano, apelando a um compromisso cívico para a inclusão social.

Esse apelo sublinhava a importância da educação no combate à exclusão social e desafiava a sociedade civil a que não se limitasse a deixar ao Estado a missão de enfrentar um problema que alcança, nos nossos dias, uma dimensão nacional.

Como Presidente da República, tenho-me empenhado em mobilizar a sociedade para que dê a devida importância ao papel decisivo da educação das crianças e jovens na construção do futuro que desejamos para Portugal.

Precisamos de reduzir de modo sensível e duradouro o atraso de qualificação dos nossos jovens, em comparação com a maioria dos países da União Europeia. Temos de o fazer melhorando a qualidade de ensino e permitindo que os melhores desenvolvam ao máximo as suas capacidades. Mas sem deixar para trás os que, por muitos motivos, não conseguem acompanhar o ritmo de aprendizagem.

Temos, por isso, de dar a devida atenção à criação de igualdade de oportunidades. A excelência deve ser uma meta ao alcance de todos, não um privilégio de alguns.

O investimento em educação implica uma visão de longo prazo. Mas isso não nos dispensa de agir já e de agir com todos os meios ao nosso alcance para que não se desperdicem mais talentos, para que nenhuma criança ou jovem fique privado do seu desenvolvimento pessoal e académico por falta de oportunidades ou de apoios.

Como tenho sublinhado, a educação deve ser um desígnio nacional assumido por todos. É uma causa nobre e uma pedra fundamental do nosso desenvolvimento e da nossa afirmação no espaço europeu e global.

Sabemos que a qualificação dos Portugueses é condição indispensável para um crescimento económico sustentável e para a construção de uma sociedade mais próspera e mais justa.

As políticas activas para valorizar a escola e estimular os jovens a prosseguir os seus estudos são a aposta mais duradoura que podemos lançar, a bem do nosso futuro colectivo.

Ouvimos aqui, hoje, a apresentação do Plano de Acção da EPIS para 2010-2012. Devo realçar os resultados muito positivos que esta semente, em boa hora lançada, já produziu, modificando para melhor a vida de muitas crianças e as ambições de muitos pais em relação aos seus filhos, mostrando que é possível vencer obstáculos e superar dificuldades.

Quero felicitar os dez Municípios Parceiros da EPIS, que permitiram o alargamento da rede nacional de mediadores e o aprofundamento do excelente trabalho de proximidade.

Estou certo de que muitos mais municípios irão integrar a EPIS. Apelo aos Municípios para que o façam, para que aproveitem esta iniciativa e lhe dêem o fôlego que merece. Os autarcas têm que ser os aliados, inclusivamente no esforço que é preciso fazer para evitar que as crianças sejam duramente atingidas pela crise.

Quero também dar aqui o público testemunho do meu apreço e do meu estímulo aos empresários que se têm unido a esta missão, permitindo a sua sustentabilidade e o lançamento de projectos para o futuro.

Quer como associados, quer como parceiros de iniciativas concretas, como os empresários locais que hoje receberam o seu diploma de participação no projecto-piloto «Rede de mediadores para o sucesso escolar», estes empresários são um exemplo da mais-valia que a intervenção cívica empenhada pode fazer pelo combate à exclusão e ao insucesso escolar.

A acção dos mediadores da EPIS levou já a que muitas famílias se modificassem e unissem para se adaptar ao trabalho e aos progressos escolares dos filhos, sendo que também nas escolas se criou um novo ambiente em relação aos problemas e esforços dos alunos e das famílias.

Apelo a que se persista no ambicioso e inovador projecto da Associação Empresários pela Inclusão Social, a que não faltem os associados, a que não hesitem

os parceiros, a que não esmoreçam os apoios do Ministério da Educação e dos professores e escolas que têm sido determinantes para o seu êxito.

A vida de cada aluno que já mudou para melhor e a atitude de cada família que passou a valorizar o desempenho escolar dos seus filhos são a melhor retribuição deste esforço colectivo.

Quero agradecer a todos os empresários que, desde a primeira hora, se juntaram para concretizar este projecto e felicitar a equipa de técnicos que soube concretizar no terreno os planos de actividade e as estratégias de acção, mobilizando escolas, professores, alunos e famílias.

À Direcção da EPIS, recentemente empossada e presidida pelo Dr. António Pires de Lima, quero agradecer a disponibilidade, o exemplo cívico e o grande sentido de responsabilidade para dirigir e levar a bom porto esta obra.

Formulo votos para que o Plano de Acção hoje apresentado possa ser cumprido com pleno êxito, em benefício do País.

Muito obrigado a todos.

139

### Cerimónia Comemorativa dos 114 Anos da AHRESP e de Lançamento da Campanha de Solidariedade Social «Direito à Alimentação»

Estoril, 10 de Dezembro de 2010

Começo por saudar e felicitar a direcção e todos os associados da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal pelos seus 114 anos de actividade. Nesta saudação, cumprimento particularmente os homenageados com a medalha dos 100 anos, pela consistência e perseverança com que acompanham a vida da AHRESP e pela capacidade de manterem bem viva a chama do associativismo neste sector.

Em 1896, os estabelecimentos que prestavam serviço ao público de comidas e bebidas criaram, na cidade de Lisboa, a sua primeira Associação. Hoje, a AHRESP, num contínuo e louvável esforço de congregação associativa, representa a nível nacional toda a área de Restauração e Bebidas e, também, de Alojamento em Hotelaria, Turismo em Espaço Rural, Turismo de Habitação e Alojamento Local.

A AHRESP soube realizar paulatinamente esta unificação, primeiro regional e depois sectorial, sempre fiel ao objectivo de promover o desenvolvimento e a qualificação das actividades económicas que a integram, tanto a nível nacional como internacional, e de apoiar os empresários seus associados. Mas procurou sempre manter, na esfera das suas preocupações e recomendações, a defesa dos interesses dos consumidores e a valorização do turismo português.

#### Minhas Senhoras e meus Senhores

Entendeu a AHRESP, em muito boa hora e na data em que se comemora o Dia Internacional dos Direitos Humanos, aliar a esta celebração o lançamento da «Carta do Direito à Alimentação» e de uma campanha de solidariedade destinada a combater um dos flagelos que, de modo envergonhado e silencioso, se tem propagado pelos estratos menos favorecidos da sociedade portuguesa: a falta de acesso a uma alimentação condigna.

143

Louvo esta iniciativa promovida pela AHRESP, à qual não poderia deixar de me associar, e que constitui um verdadeiro exemplo de como as instituições da sociedade civil podem dar um valioso contributo para um Portugal mais coeso, mais unido e solidário.

Saúdo, igualmente, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e todas as entidades e personalidades que se solidarizaram com esta campanha e que serão fundamentais para que cumpra os seus objectivos e possa ser bem-sucedida no terreno.

Como tenho tido a oportunidade de constatar nas minhas visitas por todo o país, em particular nas jornadas dos Roteiros para a Inclusão Social e para as Comunidades Locais Inovadoras, os Municípios, as organizações de solidariedade social, as empresas, enfim, as instituições da sociedade civil têm desempenhado um valioso papel em matéria de responsabilidade social. Quero prestar-lhes a minha homenagem e expressar o meu agradecimento pelo excelente trabalho que têm desenvolvido e que tanto tem contribuído para minorar as carências e aliviar as dificuldades em que se encontram tantos Portugueses.

#### Minhas Senhoras e meus Senhores

O turismo é uma actividade verdadeiramente estruturante em termos económicos e sociais. Tem potencial de crescimento, valoriza-se no aproveitamento dos recursos endógenos de cada região, estimula o empreendedorismo em micro e pequenas empresas e exerce efeitos indutores e multiplicadores noutras áreas produtivas e de serviços, formando assim uma ampla malha de actividades interdependentes, geradoras de emprego e de coesão social. É por tudo isso, e as Autarquias sabem-no bem, que o turismo continua a ser uma opção de investimento importante, nomeadamente em zonas com reduzida prestação económica ou a necessitarem de processos de reconversão.

Sendo, naturalmente, parte integrante da actividade turística, a gastronomia e os vinhos afirmam-se, nos dias de hoje, como um verdadeiro produto turístico de procura autónoma, seja pelo seu inquestionável valor cultural, seja pelas novas e criativas experiências que pode oferecer ao visitante.

O turista moderno procura prazer e saber nas suas viagens. Quer fruir produtos únicos e autênticos e, cada vez mais, aprofundar conhecimentos sobre o património enológico e gastronómico das regiões que visita.

De acordo com a Organização Mundial de Turismo, só na Europa existem mais de um milhão de turistas para os quais a gastronomia e os vinhos constituem a primeira motivação na decisão de viajar e cerca de 30 milhões de turistas que, embora orientados para outros produtos turísticos, condicionam a escolha do destino à qualidade da gastronomia e dos restaurantes que podem encontrar.

Portugal, com uma morfologia diversificada e microclimas muito marcantes, exibe uma vasta e delicada oferta de vinhos, dispõe de castas únicas e tem uma gastronomia variadíssima, sustentada em produtos regionais de elevada qualidade.

Somos, curiosamente, o país com mais produtos regionais certificados nas instâncias europeias.

Portugal debate-se com os sérios problemas económicos e financeiros que todos conhecemos. Vivemos um período em que é necessário juntar esforços e vontades, ganhar confiança e acreditar no futuro. A aposta na produção de bens e serviços competitivos nos mercados externos tem de estar na primeira linha das nossas prioridades. Para atingirmos e consolidarmos esse objectivo, necessitamos de trabalhar bem em várias frentes: procurar obter ganhos de produtividade, seja através do desenvolvimento tecnológico, seja pela via da inovação, da criatividade e da diferenciação; gerar uma cultura de estímulo ao conhecimento, à competência, ao empreendedorismo e à qualificação de quadros; e valorizar a boa gestão e os melhores exemplos.

Temos de ser muito mais exigentes. Exigência, em primeiro lugar, reflectida sobre nós próprios, nas nossas atitudes e no nosso desempenho e, depois, procurando exercitá-la e motivá-la nas várias esferas de intervenção – económica, política, social ou cultural – em que participamos.

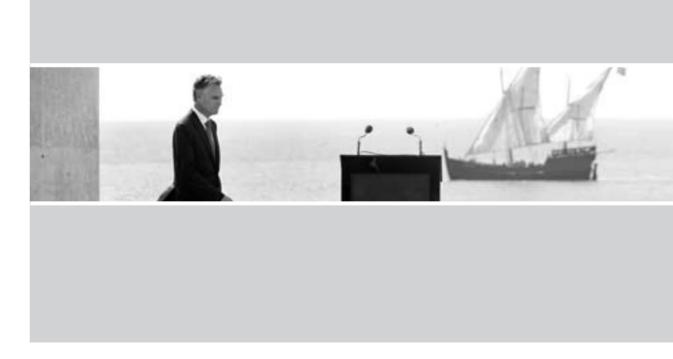
A AHRESP é, reconhecidamente, uma associação bem estruturada e organizada, que muito tem contribuído para a modernização e melhoria de qualidade da prestação de serviço na restauração e similares. São disso exemplo as suas intervenções, de grande efeito prático e pedagógico, na preparação de programas nas áreas da formação, capacitação e certificação profissional, no incentivo às boas

práticas de higiene e segurança alimentar, nutrição e dietética, assim como no suporte à constituição e organização das empresas do sector.

Felicito mais uma vez a AHRESP pelos seus 114 anos de actividade e pelas louváveis iniciativas que tem sabido promover ao serviço da melhoria da qualidade de vida dos Portugueses.

Muito obrigado.

# Saúde, Educação, Ciência e Cultura m IV





### Homenagem ao Marechal António de Spínola

Lisboa, 11 de Abril de 2010

Ao homenagear a figura do Marechal António de Spínola, a Câmara Municipal de Lisboa pratica um acto de grande justiça, a que todos nos devemos associar com o maior júbilo.

António de Spínola foi um distintíssimo oficial de Cavalaria, que recebeu as mais elevadas condecorações. Notabilizou-se em combate e deixou uma marca profunda na memória dos que serviram sob o seu comando. Todos lhe reconhecem a inteireza de carácter, o seu imenso amor à Pátria, o seu arreigado sentido do dever, o espírito de leal camaradagem e o empenho que sempre colocou na defesa dos seus homens. Acima de tudo, foi um patriota e um homem de grande coragem.

Foi essa coragem que o levou, em toda a sua vida, a dizer sempre o que pensava, fossem quais fossem as consequências. Mesmo sabendo que poderia ser punido, não hesitou em dar à estampa um livro que faria História e, mais do que isso, faria a História. Como português, preocupava-se com o futuro de Portugal. E, por isso, escreveu *Portugal e o Futuro*. Não se acomodou ao estado a que o País chegara. Desejava um Portugal diferente e não hesitou em dizê-lo nas páginas de um livro que marcou uma época e contribuiu para fazer cair um regime.

António de Spínola seria o primeiro Presidente da República do Portugal renovado em 25 de Abril de 1974. Diria mais tarde, quase no fim da vida, que o «objectivo central da Revolução foi atingido», com a «devolução ao povo português de um bem inestimável sem o qual a vida não tem significado – a liberdade».

Chefiou o Estado com grande dignidade, num período muito difícil. Foi Presidente da República com a mesma coragem com que, muitos anos antes, se voluntariara para ir para África. Lutou por um Portugal verdadeiramente democrático e pela construção de um Estado de direito assente no respeito pela dignidade da pessoa humana. Foi inteiramente leal ao povo português, como sempre fora leal aos homens que estiveram sob as suas ordens.

Como todas as grandes personalidades, António Sebastião Ribeiro de Spínola foi uma figura controversa, que suscitava paixões. O seu carisma não deixava ninguém indiferente. Portugal concedeu-lhe as mais altas distinções. Mas não estou certo de que tenhamos sempre estado à altura do exemplo de vida que nos legou.

A homenagem que hoje prestamos à sua memória é, sem dúvida, um acto de justiça. Mas, muito para além das homenagens dos homens, será o juízo do tempo que se encarregará de lhe reservar na História o lugar que merece. O seu lugar na História é o lugar de um português que amava o Portugal onde nasceu, um oficial de Cavalaria que prestigiou a sua Arma, um Presidente da República que conduziu os destinos do País num tempo de grandes esperanças, mas também de graves crises.

A memória do Marechal António de Spínola acompanhará sempre aqueles que consigo estiveram, nas boas e nas más horas. No dia de hoje, a cidade de Lisboa presta-lhe uma merecida homenagem, mostrando que o decurso dos anos e o serenar das paixões são a melhor forma de ajuizarmos com imparcialidade a biografia dos grandes homens.

# Cerimónia de Entrega do Prémio Vida Literária da Associação Portuguesa de Escritores

Lisboa, 21 de Abril de 2010

Estamos hoje aqui reunidos para homenagear a Doutora Maria Helena da Rocha Pereira, a quem a Associação Portuguesa de Escritores atribuiu, com toda a justiça, o Prémio Vida Literária. Personalidade de grande prestígio nacional e internacional, a sua obra fala por si. Ela é a nossa mais reputada especialista em estudos clássicos. A familiaridade com que lida com os textos antigos – traduzindo-os para português, editando-os no original, analisando-os, ou comparando-os com obras recentes da nossa literatura – fez dela um exemplo e um símbolo vivo do que é verdadeiramente o humanismo contemporâneo.

A cultura portuguesa ficar-lhe-á eternamente grata, pela forma perseverante e pelo entusiasmo com que tem sabido contribuir para manter vivo o interesse pelas humanidades e o diálogo com a nossa matriz greco-romana.

Mas a Doutora Maria Helena da Rocha Pereira, além dessa dimensão de intelectual humanista, que sem dúvida possui como poucos, é também uma professora brilhante, se bem que jubilada, um mestre em quem os seus discípulos continuam a rever-se.

Não quis ser apenas uma investigadora, entregue ao legítimo prazer de estudar e escrever os seus livros, mas dedicou-se também, de alma e coração, àquela que foi a sua casa, a Universidade de Coimbra. Aí ensinou e formou sucessivas gerações de estudantes. Aí liderou e dinamizou equipas de investigação. Aí fez discípulos. Numa palavra, aí fez escola.

Num tempo em que somos quase todos os dias confrontados com problemas ligados à educação, é extremamente gratificante podermos também apontar o exemplo de pessoas que se dedicam à causa do ensino e nela se realizam profissionalmente, contagiando os outros na paixão pelo conhecimento, a cultura e a arte.

Sabemos que não é fácil, muito menos quando se trabalha numa área do saber, como os estudos clássicos, em que os alunos escasseiam e que a sociedade a não incentiva, por não lhes ver utilidade prática imediata.

Mas as sociedades não vivem só do imediato. Elas precisam, tal como as árvores, que lhes cuidemos das raízes, pois só aí encontram o cimento que lhes assegura a coesão e lhes permite olhar para o futuro com confiança.

Toda a história da cultura europeia tem sido um constante retorno às suas origens, à Antiguidade Clássica. E se podemos acreditar que o projecto de uma Europa unida continua, hoje em dia, mais actual do que nunca, é porque as nações europeias ainda possuem no seu código genético, e partilham em comum, um conjunto de saberes, valores e crenças, que os gregos e romanos lhes deixaram em herança.

Por tudo isto, nunca será demais o nosso reconhecimento e gratidão para com investigadores como a Doutora Maria Helena da Rocha Pereira, cujo talento e dedicação vão preservando e rejuvenescendo esse património, possibilitando assim aos cidadãos de hoje uma relação de proximidade com as nascentes mais recuadas da nossa cultura e da nossa civilização.

Em meu nome pessoal e em nome dos Portugueses, quero, Senhora Doutora, apresentar-lhe as mais sinceras felicitações por este prémio, pela vida literária que ele vem coroar, e por tudo quanto tem feito pelo prestígio das nossas letras e do nosso País. Oxalá possa continuar, por muitos e bons anos, a partilhar connosco os frutos do seu tão rigoroso e fecundo labor intelectual.

### Cerimónia de Entrega do Prémio Camões

Museu dos Coches, 19 de Maio de 2010

153

Quero começar por agradecer a Sua Excelência o Presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, ter querido honrar esta cerimónia com a sua presença, aproveitando a deslocação que efectua a Portugal no quadro da X Cimeira Luso-Brasileira.

Trata-se de um gesto que reflecte bem a importância que o Presidente Lula da Silva sempre atribuiu à promoção da língua portuguesa, esse extraordinário capital que partilhamos com os nossos irmãos da CPLP e com cada vez mais cidadãos, que, nos quatro cantos do Mundo, a falam e por ela se interessam.

Pela primeira vez desde a sua criação, o Prémio Camões é, este ano, entregue a um escritor cabo-verdiano. É, sem dúvida, um momento de particular significado e de grande regozijo para toda a comunidade lusófona.

Quero dar os meus parabéns, antes de mais, ao premiado, o poeta Arménio Vieira, e felicitá-lo por este galardão, que vem consagrar a sua obra e colocá-lo ao lado de outros nomes já consagrados da lusofonia, como Miguel Torga ou José Craveirinha, Pepetela ou Rubem Fonseca.

Todos sabemos que o Prémio Camões é um prémio individual, que vem reconhecer o talento e o trabalho de um autor que tenha contribuído para o enriquecimento do património literário e cultural da língua portuguesa. É, portanto, acima de tudo, a obra de Arménio Vieira que hoje homenageamos.

Mas essa obra tem, naturalmente, as suas raízes na cultura a que o poeta pertence e que os seus versos interpretam, de forma original e sentida. Quero, por isso, felicitar, também muito calorosamente, o povo cabo-verdiano, que festeja, este ano, o trigésimo quinto aniversário da sua independência e os 550 anos do descobrimento, e prestar, aqui, a minha sincera homenagem à riqueza da sua cultura.

Uma cultura onde são visíveis profundas marcas africanas, mas que exprime, igualmente, os traços da singular geografia e da história, tantas vezes amarga, das suas ilhas.

No momento em que o Prémio Camões consagra o poeta Arménio Vieira, é de toda a justiça evocar aqueles que primeiro contribuíram para a afirmação da cultura e das letras cabo-verdianas. Nomes como os de Baltazar Lopes da Silva e Manuel Lopes, que já não se encontram entre nós, mas que tiveram papel decisivo na génese desta literatura que hoje aqui, de algum modo, homenageamos. As chamadas literaturas lusófonas - com a sua diversidade, a inconfundível personalidade que caracteriza cada uma delas, e a projecção internacional de muitos dos seus autores – são a prova irrefutável de que a língua portuguesa se tornou, definitivamente, uma língua global.

Senhor Presidente Lula da Silva Senhor Arménio Vieira Senhoras e Senhores

Aqui muito perto, nesse espaço magnífico e carregado de História que é o Mosteiro dos Jerónimos, estão sepultados, entre outros, os dois maiores poetas portugueses, que são, simultaneamente, dois dos maiores vultos da literatura universal de todos os tempos - Luís de Camões e Fernando Pessoa.

É a universalidade da língua de Camões que hoje celebramos, em cada uma das literaturas que se formaram ou que desabrocham no interior do espaço da lusofonia.

Só numa língua com a riqueza e a plasticidade do português seria possível exprimir uma gama tão variada de sensibilidades e experiências como é a dos povos que adoptaram livremente o português como sua língua oficial.

A consolidação de cada uma destas novas literaturas, tal como o reconhecimento internacional da sua singularidade, constituem motivo de regozijo para todos nós.

Mas é igualmente importante reforçar, cada vez mais, os laços privilegiados que a existência de uma língua comum tornou possíveis entre os nossos povos, e lutar para que a língua portuguesa obtenha, nas instâncias internacionais, o estatuto a que tem direito.

A memória de Camões assim o exige. A qualidade de muitas obras literárias que se escrevem na sua língua e são premiadas com o seu nome assim o reclama.

É o caso, desde logo, da obra de Arménio Vieira, que, hoje, homenageamos e a quem quero agradecer, muito reconhecido, o contributo que vem dando para o enriquecimento da língua que nos é comum. Muito obrigado.

155

# Sessão Solene na Câmara Municipal de Faro por Ocasião das Comemorações do Dia de Portugal

Faro, 9 de Junho de 2010

Portugal reúne-se em Faro e a capital do Algarve, que completa 470 anos como cidade, recebe-nos em festa.

Por ter sido aqui, no ponto mais meridional do continente, que nos idos de 1249 findou a nossa reconquista e se definiu o território, Faro é um símbolo nacional de integridade e obra acabada. Eis uma óptima razão, entre muitas outras, tão óptimas como esta, para fazer desta cidade palco das comemorações de 2010 do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Gostaria de expressar aos Farenses, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, o meu reconhecimento pelo acolhimento que nos é dado, expressão da hospitalidade tão própria do anfitrião algarvio, deixando a todos uma palavra de profunda gratidão pela forma empenhada como colaboraram na preparação das comemorações deste 10 de Junho.

Neste dia entrámos na Vila-a-Dentro e, em poucos metros, percorremos milénios de história.

Na Porta do Arco da Vila, com a qual a cidade se embelezou no início do século XIX, contemplámos o Portal Árabe, com o seu arco em ferradura, antiquíssima entrada de quem chegava por mar.

Percorremos de seguida a estreita e sinuosa Rua do Município, ladeando o antigo Aljube.

Quando respirámos ar salgado soubemos que a Ria, de seu nome Formosa, se abria no oceano de águas transparentes do Algarve.

Neste Largo da Sé, onde escavações arqueológicas têm desvendado o passado mais longínquo, em 15 de Novembro de 1910, quando batiam no relógio da torre as duas horas da tarde, inúmeros Farenses começaram a formar o cortejo que festejava a jovem República e celebrava o seu reconhecimento pelas nações mais poderosas do Mundo. Movia-os o mesmo orgulho pátrio que hoje nos conduziu até Faro. Ouviram-se, nesse dia já tão distante, as notas fervorosas da *Portuguesa*.

Senhoras e Senhores

Farenses

Em Faro, neste dia festivo, temos o dever de dar curso ao pensamento, promover a reflexão e pensar no Algarve de que Faro é capital.

O que diferencia, marca e identifica o Algarve como parte de Portugal? Que combinação original de território e cultura medrou nestas terras? Podemos evocar a propósito palavras do poeta António Pereira:

«Sou algarvio

E a minha rua tem o mar ao fundo.»

Esta relação umbilical do algarvio com o mar que mora ao fundo da sua rua é, de certa forma, a sua identidade. Uma identidade que se forjou no tempo com as mulheres e homens que vivem em comum e querem partilhar um destino.

Como preservar uma identidade que, firmando a unidade de sentimentos, permita novas vias de afirmação regional?

E, simultaneamente, como reforçar uma identidade de projecto, transformadora e com futuro?

O caminho é o aprofundamento de uma relação singular entre a geografia e a história, entre a natureza e a cultura.

Sobre o contributo das mulheres e dos homens de cultura, António Aleixo, o poeta popular por excelência, reflectia:

«Ser artista é ser alguém!

Que bonito é ser artista...

Ver as coisas mais além

Do que alcança a nossa vista!»

Quantas vezes, na minha juventude, ouvi esta quadra e ela me fez pensar o que seria ver para além da vista.

Reencontrar o antigo em Faro é fácil. Basta contemplar as pedras que o tempo preservou. Dar-lhes vida, contudo, é bem mais difícil.

Tem de se ir além do que a vista alcança, visitar a história para encontrar o seu sentido simples e profundo.

Julgo poder dizer que as pedras desta cidade são a prova de um modo de ser que, na sua essência, é um encontro de povos e de culturas.

O Algarve é terra derradeira para quem vem de Norte e de Leste, e também o foi para aqueles que partiram a desvendar as rotas oceânicas. Eis Finisterra abraçando o mar, lugar onde desde sempre se encontraram, sucederam e entrelaçaram modos de ser e de viver.

Ossónoba, palavra fenícia, foi o nome que identificou esta cidade no período romano. E foi ainda nesse período que se formou uma forte comunidade cristã que, depois, os povos germânicos respeitaram.

Ainda mais notável, assinala-se o facto de no período árabe esta terra ter adoptado o nome de Santa Maria do Ocidente, esse mesmo Ocidente que dá nome ao Algarve.

Algarve é pois palavra que emerge como símbolo dos contactos seculares que relacionam a Andaluzia, o Norte de África e o Mediterrâneo com este seu cais natural atlântico.

A numerosa comunidade estrangeira que encontra aqui o seu lar adoptivo continua a história de encontro de culturas deste Algarve da beira-mar, do barrocal e da serra, que sempre foi um porto de abrigo e um ponto de encontro.

O Algarve e o mar têm cumprido um destino comum.

O caminho para uma identidade algarvia será sempre definido como a busca de um encontro e de um abrigo num abraço permanente com o mar.

Felicito a Câmara Municipal de Faro pelo seu esforço para afirmar a cidade como a capital cosmopolita deste Algarve, centro de referência e atracção para os milhões de pessoas que anualmente o visitam, espaço de cultura e de conhecimento com visão de futuro.

Agradeço-lhe, Senhor Presidente da Câmara, a sua empenhada e eficaz colaboração na organização deste Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

159

Obrigado.

### Comemorações dos 200 Anos das Linhas de Torres

Sobral de Monte Agraço, 26 de Junho de 2010

Sobral de Monte Agraço tem um lugar fundamental na comemoração dos 200 anos das Linhas de Torres. Consideradas um dos mais eficientes sistemas de fortificação da História, foram edificadas com o trabalho de milhares de portugueses. Estamos bem perto do Forte do Alqueidão, o maior de todos os fortes erigidos para contrariar a caminhada do invasor e verdadeiro posto de comando. A sua posição privilegiada permitia dominar todo o campo de batalha entre o rio Tejo e o mar. Em 4 de Novembro de 1809, começou a construção do Forte. Menos de um ano depois, o invasor, para sua grande surpresa, defrontou-se com esta barreira impenetrável.

E foi aqui, em Sobral de Monte Agraço, que nos dias 12 e 14 de Outubro de 1810 se registaram os confrontos mais violentos. Depois, o exército francês viu-se forçado a retirar.

Este foi o último reduto. Daqui não passaram as forças do invasor.

Após a retirada, nunca mais os exércitos franceses voltariam a entrar em território português.

Foi o fim de uma Europa dominada pela força e o início de uma Europa fundada na vontade.

Parecia impossível. Impossível porque contrário à lei do mundo de então, a lei da submissão ao mais forte, a lei imposta pelo exército mais poderoso do Mundo, que a todos sujeitara.

Mas aqueles portugueses não sabiam o que era impossível, e fizeram-no.

O General Thiébault, do exército francês, deixou nas suas memórias um retrato dos sentimentos do invasor. A conquista frustrada de Portugal foi, na sua opinião, a causa de todos os desastres de Napoleão e, se não tivessem entrado em Portugal, teriam evitado «(...) a humilhação que tivemos de sofrer quando os nossos generais mais célebres fracassaram contra camponeses e contra Wellington». Camponeses contra generais!

É certo que foram os exércitos aliados que compeliram o invasor à retirada. Mas a insurreição geral do povo comum foi decisiva.

O historiador francês François Guizot bem vincou a importância do levantamento dos Portugueses. Contra o Marechal Junot, «o povo inteiro estava revoltado». Contra o Marechal Soult, opôs-se a «sublevação apaixonada da população portuguesa».

Os Portugueses deram assim prova de coragem na acção. Por que razão o fizeram?

Fizeram-no porque era a sua terra que estava a ser tomada.

Fizeram-no porque rejeitaram ficar expatriados na sua Pátria.

Fizeram-no porque, em nome de uma maneira de ser e de estar, se recusaram a submeter-se.

Fizeram-no porque queriam viver de acordo com aquilo que eram e que tinham.

E, assim, a vitória, que parecera impossível, tornou-se inevitável. Num folheto que tinha sido publicado na cidade de Lisboa em 1809, com o título *Receita contra a doença moral chamada susto que eles voltem*, já se prometia a vitória final, com base num argumento decisivo, que o Imperador Napoleão e outros povos menos dispostos a lutar pela sua liberdade não tinham ainda compreendido: a França não dispunha de homens suficientes para uma luta em que se tratava «não só de aniquilar exércitos, mas de combater povos».

Ora, em Portugal, combateu um povo que quis continuar a ser livre.

Por isso são importantes momentos como este, momentos em que contamos a nós próprios estórias acerca daquilo que somos e daquilo que conseguimos fazer. Essa é a nossa herança mais valiosa, porque encerra em si memórias e valores que nos distinguem e nos unem.

Aqueles portugueses fizeram o impossível, apesar dos sofrimentos e dos sacrifícios a que foram submetidos.

A todos causou espanto a capacidade dos Portugueses para suportar as consequências da estratégia adoptada.

O General Wellington foi bem claro, em Agosto de 1810, na sua Proclamação ao Povo de Portugal: «Os portugueses vêem agora que não têm outro remédio para o mal que os ameaça senão a determinação para a resistência. Resistência e

determinação para tornar o avanço do inimigo o mais difícil possível, tirando-lhe do caminho tudo o que é valioso ou que possa contribuir para a sua subsistência, ou para frustrar o seu progresso».

Aqui, em Sobral de Monte Agraço, celebramos, invocando o seu exemplo, a capacidade de resistência e a capacidade de sofrimento dos Portugueses.

Os esforços e os sacrifícios que fizeram asseguraram a nossa liberdade. Mas também se fundavam na esperança de uma vida melhor.

Aqueles que pegaram em armas, aqueles que resistiram acreditaram no futuro enquanto possibilidade, como ultrapassagem das limitações do presente. Tiveram a esperança de que fossem os Portugueses a tomar por si as decisões que marcariam o seu destino.

Também hoje, como sempre, se espera que sejamos nós próprios a tomar as decisões que se impõem.

Diz-se que suportamos mal as contrariedades, sobretudo quando exigem esforço.

Importa que, para além da coragem episódica e da urgência, para além da coragem como virtude ocasional, como impulso, tenhamos também a coragem da constância, a capacidade de manter firme e duradouramente uma posição que seja indispensável à construção de um futuro melhor.

Estou certo de que seremos dignos daqueles portugueses que, no passado, nos legaram exemplos de coragem cívica, como aconteceu aqui em Sobral de Monte Agraço.

Obrigado.

### Homenagem ao Comendador Álvaro Pinho da Costa Leite

Vale de Cambra, 2 de Julho de 2010

É com grande satisfação e orgulho que recebo das suas mãos, Senhor Presidente da Câmara, as Chaves desta Cidade. Agradeço e saúdo calorosamente a população de Vale de Cambra.

A inauguração desta ampla Praça é um acto de homenagem à memória do Comendador Álvaro da Costa Leite e uma iniciativa que enobrece o município de Vale de Cambra e os seus autarcas, que souberam enaltecer o exemplo de dinamismo e espírito empreendedor de um homem que foi a síntese das virtudes dos habitantes desta cidade.

Homenagear Álvaro da Costa Leite é, além de um acto de justiça, um gesto de pedagogia cívica. Porque a virtude cívica é algo que se ensina – e se aprende – através do exemplo. E os exemplos virtuosos devem ser divulgados a todos e para o bem de todos.

No nosso tempo, necessitamos de modelos, de verdadeiras referências de vida. Personalidades que, pelo seu carácter, constituam um padrão de conduta, para as quais possamos olhar e dizer: «sigam aquele exemplo».

O trajecto de vida de Álvaro da Costa Leite é exemplar. Lançou grandes empresas, criou riqueza no seu país, deu trabalho a muitas famílias de várias gerações. Demonstrou que é possível construir um grupo económico, expandi-lo, fazê-lo vingar no mercado internacional e estendê-lo ao sector financeiro.

Nos tempos de crise que vivemos, vale a pena sublinhar a sua capacidade empreendedora, o espírito de iniciativa, a abertura à inovação e à assunção de riscos, a coragem e determinação com que enfrentava as dificuldades. Lembrando-o, alguns empresários sentir-se-ão porventura mais motivados para agir, ultrapassar receios e incertezas, procurar no mercado global novas oportunidades de negócio.

A fibra que Álvaro da Costa Leite demonstrou no mundo empresarial foi a mesma que veio a revelar como cidadão e homem de causas, como empreendedor

preocupado com o futuro do seu país. Por isso festejou com alegria o 25 de Abril de 1974. Por isso se fez autarca. Por isso se destacou no associativismo empresarial. Por isso, enfim, deixou a sua marca indelével nos lugares onde esteve e nas pessoas que tiveram o privilégio de o conhecer.

«Rumo ao futuro, na dinâmica de sempre», era um lema de vida de Álvaro da Costa Leite. E muitas vidas foram tocadas por essa sua vida. Álvaro da Costa Leite sempre esteve atento às necessidades dos outros, nunca perdeu de vista os valores essenciais da dignidade humana.

A atenção ao outro, a preocupação com os mais carenciados, a consciência da responsabilidade social são princípios fundamentais nos tempos que vivemos. Desde há muito, desde o início do meu mandato, tenho chamado a atenção para esses princípios, procurando que os Portugueses se mobilizem em torno deles. Daí que seja com o maior gosto que me associo a esta homenagem a uma grande personalidade do Portugal contemporâneo, um exemplo de vida.

O percurso biográfico do nosso homenageado é, de facto, um exemplo mobilizador, uma fonte de inspiração. Saúdo, pois, mais uma vez, este gesto da edilidade de Vale de Cambra.

# Colóquio Internacional sobre Língua Portuguesa e Diálogo Cultural

Universidade de Cabo Verde, 6 de Julho de 2010

Começo por felicitar, muito calorosamente, os organizadores deste Colóquio sobre Língua Portuguesa e Diálogo Cultural, em particular a instituição que o acolhe, a Universidade de Cabo Verde.

Quero igualmente saudar todos os participantes, a quem se deve o êxito dos trabalhos e o contributo que eles representam para a valorização da nossa língua comum.

Perante uma assembleia tão qualificada, não será com certeza necessário sublinhar a importância cultural do português.

Todos conhecemos o papel histórico que a língua portuguesa desempenhou no início dos tempos modernos, como veículo de comunicação entre povos e civilizações que, até aí, mal se conheciam.

Todos conhecemos a riqueza do património literário que ao longo dos séculos tem vindo a ser construído naquela a que chamamos a língua de Camões, mas que é hoje também a língua de tantos escritores de países africanos, ou de Timor, onde se desdobra em novas e originais literaturas.

Mas a língua não é apenas uma expressão cultural. A língua é, também, uma questão política. No Mundo globalizado em que vivemos, mais do que as fronteiras geográficas, são os valores imateriais que determinam a identidade, a coesão e a influência dos espaços políticos. A língua assume, neste contexto, uma importância estratégica, e como tal deve ser encarada pelos responsáveis políticos.

O português é actualmente a língua oficial de oito Estados, dispersos por quatro continentes, e continua a ser utilizado por numerosas comunidades de emigrantes. Com mais de 250 milhões de falantes, é a quinta língua mais falada em todo o Mundo, gozando do estatuto de língua oficial em instituições internacionais de relevo, como a União Europeia, a União Africana ou o Mercosul. Se a isto juntarmos o prestígio de que goza em muitas regiões, tanto da África como da

Ásia, onde existem línguas crioulas de base portuguesa, temos de concluir que estamos perante um potencial elevadíssimo.

Como aproveitar e rentabilizar semelhante potencial? Esta questão tem dominado, nas últimas décadas, muitos encontros entre representantes dos Estados de língua oficial portuguesa, tanto a nível científico como a nível político.

Há que reconhecer que já se avançou bastante, sobretudo a partir do momento em que foi criada a CPLP. Por muito diferente que seja a situação linguística em cada um dos nossos países, é hoje inquestionável o interesse que todos temos em preservar e explorar as potencialidades que estão ao nosso alcance pelo facto de partilharmos a mesma língua. Os objectivos traçados e os compromissos assumidos nas cimeiras de Chefes de Estado e de Governo da CPLP são prova de que estamos solidários neste projecto e dispostos a honrar as responsabilidades que nos cabem.

Resta, portanto, não ficarmos pelas palavras e passarmos aos actos.

Uma língua promove-se alargando o número daqueles que a falam no seu dia-a-dia; dos que têm de recorrer a ela nos seus negócios e na sua vida profissional; dos que pretendem aceder à produção cultural, científica ou de simples lazer, que nela esteja disponível.

A primeira tarefa que se nos impõe nesta matéria é, por conseguinte, reforçar o ensino do português, quer onde ele seja língua materna, quer onde ele seja segunda língua ou primeira língua estrangeira.

Proporcionar a todos os nossos concidadãos a aprendizagem de uma língua como o português significa, entre outras coisas, abrir-lhes um mundo de possibilidades no trabalho, contribuindo para desenvolver a mobilidade social e combater as desigualdades.

Importa, além disso, continuarmos a investir no ensino do português como língua estrangeira. O português é, de facto, uma *língua global*, uma língua já falada em vários espaços geoestratégicos, justificando por isso que muitos estudantes ou profissionais se manifestem interessados em aprendê-lo. É, aliás, notório o crescente interesse que vem despertando nos mais variados países, fruto, também, do crescente peso regional e internacional que vêm assumindo alguns dos países que têm o português como língua oficial.

A carência de recursos humanos que nos permitam responder devidamente às necessidades que comporta o ensino do português, quer como língua nacional, quer como língua estrangeira, é uma questão que requer um esforço conjunto e solidário, no quadro da CPLP.

Mas a promoção da língua portuguesa não passa, unicamente, pelo seu ensino. Passa também pela ciência que nela se produzir, pelas empresas e as relações comerciais que a utilizarem preferencialmente, pelo interesse e pela diversidade das culturas que através dela comunicam e das literaturas que nela se exprimem.

É por isso que se reveste de tanta importância o estreitamento das relações entre os povos que integram a CPLP; a aproximação das Universidades e centros de investigação; o estímulo a projectos, empresariais e científicos, onde estejam associadas instituições e pessoas de diversos países lusófonos; a produção e divulgação de conteúdos audiovisuais com interesse para os diversos países; a publicação *online* de bases de dados e de outros materiais que enriqueçam o ciberespaço em língua portuguesa.

Quanto mais articulada estiver a diversidade que caracteriza o vasto mundo da lusofonia, maior será o seu volume de produção científica e cultural, e maior será, consequentemente, o número daqueles que se sentirão motivados a aprender o português.

Todos os esforços que fizermos nesse sentido serão do interesse dos nossos concidadãos.

O Plano de Acção recentemente aprovado na Conferência de Brasília e que os Chefes de Estado e de Governo serão chamados a adoptar na próxima Cimeira da CPLP, em Luanda, constitui um importante contributo nesse sentido. Das suas várias disposições, permito-me salientar as que dizem respeito à revitalização do importantíssimo papel que incumbe ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa, sediado nesta cidade e que terei a oportunidade de visitar ainda esta tarde.

#### Minhas Senhoras e meus Senhores

É patente a importância assumida pelo crioulo na comunicação entre os Cabo--Verdianos e não creio que tal mereça preocupação. O português não se define, nem nunca se definirá, em oposição a qualquer outra língua, idioma ou dialecto. Muito pelo contrário, a riqueza da nossa língua, da língua portuguesa, e a sua prodigiosa plasticidade muito devem à sua capacidade para integrar palavras e expressões próprias do mosaico cultural dos povos que a falam.

A cultura em língua portuguesa não seria a mesma sem o extraordinário contributo que lhe veio e continua a vir de Cabo Verde. Um contributo reconhecido, ainda recentemente, com a atribuição do Prémio Camões a esse artista da língua que é Arménio Vieira.

É do interesse de todos nós, que partilhamos a língua portuguesa, que esse contributo se continue a afirmar com a mesma riqueza e pujança. Para tanto, há que apoiar decididamente os esforços de Cabo Verde em favor da valorização e difusão do português e garantir a necessária divulgação a todos quantos nele exprimem o seu saber e as suas emoções.

Estou certo de que, todos juntos, podemos vencer este desafio. Conto convosco. Muito obrigado.

### Inauguração da XXV Feira do Livro em Português

Praia, 6 de Julho de 2010

Gostaria de felicitar todos quantos, ao longo dos anos, vêm tornando possível esta Feira do Livro em Português, na cidade da Praia. Para quem conheça um pouco da história de Cabo Verde, o sucesso que esta Feira vem constituindo não será motivo de surpresa. Os Cabo-Verdianos sempre se distinguiram pela forma como souberam procurar, na educação e na cultura, uma forma de vencer as adversidades.

A recente criação da universidade pública espelha bem o empenho e a atenção prestada pelas autoridades cabo-verdianas à qualificação científica e técnica dos cidadãos.

E bem se pode dizer que tem sido uma aposta ganha. Os extraordinários avanços que Cabo Verde registou no caminho do desenvolvimento confirmam que valeu a pena o investimento neste sector. Vale sempre a pena apostar na formação, sobretudo no Mundo actual, onde o conhecimento é um recurso da maior importância, quer para competir nos mercados, quer para garantir a participação na vida pública.

Mas esta Feira representa, também, um outro motivo de regozijo para todos nós. Trata-se de uma Feira de livros publicados na nossa língua comum, na língua que partilhamos com mais outros seis Estados que a adoptaram como língua oficial, e que está, de acordo com todos os estudos recentes, entre as que mais crescem em todo o Mundo.

Como membros dessa imensa comunidade que é a lusofonia, dispersa por vários continentes, os nossos dois países estão ligados por laços de amizade e de cumplicidade que encontram o seu reflexo institucional nesse extraordinário projecto que é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Temos de ser capazes de transformar esse projecto numa realidade viva e actuante, quer por fidelidade ao passado comum, que faz parte integrante da identidade de cada uma das nossas nações, quer como instrumento para assegurar o desenvolvimento e o bem-estar dos nossos cidadãos.

Para que a lusofonia seja um projecto voltado para o futuro, e não apenas um eco do passado, temos de intensificar o intercâmbio já existente, de modo a que os livros que se escrevem e o conhecimento que se produz em cada um dos nossos países cheguem a todo o universo de língua portuguesa.

Só assim poderemos vir a ser, verdadeiramente, uma Comunidade, no interior da qual as diferentes culturas interagem em benefício comum.

Acompanha-me, nesta visita, uma delegação de escritores, muitos deles representados nesta Feira. Quero agradecer-lhes terem acedido ao meu convite, permitindo, desta forma, que, para lá da obra, o público cabo-verdiano possa, igualmente, ter contacto directo com os autores.

Termino fazendo votos para que a Feira do Livro seja, de novo este ano, um momento alto, não apenas na vida cultural da capital de Cabo Verde, mas também na consolidação da comunidade lusófona.

Muito obrigado.

# Conferência «Língua Portuguesa: Afirmação de um Património Comum»

Universidade Agostinho Neto, 19 de Julho de 2010

Gostaria, em primeiro lugar, de dirigir uma saudação muito calorosa a todos os que trabalham na Universidade Agostinho Neto, em particular aos seus docentes e aos seus alunos.

Saúdo-os como Presidente de Portugal, uma nação que partilha com Angola a mesma língua, alguns séculos de história comum e, sobretudo, uma relação de amizade e cooperação que tem vindo a estreitar-se ano após ano.

Saúdo-os igualmente como Professor, ciente do papel que desempenha o conhecimento nas sociedades contemporâneas, da responsabilidade que cabe aos que têm por missão preparar os homens de amanhã e, muito em especial, da importância que tem, para o desenvolvimento angolano, o trabalho realizado nesta Universidade.

A cooperação interuniversitária é uma das áreas mais dinâmicas do Programa Indicativo da Cooperação portuguesa com Angola, sendo que a Faculdade de Direito desta Universidade foi uma das primeiras a assinar Acordos de Cooperação com as Faculdades de Direito de Coimbra e de Lisboa. Caber-lhe-á, também a ela, marcar o início, a muito breve prazo, de uma nova fase desta cooperação, através de um Acordo com a Universidade Nova para doutoramentos em Direito, que levarão a chancela dos dois estabelecimentos. Será uma experiência pioneira, que colocará Portugal na primeira linha de apoio ao reforço do ensino superior em Angola, ao nível mais elevado.

A universidade é, por definição, um espaço de aprendizagem e de investigação. E ao mesmo tempo, é um espaço de diálogo e de encontro: encontro de saberes, encontro de gerações, encontro de culturas e de povos. 173

O encontro entre Portugueses e Angolanos data de há muito. Por maiores que tenham sido as vicissitudes por que passou algumas vezes o nosso relacionamento, o intercâmbio actual entre Angola e Portugal, nos vários e decisivos sectores de actividade em que se processa, é a melhor prova de que são profundos

os laços que nos ligam e que, felizmente, sobreviveram a todas as contingências da História.

O mais importante desses laços é, certamente, a língua portuguesa, a língua a que todos chamamos de Camões e na qual nos entendemos desde há séculos. Já António de Oliveira Cadornega, capitão e comerciante que no século XVII andou por estas terras e aqui viveu por largo tempo, transcrevia, com orgulho, na sua *História Geral das Guerras Angolanas*, uma carta que lhe foi dirigida, em português, pela célebre rainha Jinga.

O português tornou possível o contacto entre gentes dos quatro cantos do Mundo. Tanto em África como nas Américas, na Índia como no Extremo Oriente, era em português que se tratava de negócios e que circulava toda a informação sobre rotas marítimas e paragens distantes, permitindo que os povos dos diversos continentes tivessem conhecimento do que se passava nas restantes partes do globo.

O português foi, além disso, o elemento no interior do qual se desenvolveu um saber totalmente novo, fundado na experiência e na diversidade de perspectivas, um saber que haveria de revolucionar a ciência e unir o planeta numa antecipação da aldeia global dos nossos tempos.

Não seria possível, contudo, uma língua veicular realidades tão distintas, ser o instrumento de comunicação entre mundos tão diferentes, se ela não se fosse abrindo progressivamente à influência das línguas daqueles povos com quem os Portugueses se encontraram, incorporando novas palavras, novas expressões, novos modos de dizer. Desde muito cedo, os relatos de viagens que chegaram até nós vêm cheios de vocábulos até aí desconhecidos no português europeu, muitos deles directamente importados de falares africanos, como, por exemplo, o quimbundo.

Se o português se tornou, de facto, uma língua global, foi por ter demonstrado a plasticidade necessária para assimilar a diferença, sem no entanto perder a sua unidade essencial, garantindo, assim, a comunicação entre gentes que a falavam e continuam a falar com as mais diversas pronúncias e tonalidades.

Essa unidade na diversidade, que a língua portuguesa soube preservar, está hoje bem visível na consolidação das diferentes literaturas lusófonas: em cada uma delas, é uma história, uma cultura e uma sensibilidade particular que se

exprime; mas todas elas se expressam em português, e todas elas estão acessíveis a quem conheça a nossa língua.

A língua de Camões é também a língua de Luandino Vieira, de Pepetela, de Guimarães Rosa, de José Craveirinha e de tantos outros que a têm enriquecido com a qualidade e originalidade das suas obras.

O português é, sem dúvida, uma herança que os antepassados nos legaram, um património comum, hoje em dia partilhado por oito Estados soberanos. Não é, evidentemente, um património material. Todos sabemos, porém, a importância de que se revestem os valores imateriais para a afirmação da identidade, da coesão e da influência dos espaços geoestratégicos, num Mundo cada vez mais globalizado.

Tanto ou mais do que as fronteiras geográficas, os espaços linguísticos constituem áreas de afinidade entre os povos e podem contribuir decisivamente para a aproximação de interesses entre os Estados. Seria, por isso, um voltar de costas à realidade e um enorme erro político olhar para o património, que é, para todos nós, a língua portuguesa, como se ele representasse uma questão meramente simbólica.

#### Minhas Senhoras e meus Senhores

Com 250 milhões de falantes, o português é hoje a quinta língua mais falada em todo o Mundo. Possui o estatuto de língua oficial em instituições internacionais de relevo, como a União Europeia, a União Africana ou o Mercosul. Goza ainda de enorme prestígio em muitas regiões, tanto de África como da Ásia, onde existem línguas crioulas de base portuguesa.

Dezenas de comunidades de emigrantes de origem lusófona, dispersas pelos cinco continentes, falam o português e querem que os seus filhos o aprendam e conservem, pelo menos como segunda língua.

175

A toda esta massa humana, soma-se o número, que não cessa de crescer, dos muitos milhares que procuram o português, seja por razões de interesse cultural e de vizinhança, seja, também, e cada vez mais, porque reconhecem que ele lhes abre portas em nações cujo peso político e económico é cada vez maior, como é o caso de Angola, do Brasil, ou de Moçambique.

Perante esta realidade, perante este universo que se avoluma e adquire uma importância acrescida no contexto internacional do século XXI, só há uma con-

clusão a tirar: não podemos desperdiçar por mais tempo as enormes potencialidades que o facto de partilharmos a mesma língua coloca ao nosso alcance.

Alguma coisa já se avançou, é certo. A criação da CPLP, assim como os objectivos traçados e os compromissos assumidos nas diversas reuniões entretanto realizadas, demonstram, pelo menos, que estamos solidários neste projecto e dispostos a honrar as responsabilidades que nos cabem. Nesse sentido, reveste-se de particular interesse o Plano de Acção aprovado na Conferência de Brasília e que os Chefes de Estado e de Governo serão chamados a adoptar, aqui em Luanda, na Cimeira da CPLP.

A revitalização do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, consignada nas suas disposições, representa uma tarefa da maior importância e da maior urgência, que não pode ficar paralisada como simples aspiração.

Mas se queremos que o português obtenha a projecção e o reconhecimento internacionais a que tem direito, a primeira tarefa que se nos impõe é reforçar o seu ensino como língua materna, como segunda língua, ou, ainda, como língua estrangeira.

Todos sabemos que a situação linguística é diferente entre os vários Estados da CPLP, e que, se em alguns deles o português é língua materna para a esmagadora maioria da população, noutros ele é apenas a segunda língua, embora possua o estatuto de língua oficial. Porém, independentemente do caso, a aprendizagem de uma língua como o português significa sempre, entre outras coisas, ter acesso a níveis de formação, que permitem aspirar a um trabalho mais qualificado.

O papel decisivo do ensino do português na promoção da mobilidade social e no combate às desigualdades é um dado incontroverso, a que, porventura, nem sempre atribuímos, no passado, o devido relevo.

Importa, além disso, continuar a investir no ensino do português como língua estrangeira, respondendo ao interesse crescente que ele suscita em todo o Mundo, entre estudantes e profissionais dos mais diversos sectores.

Por esse motivo, a carência de recursos humanos que nos permitam responder devidamente às necessidades que estas tarefas comportam é uma questão que requer um esforço conjunto e solidário, no quadro da CPLP.

A projecção do português e o reconhecimento do seu papel no Mundo contemporâneo é uma tarefa em que nos devemos empenhar conjuntamente. É do interesse de todos e de cada um dos nossos países que continuemos, se possível com maior dinamismo, o trabalho até aqui já realizado com vista à afirmação internacional da língua portuguesa, em particular no quadro das Nações Unidas, onde ela justifica de há muito o estatuto de língua oficial.

Estou certo de que saberemos enfrentar esse desafio. Estou certo de que, juntos, saberemos preservar esse património que a história nos legou e fazer dele, no futuro, um instrumento de desenvolvimento dos nossos povos.

Termino com uma palavra de apreço e de reconhecimento pelo contributo que a acção da Universidade Agostinho Neto tem constituído para a afirmação deste património comum a Angola e Portugal, a língua portuguesa, na certeza de que assim continuará a ser no futuro.

 $Muito\ obrigado.$ 

177

### Cerimónia de Entrega dos Prémios Literários Fernando Namora e Agustina Bessa-Luís

Estoril, 28 de Julho de 2010

É para mim motivo de grande satisfação estar aqui hoje, para entregar não um, mas dois prémios literários – o Prémio Fernando Namora, atribuído ao escritor Mário de Carvalho, e o Prémio Revelação Agustina Bessa-Luís, à jovem escritora Raquel Ochoa.

O Prémio Fernando Namora, atribuído à obra *A Sala Magenta*, distingue pela segunda vez Mário de Carvalho, que já tinha recebido este Prémio em 1996, com o romance *Um Deus passeando pela brisa da tarde*.

Mário de Carvalho tem habituado os seus leitores a um registo muito particular, entre a tragédia e a ironia. Nesta obra, porém, o humor dá lugar a um tenso equilíbrio mais próximo da tristeza.

O autor propõe ao leitor um percurso pelos afectos, as frustrações, os sonhos perdidos, as ilusões, os avanços e recuos, as certezas e as dúvidas das personagens desta história que não é trágica mas sublimemente triste. Mário de Carvalho revela uma vez mais o estilo único da sua escrita e a singularidade da sua obra, que tem sido, justamente, reconhecida e premiada.

Este Prémio tem por patrono um outro grande escritor, o romancista Fernando Namora, autor de uma vasta obra de ficção, que continua a cativar leitores, e a quem eu gostaria também de prestar aqui a minha homenagem.

O Prémio Literário Revelação Agustina Bessa-Luis foi atribuído à jovem escritora Raquel Ochoa, pela sua obra *A Casa-Comboio*. A atribuição de um prémio desta natureza constitui, em si, um extraordinário estímulo para os jovens escritores e é, sem dúvida, um sinal de vitalidade e do pulsar da produção literária portuguesa. É justamente esta vitalidade a maior homenagem que podemos fazer a essa grande escritora que é Agustina Bessa-Luís, que dá nome a este Prémio e que, durante tantos anos, foi Presidente do Júri do Prémio Fernando Namora.

E se é de vitalidade que falamos, a escrita de Raquel Ochoa é disso um exemplo. Através das páginas do seu livro, o leitor viaja por uma Índia onde também a língua portuguesa é falada. Nas aventuras e desventuras de quatro gerações da família Carcomo, o leitor reconhece importantes momentos que fazem parte da história portuguesa. E vai sendo confrontado com factos que, para muitos, não serão surpresa mas que, talvez para a maior parte, desvendam memórias ligadas a um período da nossa história ao qual não terá sido dada a atenção devida.

Tendo por base um cuidadoso trabalho de pesquisa, Raquel Ochoa soube cruzar esses dados históricos com as vidas de uma família portuguesa na então Índia Portuguesa, esse lugar que tanto fascínio exerce naqueles que tiveram já a oportunidade de visitar aquele território.

Revisitar a Índia Portuguesa, através de Raquel Ochoa, é um reencontro com a nossa história, uma história de viagens, uma história de diásporas e, no caso desta família, uma história que termina numa Pátria que era a sua mas que estava tão longe. Como já tive oportunidade de dizer em outras ocasiões, «a memória daquilo que fomos enquanto povo é o melhor alicerce sobre o qual poderemos projectar e construir o futuro». Um futuro feito de partilha, de afectos e de acolhimento.

#### Minhas Senhores e meus Senhores

Celebrar a cultura nas suas diversas vertentes é uma missão grandiosa para aqueles que se propõem chamar a si o que de melhor se faz em Portugal e no Mundo, na Arte, na Literatura, na Música e no Espectáculo. Felicito, pois, a Estoril Sol pela sua relevante actividade na promoção e divulgação da actividade artística, musical e literária, de que estes dois Prémios são exemplo, e faço votos para que continue empenhada em associar à sua dimensão empresarial esta função de relevo no domínio da cultura, provando o muito que os cidadãos e as empresas podem e devem fazer neste domínio.

Termino renovando as felicitações a Mário de Carvalho e a Raquel Ochoa, e deixando aqui uma palavra de público reconhecimento a todos os escritores e à sua arte, que continua a ser motivo de satisfação para tantos leitores e de prestígio para o nosso País.

Parabéns.

### Comemorações dos 200 Anos da Batalha do Buçaco

Buçaco, 27 de Setembro de 2010

181

Naquela manhã de 27 de Setembro de 1810, por esta hora, ainda se combatia. A sorte da batalha, porém, estava já decidida.

Os ciprestes que ainda hoje se erguem na Mata do Buçaco são os mesmos que contemplaram os combates desse dia. E que testemunharam a guerra em toda a sua dimensão: a angústia do sofrimento humano, lado a lado com o esplendor da coragem e do patriotismo. A raiva dos vencidos e o júbilo dos vitoriosos.

O nosso exército, desmembrado em consequência da primeira invasão francesa, tinha sido reconstituído a partir de 1808, com o forte apoio da Inglaterra, a nossa aliada histórica. Muitos dos oficiais que enquadravam as nossas tropas eram britânicos. Muitos outros eram portugueses. Esta era a sua primeira grande batalha, sob a lideranca do General Wellesley, futuro Duque de Wellington.

O imperador francês, quando contabilizava as forças em presença, ignorava os nossos homens, não considerando que pudessem ter qualquer papel a desempenhar. Por isso, tomava como certa uma vitória fácil do Marechal Massena, comandante das forças invasoras. Enganou-se. Enganou-se redondamente.

Se dúvidas havia do nosso lado, e é natural que as houvesse, com tropas pouco preparadas e oficiais inexperientes, naquelas horas nasceram certezas sobre o valor do nosso exército. Os portugueses distinguiram-se sobretudo no combate corpo a corpo, à baioneta, olhando nos olhos o inimigo, aí onde a coragem individual é submetida à maior das provas.

Wellington afirmou, então, e passe alguma nota de paternalismo, que «as tropas desta nação hão mostrado que o trabalho e desvelos que com elas se tiveram não foram baldados, e que se tornam dignas de combaterem nas mesmas fileiras das tropas britânicas pela tão interessante causa, à qual elas oferecem as melhores esperanças de salvação».

Este foi um daqueles momentos na História em que estava tudo em jogo, num único lance. Uma batalha verdadeiramente decisiva. O Marechal Massena

deixara-o claro na véspera, no dia 26 de Setembro, quando anunciara, peremptório:

- «Amanhã vou capturar Portugal!».

Sucede que os Portugueses não queriam ser capturados. A nossa sorte dependia daqueles soldados. E eles sabiam-no. Superaram-se. E o melhor exército do Mundo, aquele que parecia imbatível, aquele que toda a Europa temia, foi vencido. Saiu vencido porque não lhe foi permitida a vitória final.

Os actos comemorativos são evocações solenes do passado. Tornam presentes, no espírito dos portugueses de hoje, acções sublimes que nos comovem e nos inspiram.

Respeitamos a coragem de todos os que combateram e inclinamo-nos em memória dos que caíram nessa manhã longínqua. Encontramo-nos aqui em cumprimento de um compromisso solene: o de manter viva a memória do seu exemplo de dedicação à Pátria.

Em ocasiões como esta, sentimos a necessidade de compreender como é possível preparar homens para o combate decisivo. O que terá sido dito pelos oficiais portugueses para empolgar os seus soldados?

A nossa causa era tão evidente e a missão dos nossos soldados era tão bem compreendida por estes que, como disse o Marechal Beresford, mesmo «às tropas que não entraram em acção directa eu lhes observei o mais ardente desejo de se medirem com o inimigo».

Para homens dessa fibra, não teriam sido necessárias, possivelmente, grandes palavras de incentivo. Mas podemos imaginar um oficial português que, instantes antes da refrega, olha os soldados que o vão seguir na batalha. No local em que nos encontramos, quase poderíamos ouvir a sua voz, trémula de emoção, mas determinada, quebrando o silêncio com estas palavras:

Soldados de Portugal

O exército que invadiu a nossa terra está a subir as encostas desta serra. Dentro de minutos vamos combatê-lo sem quartel. E vamos vencer.

Temos de vencer, porque nós não combatemos para conquistar, mas para não sermos conquistados.

Nós não combatemos para invadir, mas para obrigar o invasor a retroceder.

Nós não combatemos para mudar os outros, mas para que não nos mudem a nós pela força.

Lutaremos como os nossos antepassados lutaram.

Lutaremos como lutarão os Portugueses do futuro.

Porque nós combatemos para defender a nossa Pátria. Combatemos para defender a nossa terra. Combatemos para defender os nossos filhos e as nossas famílias.

Defendemos a nossa vida, a nossa maneira de viver, produto deste encontro feliz entre a terra, o sol e o mar, que deu ao mundo uma história gloriosa e uma língua universal.

Defendemos a nossa sobrevivência como Nação soberana, para que possamos continuar a ser quem somos e a ter o direito de agir de acordo com a nossa vontade.

Defendemos, em suma, a nossa liberdade.

Por isso, vamos vencer.

É assim que imagino o sentido das palavras de exortação que poderiam ter sido proferidas naquela manhã de Setembro de 1810 e que ainda hoje nos deveriam inspirar a todos, na nossa vida colectiva enquanto Povo.

No passado, os Portugueses souberam, sempre, vencer a adversidade e decidir, em liberdade, o seu próprio futuro como Nação soberana e independente. Quando necessário, com o apoio dos nossos aliados. Mas contando, principalmente, com as suas próprias virtudes e capacidades.

Também hoje, para vencer os grandes desafios que enfrentamos, dependemos sobretudo da nossa determinação e do nosso esforço colectivo. Temos o dever, perante os nossos antepassados e perante nós próprios, de nos unirmos em torno de soluções corajosas, justas e responsáveis que permitam assegurar um futuro de desenvolvimento, segurança e bem-estar para Portugal.

183

## Cerimónia de Inauguração do Centro de Investigação da Fundação Champalimaud

Lisboa, 5 de Outubro de 2010

A abertura de um centro de investigação com as características e as dimensões do Centro Champalimaud constituiria, em qualquer parte do Mundo, uma realização absolutamente notável. O facto de ocorrer, entre nós, em Portugal, deve ser motivo de particular orgulho para todos os portugueses.

Dá-se, aliás, a feliz circunstância de a abertura desta grande obra coincidir com a data em que celebramos o centenário da Implantação da República em Portugal.

A ousadia arquitectónica do edifício e a sua cuidada funcionalidade são os sinais visíveis da excelência do trabalho que aqui irá ser desenvolvido, um trabalho de grande alcance no campo da investigação sobre o cancro e as neurociências.

As doenças malignas e as doenças do sistema nervoso são dois dos grandes flagelos da Humanidade. Portugal conta, a partir de hoje, com um centro que, em conjugação com outros que já possuímos, nos pode situar na vanguarda mundial da investigação biomédica.

O Centro de Investigação Champalimaud deve, como já disse, encher de orgulho todos os portugueses. Será, indubitavelmente, um pólo de captação de talentos vindos de todo o Mundo. Várias instituições internacionais olham já para esta obra com enorme admiração e respeito.

Numa das cerimónias de entrega do Prémio Champalimaud de Visão, tive ocasião de afirmar que «um dos deveres cimeiros dos Estados e da sociedade é o de valorizar o papel dos cientistas na abertura das novas vias do conhecimento».

Apesar da sua projecção mundial, o Centro de Investigação da Fundação Champalimaud deverá ser um pólo de fixação de investigadores portugueses e de serviço em benefício da comunidade nacional. A conjugação com a vertente assistencial, a que se obrigam os centros de investigação com componente clínica, sujeita-o a uma exigência acrescida na escolha dos meios, das pessoas e dos métodos e impõe-lhe uma particular responsabilidade ética e cívica.

Todas as tarefas que o Centro se propõe desempenhar serão, seguramente, cumpridas. Olhando o edifício, mais se reforça a convicção de que esta será uma Casa de grandes feitos. A imponência da sua arquitectura reflecte bem a força de vontade do seu mentor, António Champalimaud, e o enorme empenho, merecedor da admiração de todos nós, da grande responsável por esta obra, a Dra. Leonor Beleza.

#### Minhas Senhoras e meus Senhores

A Fundação atribui, anualmente, o Prémio Champalimaud de Visão, numa cerimónia a que sempre tenho o gosto de me associar.

Felicito os laureados de 2010, Anthony Movshon e William Newsome, pelo seu trabalho na investigação dos mecanismos da percepção da visão e dos mecanismos cerebrais envolvidos na consciência de ver.

Ao felicitar os premiados, quero também saudar as instituições onde desenvolveram os seus trabalhos, a Universidade de Nova Iorque e o Instituto Howard Hughes, de Stanford.

A Fundação Champalimaud, já reconhecida internacionalmente pela envergadura do seu Prémio no campo da visão, dispõe agora de uma obra física à altura da nobreza e da força dos propósitos do seu fundador.

A entrada em funcionamento deste Centro de Investigação será um marco importante para o desenvolvimento do nosso sistema científico. Muito para além disso, será uma enorme fonte de esperança para milhões de pessoas em todo o Mundo.

Esta Fundação, corporizada no Centro que agora se ergue em Lisboa, é um exemplo de altruísmo cívico e de empenhamento no bem comum, que devemos estimar e cultivar. Estou convicto de que os Portugueses saberão honrar e valorizar este Centro, que é também monumento à memória de um homem.

À Fundação Champalimaud e ao seu Centro de Investigação desejo os maiores êxitos, em benefício não apenas de Portugal mas de toda a Humanidade.

## Cerimónia de Homenagem aos Pioneiros da Transplantação

Palácio de Belém, 18 de Outubro de 2010

No passado mês de Maio, tive ocasião de visitar três unidades de transplantação e um dos centros de estudo de compatibilidade de órgãos e tecidos existentes no nosso País. Pude então constatar pessoalmente a particular qualidade desta área da Medicina portuguesa e a sua crucial importância para a qualidade de vida dos nossos concidadãos.

Muitas vezes, a transplantação não é apenas um factor que aumenta a qualidade de vida. É o elemento decisivo, o elemento literalmente vital, que assegura a sobrevivência dos seres humanos. A transplantação aumenta a esperança de vida das pessoas – no fundo, dá mais vida à vida.

A transplantação de órgãos e tecidos é uma actividade que reúne um vasto conjunto de saberes e espelha o resultado de muitos anos de investigação. A transplantação só é possível graças aos progressos da Medicina e, muito em especial, à concretização desses progressos no seio de unidades dotadas de equipas multidisciplinares e pluriprofissionais que se empenham em tornar possíveis resultados que julgaríamos, à partida, impensáveis.

Para tanto, é necessário aliar, aos imprescindíveis conhecimentos científicos e técnicos, talento, vocação e, sobretudo, experiência.

É fundamental, ainda, uma enorme capacidade de organização de todos os elementos requeridos para a realização de um objectivo preciso, tantas vezes milimétrico, mas de proporções gigantescas no seu alcance mais profundo: permitir a vida. Temos uma actividade muito relevante em quase todos os tipos de transplantação de órgãos e tecidos. Portugal é líder europeu no número de transplantações de rim e de fígado por milhão de habitantes e situa-se na média europeia de transplantações de medula óssea e do coração. A transplantação de pâncreas tem crescido de forma já significativa e há avanços recentes no transplante de pulmão. O número de córneas transplantadas tem vindo, também, a crescer anualmente.

Somos um dos países do Mundo com maior número de colheitas de órgãos, possivelmente apenas superado por Espanha. Nos últimos anos, houve um aumento muito significativo de dadores vivos de rim e de fígado e de colheitas em dadores cadavéricos. Temos um dos maiores registos a nível europeu de dadores voluntários de medula óssea, com cerca de 200 mil inscritos. São números expressivos, que reflectem o grande espírito de solidariedade dos Portugueses.

Todas as grandes obras têm um princípio e é para publicamente homenagear aqueles que foram pioneiros na transplantação de órgãos que aqui presto o meu testemunho de grande reconhecimento a quem primeiro trilhou os árduos caminhos que tornaram possível chegar aonde já chegámos.

Ser pioneiro, como já o disse uma vez, é «ir à frente, abrir caminhos, rasgar horizontes». Mas os pioneiros que hoje aqui se encontram pouco alcançariam se tivessem actuado sozinhos e, por isso mesmo, quero também distinguir, nas suas pessoas, todos os profissionais que os acompanharam neste percurso admirável. Um percurso feito de líderes, mas também do pessoal que os seguiu e ajudou, nos mais diversos serviços e organizações.

Mário Caetano Pereira, infelizmente já falecido, Alexandre Linhares Furtado, Manuel Antunes, João Rodrigues Pena, João Queirós e Melo e Eduardo Barroso, já anteriormente agraciados, Manuel Abecasis, Joaquim Murta, Manuel Teixeira e Pedro Pimentel são nomes que estarão sempre ligados à primeira linha da transplantação de órgãos e tecidos em Portugal.

As instituições onde trabalham ou trabalharam são pólos assistenciais, científicos e académicos da maior projecção no contexto do nosso sistema de saúde. A todos presto homenagem.

A actividade de transplantação é, entre nós, um dos melhores exemplos de bom investimento público, uma referência de topo a nível técnico e um expoente em matéria de cooperação nacional e internacional e de mobilização de vontades solidárias.

A transplantação de órgãos e tecidos é o resultado de um conjunto articulado de acções de âmbito nacional que ultrapassa o limite físico das unidades onde o acto médico se realiza. Isto deve-se à acção dos responsáveis pela coordenação nacional e regional de colheita e de transplantação, tarefa que vários dos homenageados desempenharam ou ainda desempenham. Só por isso, para lá do vosso esforco pioneiro, mereceriam uma palavra de grande apreco.

Mas os resultados em transplantações, que nos devem encher de orgulho, são também devidos ao trabalho conjunto dos centros de estudo de compatibilidade e ao esforço notável dos Gabinetes Coordenadores de Colheita e de Transplantação.

Permitam-me que dirija uma saudação muito especial aos dadores e às suas famílias, pela imensa generosidade que representa dar, verdadeiramente, uma parte de nós próprios ou de um ente muito querido para que outros possam continuar a viver. É difícil conceber maior acto de altruísmo. Sem dadores, não haveria transplantação de órgãos ou tecidos. A participação em grande escala dos Portugueses na doação de órgãos e tecidos projecta-nos internacionalmente e revela a grandeza solidária do nosso povo.

É também em nome dos que beneficiaram ou poderão vir a beneficiar do seu altruísmo e do vosso esforço pioneiro que expresso a todos os homenageados o reconhecimento da República pelo vosso empenho e pela vossa dedicação. Quem resgata uma vida, salva a Humanidade inteira.

A vós que, ao longo das vossas vidas, muitas vidas resgataram, dirijo apenas uma, mas muito comovida, palavra – obrigado.

### Comemorações dos 550 Anos da Morte do Infante D. Henrique

Lagos, 13 de Novembro de 2010

No dia em que se completam 550 anos sobre a morte do Infante D. Henrique, reunimo-nos em memória d'*O Navegador*. Nós, Portugueses, bem sabemos de quanto lhe somos devedores.

A sua presença é ainda hoje sentida em todo o Portugal e, em singular medida, nas Terras do Infante. Recordo a homenagem que lhe prestei quando decidi, como Primeiro-Ministro, dar o nome de Infante de Sagres à auto-estrada que liga o Algarve ao resto da Europa. Quis, com este gesto, continuar a rota do Infante D. Henrique, que daqui abriu Portugal ao Mundo.

Lagos foi o berço de um sonho que extraiu mundos do mar. Destas praias partiram as caravelas do filho de D. João I. As mesmas caravelas que depois retornavam com novas das terras e dos homens desconhecidos.

Navegadores, cientistas e mercadores de «desvairadas nações de gentes tão afastadas do nosso uso», todos eles, assinalava Gomes Eanes de Zurara, ansiosos «de ver a formosura do mundo», povoavam estas ruas onde se ouviam falares exóticos e se discutiam os feitos dos homens de D. Henrique.

Escutavam-se os relatos das últimas viagens. Estudavam-se as cartas e as rotas, os céus e os mares. Questionavam-se as certezas da sabedoria medieval.

Astronomia, matemática e geometria conjugavam-se para produzir os conhecimentos práticos que tornavam possível a próxima viagem, aquela que permitiria ir um pouco mais além. Assim se cumpriu a ambição do Infante, indo sempre um pouco mais além.

Nos primeiros tempos, foi necessário ultrapassar as amarras da lenda e do medo e superar os estreitos limites do saber fundado na autoridade. A vontade foi mais forte que a lenda e o medo e mostrou que navegar podia ter ida e volta, ao contrário do que dizia a tradição do Mar Tenebroso.

Poderá um só indivíduo mudar o curso da História? Terá um único ser humano a possibilidade de instaurar algo de novo na vida de todos os outros seres humanos? E de assim afectar o destino de todo um povo?

Um indivíduo pode ser a força vital por trás de certos acontecimentos que mudam a História. Aquele cujo sonho amadurece no tempo certo.

Marinheiro e missionário, sonhador mas prático, movido por ideais de cavalaria e pela vontade de saber, foi um ser humano com todas as suas contradições, colocado numa situação extraordinária. Ou, indo mais fundo, foi um ser humano que, pelo peso da sua personalidade, fez extraordinária a situação que viveu. Porque não se limitou a sonhar e passou à accão.

O Infante não aceitou nunca os limites que a terra nos queria impor. E, por isso, encontrou no mar um destino. Para nós foi, acima de tudo, o descobridor da vocação atlântica de Portugal.

Quando começou, todos os problemas estavam por resolver. Dele foi o primeiro empreendimento pensado, organizado e, sobretudo, duradouro. Por quarenta anos se navegou em nome de D. Henrique.

Foi um empreendimento longo, que soube inspirar com temeridade e pertinácia.

É reconhecido por todos como o primeiro grande impulsionador das viagens de exploração marítima. Estendeu os limites do Mundo e foi também o autor moral de uma das maiores transformações a que a Humanidade assistiu.

Na Europa, nada se sabia ao certo dos mares, nem das terras, nem das gentes. Antes dele, a dispersão, o isolamento. Depois dele, a descoberta mútua e o deslumbramento causado pela diversidade dos modos de vida e pela compreensão da unidade essencial do Homem.

Foram dados os primeiros passos, os decisivos porque mais difíceis, para promover a união dos ramos separados e distantes da grande família humana. Pela primeira vez, a história tornou-se história universal.

São justas e devidas as palavras que Fernando Pessoa dedicou ao Príncipe do Mar:

«O único imperador que tem, deveras,

O globo mundo em sua mão.»

Nada representa melhor esse mundo novo que amanhecia do que a estória das primeiras crianças nascidas nas ilhas atlânticas, os gémeos filhos de Gonçalo Aires Ferreira, servidor da Casa do Infante e um dos primeiros povoadores insulares. Ao menino foi-lhe dado o nome de Adão e o de Eva à menina, como se aquelas crianças fossem os símbolos de um recomeço, de uma nova idade do homem na terra. A nova idade em que todos os povos começavam a estar em contacto, partilhando ideias e valores, promovendo a troca de conhecimentos e de bens.

Sabemos hoje que o encontro de povos e de culturas oferece oportunidades sem fim. Mas também sabemos que esse encontro pode ser um confronto.

Uma cultura viva e fiel às suas origens, uma cultura que fomente a criatividade na ciência, na economia, na arte, na espiritualidade, faz desse encontro um impulso criador que dá forças para vencer.

De D. Duarte, o irmão do Infante, que foi Rei, ouviram-se palavras avisadas em *O Leal Conselheiro*:

«A barca firme e segura e forte e bem aparelhada, o estado das virtudes é, em que mui poucos perecem e podem navegar seguramente e passar sem perigo pelas ondas da tormenta deste mundo a porto seguro».

Contra ventos e marés, sei que seremos capazes de arribar a porto seguro. Assim saibamos navegar e, como venho insistindo, tirar partido do mar.

Mas falta largar do cais. Falta, para ir mais além, ter de novo a visão e a capacidade para decidir dar os primeiros passos de um empreendimento secular.

Temos, de novo, de colocar o mar no nosso futuro, como do fundo do passado D. Henrique sonhou para todos nós, que habitámos estes 550 anos.

Celebremos o nosso Henrique Navegador, com o coração aparelhado para que se cumpra Portugal.

Muito obrigado.

# Cerimónia de Inauguração do Colégio Pedro Arrupe

Lisboa, 14 de Novembro de 2010

Foi com muito gosto que aceitei o convite para estar presente na inauguração do Colégio Pedro Arrupe, que aqui nasceu virado para o rio, num espaço amplo e tranquilo, e que acrescenta a esta zona do Parque das Nações um equipamento de grande qualidade no campo do ensino.

Pude já apreciar as magníficas instalações, a luminosidade, o equilíbrio, a envolvente. Vi, à entrada, o painel que diz *aqui vão crescer os jovens do século XXI*, uma afirmação carregada da imensa responsabilidade dos que se propõem formar os nossos jovens e prepará-los para enfrentar as vicissitudes da vida.

A melhor forma de preparar o futuro é, sem dúvida alguma, dar aos jovens um ensino de qualidade e transmitir-lhes os valores que hão-de servir-lhes de bússola nas suas escolhas pessoais, na relação com os outros e na sua intervenção enquanto cidadãos.

Deixo aqui os meus votos muito sinceros de que possam cumprir plenamente os propósitos que vos animam, o que é também, certamente, a expectativa dos pais que escolheram este Colégio para confiar a educação dos seus filhos.

A escolha de Pedro Arrupe como Patrono do Colégio é uma homenagem a esse homem extraordinário que nasceu há 103 anos. A história e as lições da sua vida são uma referência firme para a abertura ao Mundo, ao diálogo e à diferença.

É com este espírito que o Colégio define o seu projecto educativo como *uma* carta de marear para o século XXI e escolhe o Mar como um tema transversal a todo o seu projecto.

Os Portugueses viajaram pelo mar até aos cinco cantos do Mundo e com isso colocaram-se no centro do Mundo. Não só geograficamente, se olharmos para o muito que o mar une, mas também na nossa capacidade de conviver com povos de todas as origens, raças e credos, de deixar um traço da nossa cultura e da nossa maneira de ser por todos os sítios por onde andámos.

Temos que aprender a usar essas qualidades que nos caracterizam como povo e essa centralidade do nosso território. O ensino do mar e a educação de qualidade são, sem dúvida, duas sementes que darão bons frutos.

Como Presidente da República, tenho procurado evidenciar a importância decisiva da educação das crianças e jovens na construção do futuro que todos desejamos para Portugal.

É uma missão que pode e deve contar com as instituições privadas que desenvolvem a sua acção neste sector e que constituem, muitas delas, uma referência de qualidade no panorama do ensino, projectando-se no percurso de sucesso dos seus alunos.

Não podemos prescindir, bem pelo contrário, da competição que estabelecem entre si e com o sector público.

Deve haver multiplicação e diversificação na escolha e nas oportunidades, sem o que é a própria liberdade de ensinar e de aprender que fica comprometida.

Vivemos num Mundo global, em que a mobilidade dos jovens e dos adultos é uma realidade e um desafio incontornável. Diversidade, competitividade e capacidade de livre escolha implicam que se alargue e multiplique a oferta e se deixe que cada um se afirme na sua capacidade de ter êxito.

Todas as escolas, públicas e privadas, têm que participar e interagir no combate ao insucesso escolar, no aumento da confiança dos pais, das famílias e da sociedade na qualidade do ensino, na promoção efectiva da igualdade de oportunidades.

Para enfrentar as dificuldades e vencer é cada vez mais determinante o grau de conhecimento e a capacidade de, em permanência, manter o espírito aberto a mais formação e a novos saberes.

Precisamos, para isso, de instituições de ensino de qualidade. Para que possam crescer e afirmar-se, é necessário um quadro normativo onde possam agir com confiança na concretização dos seus projectos e dos seus investimentos.

Por isso se espera e exige que a acção política, no seu relacionamento com a sociedade civil, assente na transparência e na abertura ao diálogo. Perante as dificuldades e incertezas que o País atravessa, essa actuação tem que pautar-se, mais do que nunca, por critérios de previsibilidade e estabilidade.

De facto, ao que é imprevisível na realidade económica e social não pode acrescer a imprevisibilidade da acção dos poderes públicos. Pelo contrário, deve haver uma especial sensibilidade para atenuar essa incerteza, que tem um custo em termos de prémio de risco, e agir de modo a incutir confiança nos agentes que contribuem para o desenvolvimento económico, social e cultural do País.

Isto é válido para qualquer decisão, e tanto mais quando estão em causa alterações substanciais para o curso normal da vida das famílias, dos cidadãos e das empresas, seja qual for o seu campo de acção.

É importante que as medidas adoptadas sejam previamente articuladas com os organismos representativos da sociedade civil, por forma a que os seus legítimos interesses não sejam afectados de forma abrupta e inesperada.

Espero e desejo que se realize plenamente o objectivo que uniu os vossos esforços em torno deste novo projecto educativo de inspiração inaciana.

Quero expressar a todos os seus dirigentes, a todos os professores, colaboradores, alunos e suas famílias as minhas felicitações pela nova escola e os meus votos dos maiores êxitos no vosso trabalho.

Obrigado.

197

# Sessão de Encerramento das Comemorações dos 150 Anos do Nascimento de Manuel Teixeira Gomes

Portimão, 11 de Dezembro de 2010

Na véspera de Natal do ano de 1926, encontrando-se na cidade de Tunes, Manuel Teixeira Gomes redigiu uma memorável carta, em que descrevia, fascinado, uma copejada de atum feita ao largo de Portimão.

Começava essa carta explicando o motivo pelo qual, estando em «terras tão remotas, pitorescas e variadas», como eram as do Norte de África, insistia em escrever sobre a costa algarvia. Teixeira Gomes justificou-se invocando «o amor que me inspirou o mar da minha terra».

Abandonara a Presidência da República um ano antes, em Dezembro de 1925. Em Janeiro de 1924, por ocasião do Ano Novo, apelara ao Congresso da República para colocar os interesses do País acima das querelas partidárias. Não o ouviram, resignou à chefia do Estado. Saiu de Portugal rumo ao Norte de África, de onde nunca regressou em vida.

Singular desígnio, o deste homem bom e íntegro, que quis deixar Portugal exactamente a partir da terra onde nascera. Doravante, seria um exilado. *O exilado de Bougie*, como lhe chamou Norberto Lopes. Ou, talvez melhor, exilado de si próprio, já que os últimos anos da sua vida foram marcados por um doloroso processo de despojamento daquilo a que chamou *«as minhas ilusões políticas»*. Era, sem dúvida, um homem que culminava a sua existência com um irreprimível sentimento de perda e desilusão, após uma carreira pública em que ganhara prestígio ocupando cargos do maior relevo.

Não guardava, porém, invejas ou rancores. Como refere um seu biógrafo, «não o seduzia a imagem do político reformado a remoer amarguras e a urdir conspirações». Até aí, nesses tempos de exílio voluntário, avultava a delicada suavidade que sempre definiu o seu fino carácter de esteta e cultor das letras, que se interessou pela escultura e pela pintura e que privou de perto com figuras como António Nobre, Columbano ou João de Deus.

Mas se é corrente dizer-se que Teixeira Gomes se notabilizou mais como escritor do que como Presidente da República, e que o seu maior legado é a obra literária que nos deixou, não podemos perder de vista que, enquanto homem público, teve uma vida exemplar. Não por acaso, num almoço realizado no Palácio de Belém, previu, com lúcida clarividência, que o regime se encaminhava a passos largos para a instauração de uma ditadura militar.

Ao contrário do que por vezes se tende a pensar, não foi um boémio inconsequente nem um diletante que viveu desfasado da realidade do Mundo ou dos acidentes do seu tempo. Se tivermos presente, desde logo, a cuidada atenção que dedicou à actividade comercial e aos negócios paternos, perceberemos que o talento que viria a revelar como homem público se deveu, em larga medida, à experiência mundana e ao cosmopolitismo que adquirira nas viagens de juventude pelo Norte da Europa. Não admira, pois, que haja desempenhado com assinalável êxito a tarefa de representar a República no Reino Unido e de obter o reconhecimento do novo regime pelas autoridades britânicas, naquela que classificou como «a mais espinhosa e vital missão diplomática da República».

Por isso, se há quem encontre na sua trajectória de vida um percurso feito de rupturas, podemos também entrever na biografia de Manuel Teixeira Gomes uma surpreendente unidade. À escolha para Presidente não foi alheio o prestígio que granjeara como diplomata da República, em dois postos que, pelas vicissitudes da altura, eram particularmente difíceis e exigentes. Por sua vez, o talento que revelou em Londres e em Madrid, ou na Conferência de Génova, muito deveu ao conhecimento do Mundo que conquistara como homem de negócios. E, enfim, foi a tranquilidade material de que dispunha como comerciante próspero que lhe abriu caminho às aventuras do espírito e das letras.

Provavelmente, não teve uma actividade pública feliz nem era a política o domínio que realizava as paixões da sua alma culta e sensível.

Republicano convicto e sincero, mostrou um total desapego pelo poder e pelos seus ornatos efémeros. Admirava a beleza, mas não se deixou ofuscar pelo brilho dos cargos, que sabia serem transitórios. Manteve, até ao fim, uma admirável elevação de espírito e uma enorme integridade de carácter. Mesmo longe do seu país, nunca deixou de amar a Pátria que serviu. Jamais procurou ajustar contas fosse com quem fosse.

Há quem afirme que foram os escândalos financeiros e as intrigas políticas que o levaram a renunciar ao cargo de Presidente, pois nunca tolerou a desonestidade, sobretudo quando envolvia dinheiros, públicos ou privados. A sua dignidade pairava muito acima das querelas dos grupos e das facções que hoje mal conhecemos. As obras que escreveu, pelo contrário, mantêm-se actuais, na sua luminosidade mediterrânica, como expressão de um profundo amor à vida.

Acima de tudo, amava o Algarve e a sua paisagem, a que chamava um ininterrompido jardim. «Vivi nas purezas desse mar», dizia, referindo-se à costa do Barlavento. Será o mar, até à morte, o horizonte predilecto das suas contemplações. «O encanto do mar, só por si, é para mim cada vez mais intenso e já não concebo possibilidade de viver longe dele», escreverá numa carta redigida em Argel.

É justa, porque feita a um homem justo, a homenagem que Portimão lhe decidiu prestar por ocasião do 150º aniversário do seu nascimento, num ano em que assinalamos também o 100º aniversário do nascimento da República.

Entre muitas iniciativas, foi extremamente feliz a ideia de encomendar à ACTA -A Companhia de Teatro do Algarve a peca *Um Homem Singular*, que será levada à cena nos teatros de Faro e de Portimão. Desta forma, poderão os Algarvios, sobretudo os mais jovens, conhecer a vida e a obra de um dos filhos mais ilustres desta região.

Portimão, que hoje comemora o seu Dia, está de parabéns. É com emoção profunda que recebo a Chave de Ouro desta cidade, uma homenagem que muito me honra, enquanto Presidente da República, mas também enquanto cidadão português nascido no Algarve.

Portimão é hoje muito diferente da terra que viu nascer Manuel Teixeira Gomes. É, por certo, uma cidade onde há mais justiça social, um valor que Teixeira Gomes tanto prezou. O litoral algarvio sofreu profundas transformações, algumas das quais mereceriam, sem dúvida, a reprovação de um humanista que, antes de tudo, se deixou seduzir pela beleza das paisagens. Mas hoje, como há mais de um século, o mar do Barlavento aí está diante dos nossos olhos, luminoso e imenso.

Para Manuel Teixeira Gomes, o Atlântico foi razão e motivo para amar a sua Pátria, amor que as desilusões da política não conseguiram destruir. O patriotismo profundo e inabalável é a maior lição que Teixeira Gomes nos deu ao longo de uma vida singular. Saibamos ser dignos da sua memória e do seu exemplo.

Muito obrigado.

# Portugal na Europa e no Mundo ${ m V}$





### Cerimónia de Boas-Vindas na Câmara Municipal de Praga

Praga, 15 de Abril de 2010

Quero agradecer-lhe, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Praga, as amáveis palavras que Vossa Excelência me dirigiu, bem como o caloroso acolhimento que tem sido dispensado, pelas autoridades e pelo povo de Praga, a mim, à minha Mulher e à delegação que nos acompanha.

Saúdo, através de Vossa Excelência, uma das mais belas cidades do Mundo, ilustração da harmonia entre o melhor da obra do Homem e da Natureza. Mas, em Praga, saúdo também um dos locais que os Portugueses associam a algumas das mais corajosas lutas pela liberdade e pela democracia. Foi há quarenta e dois anos, no dia 5 deste mês de Abril, que uma multidão em festa, reunida na Praça Venceslau, nos fazia acreditar que o sonho da mudança era possível, numa das mais belas páginas de uma Primavera que marcou a História.

É, assim, com um sentimento de particular emoção que percorro as ruas desta cidade, como ainda agora, ao cruzar a Ponte Carlos, desfrutando da impressionante vista que nos proporciona e apreciando as belíssimas estátuas que a decoram, incluindo a do nosso Santo António de Lisboa, padroeiro da nossa capital. Praga foi, de novo, exemplo, ainda há poucos anos, na forma como soube superar os momentos difíceis a que teve de fazer face, na sequência das cheias de 2002, numa lição particularmente inspiradora nos dias que vão correndo.

Esta capital é, hoje, reflexo da capacidade que os seus dirigentes e residentes têm demonstrado para conciliar a preservação do seu impressionante património histórico e arquitectónico e as necessidades dos tempos modernos, num modelo que merece a atenção de quantos têm de fazer frente a desafios semelhantes.

#### Senhor Presidente

Todos estes factores justificam amplamente que Praga se tenha tornado um destino privilegiado para muitos portugueses, que aqui vêm como turistas, para estudar nas suas Universidades, ou para trabalhar nas suas empresas.

Portugueses que aqui encontram um povo culto, crescentemente interessado pela nossa língua e cultura. Terei, amanhã, a oportunidade de visitar a Universidade Carolina e de me encontrar com alguns dos seus muitos alunos cuja curiosidade pela língua de Camões e de Pessoa é ditada por considerações culturais, mas, também, pelo reconhecimento das vantagens económicas associadas ao domínio do terceiro idioma europeu no Mundo, falado por mais de 250 milhões de pessoas, nos cinco continentes.

Estes laços, que unem os povos checo e português, constituem um importante contributo para o reforço do relacionamento entre os nossos dois países. Um reforco que se deve estender ao Poder Local, designadamente através da partilha de experiências e da concepção de projectos comuns.

É esse apelo que aqui quero deixar, Senhor Presidente, agradecendo, mais uma vez, a hospitalidade com que fomos recebidos e desejando as maiores felicidades aos habitantes desta magnífica cidade. Muito obrigado.

### **Banquete Oferecido** pelo Presidente da República Checa

Praga, 15 de Abril de 2010

209

Quero agradecer, muito sensibilizado, as palavras amigas de Vossa Excelência, Senhor Presidente, bem como o caloroso acolhimento que nos tem sido dispensado, a mim, à minha Mulher e à delegação que nos acompanha, nesta Visita de Estado à República Checa.

É com uma satisfação muito particular que nos encontramos neste país a quem a história da Europa, a liberdade e a democracia tanto devem. E é com muito agrado que tenho a oportunidade de renovar um relacionamento pessoal de muitos anos com Vossa Excelência.

#### Senhor Presidente

Apesar da distância geográfica, a relação de amizade que une Portugal e o território que corresponde, nos nossos dias, à República Checa tem raízes seculares, sendo vários os exemplos de contactos envolvendo figuras marcantes da história dos nossos dois países.

Esta velha amizade afirma-se, hoje, nos variados domínios em que assenta o nosso relacionamento bilateral e através de uma estreita cooperação no quadro da Aliança Atlântica e da União Europeia.

Portugal apoiou, desde o início, a adesão da República Checa à Aliança Atlântica e à União Europeia. Fizemo-lo na consciência, ditada pela nossa própria experiência, da importância dessa adesão para a consolidação da democracia, da liberdade e do Estado de direito, um objectivo pelo qual o povo checo tão corajosamente se bateu. Fizemo-lo, ainda, na certeza do contributo da República Checa para a construção de uma Europa mais forte e mais coesa.

Portugal e a República Checa são dois países de idêntica dimensão, com graus de desenvolvimento económico semelhantes e que têm, frequentemente, preocupações convergentes. É importante que saibamos tirar pleno partido desta

sintonia nos vários âmbitos do nosso relacionamento, incluindo, desde logo, no quadro da União Europeia.

Uma União Europeia que dispõe, agora, de um novo Tratado, o Tratado de Lisboa, e, com ele, de novos mecanismos de afirmação. Mas, como lembrava Vossa Excelência, no Parlamento Europeu, por ocasião da Presidência Checa da União Europeia, «um arranjo institucional não é um objectivo em si mesmo, mas um instrumento para alcançar os verdadeiros objectivos».

Partilhamos com a República Checa a crença numa União Europeia onde as decisões se tomem no respeito pelas opiniões de todos os seus membros. Crença, ainda, numa União Europeia aberta ao Mundo, que rejeite todas as tendências proteccionistas e que saiba reconhecer no reforço dos laços transatlânticos um factor adicional de afirmação dos valores que lhe estão na origem.

#### Senhor Presidente

A excelência da relação política entre os nossos dois países não se compadece com a timidez que caracteriza o nosso relacionamento económico e comercial. Os tempos difíceis que vivemos devem ser vistos como um desafio à nossa capacidade de identificar e tirar partido das oportunidades que se nos oferecem.

Portugal dispõe de competências em domínios como o da construção de infra--estruturas, das energias renováveis, ou das telecomunicações e tecnologias de informação, que vão ao encontro de prioridades de desenvolvimento definidas pela República Checa, e o mesmo acontece com a República Checa relativamente a Portugal.

Os empresários portugueses começam a apostar – por vezes com grande sucesso – numa região da Europa da qual a República Checa constitui uma importante plataforma, enquanto Portugal está fortemente presente em regiões que interessam aos empresários checos, como África e a América Latina, onde beneficiamos de relações muito próximas, designadamente com os países que falam português, como o Brasil, Angola ou Moçambique.

Há, por isso, que apostar numa melhor divulgação dos nossos produtos respectivos, no incremento das trocas comerciais, e num aprofundamento da cooperação empresarial que conduza à constituição de parcerias com capacidade de projecção internacional.

É esse o propósito da delegação empresarial que me acompanha nesta Visita e do programa que aqui vão cumprir, incluindo o Seminário que ambos inauguraremos amanhã.

O sucesso da cooperação entre os nossos dois países passa, igualmente, pelo conhecimento mútuo das suas realidades geográficas, humanas e culturais.

Praga é um dos destinos turísticos de eleição dos Portugueses e Portugal é, crescentemente, um destino turístico de predilecção para os Checos. Por outro lado, existe hoje uma numerosa comunidade de estudantes portugueses que frequenta as Universidades checas. São factores que favorecem uma ligação ainda mais estreita entre os nossos povos e países.

Uma relação para que contribui, ainda, o interesse de um número significativo de estudantes universitários checos pelo estudo da língua e cultura portuguesas, em nome de uma curiosidade e preocupação cultural, mas também em reconhecimento do valor económico e profissional de um idioma que é a terceira língua europeia no Mundo, falada por mais de 250 milhões de pessoas, espalhadas pelos cinco continentes.

É, por isso, com grande satisfação que estarei, amanhã, com alguns desses estudantes, na prestigiada Universidade Carolina, que Vossa Excelência, Senhor Presidente, bem conhece.

É, assim, confiante no reforço da forte amizade que une os nossos dois países, que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde e felicidade pessoal do Presidente Václav Klaus e de sua Mulher, à prosperidade do valoroso povo da República Checa e ao futuro das relações entre os nossos dois países. Muito obrigado.

# Seminário Económico «Portugal/República Checa: Investimento e Parcerias»

Praga, 16 de Abril de 2010

Permitam-me que comece por agradecer a honrosa presença entre nós do Presidente Václav Klaus, a quem me liga um relacionamento pessoal de muitos anos, e que é bem o sinal do empenho das autoridades checas no reforço das relações económicas e empresariais entre os nossos dois países.

Quero, também, felicitar os organizadores deste Seminário dedicado à promoção do investimento, de parcerias e do comércio entre Portugal e a República Checa, e saudar todos os presentes.

Como economista, sempre acreditei no poder dos mercados, da iniciativa empresarial e da abertura económica entre os países como indutores primordiais do desenvolvimento e do bem-estar dos cidadãos.

Em Portugal temos beneficiado muito da nossa crescente integração económica na União Europeia e, em particular, do mercado único europeu. É difícil de conceber que tivéssemos atingido o nosso actual patamar de desenvolvimento sem as vantagens e sem os próprios desafios que o nosso compromisso com a Europa nos tem trazido.

Um dos resultados deste processo é termos hoje melhores instituições e melhor regulação económica. Beneficiamos de uma maior estabilidade monetária, decorrente da nossa participação na área do euro, e também dos princípios orientadores do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que trouxeram um importante referencial de disciplina à condução das políticas orçamentais.

Ainda que enfrentemos desafios muito exigentes, sobretudo em matéria de finanças públicas, e resultantes, em parte, da grave crise financeira que se abateu sobre o Mundo nos últimos dois anos, o facto é que a nossa inserção no quadro económico, político e institucional europeu contribui para minorar os custos da estabilização económica e proporciona um quadro favorável ao desenvolvimento sustentável.

Sem guerer alongar-me excessivamente, é para mim óbvio que a participação de Portugal no processo de construção europeia foi essencial à nossa consolidação democrática e ao desenvolvimento económico e social do país.

Portugal e a República Checa são, de alguns anos a esta parte, parceiros no quadro da União Europeia. Portugal muito poderá dizer sobre a sua experiência de adesão, que precedeu a da República Checa, como muito terá a beneficiar com os ensinamentos da experiência checa, com destaque para o exemplo que constitui a sua forte capacidade exportadora.

#### Minhas Senhoras e meus Senhores

Os dados dos fluxos comerciais e de investimento entre os nossos dois países não fazem justiça à excelência que caracteriza o nosso relacionamento político, nem à proximidade que resulta da nossa pertença comum ao Mercado Único europeu.

Seria, por isso, muito positivo que desta iniciativa surgissem resultados palpáveis em termos de acréscimo dos fluxos comerciais e do investimento directo. Portugal detém, hoje em dia, competências específicas em sectores como os das

obras públicas, energias renováveis, distribuição e telecomunicações, que julgo poderem ser particularmente úteis à República Checa. O grau de sofisticação do nosso sistema financeiro é, por seu turno, também muito elevado. Nos países onde se verifica uma elevada presença de investimento directo português, este é, normalmente, visto como benéfico no plano estratégico, e tende a integrar-se de forma plena nas comunidades em que se insere.

Praga é das cidades mais belas da Europa. Mas, como sabem, Portugal é, também, um dos destinos turísticos mais atractivos do nosso continente.

Lisboa acaba de ser eleita como melhor destino turístico europeu, sendo que Portugal está muito longe de se esgotar em Lisboa. Temos um país de paisagens extremamente diversificadas e dotado de uma extensa e magnífica zona costeira. Um destino com características que não concorrem, antes complementam as da República Checa.

As ligações aéreas directas entre os nossos dois países, de que, felizmente, dispomos, facilitam não apenas o turismo, mas também a constituição de parcerias empresariais.

Um outro factor a contribuir para uma crescente aproximação entre os nossos países é o significativo número de jovens portugueses que estudam, hoje, em Universidades checas. Sugiro aos empresários presentes que tirem partido do capital que representam esses jovens, que conhecem as realidades checa e portuguesa.

### Minhas Senhoras e meus Senhores

Os últimos dois anos foram particularmente duros para as economias dos nossos países, e alguns dos nossos cidadãos têm sofrido um agravamento das suas condições de vida.

Porém, nenhuma crise económica dura para sempre. E as estratégias empresariais para tirar partido das oportunidades do futuro são, muitas vezes, construídas durante as fases mais baixas do ciclo económico.

Parece-me, por isso, que este é um bom momento para mobilizar recursos. Há uma combinação de factores económicos favoráveis ao investimento. Destaco dois deles. Em primeiro lugar, são muitos os activos que se encontram hoje a preços invulgarmente atractivos. Isso significa que há oportunidades para parcerias empresariais de vários tipos, que permitem uma melhor utilização de capacidades instaladas. Em segundo lugar, as condições de financiamento são hoje, igualmente, muito atractivas, devido às baixas taxas de juro que estão a ser praticadas, em particular em países da zona euro, e mesmo aqui, na República Checa, onde as taxas de juro directoras se encontram em níveis historicamente baixos.

Para um economista, esta combinação de factores sugere condições excepcionais para pensar novos investimentos e parcerias.

Para um empresário, gestor, ou investidor é importante conhecer, em proximidade, no terreno, as perspectivas que se abrem em cada um dos países. Como certamente poderão verificar durante o Seminário de hoje, as agências de comércio e investimento de cada país estão muito empenhadas na detecção e aproveitamento de novas oportunidades. Em particular, aquelas que se materializem na criação de novos empregos qualificados e consistentes com as condições de desenvolvimento dos nossos países.

Um grau de desenvolvimento que implica uma crescente internacionalização das nossas empresas. A República Checa constitui uma excelente plataforma

numa região onde os empresários portugueses estão cada vez mais presentes, assim como Portugal, pelas suas relações históricas e culturais e pela relevância da sua presença económica, dispõe de condições privilegiadas para funcionar como parceiro nos mercados da América Latina, ou de África.

Senhor Presidente da República Checa

Minhas Senhoras e meus Senhores

A afinidade entre os nossos dois países é bem maior do que aquilo que reflectem os números das trocas comerciais e do investimento. O quadro institucional em que nos movemos favorece o estabelecimento de relações comerciais e empresariais baseadas na confiança mútua. A vontade política das autoridades nos nossos países responderá de forma positiva a um aprofundamento das relações económicas e empresariais.

Cabe ao sector privado tirar partido destas condições na identificação e no desenho de projectos credíveis e sustentáveis.

Estou confiante em que este Seminário venha a dar um importantíssimo contributo nesse sentido.

Muito obrigado.

### Sessão de Boas-Vindas na Universidade Carolina

Praga, 16 de Abril de 2010

Quero agradecer, muito sensibilizado, as palavras que Vossa Excelência, Senhor Reitor, e a Senhora Professora Sárka Grauová me dirigiram, bem como a oportunidade que me foi proporcionada de me encontrar com estudantes de nacionalidade checa que estão a aprender a língua portuguesa.

Foi com grande satisfação que aceitei o convite para visitar a Universidade Carolina, uma das mais antigas e prestigiadas da Europa. A história desta Universidade ilustra bem quão remotas são as relações culturais entre os nossos dois países. Efectivamente, os arquivos revelam que, já no final do século XVI e início do século XVII, aqui ensinava Direito Canónico o português Bento Pinhel.

Dando continuidade a essa tradição, a Universidade Carolina tem contribuído de forma assinalável para a difusão da língua e cultura portuguesas na República Checa, através do Leitorado e do Centro de Língua Portuguesa.

Esse esforço, extraordinariamente bem-sucedido, deve-se em larga medida ao empenho e dedicação de Vossa Excelência, Senhor Reitor, e de todos aqueles que diariamente para ele contribuem, começando, desde logo, pela Professora--Chefe do Departamento de Estudos Luso-Brasileiros. A todos quero deixar uma palavra de profundo reconhecimento e de estímulo para o futuro.

A cooperação universitária de que o Leitorado de português é exemplo tem igualmente expressão em Portugal, como atesta o Protocolo entre a Universidade Carolina e a Universidade de Lisboa, de que resultou a criação de um Leitorado de língua checa naquela Universidade portuguesa.

Da comitiva que me acompanha fazem parte o Magnífico Reitor da Universidade de Lisboa e a Leitora que aí ensina a língua checa. A sua presença é sinal da importância que atribuo ao aprofundamento das relações de cooperação entre Universidades, como elemento central para a difusão do conhecimento e para a aproximação entre os Povos.

Temos também connosco a Embaixadora da República Checa em Portugal, cujo excelente nível de conhecimento da língua portuguesa lhe permite integrar um

grupo em franco crescimento, cuja constituição apadrinhei, o dos Embaixadores falantes de português.

Peço, agora, a compreensão de Vossa Excelência, Senhor Reitor, para que passe a utilizar a língua portuguesa, dirigindo-me, muito em particular, aos estudantes checos que a ela dedicam os seus estudos.

Antes do mais, quero felicitar-vos pela escolha que fizeram.

A língua portuguesa é, hoje, falada por mais de 250 milhões de pessoas, espalhadas pelos cinco continentes. É a terceira língua europeia com maior número de falantes no Mundo, e o quinto ou sexto idioma mundial - consoante os critérios –, o que atesta bem a sua projecção internacional.

Segundo as mais recentes avaliações, a língua portuguesa é, também, um dos idiomas em maior expansão, devido ao forte crescimento demográfico dos países e regiões onde o português é língua veicular e de um interesse crescente por parte de quantos a utilizam como língua estrangeira.

Os especialistas estimam que, em 2050, o número de falantes de português nos países em que é língua oficial ascenda a 335 milhões de pessoas, um número a que haverá que somar todos quantos, como vós, o utilizam como língua estrangeira. O domínio da língua portuguesa constitui uma fonte de enriquecimento extremamente relevante, ao favorecer o contacto com um grupo alargado de povos, países e regiões com realidades geográficas e culturais muito diversificadas.

Mas o português é, igualmente, um trunfo profissional de grande importância, ao tornar mais fácil o contacto com países que registam significativas taxas de crescimento económico e que se afirmam como actores regionais e internacionais de primeiro plano, como é o caso, por exemplo, do Brasil, de Angola, ou mesmo de Moçambique.

Falar o português é, assim, uma porta de acesso para novas oportunidades de negócio e de valorização profissional, uma constatação particularmente evidente, por exemplo, num país como a China, onde estudos recentes revelaram que o português é a língua que garante colocação profissional imediata aos estudantes de línguas estrangeiras.

Mas o português é, ainda, uma língua com cada vez maior presença nas redes modernas de comunicação. A título de exemplo, entre 2000 e 2009, o número de utilizadores do português na Internet aumentou 864 por cento e o português é,

já, a terceira língua mais usada na rede social *Twitter*, somente atrás do inglês e do japonês.

A promoção e difusão da língua portuguesa constitui um dos objectivos gerais estabelecidos nos Estatutos constitutivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP, uma organização de que muitos de vós já terão ouvido falar e que agrupa oito Estados soberanos, na Europa, África, América Latina e Ásia, que têm o português como língua oficial.

Em 2008, os Estados-membros da CPLP tomaram a decisão de trabalhar em conjunto para fazer do português uma das línguas oficiais das Nacões Unidas. Recentemente, teve lugar, em Brasília, uma Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, com uma participação muito ampla, de que resultou um ambicioso Plano de Acção, que será submetido à aprovação dos Chefes de Estado da CPLP, na Cimeira de Luanda, prevista para o próximo mês de Julho. Uma Cimeira em que Angola assumirá a Presidência rotativa desta organização, sucedendo a Portugal.

Como lembra o texto do Plano de Acção, «o português já é utilizado como língua oficial, de trabalho ou de documentação, em mais de duas dezenas de organismos multilaterais ou regionais». No entanto, o Plano reconhece que a sua projecção internacional exige que sejamos bem mais ambiciosos, estabelecendo como objectivo inicial a introdução do português como «língua de documentação» das Nações Unidas.

O mesmo Plano contém um capítulo dedicado exclusivamente ao fortalecimento do ensino de português como língua estrangeira, no qual são previstas medidas que deverão conduzir a uma divulgação ainda mais alargada da língua portuguesa.

Um dos nossos maiores poetas, Fernando Pessoa, dizia que a sua Pátria era a língua portuguesa. Falo-vos, pois, como compatriota pela língua. E nessa qualidade vos peço que divulguem e promovam a língua portuguesa. Felicito-vos, mais uma vez, pela vossa opção que, estou certo, provará ser culturalmente e profissionalmente correcta.

### Magnífico Reitor

Senhora Professora-Chefe do Departamento de Estudos Luso-Brasileiros

Excelentíssimos Membros do Corpo Docente da Universidade Carolina Minhas Senhoras e meus Senhores

Procurei, nesta minha intervenção, sublinhar as vantagens que resultam de uma aposta no estudo da língua e cultura portuguesas. Não posso concluí-la sem agradecer, mais uma vez, tudo quanto esta Universidade tem feito para que essa opção seja possível.

Muito obrigado.

# Banquete Oficial em Honra do Presidente da República de Moçambique

Palácio da Ajuda, 29 de Abril de 2010

É para mim e para minha Mulher motivo de uma satisfação muito particular receber Vossa Excelência, Senhor Presidente, e a Senhora Dra. Maria da Luz Guebuza, bem como a ilustre delegação que os acompanha nesta Visita de Estado a Portugal.

Minha Mulher e eu próprio guardamos as mais gratas recordações da nossa visita a Moçambique, em Março de 2008, e da hospitalidade com que fomos recebidos. Uma visita a uma terra a que nos ligam conhecidos laços de especial afecto e onde contamos com tantos e tão bons amigos. Uma visita que abriu caminho a um reforço das nossas relações, com os eloquentes resultados de que, hoje, todos somos testemunhas.

#### Senhor Presidente

A escolha de Portugal para a realização da primeira visita do segundo mandato de Vossa Excelência, que muito nos honra, é a melhor expressão dos laços que unem os nossos países.

Somos povos que se conhecem bem, que partilham uma mesma língua e possuem um legado histórico e cultural comum. Povos que têm sabido tirar partido do que esse legado lhes deixou de positivo e que têm dado provas da sua capacidade para resolver questões mais difíceis, como atesta a solução encontrada para a Barragem de Cahora Bassa.

Para o reforço desta proximidade contribui, todos os dias, um intenso intercâmbio entre os nossos cidadãos, que abrange os mais variados domínios, das artes à educação, à política e aos negócios.

#### Senhor Presidente

A frequência das visitas de Alto Nível entre Portugal e Moçambique nos últimos anos, bem como a recente decisão de levar a cabo Cimeiras bilaterais anuais,

são sinais de uma comum determinação no fortalecimento da nossa parceria estratégica.

Portugal segue de perto o que se passa em Moçambique e regozija-se com os progressos que o país vem alcançando.

Há pouco mais de dois anos, aquando da minha Visita de Estado, pude comprovar a determinação em prosseguir uma agenda reformadora, visando a consolidação das instituições democráticas e a melhoria da competitividade e do ambiente de negócios em Mocambique. Os resultados obtidos reforcam a nossa confianca no futuro.

O respeito pelos princípios da boa governação e os progressos na consolidação democrática, de que os sucessivos ciclos eleitorais são exemplo, têm valido a Moçambique uma influência política acrescida. Influência que se reflecte no protagonismo que vem assumindo na promoção da paz e da estabilidade na região e nas responsabilidades atribuídas a alguns dos seus cidadãos, designadamente no quadro da SADC e da União Africana.

No domínio económico e social, por seu turno, Moçambique tem vindo a cumprir os principais objectivos do seu plano de desenvolvimento, em particular na redução da pobreza, no acesso à educação e na qualificação dos seus recursos humanos.

Ao longo da última década, a sua média anual de crescimento económico foi superior a oito por cento – uma das melhores do Continente Africano – e o sector privado assume-se, cada vez mais, como um motor da economia.

Estes desenvolvimentos reflectem-se, apraz-me dizê-lo, no nosso relacio--namento.

Nos últimos cinco anos, quadruplicou o investimento português em Moçambique. Em 2009, Portugal passou a ocupar a segunda posição entre os maiores investidores no país, e isto a despeito das dificuldades dos dois últimos anos.

A nossa cooperação bilateral, por seu turno, abrange, actualmente, áreas decisivas para vencer os desafios da competitividade num Mundo globalizado, como a educação e a formação de recursos humanos, e também a inovação, a ciência, a tecnologia e as energias alternativas.

Estou seguro de que os Acordos que serão assinados no decorrer da visita de Vossa Excelência, bem como os contactos que aqui manterá com projectos e empresários portugueses, designadamente no âmbito do Seminário Económico que amanhã terá lugar, contribuirão para promover a criação de novas parcerias e permitirão dar mais um passo no reforço da nossa cooperação.

Quero assegurar-lhe, Senhor Presidente, que nunca faltará a Moçambique a solidariedade e o apoio de Portugal, quer a nível bilateral quer nas organizações em que participamos, para a prossecução dos seus objectivos de desenvolvimento económico e social.

### Senhor Presidente

A natureza dos desafios com que nos confrontamos vem sublinhando o valor estratégico de estruturas de coordenação internacional que permitem a países que se sentem próximos actuar de forma concertada. É o caso da CPLP, que estamos empenhados em fortalecer e tornar mais eficiente, mais próxima dos seus cidadãos. É responsabilidade de todos promover uma crescente participação da sociedade civil na vida da nossa Comunidade.

A presidência portuguesa da CPLP tem-se empenhado, em particular, na promoção e projecção internacional da língua portuguesa. É um objectivo que partilhamos e ao qual a recente Conferência de Brasília sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial conferiu um novo impulso.

Enquanto veículo de comunicação, a língua portuguesa reflecte os diferentes códigos culturais e influências que caracterizam os povos da nossa Comunidade. É esta singular diversidade que lhe confere a sua maior força e que a torna particularmente bem colocada para se afirmar como língua de comunicação global.

#### Senhor Presidente

Quero agradecer-lhe, uma vez mais, ter aceitado o meu convite para efectuar esta Visita de Estado, a qual marcará, estou certo, uma nova etapa no fortalecimento dos laços fraternos que unem Portugal e Moçambique. Pode Vossa Excelência continuar a contar com o meu forte empenho pessoal nesse sentido.

É nesse espírito que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde e felicidade pessoal do Presidente Armando Emílio Guebuza e da Senhora Drª Maria da Luz Guebuza, à amizade entre Portugal e Moçambique e à prosperidade crescente dos nossos povos irmãos.

Muito obrigado.

# Sessão de Encerramento do Seminário Empresarial Portugal-Moçambique

Lisboa, 30 de Abril de 2010

Quero começar por saudar Sua Excelência o Presidente da República de Moçambique, cuja Visita de Estado tanto nos honra, bem como a comitiva empresarial que o acompanha. Considero da maior importância o contributo deste Seminário para o reforço das relações económicas e empresariais entre Moçambique e Portugal.

No quadro das profundas transformações que a economia mundial tem conhecido nos últimos anos, as economias emergentes têm vindo a assumir um peso e uma dinâmica cada vez mais relevantes, incluindo uma acrescida integração nos fluxos de comércio internacional.

De sublinhar, além disso, o facto de esta progressão ser transversal: Ásia, América Latina e África registaram, todas, crescimentos económicos significativos. As economias da África Subsariana, em particular, têm apresentado taxas de crescimento superiores a cinco por cento desde 2002, devendo retomar esse ritmo, interrompido em 2009, já neste ou no próximo ano.

A recente crise financeira e económica global constituiu um sério desafio à sustentabilidade dos progressos obtidos pelas economias emergentes durante a última década. Mas, contrariamente ao que alguns esperavam, e não obstante as dificuldades que todas as economias enfrentaram — e ainda enfrentam —, o facto é que o desempenho dos países emergentes se manteve bastante positivo, e que a retoma gradual da economia mundial tende, muito claramente, a ser liderada por eles. Para 2010, o FMI prevê um crescimento de 6,3 por cento das economias emergentes, contra 2,3 por cento nas economias avançadas, um diferencial que poderá acentuar-se nos próximos anos.

O caso de Moçambique é especialmente digno de registo. A economia moçambicana tem crescido a taxas elevadas nos últimos oito anos, em geral entre seis e 10 por cento, e, mesmo em 2009, o crescimento situou-se em 4,3 por cento.

Independentemente dos vastos desafios que a economia de Moçambique ainda enfrenta, podemos afirmar, com seguranca, que o seu desempenho nos últimos anos é, a todos os títulos, notável.

Para além do dinamismo económico que apresenta, Moçambique pode constituir uma importante plataforma de acesso aos países da região da África Austral. O conjunto regional da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) oferece oportunidades de investimento e as potencialidades de um mercado de 250 milhões de consumidores.

Da mesma forma, Portugal pertence à União Europeia, uma zona económica próspera e um mercado interno vasto, atractivo e ainda em expansão. Acresce que, por razões históricas, culturais e linguísticas, Portugal constitui, igualmente, uma plataforma privilegiada no relacionamento com os países da América Latina.

As parcerias entre Portugal e Moçambique no acesso a estes mercados devem, por isso, ser encaradas com naturalidade e, sobretudo, com a ambição própria de quem reconhece o potencial de crescimento envolvido.

Face às transformações económicas ocorridas na última década, parece-me clara a necessidade de os empresários portugueses olharem de forma renovada para países como Moçambique.

O caminho passa por um aprofundamento estrutural do relacionamento entre os dois países, baseado numa visão estratégica de longo prazo, adaptável ao desenvolvimento e às ambições de Moçambique e de Portugal e à evolução das circunstâncias económicas globais.

Mais ainda, e tendo em conta a experiência acumulada e as ambições comuns dos nossos empresários, a cooperação entre as nossas empresas pode, também, incluir a partilha e a realização de objectivos de internacionalização em espaços como a Europa, a América Latina ou os países da África Austral.

Os progressos registados nos últimos anos nas relações económicas entre Portugal e Moçambique têm sido notórios. Entre 2005 e 2009, as exportações de Portugal para Moçambique cresceram mais de 17 por cento ao ano e as importações aumentaram a uma taxa média anual próxima dos 10 por cento. De acordo com dados do INE, em 2008 mais de 1300 empresas portuguesas exportaram para Moçambique, num conjunto já bastante diversificado de sectores.

Também o investimento directo de Portugal em Moçambique tem vindo a apresentar uma tendência de crescimento, colocando Mocambique como oitavo destino do investimento português no exterior em 2009 e Portugal como segundo maior investidor naquele país.

Em 2008, tive ocasião de efectuar uma Visita de Estado a Moçambique, acompanhado de uma significativa delegação empresarial. Depois disso, em 2009, e apesar do colapso do comércio global, as exportações de Portugal para Moçambique superaram os 120 milhões de euros.

No último ano, Moçambique foi um dos poucos países do Mundo e o único país africano de língua oficial portuguesa para o qual as exportações de Portugal registaram um comportamento positivo.

Espero que a visita do Presidente Armando Guebuza a Portugal confirme e reforce o estreitamento das relações económicas e empresariais entre os nossos dois países, na certeza dos enormes benefícios que daí advirão para o desenvolvimento económico e social dos nossos dois povos.

Os trabalhos deste Seminário, que agora se encerra, terão certamente contribuído para afirmar, de forma objectiva e palpável, esse propósito e essa convicção. Muito obrigado.

## Almoço em Honra dos Embaixadores dos Países da União Europeia

Palácio de Belém, 4 de Maio de 2010

Quero começar por agradecer terem aceitado o convite que vos dirigi para este encontro informal com os Embaixadores dos países da União Europeia acreditados em Lisboa e com os Directores das representações das Instituições europeias.

Permitam-me uma saudação especial ao Senhor Embaixador de Espanha, país que assume a presidência rotativa do Conselho num tempo particularmente exigente para a União Europeia.

Estamos no início da semana em que se assinalará mais um Dia da Europa e a pouco mais de um mês da data que marcará os 25 anos da assinatura dos Tratados de Adesão de Portugal e de Espanha. São datas com uma forte carga simbólica e, por isso, particularmente apropriadas para uma reflexão sobre o tempo presente e os rumos da União Europeia.

É isso que vos proponho.

Ao longo da minha vida política, foi-me dado participar em vários Conselhos Europeus, muitos deles momentos marcantes da história recente da União Europeia. E coube-me a honra de estar à frente do Governo do meu país durante os primeiros dez anos da sua adesão.

Desta experiência resultou a minha firme convicção de que uma Europa unida é a melhor via para fazer valer os interesses de desenvolvimento económico e social dos nossos Povos e para promover a afirmação internacional de cada um dos nossos Estados.

Este percurso e estas convicções não me deixam dúvidas de que o processo de integração europeia enfrenta, hoje, alguns dos maiores desafios a que alguma vez teve de fazer face. Não tenhamos dúvidas: a União Europeia está à prova.

O modo como formos capazes de responder aos testes que temos pela frente determinará aquilo que a União Europeia será no futuro: ou será um projecto ferido na sua essência, ou, pelo contrário, um projecto revigorado pela capacidade demonstrada para fazer face às dificuldades e para superá-las.

Os últimos meses têm sido férteis em ensinamentos. É importante saber tirar as devidas ilações.

A União Económica e Monetária é uma das mais importantes realizações da integração europeia.

O sucesso do euro é fundamental para o futuro da Europa num Mundo global.

Não há, não pode haver lugar para recuos relativamente ao euro, porque os custos seriam incomportáveis, comprometeriam o progresso económico e social de todos os europeus e a credibilidade da própria construção europeia. O único caminho é, pois, fazer face, em conjunto, às dificuldades, com determinação e com sentido de responsabilidade e de solidariedade.

Sentido de responsabilidade por parte dos Estados-membros a braços com situações orçamentais preocupantes para o conjunto da União. Mas também por parte dos restantes Estados, a quem importa corresponder, de forma construtiva e solidária, ao esforço de correcção dos desequilíbrios e aos difíceis sacrifícios que ele impõe.

O acordo sobre o pacote de ajuda financeira à Grécia constituirá, sob esse ponto de vista, uma boa notícia para a Europa e para a própria comunidade internacional. Constituirá a prova, também, de que os valores da responsabilidade e da solidariedade, já invocados na Declaração de Schuman, há mais de cinquenta anos, se mantêm vivos.

Temos de ser responsáveis e solidários. Só assim seremos credíveis.

A União Europeia está igualmente à prova noutro domínio: o do funcionamento das suas instituições, no seguimento das alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa. Os recentes desenvolvimentos vieram conferir uma relevância ainda maior à rápida e eficaz implementação do Tratado de Lisboa.

À premência do desafio de assegurar a estabilidade e credibilidade da moeda única vêm somar-se muitas outras questões fundamentais para irmos ao encontro das legítimas expectativas dos nossos cidadãos.

São desafios que exigem Instituições Europeias capazes de agir com rapidez, com eficácia, com transparência.

Teremos a oportunidade, durante o nosso almoço, de abordar estes e outros temas.

Quero terminar com uma palavra de confiança no futuro do projecto de integração europeia, no futuro da União Europeia.

Muitos dos problemas e desafios que enfrentamos são consequência do sucesso do nosso projecto, daquilo que ele produziu e das expectativas que gerou.

Estou convencido de que saberemos ultrapassar mais estes desafios e que a União Europeia sairá mais forte, mais coesa e mais preparada para actuar de forma concertada e garantir um futuro melhor para os Europeus. Muito obrigado.

# Cerimónia de Boas-Vindas por Ocasião da Visita a Portugal do Papa Bento XVI

Lisboa, 11 de Maio de 2010

É com profundo júbilo que, em meu nome e em nome de todo o Povo Português, dou as boas-vindas a Vossa Santidade, no início de uma visita plena de significado para Portugal.

O Povo Português tem por tradição receber com hospitalidade todos quantos o visitam. No caso de Vossa Santidade, a essa hospitalidade vem juntar-se a profunda alegria e o intenso fervor dos fiéis que em Vós acolhem o sucessor do Apóstolo Pedro.

Não é possível explicar Portugal sem convocar as nossas relações com a Santa Sé. Relações que ditaram o reconhecimento da nossa própria existência como realidade política independente, em 1179, e que marcaram a afirmação universal da Nação a que os antecessores de Vossa Santidade chamaram *Fidelíssima*.

Relações multisseculares que encontram, hoje, a sua expressão normativa na Concordata assinada pelo Estado português e pela Santa Sé, em 2004. Nos seus termos, que confirmaram os vínculos que nos ligam, Portugal reconhece o papel da Igreja Católica e respeita e apoia o serviço inestimável que presta à sociedade. Um serviço que quero, de forma solene, na presença de Vossa Santidade, agradecer.

#### Santo Padre

O país que Vos acolhe é um Portugal livre e plural, cuja identidade se deve a múltiplos contributos, e que se rege pelos princípios da promoção da dignidade da pessoa humana, da justiça e da paz.

Um país onde a separação entre a Igreja e o Estado convive com as marcas profundas da herança cristã presente na cultura, no património e, acima de tudo, nos valores humanistas que determinam o nosso modo de ser e de estar no mundo. Um modo de ser e de estar que se revê na procura do diálogo com outros

credos e com o mundo da cultura, que vem distinguindo o Vosso pontificado e de que cumprireis mais uma etapa, em Lisboa.

Noutros tempos, dando um contributo precioso para a expansão da fé cristã, abrimos o Mundo ao diálogo universal. Somos, por isso, um povo vocacionado para o reconhecimento do valor da diversidade.

Uma atitude particularmente adequada a um tempo em que, porventura mais do que nunca, se reclama um entendimento entre o discurso da razão e o discurso da Fé. Esse é o diálogo que incessantemente vindes promovendo como Pastor de uma Igreja que vive na cidade dos homens e que nela faz ouvir a sua voz.

#### Santo Padre

Recebemos-Vos em tempos de incerteza, que põem à prova a solidez das convicções e a força dos laços que unem as comunidades. Nestes momentos, os homens precisam de quem traga uma mensagem de esperança à sua sede de justiça e de solidariedade.

Solidariedade entre nações, num Mundo marcado por abissais diferenças de bem-estar e prosperidade.

Solidariedade entre as pessoas, nos nossos próprios países, em particular quando se fazem sentir, tantas vezes de forma brutal e injusta, os efeitos de uma crise económica de dimensões globais.

Solidariedade que está na base do extraordinário projecto de paz e de desenvolvimento que é a construção da unidade europeia.

Solidariedade, valor que distingue os homens de bem, independentemente da sua Fé, e componente essencial do mandamento novo do amor pelo próximo.

Os Portugueses vão escutar-Vos.

Escutar-Vos-ão aqueles que, com alegria, Vos esperam nesta capital de Portugal, junto ao rio em que foi dado sinal de partida para o abraço armilar que levou a Fé católica a tantos povos que, hoje, a abraçam como sua.

Escutar-Vos-ão no Santuário de Fátima, que bem conheceis e a que Vos ligam laços tão particulares, local de peregrinação dos católicos que a ele acorrem de todas as partes do Mundo.

Escutar-Vos-ão, ainda, na cidade do Porto, nesse Norte onde Portugal nasceu e onde Vos será confirmada, mais uma vez, a devoção e fidelidade de tantos Portugueses.

#### Santidade

Foi em nome do Povo Português que Vos convidámos a visitar Portugal.

É, pois, com profundo regozijo e sentida emoção que, também em nome dos Portugueses, Vos digo:

- Sede bem-vindo, Santo Padre!

# Cerimónia de Despedida por Ocasião da Visita a Portugal do Papa Bento XVI

Porto, 14 de Maio de 2010

No termo da visita de Vossa Santidade a Portugal, quero renovar os sentimentos de profundo reconhecimento do Povo Português pelos sinais de particular afeição e carinho que Vossa Santidade lhe quis testemunhar.

As impressionantes molduras humanas que acolheram Vossa Santidade, em Lisboa, em Fátima e no Porto, e as manifestações de profunda devoção e júbilo que marcaram esses momentos permanecerão vivas na memória de todos nós.

Os Portugueses puderam estar de perto com o Santo Padre e conhecer melhor a Sua pessoa. E nela encontraram a bondade humana, o carisma sereno, a profundidade de pensamento, a fortaleza de ânimo, sinais inspiradores num tempo de grandes desafios como aquele que atravessamos.

A Vossa presença, a Vossa palavra e o Vosso exemplo trouxeram esperança aos corações agradecidos dos Portugueses.

Esteve entre nós um Pastor que indica um caminho àqueles que o seguem. Um peregrino sábio que vai ao encontro de todos os homens de boa-vontade.

#### Santo Padre

Quero agradecer-Vos, de novo, a decisão de aceitar o convite que Vos dirigi para efectuar esta visita a Portugal.

Portugal despede-se de Vós revigorado pela mensagem de esperança e confiança que nos deixais. Vemos partir o Santo Padre com um sentimento que nenhuma outra língua ainda soube traduzir em toda a sua profundidade e que reservamos aos que nos são mais queridos, a saudade.

Desejo-Vos uma boa viagem de regresso a Roma e peço-Vos que tenhais sempre presente no Vosso espírito e nas Vossas orações, Portugal e os Portugueses, como os Portugueses não esquecerão a Vossa presença em Portugal.

# Cerimónia de Atribuição do Prémio Norte-Sul 2010 do Conselho da Europa

Assembleia da República, 18 de Maio de 2010

É com uma satisfação sempre renovada que me associo à cerimónia solene de entrega do Prémio Norte-Sul. Prémio que é um símbolo dos valores da paz, da democracia e do respeito pelos Direitos Humanos inscritos na matriz fundadora do Centro Norte-Sul e do Conselho da Europa.

Os exemplos de vida que nos são dados pelas personalidades que vêm sendo agraciadas ao longo dos últimos quinze anos constituem o melhor dos contributos para a divulgação e promoção destes valores.

A presente cerimónia reveste um simbolismo muito particular por ter lugar no ano em que comemoramos o vigésimo aniversário do Centro Norte-Sul, uma instituição criada em 1989, no seguimento de uma proposta que tive a honra de apresentar, enquanto Primeiro-Ministro, junto do Conselho da Europa, em resposta à necessidade que se fazia sentir de uma abordagem mais estruturada do diálogo entre o Norte e o Sul.

A premência deste objectivo, que constituiu, desde o início, o cerne da actividade do Centro Norte-Sul, é, hoje, ainda mais evidente. Isso mesmo reconhecia, ainda recentemente, Sua Santidade o Papa Bento XVI, no encontro que manteve, na semana passada, com os agentes culturais, por ocasião da sua visita a Portugal, quando, aludindo ao Centro Norte-Sul – único organismo internacional a que se referiu expressamente – lhe chamou *«pedra angular do diálogo intercultural»*. Quero, pois, aproveitar esta ocasião para prestar a minha sentida homenagem a todos quantos, ao longo dos últimos vinte anos, no âmbito do Centro Norte-Sul, deram e vêm dando o melhor de si mesmos em favor do aprofundamento do diálogo intercultural e da eliminação de barreiras à aproximação e ao conhecimento entre o Norte e o Sul, contribuindo, dessa forma, para a construção de um Mundo mais estável, mais pacífico e mais solidário.

É com grande honra que Portugal acolhe, desde o início, a sede do Centro Norte-Sul, num sinal do apego do nosso país aos ideais do Conselho da Europa, bem

como da tradição universalista e de abertura ao diálogo que caracteriza o nosso relacionamento com outros povos e culturas.

#### Minhas Senhoras e meus Senhores

Este ano, homenageamos duas personalidades pelo seu contributo singular para a promoção dos ideais da liberdade, da democracia e do respeito pela dignidade da pessoa humana — a Senhora D. Rola Dashti e o Senhor Mikhail Gorbatchev.

Rola Dashti é uma reconhecida política e activista do Koweit, e uma das mulheres mais influentes em todo o mundo árabe. Desde muito cedo, manteve um forte envolvimento em inúmeras causas humanitárias e actividades de voluntariado, revelando uma profunda consciência da justiça social e um apurado sentido de solidariedade.

A sua militância a favor das reformas democráticas e do reforço do papel da Mulher na vida pública levou-a a bater-se, durante vários anos, pelo alargamento do direito de voto às mulheres no Koweit. Há precisamente um ano, em Maio de 2009, Rola Dashti fez parte do grupo das quatro primeiras mulheres a serem eleitas para o Parlamento do seu país. Preside, actualmente, à «Sociedade Económica do Koweit», sendo a primeira mulher eleita para aquele cargo.

O exemplo da Senhora D. Rola Dashti constitui uma fonte de inspiração para todos quantos pugnam por sociedades mais justas, em que todos os cidadãos possam desfrutar dos mesmos direitos, liberdades e oportunidades.

O segundo laureado, Mikhail Gorbatchev, não pôde estar aqui presente. Quero endereçar-lhe, através do Embaixador Alexander Alekseev, que receberá o Prémio em seu nome, votos amigos de uma pronta recuperação.

A atribuição do Prémio Norte-Sul a Mikhail Gorbatchev, precisamente na altura em que o Centro Norte-Sul comemora o seu 20º aniversário, traz-nos à memória os extraordinários acontecimentos do final da década de oitenta do século passado e que marcaram o início de um novo tempo histórico.

A atribuição do Prémio Norte-Sul a Mikhail Gorbatchev é uma homenagem que prestamos a um estadista cuja coragem e determinação abriram caminho ao fim da denominada Guerra Fria e à reconquista da liberdade e da democracia por parte de milhões de pessoas, em vários Estados, começando pela própria Rússia.

Sob o impulso das reformas iniciadas por Mikhail Gorbatchev na ex-União Soviética, a Europa e o Mundo sofreram profundas alterações. A lógica de confrontação e de antagonismo entre o Leste e o Oeste foi substituída pela lógica da cooperação e do compromisso. A corrida às armas deu lugar a um processo de desarmamento sem precedentes, ainda recentemente renovado, e que permanece como uma prioridade na promoção de um Mundo mais seguro, estável e desenvolvido, que almejamos construir.

Mikhail Gorbatchev tem-se igualmente distinguido na liderança de diversos organismos que promovem a cooperação internacional, de que destacaria a Fundação Gorbatchev, dedicada à investigação dos problemas sociais, económicos e políticos, e a Cruz Verde Internacional, uma instituição vocacionada para o tratamento das prementes questões ecológicas e a prevenção de conflitos resultantes da degradação ambiental.

#### Minhas Senhoras e meus Senhores

A mesa-redonda que precedeu esta cerimónia debrucou-se sobre os desafios que se colocam ao futuro do diálogo Norte-Sul, convocando-nos a todos para a tarefa de fazer do século XXI o século da interdependência e da solidariedade mundial.

Trata-se de um objectivo que exige que sejamos capazes de aprofundar o diálogo entre povos e culturas, construindo um sistema internacional que coloque, cada vez mais, o respeito pelos Direitos Humanos, a promoção da paz e da prosperidade de todos os povos no centro da nossa acção.

Os dois laureados deste ano constituem, nessa perspectiva, uma força moral inspiradora, que o Prémio que lhes foi atribuído vem, muito justamente, reconhecer.

## Acto Comemorativo dos 25 Anos da Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias

Mosteiro dos Jerónimos, 12 de Junho de 2010

Cumprem-se hoje os 25 anos da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias, um marco na nossa História.

As minhas primeiras palavras são para expressar de novo o reconhecimento que é devido a todos os que contribuíram para que Portugal se tornasse no décimo primeiro Estado-membro das Comunidades Europeias.

Reconhecimento que dirijo especialmente aos líderes políticos que tiveram o rasgo, a visão estratégica e a determinação para conduzir Portugal à integração nas Comunidades Europeias.

Reconhecimento que, com inteira justiça, dirijo também aos negociadores, aos diplomatas, aos técnicos que trabalharam, com dedicação e competência, nas áreas da integração europeia.

É oportuno recordar o que significou para o nosso País a integração nas Comunidades Europeias. Contribuiu para a consolidação da democracia. Abriu novas oportunidades de desenvolvimento. Reforçou a projecção do nosso País no Mundo.

Nos 25 anos de integração nas Comunidades, já é possível fazer um balanço objectivo. E esse balanço é, sem dúvida, extremamente positivo.

Portugal acompanhou o exigente ritmo de aprofundamento da integração, revelando não só vontade política, mas também efectiva capacidade reformista para se adaptar às mudanças.

Quando Jacques Delors, figura maior da construção europeia, designou o nosso País como «o bom aluno», expressão feliz, mas tantas vezes mal interpretada, quis evidenciar que Portugal soube superar as desconfianças e conquistar o respeito dos outros parceiros e das instituições comunitárias. Cultivando o rigor, a cooperação, a solidariedade, reforçámos a capacidade negocial na defesa dos interesses fundamentais do País.

O modo como exercemos as três presidências do Conselho da União Europeia, em 1992, 2000 e 2007, fortaleceu significativamente o nosso capital de afirmação. Em 1992, eu próprio presidi ao Conselho Europeu de Lisboa. Aqui se consagrou o avanço irreversível do Mercado Único, a criação do Fundo de Coesão e as principais orientações para o Pacote Delors II. Recordo grandes protagonistas desse Conselho, como François Mitterrand, entretanto já desaparecido, Helmut Kohl, Felipe González e Jacques Delors, actores decisivos de uma década fulgurante do processo de integração europeia.

Em 2000, sob presidência portuguesa, foi estabelecida a Estratégia de Lisboa. E, em 2007, na mais recente presidência portuguesa, foi concluída a negociação do Tratado de Lisboa, fechando longos anos de impasse institucional.

No balanço destes 25 anos de adesão, sobressai o contributo para o desenvolvimento económico e social. Nos primeiros 15 anos, o produto per capita do nosso País passou de 53 por cento da média comunitária para cerca de 75 por cento. Ou seja, a economia portuguesa convergiu com a Europa a um ritmo que superou todas as perspectivas. O acesso aos fundos comunitários, as reformas estruturais levadas a cabo, a capacidade de atracção de investimento directo estrangeiro, que quintuplicou logo nos primeiros cinco anos da adesão, e a modernização do quadro legal e administrativo estiveram na base desse bom desempenho da economia portuguesa.

Nos tempos actuais, fora da Europa unida, Portugal enfrentaria dificuldades bem maiores e teria menos capacidade para lhes responder.

A avaliação da nossa integração nas Comunidades Europeias é também muito expressiva quanto ao reforço da voz de Portugal na cena internacional. Incrementámos os laços com os países da lusofonia, com a América Latina e o Mediterrâneo. A dimensão atlântica, que é um pilar essencial de identidade do País, resultou valorizada, também ela, com a nossa participação plena na construção europeia. Para o sucesso que tem sido a integração de Portugal na Europa há ainda um factor que, pela sua relevância, devo destacar.

Trata-se do facto de ter sido possível usufruir de uma ampla convergência estratégica, em torno da nossa participação na União Europeia, por parte das principais forças políticas e dos parceiros económicos e sociais, convergência também revelada na cooperação entre órgãos de soberania.

Nestes 25 anos, não nos limitámos a colher os benefícios da adesão. Contribuímos, igualmente, para o reforco das relações da União Europeia com outros países e regiões, através da partilha da nossa forte identidade secular, da nossa visão do Mundo, dos nossos laços privilegiados com tantas regiões, da África às Américas.

O desafio da integração europeia é um desafio permanente. Nunca estará definitivamente vencido. Sei bem que Portugal enfrentará sempre um apertado escrutínio, seja quanto às financas públicas e ao desempenho da economia, seja quanto à prestação portuguesa nas instituições europeias. Cabe-nos a responsabilidade de saber estar à altura desse desafio.

Acresce, como sabemos, que este é um tempo de crise para a Europa. Um tempo que desafia os próprios fundamentos da integração europeia e, em particular, a União Económica e Monetária.

É sabido que a integração europeia, ao longo de mais de cinquenta anos, sempre avançou em tempos de crise. Sempre encontrou resposta às crises a que teve de fazer frente. Confio que assim será, de novo, agora.

O projecto europeu funda-se no binómio responsabilidade-solidariedade que, como Churchill antevira, permitiu pôr «a força colectiva das nações europeias» ao serviço do interesse comum.

Pesa uma grande responsabilidade sobre os líderes nacionais e da União Europeia. Da sua determinação, do seu sentido estratégico, da sua dedicação ao interesse comum europeu depende o futuro da construção europeia.

Se não defendermos o euro, que continua a ser um instrumento decisivo para a Europa enfrentar o Mundo global, revigorando, nomeadamente, a União Económica, que tem sido o elo mais fraco da União Europeia, a sobrevivência do projecto europeu pode estar em causa.

Reafirmo com clareza: a integração europeia não é a causa das dificuldades, antes representa a resposta aos problemas. O que enfraquece a integração europeia é a falta de sentido estratégico e são as falhas de responsabilidade e de solidariedade, quer dos Estados, quer das instituições europeias.

Está também em causa a competitividade da economia europeia, confrontada com uma economia global onde emergem novos e poderosos actores e se manifesta uma crescente agressividade concorrencial.

Obrigado.

de disciplina multilateral em negociação e afectar racionalmente os recursos às áreas com efectivo potencial produtivo deverá estar, por isso mesmo, no topo das prioridades europeias. Portugal quer continuar na primeira linha da construção europeia, partilhando

Saber tirar partido das suas vantagens competitivas, influenciar o novo quadro

esse grande desígnio da unidade da Europa. Com entusiasmo, com sentido de responsabilidade, com espírito solidário. E, acima de tudo, com confiança e com esperança. Hoje, como há 25 anos, queremos estar à altura deste projecto ambicioso, deste projecto de futuro.

## Cerimónia de Agraciamento com o Primeiro Grau da Ordem «Amílcar Cabral»

Praia, 6 de Julho de 2010

Não escondo que é com uma emoção muito particular que recebo a distinção que Vossa Excelência me quis conceder, ao atribuir-me, no ano em que Cabo Verde assinala o 35º aniversário da sua independência e os 550 anos do Descobrimento, datas de tão alto significado para Cabo-Verdianos e Portugueses, uma condecoração que transporta o nome daquele que é considerado um dos pais fundadores da nacionalidade cabo-verdiana.

Interpreto-a como um gesto de grande alcance político, dirigido, antes do mais, a Portugal e aos Portugueses. Um gesto que sublinha a fraternal amizade que caracteriza as relações entre os nossos povos e países. Uma amizade e uma identidade de propósitos e de interesses que ficaram, mais uma vez, bem evidentes no encontro que acabámos de manter.

Ao longo destes 35 anos, Portugal e Cabo Verde construíram uma parceria estratégica dinâmica e ambiciosa, que abrange um vasto leque de áreas de cooperação. Uma parceria que encontra reflexo no intenso intercâmbio de que todos somos testemunhas, nas artes, no trabalho, na ciência, na economia e na política. Uma parceria para a qual contribui, de forma muito particular, a presença de uma importante comunidade cabo-verdiana, em Portugal, e portuguesa, em Cabo Verde.

A recente assinatura de um Tratado de Amizade e Cooperação entre os nossos países, bem como a realização da I Cimeira Luso-Cabo-Verdiana, constituem sinais expressivos da solidez e do carácter muito particular das nossas relações e atestam a nossa determinação em continuar a fortalecê-las.

Os nossos países partilham, ainda, de uma idêntica determinação no fortalecimento da CPLP e a mesma convicção quanto ao seu valor estratégico face aos desafios que temos pela frente e como instrumento para a promoção da paz, da democracia e da estabilidade em cada um dos seus Estados-membros. Por isso estamos empenhados em torná-la mais eficiente, mais forte e mais próxima dos cidadãos.

A presidência portuguesa da CPLP tem contado com o firme apoio de Cabo Verde na prossecucão do seu programa e, em particular, no que respeita ao objectivo central de valorização e afirmação internacional da língua portuguesa. Um objectivo ao qual a próxima Cimeira da CPLP, em Luanda, irá conferir novo impulso através da adopção do Plano de Acção para a promoção, difusão e projecção internacional do português.

Estamos igualmente empenhados em contribuir para uma rápida entrada em vigor do plano de reestruturação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, sediado nesta cidade, para que o mesmo possa ser habilitado com os meios de que necessita para desempenhar a sua missão.

### Senhor Presidente da República

Guardarei comigo, para sempre, a memória deste dia e deste gesto. Um gesto que, na sua grandeza e generosidade, diz muito sobre a personalidade de Vossa Excelência, Senhor Presidente, e sobre a natureza do magnífico povo cabo-verdiano.

Agradeco-o, com humildade, em meu nome, mas agradeco-o, também, em nome do meu País, desse país irmão que é Portugal. Muito obrigado.

## Sessão Solene na Assembleia Nacional de Cabo Verde

Praia, 6 de Julho de 2010

Sinto-me especialmente honrado com a oportunidade que me foi proporcionada, nesta Visita de Estado a Cabo Verde, de me dirigir a esta Magna Assembleia, expressão da vitalidade e da pluralidade da democracia cabo-verdiana.

Quero agradecer ao Presidente da Assembleia Nacional, Dr. Aristides Raimundo Lima, e aos ilustres representantes do povo de Cabo Verde o convite que me dirigiram e que muito me sensibiliza.

É, para mim, motivo de especial alegria e grata satisfação regressar a este belo país, que os Portugueses tanto apreciam e onde sempre nos recebem com a sublime hospitalidade que é característica das gentes de Cabo Verde.

A presente Visita de Estado encerra um particular significado. Trata-se de uma visita que sublinha a fraternal amizade entre dois Estados soberanos, que se estimam e respeitam, e que encaram o vasto património de laços históricos, culturais e humanos que partilham como um activo que estão empenhados em projectar no futuro.

Tive, esta manhã, a honra de ser agraciado pelo Presidente da República de Cabo Verde, com o «Primeiro Grau da Ordem Amílcar Cabral», uma distinção que interpreto como uma manifestação dessa amizade e uma homenagem que, através de mim, é dirigida a Portugal e aos Portugueses.

Uma homenagem cujo significado se vê sublinhado por ocorrer na mesma altura em que Cabo Verde celebra os 35 anos da independência nacional, em cujas comemorações tive a honra de participar, bem como os 550 anos do Descobrimento das ilhas de Cabo Verde, dois acontecimentos marcantes na nossa História comum.

Não poderia encontrar, por isso, melhor ocasião, nem melhor lugar do que esta Assembleia para prestar a minha sincera homenagem à democracia cabo-verdiana.

Em Cabo Verde, a transição para o multipartidarismo foi pacífica e exemplar. Desde as primeiras eleições multipartidárias, realizadas em 1991, a vontade

popular expressa nos sucessivos actos eleitorais foi sempre respeitada e cada eleição foi pautada por uma sucessão pacífica de governo, sinal da maturidade democrática e da cultura de tolerância do povo cabo-verdiano.

Um dos valores supremos da democracia é a protecção da dignidade e da liberdade dos cidadãos, assegurando-lhes condições para que possam viver em paz, segurança e prosperidade. Em Cabo Verde, a consolidação de uma democracia representativa e pluralista, assente na separação e interdependência dos poderes, foi também acompanhada pela introdução de avanços constitucionais determinantes para a garantia e promoção dos direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais.

Mas se Cabo Verde é hoje um Estado de direito democrático, respeitado pela comunidade internacional, tal também se deve ao empenho colocado na edificação de instituições credíveis, fortes e transparentes – de que esta Assembleia Nacional é um exemplo -, capazes de assegurar o funcionamento do sistema legislativo e judicial, a eficiência governativa e a livre concorrência.

Um dos maiores sinais da vitalidade democrática de Cabo Verde é o reconhecimento do papel da oposição e do livre debate de ideias, que não se esgota no Parlamento democraticamente eleito, mas aí encontra uma das suas mais elevadas formas de expressão.

Não é só no plano político e institucional que Cabo Verde vem registando avanços assinaláveis. Também no plano económico foram introduzidas reformas que alteraram profundamente o país, que o colocaram numa trajectória de desenvolvimento.

De uma economia planificada e centralizada, Cabo Verde avançou resolutamente para uma economia de mercado, aberta à iniciativa privada e ao investimento externo, que se tornou um dos motores de desenvolvimento do país e de promoção do bem-estar da população.

A escassez dos recursos naturais e a adversidade das condições climáticas não impediram que Cabo Verde apresentasse um dos melhores índices de desenvolvimento humano de todo o continente africano e que, na última década, tivesse registado um crescimento económico médio próximo dos seis por cento, o que muito contribuiu para a sua graduação, em 2008, como País de Rendimento Médio.

Graças às opções dos Cabo-Verdianos e à clarividência dos dirigentes que as regras da sua democracia têm conduzido ao poder, Cabo Verde constitui hoje um exemplo para todo o continente africano, demonstrando claramente os benefícios de uma gestão rigorosa e transparente dos recursos, de uma aposta na preparação das novas gerações e da valorização do espaço geográfico e humano.

### Senhor Presidente

### **Ilustres Deputados**

Portugal e os Portugueses atribuem a maior importância aos lacos humanos, culturais e linguísticos que os unem a Cabo Verde e que se reflectem na intensidade e na qualidade do nosso relacionamento bilateral.

Relacionamento que tem uma das suas mais fortes expressões na presença, em Portugal, de uma numerosa e bem integrada comunidade cabo-verdiana, cujo contributo para o desenvolvimento do nosso País quero sublinhar e, perante vós, agradecer.

Por tudo o que nos une, os nossos países são aliados naturais. Portugal orgulha--se de ser um dos principais parceiros de Cabo Verde, apoiando, tanto no plano bilateral como multilateral, as prioridades definidas no quadro do ambicioso plano de desenvolvimento do país.

A recente realização da primeira Cimeira Luso-Cabo-Verdiana, em Lisboa, e a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação entre Portugal e Cabo Verde, na mesma ocasião, são expressões dessa realidade e traduzem um firme compromisso de fortalecimento de uma parceria estratégica que responda às expectativas e anseios dos nossos cidadãos.

Uma parceria que envolve uma estreita cooperação em domínios como a boa governação, a justiça, a educação e o desenvolvimento sustentável, prioridades definidas na «Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza» e no «Plano de Investimentos» de Cabo Verde.

Cabo Verde, como, de resto, Portugal, sempre encarou a cooperação internacional como uma alavanca do seu desenvolvimento, apostando numa estratégia de inserção regional e no estabelecimento de parcerias internacionais, como forma de estimular a sua competitividade e projectar os seus interesses.

Permito-me salientar, neste contexto, o crescente protagonismo e a influência que Cabo Verde vem exercendo no quadro da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), como o comprova a escolha do país para albergar a última Cimeira da organização, bem como a primeira Cimeira CEDEAO-Brasil.

Por outro lado, a aprovação de uma Parceria Especial entre a União Europeia e Cabo Verde, no decurso da presidência portuguesa, em 2007, representou um salto qualitativo no relacionamento entre as duas partes, constituindo um claro sinal de reconhecimento da seriedade e do rigor com que Cabo Verde encara os desafios do seu desenvolvimento.

Portugal é, já hoje, o principal parceiro comercial de Cabo Verde e um dos principais investidores no país. Os nossos empresários conhecem bem Cabo Verde e estão presentes em sectores como o turismo, o sistema financeiro, as energias renováveis, a construção e as obras públicas, contribuindo para o reforço da competitividade económica do país e para a criação de empregos.

Contudo, é minha convicção que existe, ainda, uma ampla margem para o aprofundamento da nossa cooperação.

Nos últimos anos, Portugal tem vindo a fazer uma aposta estratégica no desenvolvimento de fontes de energia alternativas, bem como nas tecnologias de informação e comunicação. Nos contactos que até agora mantive e por aquilo que tive oportunidade de presenciar, estou convencido de que, em cada uma destas áreas, Portugal e Cabo Verde poderão desenvolver uma cooperação acrescida, em benefício mútuo.

O mar, um activo económico de primordial importância nos nossos dias, é outro domínio em que ambos os países dispõem de abundantes recursos com um elevado potencial de aproveitamento. Sei dos esforços que Cabo Verde vem desenvolvendo para melhor aproveitar as potencialidades que este sector encerra. Também em Portugal se olha, agora, com renovada atenção para as múltiplas oportunidades que ele representa. É, pois, imprescindível que saibamos tirar melhor partido das nossas complementaridades e sinergias neste domínio estratégico para o futuro dos nossos países.

Acresce que a pertença de Cabo Verde, juntamente com os Açores e a Madeira, à região da Macaronésia, e a sua posição geoestratégica, na intercepção entre as rotas do Atlântico Norte e Sul, aliada às condições preferenciais de acesso a países de grande expressão demográfica e forte poder aquisitivo, colocam Cabo Verde numa posição privilegiada para funcionar como plataforma de acesso a outros mercados e regiões. Trata-se de uma constatação que implica oportunidades muito promissoras para um reforço da nossa cooperação económica e empresarial e, simultaneamente, uma importante alavanca para o desenvolvimento das nossas respectivas economias do mar.

#### Senhor Presidente

### **Ilustres Deputados**

A excelência do relacionamento entre Portugal e Cabo Verde está bem patente na qualidade e abrangência da nossa cooperação bilateral, mas é igualmente notória na cooperação que mantemos no quadro da CPLP.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer o importante contributo que os Parlamentos nacionais vêm dando para o fortalecimento dos especiais lacos de amizade e cooperação que unem os povos da CPLP.

A Assembleia Parlamentar, o mais recente órgão da CPLP, ao aprofundar a dimensão democrática da CPLP e a cooperação entre os legítimos representantes dos povos que a compõem, ilustra bem o dinamismo e a vitalidade da nossa Comunidade.

Portugal detém actualmente a presidência da CPLP, que tem procurado conduzir com determinação e responsabilidade, dando cumprimento aos compromissos e prioridades definidas, por todos nós, na Cimeira de Lisboa.

Queria destacar, neste quadro, a especial atenção que tem sido prestada à valorização e projecção internacional da língua portuguesa. No Mundo crescentemente globalizado em que vivemos, é minha firme convicção que a língua portuguesa é um activo fundamental para a defesa e afirmação internacional dos nossos países e da nossa forma de vermos o Mundo.

O Plano de Acção recentemente aprovado, em Brasília, constitui um desenvolvimento extremamente importante, nessa perspectiva. A sua adopção, na Cimeira de Luanda, permitirá que avancemos de forma ainda mais coordenada e determinada nesta matéria. Permitirá, ainda, tirar melhor partido da acção do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, que Cabo Verde acolhe.

O mesmo empenho tem sido colocado, pela presidência portuguesa, no aprofundamento da cidadania lusófona, na promoção de uma cada vez mais estreita coordenação político-diplomática e no aprofundamento da cooperação, a todos os níveis, entre parceiros da CPLP.

Se há lição a retirar da actual crise, é a importância crescente das estruturas de concertação multilateral, que permitem aos Estados apresentar posições comuns na defesa dos seus interesses. Somos mais fortes se actuarmos em conjunto.

Estou convencido de que a próxima Cimeira de Luanda irá permitir reafirmar e estreitar ainda mais a nossa cooperação, reforçando o papel da CPLP na projecção e defesa dos nossos interesses comuns.

E acredito que, também aqui, os Parlamentos nacionais e a Assembleia Parlamentar da CPLP têm um importante papel a desempenhar.

O povo cabo-verdiano é conhecido pela sua hospitalidade, alegria, perseverança face à adversidade e pela sua criatividade artística. Possui uma tradição de tolerância, de abertura ao Mundo e de cruzamento de culturas. «Um povo batido pela adversidade e cantando ou exaltando a ternura», assim o descreveu Manuel Ferreira em a Aventura Crioula.

A música e a literatura são expressões maiores da alma cabo-verdiana, tendo alcançado uma invulgar projecção internacional. São de Eugénio Tavares, um dos maiores intérpretes do espírito cabo-verdiano, estas palavras: «Amo tanto Cabo Verde que através de uma existência de lutas, de sofrimentos, com a minha carne lacerada e o espírito batido de decepções, ainda me esqueço de mim para pensar nele.»

Termino prestando a minha sentida homenagem a este Cabo Verde, tão próximo do pensamento e do coração dos Portugueses, a este povo magnífico que, melhor do que ninguém, tem sabido fazer das fraquezas forças, construindo uma sociedade que é, hoje, um exemplo inspirador.

Muito obrigado.

## Cerimónia de Boas-Vindas na Câmara Municipal da Praia

Praia, 6 de Julho de 2010

Quero comecar por agradecer, muito sensibilizado, a Chave da cidade da Praia, que acaba de me ser entregue. É minha convicção que, com este gesto, a capital de Cabo Verde quis, antes do mais, honrar Portugal. É, assim, em nome de Portugal e dos Portugueses que a aceito e agradeco.

Portugal e Cabo Verde partilham uma convivência de séculos. Não longe daqui, encontramos a Cidade Velha, uma das mais antigas urbes fundadas pelos europeus na África Subsariana. Na Cidade Velha, pregou o Padre António Vieira, nome maior da língua portuguesa e genial artífice da lusofonia, evocada num Colóquio que tem estado a decorrer na Universidade de Cabo Verde, e cujos trabalhos terei o prazer de encerrar hoje à tarde.

Erguida entre planaltos e ribeiras, entrecortada por areais debruados de Atlântico, a cidade da Praia, além de capital política deste país, é o centro simbólico da cabo--verdianidade. Nas ruas e nas achadas, nos mercados cheios de luz e cor, no Plateau que se debruça sobre o mar, a Praia resume bem o espírito do povo cabo-verdiano, no seu cosmopolitismo, na sua abertura ao Mundo, na singular capacidade que revela para mesclar o novo e o antigo, os saberes autóctones e os conhecimentos vindos de fora.

A riqueza cultural da Praia está, também, na sua juventude, no dinamismo daqueles que permanecem e dos que partem, dando, em qualquer caso, um inestimável contributo para os destinos deste país. Um país jovem, que soube afirmar-se como exemplo para muitos e que é respeitado por todas as outras nações do Mundo.

A cidade da Praia é uma metrópole que África colocou no meio do Atlântico, ponto de encontro entre continentes, plataforma de um arquipélago que nos maravilha pela sua diversidade. Na cidade da Praia se faz a síntese da filigrana de ilhas que compõem Cabo Verde.

A Praia é, ainda, uma capital de futuro, que a cada dia melhora. Mas também um lugar de memórias e de afectos, de cores e de odores inesquecíveis, de nostálgicos

ANÍRAL CAVACO SILVA | BOTTEIBOS

crepúsculos que avistamos na linha infinita do horizonte, no imenso mar que rodeia a ilha de Santiago.

A cidade da Praia é a morada desse modo crioulo tão singular, ao mesmo tempo alegre e triste, de sentir *a sodade da hora di bai*.

É, pois, com a maior honra, Senhor Presidente da Câmara Municipal da Praia, que recebo a Chave desta cidade. Guardarei este gesto na memória do meu coração. Em nome de Portugal, mais uma vez, muito obrigado.

# Encontro com a Comunidade Portuguesa de Cabo Verde

Praia, 6 de Julho de 2010

Quero começar por agradecer a presença de todos vós. Quero, também, dirigir uma especial palavra de agradecimento à Senhora Embaixadora e, através dela, a todo o pessoal da Embaixada de Portugal, pelo empenho e dedicação que colocaram na preparação desta minha visita.

#### Caros Concidadãos

A nossa comunidade em Cabo Verde é, por assim dizer, a guarda-avançada de Portugal neste país, o que constitui, sem dúvida, uma grande responsabilidade.

A vossa presença em Cabo Verde ilustra o que os Portugueses têm de melhor: o espírito de iniciativa e de risco, aliado a uma extraordinária capacidade para dialogar com o outro e para se integrar nas comunidades de destino, respeitando as suas tradições, absorvendo a sua cultura.

Saúdo-vos por isso, por serem exemplo dos traços distintivos do que chamaria de portugalidade. Uma portugalidade renovada, aberta, que se manifesta aqui, em Cabo Verde, sem complexos passadistas, respeitando o que esta jovem nação tem para nos oferecer e ensinar.

Tenho assinalado, muitas vezes, as vantagens da articulação entre as vertentes política, económica e cultural da acção externa. E tenho, igualmente, sublinhado com frequência a responsabilidade social que incumbe às empresas.

Do que me dizem as próprias autoridades cabo-verdianas, a presença portuguesa neste país é um exemplo da aplicação e do sucesso destes princípios. Muitas das nossas empresas têm estado na origem ou na vanguarda de importantes projectos de alcance social, em domínios tão meritórios quanto o combate à pobreza e a promoção da educação e da cultura. A Senhora Embaixadora deu-me conta, por seu lado, dos apoios significativos com que tem podido contar para as iniciativas de divulgação da língua e cultura portuguesas.

Esta notável atitude cívica, para lá de ter óbvios impactos positivos na imagem das empresas envolvidas, constitui um importantíssimo contributo para o excelente relacionamento entre Portugal e Cabo Verde. E a verdade é que, quanto melhor for este relacionamento, tanto melhor para as empresas e para o geral da nossa comunidade.

Uma comunidade dinâmica e empreendedora, presente nos mais variados sectores de actividade. Uma comunidade, dizem-no os números, em acentuado crescimento, dado que traduz o reforco a que vimos assistindo no relacionamento político, económico e cultural entre Portugal e Cabo Verde.

Pergunto-me se não terá chegado o tempo de reflectir sobre a organização da comunidade em estruturas mais institucionalizadas, que constituam espaços de debate e de reflexão sobre a melhor forma de promover a nossa imagem e cultura, e a língua que partilhamos com Cabo Verde. Espaços que favoreçam iniciativas conjuntas, reunindo as múltiplas valências em que se afirma a presença portuguesa neste país. Um país que nos está tão próximo do coração.

É que, sendo muito diversos os motivos por que aqui estamos, há um factor que nos é comum: gostamos de Cabo Verde. Gostamos muito de Cabo Verde. Os Cabo-Verdianos sabem-no e, acima de tudo, sentem-no. As nossas relações são feitas de interesses comuns e de respeito mútuo, mas, também, de um afecto recíproco e genuíno.

O convite que me foi endereçado pelo Presidente Pedro Pires, para estar presente nas comemorações dos 35 anos de independência de Cabo Verde, num ano em que o país comemora, igualmente, os 550 anos do Descobrimento, bem como a Visita de Estado que hoje iniciei são sinais muito claros de uma relação que é mais do que amiga, é fraternal.

Mas os afectos precisam de ser alimentados. Não basta proclamar sentimentos. É necessário concretizá-los em gestos e em obras. Os que aqui se encontram são pessoas que querem ver obra feita, que anseiam para que se passe das palavras aos actos. Os agentes políticos devem compreender esse anseio e apoiar a sua concretização.

Agradeço, de novo, a vossa presença. Agradeço, em nome de Portugal, tudo aquilo que cada um de vós, no seu ramo de actividade, com o seu esforço e dedicação, faz, todos os dias, pelo nosso País.

## **Banquete Oferecido** pelo Presidente da República de Cabo Verde

Praia, 6 de Julho de 2010

Quero comecar por agradecer ao Presidente Pedro Pires o honroso convite que me fez para realizar a presente Visita de Estado a Cabo Verde, bem como as palavras amigas que me dirigiu.

É com uma profunda satisfação que eu e minha Mulher regressamos a este país, a que nos ligam tantos e tão profundos laços humanos, culturais e linguísticos, e onde sempre somos recebidos com a calorosa hospitalidade que caracteriza o generoso povo cabo-verdiano.

Não posso deixar de sublinhar o elevado significado que encerra esta Visita, por acontecer precisamente na altura em que se comemoram os 550 anos do Descobrimento das ilhas de Cabo Verde e os 35 anos da Independência nacional, dois acontecimentos marcantes na nossa história comum de países e povos irmãos. Ao dirigir-me um convite para estar presente nestas Comemorações, Vossa Excelência e o povo cabo-verdiano estão a honrar não apenas o Presidente da República, mas acima de tudo Portugal e os Portugueses, bem como o vasto património de valores e laços em que se funda a amizade fraternal entre os nossos povos.

Sabemos bem que o trajecto destes 35 anos de independência não foi isento de dificuldades e desafios. Revelou, contudo, uma singular capacidade para, com o mais precioso dos recursos, a qualidade dos homens e das mulheres de Cabo Verde, fazer frente às adversidades.

Como Vossa Excelência assinalava recentemente, na Cerimónia em que lhe foi atribuído o Doutoramento Honoris Causa pela Universidade Técnica de Lisboa, foram necessários «inteligência, rigor e audácia» e uma «elevada dose de utopia» para ultrapassar os múltiplos desafios que o país teve de enfrentar.

Portugal e os Portugueses orgulham-se de ter estado sempre ao lado de Cabo Verde no seu percurso enquanto Estado soberano e democrático, apoiando as opções e prioridades estratégicas definidas pelas autoridades cabo-verdianas.

Orgulhamo-nos, também, de acolher em Portugal a maior comunidade cabo--verdiana na diáspora, a qual contribui, pelo seu trabalho diário e pela sua criatividade, para o desenvolvimento de Portugal e para a aproximação entre os nossos dois países.

A recente realização da primeira Cimeira Luso-Cabo-Verdiana e a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação entre Portugal e Cabo Verde são expressão eloquente da excelência do nosso relacionamento bilateral. Traduzem, também, uma firme determinação no fortalecimento contínuo da nossa parceria estratégica, na certeza de que será dessa forma que melhor responderemos às expectativas e anseios dos nossos cidadãos.

#### Senhor Presidente

A minha última visita a Cabo Verde ocorreu por ocasião da tomada de posse de Vossa Excelência, em Março de 2006, naquela que constituiu a primeira deslocação ao exterior do meu mandato. Tive, antes disso, a oportunidade de visitar oficialmente Cabo Verde, por duas vezes, na qualidade de Primeiro--Ministro.

Hoje, como em todas as minhas anteriores deslocações, pude testemunhar os progressos assinaláveis de Cabo Verde no domínio social e económico. São progressos que muito devem à aposta continuada na qualificação dos recursos humanos, na modernização económica e administrativa e no desenvolvimento tecnológico.

Uma aposta que não seria possível sem o ambiente de paz, estabilidade e segurança, a que se soma uma democracia pluralista plena e moderna, que de há muito constituem uma realidade em Cabo Verde e um exemplo para todo o continente africano e para o Mundo.

A apresentação de um dos melhores índices de desenvolvimento humano em todo o continente e a promoção de Cabo Verde à categoria de País de Rendimento Médio, no início de 2008, reflectem bem os progressos que o país vem realizando.

Quero felicitar todo o povo cabo-verdiano, na pessoa de Vossa Excelência, por estes êxitos, que permitiram colocar o país numa trajectória de prosperidade e de desenvolvimento.

#### Senhor Presidente

Portugal é um dos principais parceiros de Cabo Verde, apoiando, tanto no plano bilateral, como multilateral, as prioridades definidas no quadro do ambicioso plano de desenvolvimento do país.

A celebração do Acordo de Parceria Especial entre a União Europeia e Cabo Verde durante a presidência portuguesa de 2007 é disso um claro exemplo. Gracas a esse Acordo, Cabo Verde tornou-se um dos primeiros países extracomunitários a receber um Centro Comum de Vistos, permitindo uma mais fácil deslocação e circulação dos cidadãos cabo-verdianos no vasto espaço da UE, que é abrangido pelo Acordo de Schengen.

O âmbito da nossa cooperação bilateral é vasto e abrangente. Portugal ocupa um lugar cimeiro entre os parceiros comerciais de Cabo Verde. Os nossos empresários estão presentes nos mais variados domínios, incluindo o turismo, as energias renováveis, a construção, as obras públicas e sector financeiro, dando, dessa forma, o seu contributo para o desenvolvimento do país.

É, no entanto, minha firme convicção que existem complementaridades entre os nossos países que podem e devem ser mais bem exploradas.

Uma das áreas em que Portugal e Cabo Verde possuem abundantes recursos, com um enorme potencial, é o mar. Uma visão de futuro para a nossa cooperação implica necessariamente um maior aproveitamento do *cluster* marítimo de Cabo Verde, que resulta da sua condição arquipelágica e posição geográfica, nas rotas do Atlântico Sul. Estou convencido de que os nossos empresários poderão tirar partido dessa situação para utilizar Cabo Verde como plataforma de acesso a outros mercados e regiões, apostando, simultaneamente, no desenvolvimento e na consolidação de uma verdadeira economia do mar.

#### Senhor Presidente

As conversações que hoje levámos a cabo reforçam a minha convicção de que partilhamos uma mesma visão sobre o valor estratégico da CPLP e um mesmo empenho no seu aprofundamento.

Os desafios com que todos nos confrontamos no Mundo actual, como é o caso da crise económica e financeira, deixam bem claro que uma CPLP reforçada e influente no contexto internacional significará, para os seus Estados-membros,

uma capacidade acrescida de promoção e defesa dos seus interesses e objectivos.

O mesmo se poderá dizer da projecção e valorização internacional da língua portuguesa, esse extraordinário capital que partilhamos com cada vez mais cidadãos nos quatro cantos do Mundo. Como é sabido, a presidência portuguesa da CPLP tem-se empenhado nesse objectivo, ao qual a próxima Cimeira de Luanda irá seguramente conferir um novo impulso através da adopção de um Plano de Acção para a projecção e difusão da língua portuguesa no Mundo e do plano de reestruturação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, instituição que Cabo Verde acolhe e que tive, ainda hoje, a oportunidade de visitar.

Gostaria, neste contexto, de prestar a minha sincera homenagem à cultura cabo--verdiana, que muito tem contribuído para a vitalidade cultural da nossa Comunidade, para o enriquecimento e a valorização da língua portuguesa e para a sua projecção internacional.

#### Senhor Presidente

Desta Visita resulta claro, uma vez mais, que Portugal e Cabo Verde possuem interesses convergentes de longo prazo. Não apenas nos domínios político e económico, mas também na cultura, na educação, na formação dos recursos humanos, na ciência e tecnologia, áreas estratégicas para vencermos os desafios do futuro.

É em nome desse futuro que peço a todos que se juntem a mim nos votos que formulo pela saúde do Presidente Pedro Pires e de sua Mulher, pela crescente prosperidade do povo cabo-verdiano e pelo continuado fortalecimento das relações de fraterna amizade entre Portugal e Cabo Verde.

## Cerimónia de Boas-Vindas na Câmara Municipal de São Vicente

Mindelo, 7 de Julho de 2010

Permitam-me que comece por enderecar uma saudação muito amiga à Senhora Presidente da Câmara Municipal de São Vicente, a quem quero agradecer, muito sensibilizado, tudo o que fez pelo sucesso desta minha visita e a quem desejo um pronto restabelecimento.

É com muita alegria que regresso a São Vicente e ao Mindelo, uma cidade que exibe, orgulhosa, a vitalidade da sua cultura e o dinamismo dos seus habitantes. Uma vitalidade e um dinamismo ainda mais assinaláveis, uma alegria que é quase comovente se levarmos em conta o percurso que foi necessário percorrer para aqui chegar. Um percurso feito de esforço e de luta, de suor e sacrifício.

Durante anos, muitos e muitos anos, a ilha de São Vicente, com a aridez das secas que a assolavam, não foi um lugar fácil para viver. O povoamento desta ilha constituiu, por isso, uma tarefa heróica.

Ao longo dos séculos, houve provações e fomes, falta de emprego e emigração, dramas que a literatura registou nas páginas imortais de obras como Chiquinho, de Baltasar Lopes da Silva, ou O Galo Cantou na Baía, de Manuel Lopes.

Hoje, residem aqui cerca de oitenta mil pessoas e São Vicente encara o futuro com a confiança daqueles que sabem que o seu querer é maior do que qualquer adversidade.

Nos nossos dias, é já um lugar-comum falar-se da importância do saber e do conhecimento como elementos essenciais para o desenvolvimento dos povos. Os habitantes do Mindelo perceberam, primeiro do que muitos outros, que esse era o seu caminho. Ninguém lhes ensinou o valor da cultura como factor de progresso.

Não é por acaso que os livros da primeira biblioteca pública da cidade, inaugurada em 1880, por ocasião do tricentenário de Camões, foram adquiridos graças aos donativos dos munícipes. Como também não é por acaso que foram os próprios habitantes do Mindelo que, em 1900, pediram

para que aqui fosse instalada uma escola de instrução secundária e uma outra para a aprendizagem de línguas estrangeiras. Havia fome de tudo, mas, acima de tudo, havia fome de saber. E ânsia de fazer e ser melhor. Hoje, todos louvam o cosmopolitismo de São Vicente e a riqueza da atmosfera cultural desta cidade. Recordam que foi a partir daqui que a voz de Cesária Évora conquistou a projecção internacional que tão justamente merece, abrindo caminhos que garantem à música cabo-verdiana, protagonizada por tantos nomes de prestígio, a admiração de que goza nos cinco cantos do Mundo. Que é aqui que residem e trabalham pintores e escultores cuja qualidade e criatividade de há muito ultrapassaram as fronteiras deste país. Que aqui se escreve alguma da melhor literatura que a língua portuguesa produz. Que aqui ocorrem festivais de nomeada, como aquele que tem lugar nesse lugar idílico que é Baía das Gatas. Esta efervescência cultural e a alegria que respiramos nestas ruas e nestas praças devem-se ao esforço e à inteligência dos Mindelenses. Entre tantas dificuldades, descobriram um caminho. A Claridade foi muito mais do que um movimento criado por intelectuais nas horas vagas, nessas «Horas Vagas» que deram título aos poemas de Manuel Lopes. A Claridade é uma atitude perante as adversidades da vida. É a expressão de quem não se resigna às agruras da terra, de quem aspira a um futuro melhor. É, sobretudo, a atitude indomável de quem sabe bem o que quer e o que tem de fazer para o alcançar.

O Mindelo apostou no conhecimento e na cultura. Durante muitos anos, aqui existiu o único liceu do Barlavento. Jovens de outras ilhas do arquipélago vieram para São Vicente, aprender a ser melhores. Baltasar Lopes foi professor e Reitor no Liceu do Mindelo, e Chiquinho, personagem da sua ficção, seguiu-lhe os passos. No Mindelo estudaram grandes personalidades, como Amílcar Cabral ou Pedro Pires.

O Mindelo apostou na sua vocação de centro portuário, de capital de cultura, de pólo de atracção do comércio e dos serviços. Onde havia uma terra inóspita e despovoada, existe agora uma cidade cosmopolita e empreendedora, onde o encanto do seu rico património histórico convive com realizações e projectos que apontam decididamente para o futuro.

Trabalho e Disciplina são os lemas desta cidade. Poucas haverá em que a divisa que ostentam seja tão apropriada ao carácter dos seus habitantes. Diante de vós,

curvo-me perante a memória dos que fizeram este Mindelo e presto homenagem ao vosso esforco, à vossa *Claridade*, ao vosso exemplo. Muito obrigado.

## Sessão Solene na Assembleia Nacional de Angola

Luanda, 19 de Julho de 2010

Quero começar por agradecer, muito sensibilizado, o honroso convite para me dirigir, nesta Casa, aos representantes do povo angolano. Trata-se de um gesto pleno de significado, que ilustra bem os laços de fraternal amizade que unem Portugal e Angola.

É com grande alegria que volto a este país, ao qual me ligam sentimentos de especial afecto e cuja luta corajosa pela paz e pela reconciliação se confunde com algumas das páginas mais marcantes da minha própria vida, como homem e como político. É natural que nos sintamos bem quando estamos entre amigos, que nos recebem com a afeição e a hospitalidade que costumamos reservar aos que nos são mais próximos.

Em Angola, senhores Deputados, sinto-me em casa, e estou-vos grato por isso. Poucos países se poderão orgulhar de possuir um relacionamento tão próximo e tão multifacetado quanto Portugal e Angola. Um relacionamento que assenta numa densidade única de laços históricos, culturais e humanos.

Portugal e Angola, nações livres e soberanas, orgulhosas de o serem, não são, nunca serão, estrangeiras entre si.

#### Senhor Presidente

Senhores Deputados

Decorreram 19 anos desde a minha última deslocação oficial a Angola, então na qualidade de Primeiro-Ministro, pouco tempo depois da assinatura dos Acordos de Bicesse. Regressei a Angola, em 2005, como simples cidadão, numa visita privada, e fui testemunha dos efeitos notáveis do ciclo de desenvolvimento que a conquista da paz tinha tornado, finalmente, possível.

No ano em que Angola comemora o 35º aniversário da independência nacional e que a União Africana consagrou como o «Ano da Paz e da Segurança em África», quero aproveitar a oportunidade que me é dada por esta Magna Assembleia para

268

prestar a minha homenagem ao povo angolano, que foi capaz de pôr fim a um tempo de guerra e de confrontação, e de inaugurar uma era de reconciliação e de reconstrução nacional.

Um tempo novo, marcado pela paz, pela conquista da estabilidade e pela construção de uma democracia, de que esta Casa é um reflexo eloquente. Um tempo que permite que ao bem supremo da paz sucedam, agora, as ambições próprias de uma sociedade que vê nos caminhos do desenvolvimento político, económico, cultural e da justiça social direitos inalienáveis.

Angola possui, hoje, um sistema político multipartidário e uma sociedade civil vibrante e dinâmica, que exprime as suas ideias e faz as suas escolhas. São disso exemplo a forma como decorreram as últimas eleições legislativas e a elevada participação popular que registaram.

Mas, sabemo-lo bem, a democracia é, quase sempre, uma obra inacabada, que exige atenção e um trabalho de consolidação permanente e de melhoria da sua qualidade. Não espantará ninguém, estou certo, que a esse propósito queira destacar, nesta Casa, o importantíssimo papel reservado ao Parlamento.

A consolidação de uma democracia moderna, plural e participativa passa, todos o sabemos, pela existência de Parlamentos fortes, que promovam o debate de ideias, que dêem voz às oposições e que assegurem uma fiscalização atenta e responsável da acção governativa. Numa sociedade democrática, os Parlamentos ocupam um papel central no desenvolvimento do Estado e na representação das legítimas expectativas dos cidadãos. O papel desta Assembleia é, por isso, decisivo na definição do futuro de Angola.

Os valores em que acreditamos — a liberdade, o respeito pela dignidade da pessoa humana, o primado do direito, a justiça, a igualdade de oportunidades — são um factor de progresso e de aproximação e de reforço da cooperação entre os nossos países.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

A realidade angolana dos dias de hoje é caracterizada por exemplos de dinamismo e de criatividade presentes em todos os sectores da sociedade.

No domínio económico, Angola tem registado, nos últimos anos, taxas de crescimento que se situam entre as mais elevadas a nível mundial, o que se reflecte na criação de mais oportunidades de emprego para a sua população e em acrescidas possibilidades de combate à pobreza e às injustiças.

A nova realidade de Angola passa, igualmente, por uma crescente afirmação internacional, que faz dela um actor fundamental em África, em particular na África Austral, onde vem desempenhando um papel activo na promoção da paz, da estabilidade e da resolução de conflitos, como sucede nos processos de estabilização na região dos Grandes Lagos e no golfo da Guiné.

Nada disto seria possível sem o clima de confiança e de estabilidade que a paz e a reconciliação nacional tornaram possível.

O Senhor Presidente e os ilustres Deputados são testemunhas de que Portugal sempre esteve ao lado de Angola no difícil percurso rumo à paz e à democracia. Portugal sempre acreditou no futuro de Angola e dos Angolanos.

A nossa cooperação abrange, praticamente, todos os domínios de actividade, começando, desde logo, pelos sectores definidos como prioritários pelas autoridades angolanas: a boa governação, a capacitação institucional, a formação de quadros, a luta contra a pobreza, a educação, a investigação científica e tecnológica, a saúde, a justiça e a segurança alimentar.

Permitam-me que me detenha na educação e na formação.

As autoridades angolanas têm sido as primeiras a sublinhar que a manutenção de elevadas taxas de crescimento económico exige recursos humanos qualificados, o que reforça a necessidade de uma aposta, desde logo, no ensino e na promoção da língua portuguesa. É esse o propósito do programa «Saber Mais» — o primeiro exemplo de um programa de cooperação entre os dois países assente no co-financiamento —, já presente em Benguela e no Namibe, mas que esperamos possa, a curto prazo, em coordenação com as autoridades angolanas, ser alargado a outras Províncias.

Vivemos, não o podemos esquecer, num Mundo em que o conhecimento desempenha um papel decisivo na promoção da competitividade. A nossa cooperação deve, assim, prosseguir e reforçar a sua aposta em todos os domínios do conhecimento. No domínio económico, excluídos os sectores petrolífero e diamantífero, Portugal é, hoje, o principal investidor em Angola, ocupando um dos lugares

ילים

cimeiros entre os seus principais parceiros comerciais. Como Angola é, hoje, um importante investidor em Portugal, incluindo em sectores importantes da nossa economia.

Os nossos empresários contam-se entre os que há mais tempo estão presentes no mercado angolano, contribuindo, pela sua iniciativa e pela sua capacidade empreendedora, para a criação de emprego, para a geração de riqueza e para o crescimento do país. Mas a sua acção vai mais longe, estendendo-se ao apoio a múltiplas iniciativas e programas no domínio social e cultural, incluindo a formação e capacitação de quadros locais.

A estratégia de desenvolvimento de Angola passa hoje, também, pela promoção de uma maior coesão territorial, através da diversificação económica e da criação de condições para a fixação das populações no interior.

As nossas empresas estão, já, presentes em praticamente todo o território, em parcerias com congéneres angolanas. Considero, no entanto, que há razões para que olhem com redobrada atenção para as oportunidades que oferece a aposta angolana no desenvolvimento do interior do país, em sectores tão vastos quanto a pesca, a agropecuária e as indústrias alimentares, a floresta, mas também a energia hídrica e os biocombustíveis.

Quis, por essa razão, que a minha visita incluísse no seu programa deslocações às províncias de Benguela e da Huíla, dois exemplos, entre outros, que ilustram bem o que acabo de dizer.

Mas o estádio actual de desenvolvimento de Angola traz também novos desafios, em resposta aos quais, estou convencido, poderemos desenvolver uma cooperação acrescida. Entre estes, conta-se a reabilitação urbana, o desenvolvimento da indústria transformadora, das tecnologias de informação e de comunicação, e das próprias energias renováveis. São áreas que nos permitem encarar o reforço da nossa cooperação com ambição e visão de futuro.

Uma cooperação que se deve estender, ainda, à constituição de parcerias orientadas para o aproveitamento de oportunidades em países terceiros, designadamente na União Europeia e em África, em particular na África Austral. Os Europeus sabem que conhecemos Angola como ninguém e procuram-nos muitas vezes para que com eles partilhemos as nossas avaliações, ouvem-nos quando ponderam opções de negócios.

Mas este reforço da nossa cooperação, que ambos desejamos, implica um adequado grau de certeza jurídica. Quero, a este propósito, sublinhar a importância do Acordo sobre Protecção de Investimentos, celebrado entre os nossos dois países, em 2008, cuja entrada em vigor está pendente da ratificação por esta Assembleia.

Portugal e Angola partilham, ainda, uma idêntica convicção quanto às vantagens de uma concertação política reforçada relativamente aos desafios internacionais dos nossos dias.

#### Senhor Presidente

**Ilustres Deputados** 

Os valores e princípios que definem a nossa identidade e que tanto nos aproximam encontram expressão particularmente eloquente nesse desígnio partilhado que é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Portugal e Angola comungam da mesma determinação no aprofundamento da CPLP, conferindo-lhe um papel cada vez mais relevante na dinamização da cooperação entre os seus Estados-membros e na projecção dos nossos interesses e posições a nível internacional.

Dentro de três dias, Angola sucederá a Portugal na presidência da CPLP. Estou seguro de que a próxima Cimeira de Luanda e o mandato angolano que em breve se inicia constituirão um marco na afirmação das prioridades e objectivos da nossa Comunidade, contribuindo para o reforço da solidariedade entre os seus Estados-membros.

A presidência portuguesa da CPLP elegeu a promoção e projecção internacional da língua portuguesa como uma das prioridades do seu mandato. Quero aqui agradecer o contributo dado por Angola para a concretização deste objectivo. A criatividade de que dão prova as suas gentes, na poesia e na literatura, no artesanato, na música e na dança, no teatro ou na pintura, é um claro exemplo da riqueza e da pujança cultural da nossa Comunidade.

É minha firme convicção que uma maior projecção da língua portuguesa contribuirá para uma maior afirmação internacional dos nossos países. Nessa perspectiva, o Plano de Acção, aprovado em Brasília, constitui um desenvolvimento da maior relevância. A sua adopção permitirá que avancemos de forma ainda

mais coordenada e determinada nesta matéria. Possibilitará, ainda, tirar melhor partido da acção do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, sediado em Cabo Verde, que visitei recentemente.

A presidência portuguesa colocou, igualmente, um forte empenho na promoção da coesão entre os Estados-membros da CPLP, no aprofundamento da cidadania lusófona, da coordenação político-diplomática e da cooperação entre os Parlamentos nacionais. São objectivos e prioridades aos quais, estou certo, a presidência angolana irá dar a necessária continuidade e em cuja prossecução poderá continuar a contar com o apoio e empenho de Portugal.

Quero, também, aproveitar esta oportunidade para prestar o meu tributo ao papel que os Parlamentos nacionais têm desempenhado no aprofundamento da dimensão democrática e na aproximação entre os povos da nossa Comunidade, e saudar a criação da Assembleia Parlamentar, um importantíssimo passo nesse sentido.

#### Senhor Presidente

Senhores Deputados

Entendo que a riqueza do nosso relacionamento, a força dos laços que nos unem, o muito que temos sabido construir em conjunto, e, sobretudo, a ambição e empenho com que encaramos o futuro das nossas relações justificam, amplamente, a consagração institucional daquilo que já constitui uma verdadeira Parceria Estratégica entre os nossos dois países.

Uma Parceria que, através dos seus mecanismos de diálogo técnico e político, nos permita mais facilmente resolver questões pendentes e traçar rumos para o futuro.

#### Senhor Presidente

Senhores Deputados

No catálogo da exposição luso-angolana que terei a oportunidade de inaugurar, esta tarde, no Centro Cultural Português, surge uma citação do poeta e antropólogo angolano, nascido em Santarém, Ruy Duarte de Carvalho. Diz-nos ele «que se ama aquilo com que se cruza, ou porque evoca emoções sabidas ou porque é

novo e vem casar com a busca». Assim se sentem os Portugueses que se cruzam com esta terra e com estas gentes. Assim me sinto eu. Muito obrigado.

273

## **Banquete Oferecido** pelo Presidente da República de Angola

Luanda, 19 de Julho de 2010

Quero começar por agradecer ao Presidente José Eduardo dos Santos o honroso convite para efectuar a presente Visita de Estado a Angola.

Eu e minha Mulher sentimos uma enorme satisfação por estarmos, de novo, em Angola, país a que nos ligam tantos e tão profundos laços e onde sempre somos recebidos com a generosa hospitalidade que caracteriza o relacionamento entre os nossos povos irmãos.

#### Senhor Presidente

Esta Visita tem lugar num contexto de particular significado. Angola comemora, este ano, o 35º aniversário da independência nacional e, dentro de poucos dias, assumirá, pela primeira vez, a presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sucedendo a Portugal.

São acontecimentos plenos de significado, que ilustram a excelência do relacionamento que soubemos construir ao longo destes trinta e cinco anos.

Excelência visível no relacionamento político, mas que está igualmente reflectida num intenso intercâmbio que mobiliza os mais variados sectores das nossas sociedades, da economia à cultura, da educação à cooperação técnica e militar, bem como na dimensão da comunidade angolana, em Portugal, e da comunidade portuguesa, em Angola.

Esta proximidade faz com que nada do que se passa em Angola nos possa ser indiferente, assim como nada do que se passa em Portugal poderá ser indiferente aos Angolanos.

#### Senhor Presidente

Vossa Excelência é testemunha de que Portugal esteve sempre ao lado de Angola e dos Angolanos nos seus esforços de paz e de reconciliação nacional.

É, por isso, natural que, mais do que ninguém, os Portugueses partilhem da satisfação de ver os Angolanos colher os dividendos que a conquista da paz lhes veio proporcionar. Acompanhamos os Angolanos no seu desejo de uma Angola mais próspera, mais desenvolvida, assente em instituições democráticas consolidadas, cada dia mais influente na cena regional e internacional. Acompanhamo-los como se acompanham os progressos dos amigos que nos são mais próximos.

O nosso relacionamento bilateral é hoje mais profundo e mais intenso do que alguma vez foi. A nossa cooperação representa um activo de particular relevância num Mundo altamente competitivo e em rápida transformação.

Angola é, de há muito, um dos principais parceiros comerciais de Portugal e um dos principais destinos do investimento directo português.

Os nossos empresários contam-se entre os que há mais tempo investem em Angola, estando presentes em praticamente todo o território e contribuindo, com o seu dinamismo, capacidade empreendedora e sentido de responsabilidade social, para a criação de postos de trabalho, para a qualificação de quadros angolanos e para o desenvolvimento económico e social do país.

Portugal está atento às prioridades que Angola estabeleceu para o seu desenvolvimento. Estamos atentos aos apelos e programas desenvolvidos pelas autoridades angolanas no sentido da diversificação da economia e da aposta no interior, objectivos que se complementam e que traduzem uma visão sobre o país que Angola quer ser.

Por isso quis incluir no programa da minha visita deslocações às províncias de Benguela e da Huíla, regiões de enorme potencial e cujos planos de desenvolvimento se inscrevem, claramente, nesta visão que Angola tem para o seu futuro. Ali participarei em dois Seminários empresariais, onde serão abordadas as oportunidades de negócio e de parceria entre os empresários angolanos e portugueses.

Mas a nossa cooperação cobre um vasto espectro de sectores. A educação, a formação de quadros, a saúde são domínios em que mantemos uma frutuosa parceria. Uma parceria que poderá, a meu ver, ser reforçada.

O rápido crescimento económico de Angola e as suas ambiciosas metas de desenvolvimento têm óbvias repercussões ao nível das suas necessidades de recursos humanos qualificados. Julgo existir aqui uma clara complementaridade entre o que é uma política nacional angolana, que a nossa cooperação já apoia, e uma necessidade do próprio tecido empresarial, incluindo das empresas portuguesas que aqui se instalam.

A formação de professores, ao abrigo do programa «Saber Mais», o intercâmbio de estudantes ou as parcerias interuniversitárias são exemplos de áreas em que podemos fazer mais e melhor.

A preocupação angolana com a diversificação do seu tecido produtivo abre novos horizontes à nossa cooperação e ao desenvolvimento das nossas relações económicas e empresariais. Nesta perspectiva, parcerias em sectores como o das energias renováveis, das tecnologias da informação e da comunicação, mas também em domínios como a agricultura, a agropecuária, as indústrias transformadoras, adquirem um redobrado sentido.

Mas o crescimento de Angola teve um outro resultado: Angola é, hoje, um investidor de relevo em Portugal. Um investimento que acolhemos com satisfação, como acolhemos todo o investimento estrangeiro que se paute por regras de transparência e reciprocidade e se insira nas prioridades da economia portuguesa. Um investimento que contribui para a desejada aproximação entre os nossos dois países.

Vemos, em Angola, um parceiro no aprofundamento das nossas relações e na busca de novos mercados em África e na África Austral, em particular. Por seu lado, os Angolanos sabem que os outros europeus nos ouvem e que a nós recorrem, frequentemente, quando avaliam o seu relacionamento com Angola. Queremos continuar a desempenhar esse papel de facilitador nas relações entre Angola e a Europa, em particular com a União Europeia.

#### Senhor Presidente

Os nossos países são parceiros activos e empenhados no quadro da CPLP. Partilhamos a convicção do seu valor estratégico, não apenas enquanto factor de estabilização e de promoção da paz e da democracia, mas também como instrumento de afirmação dos nossos objectivos e interesses no Mundo competitivo e globalizado dos nossos dias.

No decurso dos últimos dois anos, Portugal pôde contar com o apoio de Angola na prossecução da agenda que definimos, em conjunto, no seio da CPLP, em domínios estratégicos para o nosso futuro.

É o caso da projecção e promoção da língua portuguesa, uma das prioridades da presidência portuguesa. O Plano de Accão de Brasília, cuja aprovação ficará associada à presidência angolana, será uma mais-valia preciosa na prossecução deste objectivo, permitindo, igualmente, dotar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa de meios para prosseguir a sua missão.

Colocámos o mesmo empenho na promoção da cidadania lusófona e no envolvimento da sociedade civil. A criação da Assembleia Parlamentar da CPLP é disso exemplo.

Destaco, ainda, a aprovação da Estratégia da CPLP para os Oceanos, que abre portas a uma maior concertação de posições e objectivos em relação a uma fonte de recursos fundamental para o desenvolvimento sustentável dos nossos países.

Estou seguro de que a presidência angolana saberá inovar e dar continuidade ao trabalho que temos realizado, em conjunto, em torno do que são os objectivos estratégicos da nossa Comunidade. Contará, para isso, como sempre, com o apoio de Portugal.

#### Senhor Presidente

Portugal e Angola são países amigos. Ao longo dos últimos trinta e cinco anos, souberam construir uma parceria forte e ambiciosa, voltada para o futuro, que procura ir ao encontro dos interesses e expectativas dos nossos cidadãos.

Uma parceria que assenta em complementaridades objectivas e interesses partilhados. Mas, sobretudo, uma parceria que se alimenta de laços de uma natureza muito particular. Laços que fazem com que jamais um angolano se sinta estrangeiro, em Portugal, como nunca um português se sentirá estrangeiro em Angola. Vossa Excelência tê-lo-á confirmado quando nos deu a honra da sua visita. Pedi-lhe, na altura, que se sentisse em casa. Hoje é a minha vez, Senhor Presidente, de me sentir em casa, nesta terra amiga, neste país irmão.

É em nome dessa amizade que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde do Presidente José Eduardo dos Santos, ao fortalecimento das relações entre Portugal e Angola e ao progresso e bem-estar dos nossos povos irmãos.

### Visita à Feira Internacional de Luanda

Luanda, 20 de Julho de 2010

É com grande satisfação que visito a Feira Internacional de Luanda, montra do dinamismo da economia angolana, neste que é o Dia de Portugal na FILDA, e na ocasião em que, pela primeira vez, esta Feira elege um país convidado, Portugal.

Dificilmente encontraria melhor local e momento mais adequado para me dirigir a todos vós e, em particular, à comunidade empresarial.

O facto de Portugal ser o primeiro país convidado da Feira Internacional de Luanda é uma honra e um sinal do empenho que Angola coloca no aprofundamento das relações com Portugal.

Nos últimos anos, tem-se verificado uma relevância crescente das economias emergentes no contexto económico global. Este papel acrescido das economias emergentes deve ser encarado como um fenómeno estrutural e da maior importância para compreender o futuro da economia mundial.

Notaria, em particular, que as economias da África Subsariana têm apresentado crescimentos sistematicamente superiores a cinco por cento, desde 2002, um patamar a que deverão retornar em 2010 ou 2011, depois do abrandamento verificado em 2009, em sintonia com o ciclo negativo da economia mundial.

Os agentes económicos portugueses devem olhar para o desenvolvimento das economias emergentes como uma oportunidade muito séria de expansão dos seus negócios, de diversificação das exportações e dos investimentos.

Da mesma forma, estou convicto que Angola saberá tirar partido das suas vantagens comparativas e reforçar a sua presença no mercado internacional e as suas relações económicas com o exterior.

Neste contexto, a aproximação entre Portugal e Angola é um corolário natural, justificado pela comunhão de interesses em torno de complementaridades evidentes, nos mais variados sectores, e favorecido por razões históricas, culturais e linguísticas.

Não surpreende, por isso, que Angola seja, já, o quarto maior destino das exportações portuguesas e que os interesses de Portugueses e Angolanos, nos dois países, sejam tão pronunciados.

Entendo, contudo, que o nosso relacionamento económico pode ser reforçado, igualmente no plano qualitativo.

Tenho referido, por diversas vezes, a importância da responsabilidade social das empresas, designadamente a propósito dos efeitos da crise. No caso de Angola, trata-se de encarar a presença das nossas empresas numa perspectiva estratégica e de futuro.

Esta dimensão estratégica depende, em larga medida, da capacidade de conjugar os interesses económicos das empresas com a capacidade de contribuir directamente para o desenvolvimento social das populações, desde logo através da qualificação dos recursos humanos locais, incluindo o apoio a programas e iniciativas que promovam a língua portuguesa.

Trata-se de definir uma estratégia de permanência em Angola assente em objectivos e instrumentos que são, por natureza, de longo prazo: inovação, parcerias e acordos de cooperação, capacitação socioprofissional, responsabilidade social. Não ignoro que a resposta a um apelo à responsabilidade social das empresas será tanto mais fácil quanto melhor a situação financeira dessas empresas e mais promissoras as suas perspectivas de futuro.

A este propósito, as conversações que tenho mantido não me deixam dúvidas de que as autoridades angolanas estão bem conscientes das vantagens e dos benefícios mútuos associados a este processo de aproximação entre os nossos dois países.

Connosco partilham, igualmente, da convicção de que essa aproximação será tanto mais proveitosa quanto menores forem os factores de risco que possam somar-se aos que já estão implícitos em qualquer investimento, ou aposta comercial. E que a reciprocidade e a transparência são regras de ouro nas relações entre os países.

Penso, pois, que os sinais concretos que já foram dados ao mais alto nível político irão ao encontro das preocupações dos empresários e irão traduzir-se em soluções mutuamente aceitáveis, tão brevemente quanto possível. E, como tenho sublinhado, essas soluções não vão esquecer as pequenas e médias empresas.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Durante a minha Visita, tem-me sido sublinhada a importância de lembrar aos empresários portugueses as oportunidades que existem noutras parcelas do vasto território angolano, para lá de Luanda, e que podem ser aproveitadas com benefícios mútuos.

Oportunidades relacionadas com sectores onde Angola pretende investir, no quadro de uma política de diversificação da sua estrutura económica. Sectores como a pesca, a agropecuária, as indústrias alimentares, a floresta, a energia hídrica e dos biocombustíveis, entre outros.

Oportunidades favorecidas pelos importantes investimentos em infra-estruturas que têm sido feitos e que se encontram programados.

Esta abordagem estrutural e assente numa visão de futuro tem a vantagem de contribuir, simultaneamente, para a coesão e o desenvolvimento sustentável de Angola, para o sucesso do investimento das empresas e para a consolidação da sua presença neste país.

Uma presenca empresarial sólida permite, ainda, tirar mais facilmente partido do potencial de Angola como plataforma de acesso aos países da África Austral. Com efeito, o conjunto regional da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) – que integra o triângulo definido por Moçambique, Angola e África do Sul – oferece oportunidades de investimento, recursos e potencialidades extremamente interessantes, com um mercado de 250 milhões de consumidores.

#### Minhas Senhoras e meus Senhores

A crise económica e financeira mundial a todos afectou, incluindo Portugal e Angola. No entanto, como lembrei recentemente, nenhuma crise é permanente, e há que olhar com redobrada atenção para um leque alargado de países, mercados e soluções de negócio. Angola faz claramente parte desse rol.

Uma palavra final de estímulo e de confiança aos empresários jovens. Jovens portugueses, cuja Associação aqui está, igualmente, representada, mas também jovens empresários angolanos. Estamos perante uma geração familiarizada com a realidade global dos nossos dias, mas que nem por isso - ou, talvez, até por

isso mesmo - conhece e compreende a importância para a vida empresarial dos lacos culturais, históricos e linguísticos que nos unem e a necessidade de os fortalecer.

Saibamos criar as condições para que esses laços se reforcem e para que a energia e a capacidade empreendedora de Portugueses e Angolanos frutifiquem, em benefício mútuo. Esse é um objectivo que me motiva nesta minha Visita de Estado a Angola.

Muito obrigado.

## Encontro com a Comunidade Portuguesa Residente em Luanda

Luanda, 20 de Julho de 2010

Quero começar por agradecer a vossa presença e dar-vos conta da satisfação que sinto por terem acedido, de forma tão numerosa, ao meu convite para aqui estarem, esta tarde.

Quis que o programa desta minha Visita de Estado a Angola incluísse esta oportunidade para estar convosco, principalmente por duas razões.

A primeira delas é para vos ouvir e para conhecer de mais perto a vossa experiência de vida por estas paragens. Tenho procurado estar atento ao sentir e às expectativas das nossas comunidades que residem no exterior. Criei, aliás, uma Assessoria especialmente para me auxiliar nesse domínio e é com as nossas comunidades no exterior que tenho passado todos os aniversários do meu mandato.

Sei que as razões que vos trouxeram até Angola são as mais diversas. Mas sei, também, que, independentemente do percurso e da história pessoal de cada um, há em todos vós, para além da vontade de vencer nesta terra, um forte amor à nossa Pátria, a Portugal.

E isto conduz-me à segunda das principais razões por que quis estar convosco, nesta minha visita: para vos agradecer. Agradecer-vos, como vosso Presidente, em nome do nosso País, a imagem que dele transmitis, através do vosso esforço, da vossa dedicação, da vossa honestidade e da vossa capacidade profissional e empreendedora. Agradecer-vos, também, pelo exemplo que sois, para os Portugueses, neste tempo de dificuldades que o nosso País enfrenta. Exemplo, na medida em que, na experiência de cada um de vós, está a marca de alguém que não se resignou, que ousou arriscar, que ousou procurar algo melhor, que ousou investir em si próprio e nas suas capacidades.

Está em vós, em suma, aquilo que fez de Portugal uma grande nação, essa gente valorosa de que falava o Poeta. E que nos levará, tenho a certeza, a ultrapassar as dificuldades presentes, revigorados pela confiança de termos provado que somos capazes.

Agradecer-vos, ainda, pelo contributo que a vossa presença e a vossa acção constituem para o reforco das nossas relações com Angola.

Sei que, também em Angola, se sentiram os efeitos da crise económica e financeira e que isso teve efeitos na vida das empresas portuguesas que aqui estão, começando, desde logo, pelas pequenas e médias empresas. Sei, também, que há empecilhos burocráticos que persistem e que não facilitam o exercício da vossa actividade. Sei, ainda, que há apelos a um maior nível de certeza jurídica nas relações comerciais e no tratamento dos processos judiciais.

Esses e muitos outros são os temas dos meus contactos com as autoridades angolanas.

Os contactos havidos não me deixam dúvidas de que as autoridades angolanas, como nós, atribuem um valor estratégico às relações e à cooperação com Portugal. Espero, agora, que, ao nível adequado, seja dado seguimento concreto aos sinais positivos que me chegaram.

Termino, desejando a todos vós os maiores sucessos. Sucessos profissionais, pessoais e familiares. E dizendo-vos que podem continuar a contar comigo para estar atento aos vossos problemas, aos vossos projectos e expectativas. Muito obrigado a todos.

## Sessão de Encerramento do Fórum Empresarial Angola-Portugal

Lubango, 21 de Julho de 2010

Quero começar por saudar e agradecer a presença, entre nós, do Senhor Governador Provincial da Huíla, um sinal inequívoco do interesse, que ainda há pouco me manifestava no encontro que mantivemos, em ver reforcada a presenca empresarial portuguesa nesta bela Província.

Quero, ainda, felicitar calorosamente os organizadores deste Fórum, uma iniciativa que reputo da maior importância e oportunidade.

É com muita satisfação que me dirijo à comunidade empresarial da Huíla, bem como aos empresários que integram a missão promovida conjuntamente pela AICEP e pela AIP, no âmbito da minha Visita de Estado a Angola e que aqui se deslocaram por reconhecerem o potencial que esta região encerra.

É bem conhecida a capacidade empreendedora dos portugueses que aqui se estabeleceram. As suas empresas são um importantíssimo factor de criação de emprego e de desenvolvimento económico e social. A sua experiência merece todo o nosso reconhecimento e constitui uma indicação preciosa para todos quantos quiserem estender a sua actividade à Província da Huíla.

São conhecidos os números do relacionamento económico entre Portugal e Angola. Atestam o muito que, em conjunto, temos sabido construir, e constituem uma clara ilustração da natureza muito particular dos laços que unem Portugueses e Angolanos.

São números que deixam claro que nada do que ocorre em Portugal é hoje indiferente para Angola, como nada do que se passa em Angola pode ser indiferente aos Portugueses.

É muito importante que os empresários portugueses estejam atentos às prioridades de desenvolvimento identificadas pelas autoridades de Angola, porque elas permitem perceber quais os rumos que pretende trilhar esta grande nação amiga e quais as oportunidades que daí resultam.

E Angola tem sido clara relativamente a duas das prioridades que elegeu e que se complementam: a diversificação da sua economia, demasiado dependente de um só recurso, quando é bem conhecido o enorme potencial do país noutros sectores; e a aposta no interior, com o intuito de para aqui trazer mais gente, combatendo a desertificação, promovendo a coesão territorial e aliviando a pressão que incide sobre Luanda.

Qualquer uma destas prioridades contém em si um mundo de oportunidades para os empresários que estiverem atentos.

Falar de uma aposta no interior de Angola, nesta Província, é reconhecer a necessidade de infra-estruturas que ainda se faz sentir, a despeito dos progressos verificados nos últimos anos; é constatar o potencial que oferecem actividades como a agricultura e a agropecuária, a exploração florestal, as indústrias alimentares, os biocombustíveis; é, ainda, antever, um tempo em que turistas de todas as proveniências descobrirão, enfim, a extraordinária beleza desta terra, a grandeza das suas paisagens e a amenidade do seu clima.

Este é, ainda, um terreno fértil para que se afirme a responsabilidade social das empresas, designadamente no apoio à educação, formação e capacitação dos recursos humanos que qualquer processo de desenvolvimento sustentado requer. Ao irem ao encontro desta outra prioridade de desenvolvimento de Angola – a formação de recursos humanos – as empresas estarão, também, a trabalhar pelo seu próprio sucesso.

Por todas estas razões, congratulo-me com a organização deste Fórum Empresarial e, espero, muito sinceramente, que dos contactos que ele já proporcionou e que vier ainda a proporcionar nasçam parcerias que permitam reforçar a presença empresarial portuguesa nesta Província, contribuindo para a melhoria das condições de vida das suas gentes e para o reforço das relações entre Portugal e Angola, que ambos os países desejam. Muito obrigado.

## **Encontro com as Comunidades Portuguesas** da Huíla e do Namibe

Lubango, 21 de Julho de 2010

Gostaria de comecar por agradecer, muito sensibilizado, a Vossa Excelência, Senhor Governador, a forma tão calorosa e amiga como eu próprio, minha Mulher e a comitiva que nos acompanha temos sido recebidos nesta visita à Província da Huíla. Uma visita que me permite reavivar a memória da extraordinária beleza paisagística desta região, que me ficou de uma breve – demasiado breve – passagem por estas terras, algumas décadas atrás, quando era bem mais jovem do que hoje.

Agradeço, ainda, esta oportunidade de conhecer figuras representativas dos vários sectores da sociedade desta Província e de conviver com muitos dos meus compatriotas que aqui vivem e trabalham. Vossa Excelência permitirá que aproveite esta ocasião para me dirigir a eles, muito em particular.

Daqui, do cimo do planalto da Huíla, de um dos pontos mais elevados deste país, podemos avistar Angola numa perspectiva diferente, mais ampla, adivinhando as enormes potencialidades que se estendem diante dos nossos olhos.

É diferente, de facto, a perspectiva e a visão dos portugueses que aqui se fixaram e que aqui procuram a prosperidade, num clima de paz e de harmonia. Há que saudar o espírito empreendedor e inovador daqueles que souberam criar laços de comunidade e, deste modo, lembrar as suas raízes, no interior deste território imenso.

Os primeiros contactos europeus com estas terras começaram no início do século XVII, em 1623, numa altura em que Portugal, recordemo-lo, não era um país independente. Nos dias de hoje, Angola e Portugal são países independentes e soberanos, que trabalham em conjunto, no quadro de uma cooperação frutuosa que tira partido dos laços de amizade fraterna que caracterizam as nossas relações.

Mas a cooperação faz-se no terreno, com as pessoas, com o seu saber e a sua vontade de vencer.

A Huíla, como todos sabem, constitui uma das regiões do interior de Angola onde a presenca dos Portugueses se faz sentir de forma mais intensa. A vossa presença nesta terra não é um mero acidente de ocasião. A comunidade portuguesa da Huíla não está aqui de passagem, na busca rápida de oportunidades efémeras. Pelo contrário: criou raízes, lançou sementes duradouras nesta terra fértil e promissora.

Angola e o Governo da Província da Huíla, em particular, sabem bem que, antes de muitos outros, incluindo nos tempos mais difíceis, sempre puderam contar com Portugal e com os Portugueses.

Esta constatação é importante quando Angola aposta na diversificação da sua economia e no combate à desertificação do seu interior. Os Portugueses compreendem e acompanham esta visão de Angola para o seu futuro, como tive a oportunidade de referir ao Senhor Governador, no encontro que com ele mantive, e como ficou bem patente no Seminário empresarial que aqui decorre.

Os Portugueses estão atentos às oportunidades em domínios com enorme potencial, mas estão bem cientes, também, do apoio que requer o sucesso desta aposta de Angola, designadamente em áreas como a qualificação de quadros, a educação, ou a saúde. O acordo assinado entre o Hospital do Lubango e os Hospitais de Coimbra traduz bem o que acabo de dizer.

Quero deixar às autoridades e ao povo da Huíla uma palavra de admiração pelo que souberam construir em apenas oito anos de paz, uma palavra de confiança no futuro e nas potencialidades desta belíssima região, e a certeza de que Portugal estará sempre ao lado de Angola, ao lado dos angolanos da Huíla, como sempre estamos com os amigos que nos são mais próximos.

Aos portugueses da Huíla quero dizer, em meu nome e em nome do nosso País, o orgulho que Portugal tem na vossa obra, na imagem que dais da nossa Pátria, através do vosso esforço, do vosso trabalho, da vossa ousadia, do vosso espírito empreendedor. E agradecer-vos, reconhecidamente, por isso. Muito obrigado.

## **Encontro com as Comunidades Portuguesas** de Benguela e do Huambo

Lobito, 21 de Julho de 2010

As minhas primeiras palavras são para agradecer a Vossa Excelência, Senhor Governador, muito sensibilizado, a fraternal amizade com que eu próprio, a minha Mulher e a comitiva que nos acompanha temos sido recebidos nesta visita à Província de Benguela, bem como o empenho pessoal que colocou na sua preparação. Uma visita que me permite confirmar a forte impressão que me causou, já nessa altura, a extrema beleza destas terras, quando por aqui passei, algumas décadas atrás.

Agradecer-lhe, ainda, o convite para este jantar e a oportunidade que ele me oferece de conviver com figuras representativas dos vários sectores representativos da sociedade desta Província, e com alguns dos muitos portugueses, meus compatriotas, que aqui vivem e trabalham. Vossa Excelência permitirá que aproveite esta ocasião para lhes dirigir uma breve palavra.

## Caros compatriotas

Na origem da palavra Lobito, está um vocábulo que evoca a ideia de porta, de passadiço, de passagem.

Que ideia feliz para descrever a vocação desta Província, que tem à cabeça duas cidades magníficas: Benguela, que lhe deu o nome, e o Lobito, que a todos encanta.

Vocação de porta para o mar, que é o Porto do Lobito, e passagem para o interior de Angola e de África, pelo Caminho de Ferro de Benguela. E, dizendo isto, não mais do que isto, já estaríamos a sublinhar o enorme potencial que esta Província encerra.

Ideia feliz, também, para descrever o que tem sido a vocação dos Portugueses, pelas quatro partidas do Mundo: abrir portas, rasgar passagens, estender pontes.

Vós sois a imagem viva desta vocação. Pelo vosso trabalho, pela vossa capacidade de criar e empreender, pela generosidade com que procurais ir ao encon-

tro das necessidades dos outros, pela forma como vos integrais na vida desta comunidade.

Fazendo o que fazeis, honrais, todos os dias, o País que, lá longe, se orgulha de vós e vos agradece.

## Senhor Governador

Angola sabe que pode contar com Portugal e com os Portugueses. Sabe que aqui estamos, como se daqui fôssemos, querendo o melhor para esta terra, vibrando com as suas vitórias, confiando no seu futuro. Porque é assim que deve ser com os amigos que nos são mais próximos.

É desta forma que aqui estão os portugueses da Província de Benguela e os que, do Huambo, aqui quiseram estar, também, esta noite, respondendo ao seu generoso convite.

Outros virão, estou certo, atraídos pelas oportunidades que encerra a aposta de Angola na diversificação da sua economia e no combate à macrocefalia da sua capital. Virão, como os que aqui se encontram, no respeito pela grande nação soberana, que Angola é, mas, nem por isso, menos Portugueses na sua vocação para empreender, estender pontes e abrir novos caminhos de esperança, juntamente com os seus irmãos angolanos.

A Vossa Excelência, Senhor Governador, e ao povo desta Província, deixo uma palavra de admiração pelo muito que alcançaram em oito anos de paz e de confiança nas potencialidades desta terra e das suas gentes.

Aos portugueses, meus compatriotas, deixo a certeza de que podem continuar a contar comigo para acompanhar a sua obra, os seus projectos, os seus anseios e expectativas. Deixo-lhes, também, uma palavra de reconhecimento, que é minha, mas que é, antes de tudo, de Portugal.

Muito obrigado a todos.

# Sessão de Abertura do Fórum Empresarial Luso-Angolano

Lobito, 22 de Julho de 2010

É com grande satisfação que me dirijo a vós, no quadro deste Fórum Empresarial.

Permitam que as minhas primeiras palavras sejam para saudar a presença ilustre do Senhor Governador Provincial, que muito nos honra e que atesta bem da importância que o Governo da Província de Benguela atribui ao reforço da presença empresarial portuguesa.

Quero cumprimentá-lo, ainda, Senhor Governador, e, na sua pessoa, toda a população da Província de Benguela, pelo progresso visível que esta parcela do território angolano vem registando, reflexo da visão dos seus dirigentes, da riqueza dos seus recursos e da capacidade empreendedora das suas gentes.

Quero, ainda, saudar todos quantos tornaram possível este Fórum, uma iniciativa extremamente oportuna.

As relações económicas entre Portugal e Angola têm vindo a crescer de forma muito relevante. Angola é hoje o quarto maior destino das exportações portuguesas e são já muito vastos os interesses económicos mútuos, de angolanos em Portugal, de portugueses em Angola.

É preciso, no entanto, reforçar e consolidar estas relações. Não podemos ignorar que muito precisa ainda de ser feito para evitar que as relações económicas entre Portugal e Angola evoluam apenas em função do ciclo económico ou de oportunidades pontuais.

Neste sentido, tenho defendido que o aprofundamento das relações empresariais entre os dois países se deve fazer numa perspectiva de longo prazo e numa lógica de responsabilidade social.

A presença de empresas portuguesas em Angola deve assentar numa visão estratégica e de futuro na sua presença em Angola. Isto passa por investir, também, na formação e qualificação dos trabalhadores e quadros locais, pela aposta em projectos de investigação e de inovação, e pela realização de parcerias e acordos de cooperação empresarial.

Da mesma forma, tenho procurado salientar que Angola não é apenas Luanda. Existem oportunidades em toda a extensão do território angolano, no litoral e no interior, que podem e devem ser aproveitadas, com vantagens para ambas as partes.

O caso de Benguela e do Lobito é bem sintomático do que digo. A requalificação do corredor de caminho-de-ferro, actualmente em curso, associada às potencialidades que oferece o Porto do Lobito, que ainda hoje visitarei, encerra um valor estratégico determinante para o futuro de Angola, reforcando claramente o seu papel como plataforma de acesso aos restantes países da África Austral.

A este título, convirá recordar que o conjunto regional da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral oferece oportunidades de investimento, recursos e potencialidades extremamente significativas, representando um mercado de 250 milhões de consumidores.

A opção pela Província de Benguela como destino de investimento constitui, por isso, um cenário com inúmeras vantagens potenciais. A decisão da AICEP de aqui instalar uma antena é sinal claro de que esta realidade é reconhecida pelas autoridades portuguesas e, estou certo, constituirá um importante estímulo para as empresas portuguesas que já aqui se encontram – às quais dirijo uma particular saudação – e para aquelas que aqui se pretendam instalar.

Estou certo de que poderão contar, umas e outras, com o apoio do Governo Provincial, que nelas reconhece um importante factor de promoção do desenvolvimento económico e social.

Espero que este Fórum produza resultados positivos, resultados que contribuam, efectivamente, para o reforço da presença empresarial portuguesa na Província de Benguela e, por essa via, para o desejado aprofundamento das relações entre os nossos dois países.

Muito obrigado.

## Sessão de Abertura da VIII Cimeira da CPLP

Luanda, 23 de Julho de 2010

A minha primeira palavra vai para o nosso anfitrião, para o Senhor Presidente José Eduardo dos Santos. Estou certo de interpretar o sentimento de todos nós no reconhecimento muito sincero que lhe dirijo pela calorosa e fraternal hospitalidade com que nos tem acolhido e nas felicitações pela organização desta VIII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

O empenho que Angola sempre demonstrou no fortalecimento da CPLP, bem como o seu compromisso com os valores e princípios em que assenta a nossa Comunidade, são garantia do sucesso que constituirá, estou certo, a presente Cimeira e a presidência angolana, que hoje se iniciará.

Darei, dentro de poucos minutos, a palavra ao Senhor Primeiro-Ministro de Portugal que vos dará conta, de forma mais detalhada, do percurso que efectuámos e do muito que nos foi possível alcançar, em conjunto, desde a Cimeira de Lisboa, de 2008.

Permito-me, no entanto, destacar os passos que demos no que diz respeito à afirmação e projecção internacional da língua portuguesa, no seguimento dos compromissos que assumimos no nosso encontro, em Nova Iorque, em Setembro de 2008, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Foram passos com forte valor simbólico, como a instituição do dia 5 de Maio como Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP, mas, também, de realizações concretas, como a maior utilização da língua portuguesa em diversos fora multilaterais, como é o caso da UNESCO e da União Africana, e a elaboração do Plano de Acção de Brasília e dos novos Estatutos e Regimento Interno do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, instrumentos da maior relevância que seremos chamados a aprovar nesta Cimeira.

A extraordinária expansão que a língua portuguesa vem conhecendo obriga--nos, hoje, a considerar várias frentes. A primeira delas é, obviamente, a frente interna e diz respeito ao ensino em cada um dos nossos países. Mas o português é, igualmente, uma das línguas em maior expansão em países terceiros, onde é procurado como segunda língua, ou como língua estrangeira.

Esta situação resulta de uma evolução com que todos nos regozijamos. Uma evolução que vai ao encontro dos interesses de cada um de nós e da nossa Comunidade, porque favorece a afirmação da nossa voz na cena internacional e permite tirar partido das oportunidades de cariz económico que uma língua universal encerra. Contudo, esta é, também, uma situação que nos coloca enormes desafios no que diz respeito, desde logo, aos recursos humanos necessários para lhe responder e, mais do que isso, a alimentar. Desafios que exigem de nós uma acção concertada e solidária.

Senhores Chefes de Estado e de Governo

Meus caros amigos

A nossa Comunidade tem de ser, cada vez mais, um projecto de cidadania, um projecto que integra e mobiliza o contributo dos nossos cidadãos. A criação da Assembleia Parlamentar da CPLP e da Confederação Empresarial da CPLP foram passos da maior relevância nesse sentido, que quero saudar calorosamente. Como o tem sido, igualmente, a acção levada a cabo pelas múltiplas estruturas e Fóruns em que se afirma, nos nossos dias, a vida da nossa Comunidade.

Contudo, é necessário ir mais longe na resposta às expectativas dos nossos cidadãos. Nesse sentido, quero assinalar os progressos registados nas negociações sobre uma Convenção Quadro relativa ao Estatuto do Cidadão da CPLP, esperando que seja possível concluí-las em breve.

Espero, ainda, que seja possível confirmar a realização, se possível ainda no decurso do corrente ano, do I Fórum da Sociedade Civil da CPLP.

Outro aspecto que merece ser destacado é o reforço que se vem verificando no que toca à nossa concertação política em países terceiros e no seio das organizações internacionais a que pertencemos. Uma concertação que se tem manifestado de forma clara quando está em causa a situação em algum dos nossos Estados-membros, como tem sido o caso da Guiné-Bissau, ou, ainda, no endosso mútuo de candidaturas a órgãos de organizações internacionais ou à organização de grandes eventos de expressão mundial.

Quero, a este propósito, manifestar, mais uma vez, o firme apoio de Portugal à candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho Permanente das Nações Unidas e agradecer o apoio activo de cada um dos vossos países à candidatura portuguesa ao mesmo órgão, como membro não permanente. Permitam-me que saúde, também, o reforco e alargamento das áreas da nossa cooperação, uma evolução de que é um exemplo relevante a nova Estratégia Comum para os Oceanos.

Senhores Chefes de Estado e de Governo

Caros amigos

A CPLP é uma organização jovem, ambiciosa e confiante quanto ao futuro. Queremos e saberemos ir mais longe. No entanto, há que reconhecer o extraordinário progresso que realizámos, em conjunto, no curto espaco de 14 anos.

Um progresso bem patente na regularidade e intensidade da nossa concertação política; no apoio concertado prestado a alguns dos nossos países irmãos, em horas mais difíceis; na multiplicidade e diversidade de áreas que cobrem as estruturas de diálogo e de articulação que compõem a nossa Comunidade; ou, ainda, no crescente interesse que as nossas actividades suscitam a nível internacional.

Um interesse internacional bem evidente no número e importância das organizações e países que já seguem, ou pretendem passar a seguir os nossos trabalhos, ou, ainda, nos pedidos de concessão do estatuto de Observador que nos têm chegado.

Este interesse é fruto do reconhecimento do peso que a CPLP já representa na cena internacional e da antevisão quanto ao que poderá representar, no futuro. Mas deve-se, ainda, à nossa imagem de coesão em torno dos laços, dos princípios e dos valores presentes nos nossos Estatutos e que definem a natureza e a personalidade da nossa Comunidade e que se revestem da maior importância para preservar a credibilidade e o reconhecimento que conseguimos granjear no decurso deste 14 anos.

Estou certo que será assim. Em nome desta família de povos que se espraia por quatro continentes e se reconhece numa identidade que faz com que nenhum de nós possa, alguma vez, sentir-se estrangeiro em qualquer um dos nossos países; em nome das ambições de quantos sonharam este projecto, como o saudoso Embaixador José Aparecido, cuja memória aqui evoco; em nome de tudo quanto soubemos alcançar, em conjunto, ao longo de 14 anos; em nome do futuro que

nos convoca e das esperanças e expectativas que em nós depositam os nossos cidadãos.

Termino agradecendo a todos a colaboração prestada a Portugal no exercício da nossa presidência.

# Banquete Oficial em Honra dos Grão-Duques do Luxemburgo

Palácio da Ajuda, 7 de Setembro de 2010

É com grande satisfação que eu e minha Mulher acolhemos Vossas Altezas Reais nesta que é a primeira Visita de Estado que efectuam a Portugal. Sei bem do carinho que Portugal Lhes merece, um país que conhecem bem, que é terra de origem de antepassados recentes de Vossa Alteza Real e onde contam com familiares e muitos e devotados amigos. Esperamos que se sintam, entre nós, como em vossa casa.

Foi assim que nos sentimos, eu próprio e minha Mulher, na visita que efectuei à comunidade portuguesa do Grão-Ducado, em Março de 2007.

Não esqueceremos nunca os gestos de atenção e de amizade de que fomos objecto, nessa ocasião, a despeito do momento doloroso que um luto recente havia trazido à Família de Vossas Altezas Reais.

Esta proximidade entre os nossos dois países reflecte uma amizade secular e constitui o melhor dos esteios para o futuro de uma relação que ambos estamos apostados em reforçar.

As nossas relações políticas são excelentes. Somos parceiros no projecto europeu, a nossa cooperação é ampla, as candidaturas respectivas dos nossos países no seio das Organizações Internacionais têm sido marcadas por um constante apoio mútuo.

Este balanço muito deve ao extraordinário elemento de ligação entre os nossos dois países que é a presença, no Luxemburgo, de uma bem integrada comunidade portuguesa, que abarca mais de 80 mil cidadãos e que representa uma parte significativa da população activa do Grão-Ducado.

Nos encontros que mantive com os portugueses e luso-descendentes do Luxemburgo, em Março de 2007, pude testemunhar o seu extraordinário apego ao país que os acolheu e o seu desejo de continuar a contribuir, activamente, para o desenvolvimento económico e social do Luxemburgo. Mas pude, igualmente, comprovar que esta determinação convive com o amor pelas suas tradições,

pelas suas raízes históricas e culturais. Não espantará, por isso, o entusiasmo com que receberam as alterações constitucionais que permitem a aquisição da nacionalidade luxemburguesa sem que se torne necessário renunciar à nacionalidade de origem.

Estou firmemente convencido de que o continuado sucesso da integração da comunidade portuguesa depende da compatibilização entre estas duas valências – a portuguesa e a luxemburguesa –, designadamente no domínio cultural. Nesse sentido, faço votos para que se encontrem soluções que permitam garantir uma melhor integração do ensino da língua portuguesa no sistema educativo luxemburguês, uma velha e conhecida aspiração da comunidade portuguesa. Estou certo de que todos os progressos nesse sentido constituirão um importante contributo para a formação educacional e o sucesso escolar dos jovens portugueses que residem no Luxemburgo.

A actual crise económica e financeira, que não poupou nenhum dos nossos países, reflectiu-se, naturalmente, de forma preocupante, nesta comunidade trabalhadora. Conheço os esforços em curso para fomentar uma maior cooperação bilateral no domínio do emprego e estou certo de que saberemos, em conjunto, identificar caminhos que favoreçam a formação e a requalificação profissional que as circunstâncias impõem.

O quadro de relacionamento de que dispomos permite-nos encarar o futuro com confiança e ambição.

Acredito que o Protocolo de Actualização da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e a Evasão Fiscal, que será assinado amanhã, os encontros empresariais que hoje tiveram lugar, bem como o Seminário Económico, constituirão um contributo determinante para incrementar e diversificar as nossas trocas comerciais, fomentar um maior fluxo de investimento e promover novas parcerias entre os nossos empresários, incluindo em países terceiros, designadamente os de língua portuguesa.

A esse propósito, sabemos do interesse crescente com que o Luxemburgo vem acompanhando os trabalhos da CPLP, bem patente na sua presença, como convidado, na recente Cimeira de Luanda, ou na participação, com Portugal e a Bélgica, no projecto de criação do Centro Comum de Vistos de Cabo Verde.

Portugal e o Luxemburgo são, hoje, parceiros activos e empenhados na concretização do ideal de integração europeia. Ambos pretendemos uma União Europeia mais forte, mais próspera e mais justa. Uma União Europeia mais capaz de se afirmar como actor credível na cena internacional.

Vivemos tempos exigentes. Aos desafios que a Europa já enfrentava vêm somar--se os que lhe impõem os efeitos da crise económica e financeira mundial, e que obrigam a um substancial reforco na coordenação das políticas económicas dos Estados-membros. Uma coordenação que, promovendo um acrescido controlo do défice e da dívida pública, não esqueça que o objectivo primordial é a criação de condições para a recuperação económica sustentada da Europa, o que passa pelo reforço da sua competitividade e da sua coesão.

Uma União Europeia que seja capaz de ultrapassar as dificuldades do presente de forma solidária, unida e coesa, será a União mais forte e mais credível de que necessitamos. Não desperdicemos, pois, esta oportunidade.

Altezas Reais

Excelentíssimas Autoridades

Minhas Senhoras e meus Senhores

Estou certo de que saberemos continuar a tirar partido da amizade que nos une, alimentando-a através de realizações concretas, no presente e no futuro. É com essa confiança que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde de Suas Altezas Reais, os Grão-Duques do Luxemburgo, ao povo amigo do Luxemburgo e à prosperidade das relações entre os nossos países. Muito obrigado.

# Banquete Oficial em Honra do Presidente da República Popular da China

Palácio da Ajuda, 6 de Novembro de 2010

Em 1508, o Rei de Portugal deu instruções ao Comandante da frota, que partiu à descoberta de Malaca, para «recolher todo o tipo de informações sobre os hábitos e costumes» dessa terra misteriosa, conhecida como o *Império do Meio*.

A riquíssima cultura milenar chinesa não mais deixaria de exercer um fascínio especial nos Portugueses. Estabelecemos relações regulares, abrimos rotas comerciais e iniciámos uma era de intercâmbio de conhecimentos, que marcou os rumos da História mundial. Os nossos povos aprenderam a conhecer-se e a respeitar-se, construindo laços de amizade que perduram até aos nossos dias. É com este mesmo espírito que dou as boas-vindas a Vossa Excelência, Senhor Presidente, à Senhora Dona Liu Yongqing, bem como à ilustre delegação que os acompanha nesta primeira Visita de Estado que realizam a Portugal. Uma Visita que, estou certo, muito contribuirá para o fortalecimento do nosso relacionamento.

Portugal e a China reestabeleceram relações diplomáticas em 1979. Temos razões para estar orgulhosos do caminho que percorremos, em conjunto, desde então.

Em 1987, tive a honra de subscrever, em nome de Portugal, a Declaração Conjunta Luso-Chinesa sobre a Questão de Macau, que reconheceu as características próprias do Território e abriu caminho a um processo de transição que constituiu um exemplo para o Mundo. Foram criadas as condições de confiança fundamentais para assegurar a estabilidade e o desenvolvimento económico e social de que Macau vem beneficiando.

Macau desempenha um papel central nas relações entre Portugal e a China, bem como da China com os países de língua oficial portuguesa. É o que atesta o Fórum de Macau, cuja próxima reunião, com a presença, entre outros, dos Chefes de Governo da China e de Portugal, suscita as maiores expectativas.

O nível de excelência que caracteriza o nosso relacionamento conduziu, em 2005, ao estabelecimento de uma Parceria Estratégica Global, num sinal da

determinação dos nossos dois países em prosseguir uma cooperação mutuamente vantajosa e voltada para o futuro.

E o futuro é promissor.

As reformas internas, a abertura e a crescente participação da China no sistema económico e financeiro mundial proporcionaram-lhe, nas três últimas décadas, índices notáveis de crescimento económico, com reflexos no nível e na qualidade de vida dos seus cidadãos. Um crescimento a que correspondeu uma crescente afirmação na cena política internacional.

Por seu lado, Portugal é um Estado-membro da União Europeia e da zona euro, com uma economia aberta, que aposta em áreas de inovação tecnológica que se revestem de um grande potencial para o desenvolvimento da nossa cooperação com a China.

A nossa situação geográfica e as relações privilegiadas e forte presença das nossas empresas em África e na América Latina, designadamente nos países de expressão portuguesa, são outros factores que fazem de Portugal um destino atractivo para o investimento chinês e que justificam uma aposta no estabelecimento de parcerias empresariais luso-chinesas.

Entendo, pois, que dispomos das condições para que seja possível o desejado progresso quantitativo e qualitativo nas nossas relações económicas e empresariais.

Os contactos empresariais e os acordos que serão assinados durante esta Visita permitirão, estou certo, que as nossas empresas e empresários se conheçam melhor, abrindo caminho a novas oportunidades de negócio e contribuindo, desse modo, para alterar o forte desequilíbrio que se verifica nas nossas trocas comerciais.

No domínio cultural, por seu turno, cabe-nos dar resposta ao interesse crescente dos nossos cidadãos, bem patente no aumento significativo do número de cidadãos chineses que pretendem aprender a língua portuguesa, assim como a procura crescente pelo ensino do chinês, em Portugal.

#### Senhor Presidente

Vivemos tempos de grandes desafios. A crise económica e financeira veio pôr em evidência a necessidade de uma revisão da arquitectura financeira e da regulação e supervisão, à escala global.

Esta não é, contudo, a primeira crise de dimensão global. Na véspera de mais uma importante Cimeira do G20, é importante recordar as licões que o passado nos legou.

Face à interdependência que caracteriza a realidade dos nossos dias, há que saber evitar a confrontação, o isolacionismo e o proteccionismo e trabalhar em conjunto em favor da abertura e transparência dos mercados e em nome de um sistema global mais justo e equilibrado, que privilegie o diálogo construtivo entre parceiros.

É com este espírito e com esta convicção que Portugal se prepara para exercer o seu mandato no Conselho de Seguranca das Nações Unidas, no biénio 2011--2012.

A necessidade de um reforço da cooperação e da coordenação internacionais confere um particular relevo às relações entre a União Europeia e a China. Portugal é um defensor activo do reforço dessas relações, um reforço assente no respeito mútuo e num diálogo sem reservas sobre todas as matérias de interesse comum.

## Senhor Presidente

A História, a cultura, os laços humanos e os interesses que partilhamos são pilares sólidos de relações que pretendemos cada vez mais dinâmicas e ambiciosas.

É nesse espírito que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde do Presidente Hu Jintao e da Senhora Liu Yongqing, ao reforço da amizade e da parceria estratégica entre Portugal e a China, e à prosperidade crescente dos nossos povos.

Muito obrigado.

# Encontro de Chefes de Estado e de Governo da Aliança Atlântica

Lisboa, 19 de Novembro de 2010

Permitam-me que comece por vos dar a todos as boas-vindas a Portugal e à nossa capital, Lisboa. Portugal recebe-vos como amigos e aliados.

Quer isto dizer que a vossa segurança é a nossa preocupação, assim como a nossa segurança é a vossa preocupação. Não existe vínculo mais forte entre países e povos.

Este é o nosso compromisso, Este é o nosso espírito. Não o esqueçamos, quando começarmos a discutir o futuro da Aliança, da nossa Aliança.

Mais de que nunca, o Mundo precisa e a segurança dos nossos cidadãos exige uma Aliança Atlântica credível. Tal implica uma Aliança que seja mais eficaz, mais bem preparada para antecipar e para responder aos desafios e às novas ameaças que enfrentamos.

Também necessitamos de uma Aliança aberta a uma cooperação frutuosa com os seus parceiros e com outras organizações internacionais, para alcançarmos um Mundo mais estável e mais seguro.

O novo Conceito Estratégico, o sistema antimísseis, a reforma da nossa organização, o novo programa sobre capacidades, a cooperação estratégica com a Rússia, a parceria com o Afeganistão, a cooperação com a União Europeia, são todas parte do processo de modernização em que estamos comprometidos.

Portugal, uma nação atlântica com vocação universal, país fundador, renova o seu firme empenho a favor de uma Aliança mais forte e mais credível. É um empenho de que fizemos prova por diversas vezes e que nos levou, desde o início, a colocar a nossa situação geoestratégica, os nossos meios e as nossas capacidades ao serviço da Aliança e do nosso projecto comum para a paz e para a estabilidade.

O rio que nos olha viu partir os primeiros navegadores europeus na descoberta de um Mundo que ultrapassasse as nossas fronteiras mais próximas. Foi este o começo da globalização moderna. Espero que este cenário seja uma fonte de inspiração para o vosso trabalho.

Desejo a todos uma reunião profícua. Estou certo que Lisboa será recordada na História como um ponto de referência para uma Aliança Atlântica melhor e mais forte.

Em Portugal, dizemos aos nossos melhores amigos: a minha casa é a tua casa. *Ma maison est la tienne. My home is your home.* Nada que se pudesse dizer hoje seria mais apropriado, entre amigos e aliados.

Muito obrigado.

Thank you.

Merci bien.

## Banquete Oficial em Honra do Grão-Mestre da Ordem Soberana e Militar de Malta

Palácio da Ajuda, 23 de Novembro de 2010

É com grande satisfação que eu e minha Mulher acolhemos Vossa Alteza Eminentíssima nesta Visita de Estado a Portugal, país cuja História está tão intimamente ligada aos destinos da Ordem Soberana de Malta. Disso mesmo são testemunho, entre outras, as figuras ilustres de Afonso de Portugal, Luís de Vasconcellos, António Manuel de Vilhena e Manuel Pinto da Fonseca, os Grão-Mestres portugueses que serviram a causa da Ordem Soberana de Malta e cuja capacidade empreendedora e visão humanista, em particular de António Manuel Vilhena e de Manuel Pinto da Fonseca, constituem um exemplo e um motivo de orgulho.

Nos nossos dias, esta relação de tão particular proximidade encontra expressão institucional no Acordo de Cooperação que liga Portugal à Ordem de Malta, há já quase 30 anos.

Portugal é exemplo da notável acção humanitária, assistencial e social que a Ordem Soberana de Malta vem desenvolvendo, desde os seus primórdios, em nome dos valores que nortearam os seus Fundadores e pelos quais se regem todos quantos, ao longo de mais de nove séculos, lhe têm consagrado o melhor do seu esforço.

Uma acção que se traduz na assistência a doentes, idosos, reclusos e peregrinos que, numa base estritamente voluntária, a Ordem e a Associação Portuguesa dos Cavaleiros de Malta levam a cabo.

Num tempo particularmente difícil para Portugal, em que todos somos chamados a dar o melhor do nosso contributo em favor dos nossos compatriotas mais atingidos pelos efeitos sociais da crise económica que o País atravessa, quero manifestar a Vossa Alteza Eminentíssima o mais profundo reconhecimento pela acção que a Ordem de Malta vem desenvolvendo.

Mas a acção humanitária e social da Ordem Soberana de Malta abrange, hoje, mais de 120 países, com um impacto concreto nas vidas de muitos milhões de pessoas a braços com os efeitos de conflitos, fomes e epidemias, independentemente da sua raça ou da sua religião.

É o caso, desde logo, dos restantes países de língua oficial portuguesa. Quero, por isso, sublinhar a importância de que se reveste a assinatura, amanhã, do Acordo de Cooperação entre a Ordem de Malta e a CPLP, o qual, estou certo, muito contribuirá para o desejado reforço da relação entre a Ordem Soberana de Malta e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

O mesmo se espera do relacionamento entre a Ordem e a União Europeia, no seguimento do Acordo de Cooperação recentemente assinado e com o qual Portugal muito se regozija.

## Alteza Eminentíssima

Estou certo de que Portugal e a Ordem Soberana de Malta saberão continuar a valorizar a histórica relação que os une e os valores em que ela assenta, deles dando testemunho através de realizações concretas, em favor dos mais necessitados, no presente e no futuro.

É nesse espírito que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde de Sua Alteza Eminentíssima o Príncipe e Grão-Mestre da Ordem de Malta, e à perenidade dos lacos de amizade e de cooperação entre a Ordem Soberana de Malta e Portugal.

Muito obrigado.

## Acto Inaugural da XX Cimeira Ibero-Americana

Mar del Plata, 3 de Dezembro de 2010

As minhas primeiras palavras são para agradecer, muito sensibilizado, à Presidente Cristina Fernández de Kirchner e, através dela, a todo o povo argentino, o acolhimento caloroso e fraternal que nos foi proporcionado.

Quero, ainda, cumprimentá-la, Senhora Presidente, por ter escolhido esta bela e dinâmica cidade de Mar del Plata para receber a XX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Mar del Plata, onde aportou, em 1519, esse grande navegador português, Fernão de Magalhães, e a cujo povoamento e desenvolvimento económico ficou ligado o nome de outro meu ilustre compatriota, Coelho de Meirelles, que aqui instalou a primeira unidade industrial.

Mar del Plata, berço de grandes figuras de relevo mundial, da vida política, cultural e desportiva deste extraordinário país.

Mar del Plata que passará, também, a ser recordada, estou certo, como um marco no fortalecimento dos laços, tão especiais, que unem os nossos povos e países.

## Senhora Presidente

## Caros amigos

Orgulho-me de fazer parte daqueles que, em 1991, na histórica Cimeira de Guadalajara, lançaram o processo das Conferências Ibero-Americanas. Um processo que é, hoje, uma referência na vida internacional.

Os desafios do nosso tempo reclamam a coordenação e a concertação de esforços entre os Estados. São, por isso, ainda mais evidentes, hoje, as vantagens do processo ibero-americano.

Nunca iludimos as divergências de opinião que são naturais no relacionamento entre os Estados. Mas tal não nos impediu de valorizar o muito que temos em comum e de avançar, de forma concreta e pragmática, na consolidação da nossa cooperação.

Foi isso que ocorreu, no ano passado, em Portugal, na Cimeira do Estoril, onde reflectimos sobre a importância do Conhecimento e da Inovação, debate de que

ANÍBAL CAVACO SILVA I POTEIBOS

resultou, entre outras medidas, a aprovação do Programa Ibero-Americano de Inovação. O mesmo sucederá, estou certo, desta vez, em Mar del Plata, onde seremos chamados a debater a «Educação para a Inclusão Social».

Quero saudar calorosamente a presidência argentina pela escolha deste tema. Aguardo com expectativa os resultados dos nossos trabalhos. É na educação que começa a inclusão. E é pela inclusão que construímos sociedades mais justas e mais democráticas, em que todos, sem excepção, possam beneficiar de oportunidades para terem uma vida melhor.

## Senhora Presidente

Caros amigos

A nação argentina celebra, este ano, à semelhança de muitos dos Estados aqui representados, o bicentenário da sua independência, uma independência que Portugal se orgulha de ter sido o primeiro país a reconhecer.

Transcorridos 200 anos, encontramo-nos aqui reunidos, como países adultos e soberanos, determinados a fazer daquilo que nos une, e que é muito, um instrumento ao serviço da construção de um futuro melhor para os nossos povos e países.

Esta é, não tenho dúvidas, a melhor maneira que podíamos ter encontrado de celebrar a História. Voltados para o futuro. Com confiança. Com ambição.

Muito obrigado. *Muchas gracias.* 

## Sessão de Trabalho da XX Cimeira Ibero-Americana

Mar del Plata, 4 de Dezembro de 2010

Quero começar por me associar à homenagem ao grande político que foi o Dr. Nestor Kirchner.

Esta Cimeira tem lugar num ano marcante para a História dos nossos países, um ano em que uma larga maioria dos Estados aqui representados, começando, desde logo, pela Argentina, que tão fraternalmente nos acolhe, comemora o bicentenário da sua independência.

Como tive oportunidade de dizer, ontem, no Acto Inaugural, transcorridos 200 anos, não poderia haver melhor forma de comemorar essas datas históricas do que reunidos, como Estados livres e soberanos, para reafirmar a nossa vontade comum de tirar partido do que nos une, que é muito, para edificar um futuro melhor para os nossos povos.

As nações que não zelam pela sua História, pelo conhecimento e valorização do seu passado, arriscam-se a não ter futuro. Mas também é certo que, a uma nação que não investe no seu futuro, de pouco lhe servirá a sua História.

Quero, por isso, saudar, mais uma vez, calorosamente, a Presidente Cristina Fernández de Kirchner, pela escolha do tema desta Cimeira.

Nada poderia ser mais apropriado do que assinalar as Comemorações dos Bicentenários fazendo sobressair o papel da educação na construção do futuro de cada uma das nossas nações.

Por alguma razão a educação foi a primeira expressão da responsabilidade social do Estado moderno, para além das funções tradicionais de soberania. Os sistemas nacionais de ensino têm sido os instrumentos decisivos na promoção da inclusão cívica, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, conscientes da importância da sua participação na definição dos destinos da sociedade em que se inserem.

Sabemos que não temos sociedades perfeitas, nem escolas perfeitas.

Embora em graus diferentes, as nossas sociedades continuam a enfrentar problemas decorrentes das desigualdades de distribuição do rendimento, da multiplicação

das situações de exclusão social, da dificuldade em criar a riqueza suficiente para garantir o emprego e a protecção na infância, na velhice, nas situações de incapacidade física e mental, na doença e no desemprego.

Estas circunstâncias conferem um valor e uma premência ainda maiores à educação das novas gerações, à sua formação e qualificação. Temos de prepará-las para enfrentar os desafios destes novos tempos de aceleração da História e de intensificação dos mecanismos de competição à escala global.

Precisamos de cidadãos culturalmente mais ricos e abertos ao Mundo e à diversidade, mais inovadores e mais empreendedores, mais livres, mais autónomos. politicamente mais responsáveis e socialmente mais solidários. A cooperação entre os nossos países tem, aqui, um papel fundamental, através da promoção do intercâmbio entre os nossos estudantes e estabelecimentos de ensino.

A escola é, pela sua natureza, uma instituição inclusiva. É ela que permite qualificar os mais jovens e, deste modo, encurtar a distância entre os que podem beneficiar do acesso às oportunidades de bem-estar e de realização pessoal e aqueles que têm dificuldades em libertar-se das situações de pobreza e de exclusão social.

Uma escola de sucesso é o passo decisivo para uma sociedade mais coesa, mais justa, mais livre e mais desenvolvida.

No entanto, podemos ter gerações mais capacitadas, mas, se não lhes proporcionarmos mais e melhores oportunidades, de pouco servirá o investimento feito. É, por isso, fundamental criar condições para que as instituições, as empresas, as comunidades locais e as organizações cívicas sejam fonte de oportunidades.

Uma economia ou uma sociedade que não gera oportunidades para as gerações mais novas arrisca-se a perder uma parte significativa do seu investimento e do seu capital humano em favor de outros países que as souberam acautelar e promover.

Em economias cada vez mais globalizadas, a crescente mobilidade do factor trabalho é uma ameaça para os países carenciados de capital humano.

O desafio é, pois, promover uma educação que desenvolva maiores capacidades, numa sociedade livre e dinâmica, capaz de assegurar mais e melhores oportunidades. É esta a única combinação capaz de garantir a inclusão, uma inclusão

que é essencial para que cada um dos nossos cidadãos se assuma como parte de um projecto colectivo de esperanca e de confianca na construção de um futuro melhor.

## Senhora Presidente

## Caros amigos

As minhas últimas palavras, quero dirigi-las ao nosso amigo, Presidente Lula da Silva. Para lhe dizer, Presidente, que estas Cimeiras vão sentir muitas saudades da força das suas convicções, da inteligência com que as serviu, da sua tão genuína e generosa humanidade. Foi uma das figuras que mais intensamente têm marcado – e continuarão a marcar – o nosso tempo. Não vou dizer-lhe adeus. Nunca se diz adeus aos amigos. Quero apenas aproveitar uma hora especial para lhe desejar a melhor sorte, as maiores felicidades. E para lhe dizer: obrigado, amigo; obrigado, Presidente.

Muito obrigado a todos.

## Banquete Oficial em Honra do Presidente da República Federal da Alemanha

Palácio da Ajuda, 10 de Fevereiro de 2011

É com o maior gosto que dou as boas-vindas ao Presidente Christian Wulff e a sua Mulher, bem como a toda a comitiva que os acompanha nesta que é a primeira visita de um Chefe de Estado a Portugal desde a minha reeleição como Presidente da República.

Esperamos que se sintam, no nosso País, tão bem acolhidos como minha Mulher e eu nos sentimos por ocasião da Visita de Estado que efectuámos à Alemanha, em Março de 2009, e que tão gratas recordações nos deixou.

Na pessoa do Presidente Wulff, Portugal acolhe o mais alto representante de um país amigo e aliado, de um parceiro, com quem partilha um relacionamento secular e um futuro comum, no quadro da União Europeia.

Portugal não esquece o apoio determinante da Alemanha na nossa caminhada pela Liberdade e pela Democracia e no percurso que conduziu à nossa adesão à então Comunidade Económica Europeia.

O processo de integração europeia, com o qual ambos estamos firmemente comprometidos, aproximou ainda mais os nossos povos e países. Uma proximidade que se reflecte nos mais variados sectores de actividade, com implicações directas na vida dos nossos cidadãos.

A Alemanha ocupa um dos lugares cimeiros entre os nossos parceiros económicos. É o nosso segundo maior cliente, o segundo maior fornecedor e um dos mais importantes investidores externos.

São muitas as empresas alemãs que escolheram Portugal para se instalar. Os bons resultados que vêm alcançando, a despeito de um contexto internacional adverso, são a mais clara demonstração do sucesso dessa aposta.

Muitas são, igualmente, as empresas portuguesas que investem, hoje, no mercado alemão, e empresários, cientistas, arquitectos, estudantes e académicos estão a criar parcerias que reforçam os laços existentes e fortalecem a confiança no futuro.

uma significativa e particularmente bem integrada comunidade de origem portuguesa, veículo disseminador da nossa cultura e da nossa identidade.

O nosso nível de cooperação muito deve, também, à presenca na Alemanha de

Aquilo que temos sabido construir permite que sejamos ambiciosos quanto ao futuro.

Domínios como o das energias renováveis, da biotecnologia, das indústrias criativas ou da economia do mar são exemplos de áreas com um elevado potencial para o fortalecimento da nossa cooperação. A complementaridade e convergência de interesses entre os nossos empresários relativamente à presença noutras regiões, como é o caso dos países de expressão oficial portuguesa em África e na América Latina, oferece, igualmente, oportunidades que devem ser aproveitadas.

#### Senhor Presidente

A 3 de Outubro de 1990, o Mundo assistia, com emoção e esperança, à reunificação da Alemanha, um empreendimento de cujo sucesso alguns duvidavam, mas que todos hoje reconhecem como um símbolo maior da unidade do nosso Continente e do sucesso da integração europeia.

Vinte anos volvidos, a União Europeia encontra-se novamente perante um desses momentos que são definidores do curso da História.

A natureza dos grandes desafios do nosso tempo e as transformações que se vêm operando nas relações de força a nível internacional exigem, mais do que nunca, uma União Europeia que saiba actuar de forma coesa, solidária e determinada. Sejamos claros: a forma como enfrentarmos as dificuldades do presente determinará o que seremos no futuro.

A introdução do euro, como lembrou Helmut Kohl, constituiu um ponto de viragem decisivo na História da Europa. O euro é, hoje, um pilar de sustentação da própria integração europeia. Cabe, por isso, aos líderes europeus, aos Estados-membros, às instituições europeias, a inadiável responsabilidade de defender a União Económica e Monetária e de garantir que a sua governação é eficaz, credível e transparente.

A defesa da União Económica e Monetária é indissociável do rigor na gestão das contas públicas. Mas passa, igualmente, pela definição e execução de uma

agenda estratégica comum e solidária, capaz de relançar o crescimento económico, criar emprego, promover a competitividade e reforçar a coesão. Assim se garantirá que a construção europeia continue a ser o grande projecto portador de confiança e de esperança para o futuro dos Europeus.

## Senhor Presidente

Portugal e a Alemanha partilham objectivos e interesses em relação a múltiplos temas da agenda internacional. Uma agenda que é hoje caracterizada por um elevado grau de volatilidade e de incerteza.

Estou certo de que a presença dos nossos dois países no Conselho de Segurança das Nações Unidas constituirá uma oportunidade para alargar e aprofundar a coordenação das nossas posições e, por esse meio, afirmar os objectivos consagrados no Tratado de Lisboa, no domínio da acção externa da União Europeia.

## Minhas Senhoras e meus Senhores

É com confiança no futuro que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde e felicidade do Presidente Christian Wulff e da Senhora Dona Betina Wulff, ao fortalecimento das relações entre Portugal e a Alemanha e à prosperidade crescente dos nossos povos e países.

# Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático

Palácio de Queluz, 25 de Fevereiro de 2011

Quero começar por agradecer a vossa presença e desejar, a todos vós, às vossas famílias e aos vossos países, um feliz e próspero 2011.

Gostaria, ainda, de expressar o meu sincero reconhecimento pelas felicitações que Sua Excelência Reverendíssima o Núncio Apostólico me dirigiu, na qualidade de Decano do Corpo Diplomático, e pelas suas amáveis palavras, que muito me sensibilizam. Portugal não esquece a memorável Visita de Sua Santidade o Papa Bento XVI, que marcou de forma tão viva o ano que passou. Num tempo de sérios desafios, a Sua mensagem de serenidade e de esperança permanece, indelével, no coração dos Portugueses.

## Minhas Senhoras e meus Senhores

Em 2010, Portugal celebrou o centenário da implantação da República e os 25 anos da sua adesão à então Comunidade Económica Europeia, dois acontecimentos com implicações determinantes na História do País e para o seu posicionamento internacional.

Foi um ano particularmente intenso para a política externa portuguesa, com resultados muito significativos em várias frentes.

Coube a Portugal acolher uma das Cimeiras mais relevantes da Aliança Atlântica. A cidade de Lisboa ficará associada, doravante, à definição das grandes linhas por que se pautará a acção futura da Aliança, incluindo o seu relacionamento com outros países, como a Rússia, e com outras Organizações, em particular a União Europeia.

Foi, também, no ano passado que se concluiu a presidência portuguesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com a passagem do respectivo testemunho a Angola.

Os resultados alcançados nos últimos anos e as Conclusões da Cimeira de Luanda confirmam o caminho notável percorrido pela CPLP, num espaço de

tempo relativamente curto. Estou certo de que, sob a orientação da presidência angolana, novos passos serão dados em benefício da afirmação da CPLP na cena internacional e do reconhecimento da projecção crescente da língua portuguesa.

Ainda em 2010, Portugal transmitiu à Argentina a presidência da Cimeira Ibero--Americana. Temos razões para nos congratularmos com os progressos a que a Cimeira Ibero-Americana tem conduzido na cooperação entre os seus membros, a despeito de naturais diferenças de posições. Uma dinâmica que se manterá, estou convicto, no decurso da presidência da Argentina.

O ano que terminou foi, igualmente, o ano da eleição de Portugal como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o biénio 2011-2012. No discurso que pronunciei, perante vós, em Janeiro de 2010, tive oportunidade de apelar ao apoio dos vossos países à nossa candidatura. Quero, hoje, agradecer a prova de confiança que reflectiu a votação alcançada por Portugal e assegurar-vos que tudo faremos para estar à altura das responsabilidades que ela comporta, numa hora em que a agenda internacional se vê a braços com inúmeros factores de incerteza.

Incerteza a que não escapa a União Europeia, chamada, ao longo de 2010, a fazer prova de coesão, solidariedade e determinação na resposta aos efeitos da crise e às ameaças à União Económica e Monetária.

Senhoras e Senhores Embaixadores

Senhoras e Senhores Chefes de Missão

Minhas Senhoras e meus Senhores

É inevitável que a incerteza se afirme como marca de um tempo em que os acontecimentos se sucedem a um ritmo e a uma escala que transformam numa temeridade a maior parte dos exercícios de previsão.

Perante esta realidade, mais necessário se torna estarmos atentos à evidência de algumas constantes de que a História nos vem dando exemplo, para não somarmos à incerteza com que já temos de lidar situações que poderíamos ter acautelado.

Uma delas é a ocorrência de perturbações económicas, sociais e políticas relacionadas com o acesso e a gestão de recursos estratégicos, recursos que as limitações da natureza e o tendencial aumento da procura fazem, cada dia, mais escassos.

Na intervenção do ano passado, manifestei a minha apreensão com a possibilidade de a crise económica e financeira nos fazer esquecer que, imediatamente antes dela, o Mundo se vira a braços com os gravíssimos efeitos do aumento dos preços dos combustíveis e dos produtos alimentares. Alertei para os riscos de um possível regresso a essa situação, aos primeiros sinais de uma retoma económica que conduzisse a um aumento da procura, ou em resultado de conflitos que comprometessem os fornecimentos. Receio bem que a evolução recente da situação internacional não seja de molde a sossegar os espíritos quanto a esta preocupação. Muito pelo contrário.

Outra tendência que se vem acentuando é a interdependência entre os povos e as nações, fruto da interpenetração de interesses, da natureza global de muitas das questões com que nos vemos confrontados, e dos próprios progressos nos meios e nas formas de comunicação.

Não quero com isto dizer que caminhemos para um modelo único de sociedade, no qual, como que por encanto, se passasse a rever a extraordinária diversidade cultural e civilizacional que caracteriza a realidade internacional. O que julgo inquestionável é que, cada vez mais, as diferentes opções de cada um dos nossos povos e países serão influenciadas e, até, por vezes, determinadas pelo que nos chegar de outras paragens.

São inglórios, e sê-lo-ão cada vez mais, os esforços para impor barreiras aos efeitos do que ocorre noutros países e com outros povos.

Outra constante de que a História tem fornecido amplos exemplos é a instabilidade associada a sentimentos de injustiça, de exclusão ou de humilhação, à ausência de sinais de esperança, verdadeiras sementes de revoltas e conflitos, seja no trato entre as nações, seja na relação entre governantes e governados.

## Minhas Senhoras e meus Senhores

A leitura da actualidade internacional à luz destas constatações leva-nos a concluir que a paz, a estabilidade e o progresso económico e social a que todos almejamos impõem a necessidade absoluta da cooperação e da solidariedade

entre os Estados na gestão dos recursos, na resposta às ameaças e na resolução dos conflitos, e não podem ser construídos, em bases sólidas, sem o respeito pela vontade dos povos e pela dignidade das nações.

Foram estes, afinal, os propósitos e os ideais que inspiraram o projecto de integração europeia. Um projecto em nome do qual a guerra deu lugar à unidade, o conflito à cooperação, a exclusão à solidariedade, o nacionalismo à partilha de soberania. Convém recordá-lo, sobretudo quando a União Europeia se vê confrontada com desafios que põem à prova a sua essência, a coesão e a solidariedade entre os seus membros.

Vivemos um tempo em que se desenham novos equilíbrios na cena internacional e em que novos actores são chamados a assumir responsabilidades acrescidas. Estou firmemente convencido de que esta nova realidade requer uma União Europeia forte e coesa, capaz de contribuir para a procura de soluções para os grandes problemas do nosso tempo, sejam eles a prevenção da ocorrência de novas crises económicas, financeiras, alimentares ou energéticas, os efeitos das alterações climáticas, o combate ao terrorismo, ou a promoção do desarmamento. Mas este Mundo incerto e volátil necessita, também, do sucesso da União Europeia como referencial de construção da paz e da prosperidade entre povos e nações.

Esta União Europeia só será possível se, internamente, souber continuar a ser um factor de esperança para os seus cidadãos e, externamente, for capaz de se afirmar como promotora da paz, do progresso económico e social, da liberdade, do respeito pelos direitos do homem e da estabilidade.

Portugal sempre se bateu por uma União Europeia aberta ao Mundo, incluindo, desde logo, aos países na sua vizinhança. Os acontecimentos recentes na margem sul do Mediterrâneo vieram, justamente, sublinhar esta necessidade.

Não cabe, por certo, à União Europeia substituir-se à vontade dos povos, nem ditar-lhes o caminho a trilhar. Mas é fundamental que saiba dar um contributo activo para criar condições que permitam que a afirmação dessa vontade possa conduzir à formação de sociedades mais justas, mais livres e mais desenvolvidas. É sua obrigação e é do seu interesse.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Agradecendo, mais uma vez, a vossa presenca, quero assegurar-vos que Portugal continuará firmemente empenhado em que a sua acção externa, a nível bilateral e nas organizações internacionais a que pertence, contribua para a promoção da paz e da estabilidade, num Mundo mais justo e mais solidário. Muito obrigado.



# Declaração relativa à promulgação do diploma da Assembleia da República que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo

Palácio de Belém, 17 de Maio de 2010

A Assembleia da República aprovou, no passado mês de Fevereiro, uma lei que permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

É de lamentar que não tenha havido vontade política para alcançar um consenso partidário alargado sobre uma matéria de tão grande melindre, de modo a evitar clivagens desnecessárias na sociedade portuguesa.

Face à grave crise que o País atravessa e aos complexos desafios que tem à sua frente, importa promover a união dos Portugueses e não dividi-los, adoptar uma estratégia de compromisso e não de ruptura.

As forças partidárias que aprovaram o diploma não quiseram ponderar um princípio elementar da acção política numa sociedade plural: o de escolherem, de entre as várias soluções jurídicas, aquela que fosse susceptível de criar menos conflitualidade social ou aquela que pudesse ser aceite pelo maior número de cidadãos, fosse qual fosse a sua visão do mundo.

Considero que não teria sido difícil alcançar um compromisso na Assembleia da República se tivesse sido feito um esforço sério nesse sentido.

Bastava ter olhado para as soluções jurídicas encontradas em países como a França, a Alemanha, a Dinamarca ou o Reino Unido que, como é óbvio, não são discriminatórias e respeitam a instituição do casamento enquanto união entre homem e mulher.

Nesses países, à união de pessoas do mesmo sexo foram reconhecidos direitos e deveres semelhantes aos do casamento entre pessoas de sexo diferente, mas não se lhe chamou casamento, com todas as consequências que daí decorrem.

Aliás, no mundo inteiro, só em sete países é designada por «casamento» a união entre pessoas do mesmo sexo. Dos 27 Estados da União Europeia, são apenas quatro aqueles que o fazem.

Assim, decidi promulgar, hoje, a lei que permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

Não é, portanto, verdadeira a afirmação de que a inexistência do casamento entre pessoas do mesmo sexo corresponde a um fenómeno residual no mundo contemporâneo, um resquício arcaico típico de sociedades culturalmente mais atrasadas.

Não me parece que alguém, honestamente, possa qualificar o Reino Unido, a Alemanha, a França, a Suíça ou a Dinamarca como países retrógrados.

O diploma da Assembleia da República que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi por mim submetido à fiscalização preventiva do Tribunal Constitucional, tendo por este sido considerado não inconstitucional.

Tal não impede, contudo, que o Presidente da República possa ainda utilizar o poder de veto que a Constituição lhe confere e devolver o diploma ao Parlamento.

Importa, no entanto, ponderar os efeitos práticos de uma tal decisão e ter em devida conta o superior interesse nacional, face à dramática situação em que o País se encontra.

Conhecidas que são as posições expressas aquando do debate do diploma na Assembleia da República, tudo indica que as forças políticas que o aprovaram voltariam a aprová-lo.

Nessas circunstâncias, o Presidente da República seria obrigado a promulgá-lo no prazo de oito dias.

Sendo assim, entendo que não devo contribuir para arrastar inutilmente este debate, o que acentuaria as divisões entre os Portugueses e desviaria a atenção dos agentes políticos da resolução dos problemas que afectam gravemente a vida das pessoas.

Como Presidente da República, não posso deixar de ter presente os milhares de Portugueses que não têm emprego, o agravamento das situações de pobreza, a situação que o País enfrenta devido ao elevado endividamento externo e outras dificuldades que temos de ultrapassar.

Os Portugueses recordam-se, certamente, de que, na minha mensagem de Ano Novo, alertei para o momento muito difícil em que Portugal se encontra e disse mesmo que podíamos «caminhar para uma situação explosiva». E disse, também, que não é tempo de inventarmos desculpas para adiar a resolução dos problemas concretos dos Portugueses.

Há momentos na vida de um País em que a ética da responsabilidade tem de ser colocada acima das convicções pessoais de cada um.

## Artigo «Portugal – 25 Anos de Integração Europeia»

Revista EUROPA NOVAS FRONTEIRAS n.º 26/27, Centro de Informação Europeia Jacques Delors

É com especial satisfação que me associo a esta iniciativa do Centro Jacques Delors relativa aos vinte e cinco anos que ora se cumprem do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Não esqueço que o Centro de Informação Jacques Delors foi criado em 1995, por proposta do Governo português e com o apoio do seu patrono, então Presidente da Comissão Europeia.

A integração nas Comunidades Europeias constitui um dos marcos mais relevantes da História de Portugal no século XX.

Há vinte e cinco anos, concluíam-se com sucesso as negociações de adesão e, em 1 de Janeiro de 1986, Portugal tornou-se no décimo primeiro Estado-membro das Comunidades Europeias.

É um imperativo de justiça lembrar, com merecido reconhecimento, líderes que foram decisivos nas longas e difíceis negociações de adesão. A visão e sentido estratégico de Mário Soares e Medeiros Ferreira, a persistência negocial de Sá Carneiro e de Freitas do Amaral, o empenhamento de Francisco Pinto Balsemão, João Salgueiro e Jaime Gama, marcaram o sucesso das negociações de adesão. Mas uma palavra muito especial devo dedicar a Ernâni Lopes. Quer como Representante de Portugal junto das Comunidades Europeias, quer como Chefe Negociador, o seu contributo foi crucial para levar Portugal a integrar o clube restrito de países da integração europeia.

Neste reencontro com a Europa, em certa medida um reencontro com a sua própria História, Portugal assumiu em pleno o seu papel de parceiro responsável e solidário no desafiante projecto de construção europeia. Consolidou a democracia, promoveu o desenvolvimento, afirmou-se no Mundo.

Quando olhamos para o percurso destes vinte e cinco anos, é preciso, desde logo, reconhecer que o nosso País não se limitou a colher os legítimos benefícios da adesão, pois também adicionou valor ao projecto de integração europeia, parti-

332

lhando a sua ímpar identidade secular, a sua visão do Mundo e os seus activos de relação privilegiada com as mais diversas regiões, em particular a América Latina e África.

Quando aderimos, há vinte e cinco anos, o maior desafio a vencer era o da credibilidade. Sabíamos que a Europa ainda olhava para Portugal com alguma desconfiança, às vezes mesclada de algum paternalismo distante. Os nossos parceiros ainda se perguntavam se Portugal seria capaz de suportar o impacto da adesão e de participar em pleno nas políticas europeias. A resposta a essa questão foi exemplarmente dada pelo nosso desempenho. Superámos o teste da credibilidade. Quando Jacques Delors designou Portugal como «o bom aluno», numa expressão feliz, mas não raro mal interpretada por alguns, quis justamente evidenciar que o nosso País tinha sabido ultrapassar as desconfianças e era considerado, unanimemente, como um parceiro sério, estável, solidário. Chegou mesmo a afirmar que Portugal participava na integração europeia como se tivesse sido um dos seus fundadores.

Essa credibilidade conquistada fundou-se, em primeiro lugar, no desempenho interno do País, seja pelo eficaz e estável funcionamento das instituições democráticas e da Administração, seja pela recuperação da economia. Fundou-se igualmente na capacidade para aceder aos fundos estruturais, usando-os de uma forma intensa para promover o progresso económico e social do País.

Mas a credibilidade alcançou-se, também, a partir da nossa participação efectiva nas instituições comunitárias. Cultivando o rigor, o espírito de cooperação e a solidariedade, Portugal soube granjear o respeito dos seus parceiros. Essa credibilidade foi decisiva para poder defender com eficácia o interesse nacional. E permitiu-nos também ter iniciativa e desenhar soluções inovadoras à escala comunitária para responder a interesses específicos do nosso País. São disso exemplo o Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (PEDIP) e o conceito de Regiões Ultraperiféricas, que fundou os programas de apoio à Madeira e aos Açores.

O modo como exercemos as três presidências do Conselho da União Europeia, em 1992, 2000 e 2007, fortaleceu o nosso capital de afirmação. Em 1992, eu próprio presidi, então na qualidade de Primeiro-Ministro, ao Conselho Europeu de Lisboa. Aqui se decidiu a criação do Fundo de Coesão, as principais orientações

para o que viria a ser o Pacote Delors II e as grandes linhas estratégicas para o futuro alargamento da União Europeia. Recordo grandes protagonistas desse Conselho, como François Mitterrand, entretanto já desaparecido, Helmut Kohl, Felipe González e o próprio Jacques Delors, actores decisivos de uma década fulgurante do processo de integração europeia. Em 2000, sob presidência portuguesa, foi estabelecida a Estratégia de Lisboa. E, em 2007, na mais recente presidência portuguesa, foi concluída a negociação do Tratado de Lisboa, fechando longos anos de impasse institucional.

Ao longo destes anos, Portugal conseguiu assegurar um lugar na linha da frente da construção europeia. É oportuno recordar que Portugal aderiu justamente no momento em que a integração europeia conheceu uma aceleração ímpar, o que impôs ao nosso País não apenas a exigência de se adaptar ao acervo comunitário existente à data da adesão, mas também a capacidade de acompanhar o ritmo das intensas mudanças que se foram produzindo.

Com o Acto Único Europeu, lançou-se o mercado único, de par com o princípio da coesão económica e social. Com os Acordos de Schengen, sete países da União Europeia anteciparam a livre circulação de pessoas, realizando em pleno o espaço sem fronteiras concebido no Acto Único Europeu. E, com o Tratado da União Europeia, criou-se uma União Monetária hoje já plenamente concretizada.

Ora, Portugal levou por diante o mercado único, fez parte do primeiro grupo de países Schengen e integrou a moeda única desde o princípio, superando desconfianças e resistências vindas de vários lados. Ou seja: acompanhou o exigente ritmo de aprofundamento da integração, revelando não só vontade política, mas também efectiva capacidade reformista para se adaptar às mudanças. Esse desempenho português colocou-nos no centro do processo de construção europeu.

No balanço destes vinte e cinco anos de integração, não pode deixar de relevar-se o impacto económico-social. Os primeiros quinze anos de adesão foram particularmente fecundos, registando-se uma convergência real com a Europa acima das expectativas. O fraco desempenho da economia portuguesa registado nos anos mais recentes não apaga os progressos alcançados. Quando aderimos, o nosso Produto *per capita* situava-se à volta de 53 por cento da média comunitária; quinze anos depois estávamos mais de vinte pontos percentuais acima,

ou seja, perto de 75 por cento, significando um ritmo de convergência real que só foi superado pela Irlanda.

Esse bom desempenho económico assentou em quatro elementos decisivos: a modernização do quadro legal e administrativo, favorecendo uma economia aberta e competitiva; as reformas estruturais levadas a cabo; o acesso aos fundos comunitários; e a atracção do investimento directo estrangeiro.

Todavia, o impacto da adesão foi muito para além dos fluxos financeiros. Atacaram-se os vícios administrativos do proteccionismo, abriu-se a economia à iniciativa, estimulou-se a procura de eficiência e cultivaram-se elevados padrões de qualidade. Ou seja, favoreceu-se o marco competitivo e consolidou-se um modelo económico e social compatível com as democracias ocidentais.

É uma evidência que os fundos estruturais impulsionaram a economia portuguesa, mormente pela modernização e valorização das nossas infra-estruturas que tinham, à data da adesão, um atraso considerável face à Europa. Aos fundos da União Europeia associou-se o investimento directo estrangeiro, que quintuplicou nos primeiros cinco anos após a adesão. Investimento que trouxe tecnologia, mercado, organização e criação de emprego.

Importa sublinhar um outro impacto relevante da adesão: as relações com a Espanha. Em 1986, descobrimos novas dimensões na relação com o país vizinho. Já não apenas o competidor, às vezes exacerbado por um passado de antagonismos, mas, acima de tudo, o parceiro da União Europeia. E descobrimos o mercado de grande potencial. E as sinergias de proximidade traduzidas em comércio, em investimento, em serviços, em concertação regional, mas também em intercâmbio cultural, que atingiu níveis nunca alcançados. E se é verdade que os dois países nem sempre têm, nem têm de ter, uma simétrica convergência de interesses e de orientação, não é menos verdade que, em muitos temas da agenda europeia, há uma convergência que deve ser cultivada. A intensidade das relações lusoespanholas não pode senão reforçar-se no contexto da integração europeia.

Um olhar sobre estes vinte e cinco anos traz também ao de cima uma outra consequência da nossa participação na União Europeia: o reforço da nossa voz na cena internacional. Ao contrário do que alguns anteciparam, Portugal incrementou, com a adesão, os laços com os seus parceiros tradicionais extra-europeus, nomeadamente com os países da lusofonia, mas também, por exemplo, com os

países mediterrânicos. A causa de Timor-Leste, que saiu vitoriosa com o reconhecimento da independência, embora em contexto de dramático sofrimento, beneficiou do nosso estatuto de Estado-membro da União Europeia, quando tivemos que defender essa orientação nas instâncias internacionais. A nossa capacidade de interagir com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, nomeadamente nas áreas da cooperação, saiu também reforçada, e a nossa participação na União Europeia permitiu àqueles nossos parceiros um acesso mais facilitado a meios e recursos.

Noutro prisma, Portugal contribuiu muito activamente, ao longo destes vinte e cinco anos, para o reforco das relações da União Europeia com outros países e regiões, designadamente aquelas com quem temos laços privilegiados. É bem ilustrativo que tenha tido lugar em Guimarães, sob presidência portuguesa, e perante o cepticismo de muitos, o primeiro encontro União Europeia-Mercosul. Ou que tenha sido sob presidência portuguesa que se tenha institucionalizado o diálogo da União Europeia com a Índia. Ou que, bem recentemente, tenhamos liderado a cimeira UE-África.

Para o sucesso que tem sido a integração de Portugal na União Europeia há ainda dois factores que devo destacar.

Em primeiro lugar, o facto de ter sido possível cultivar uma ampla convergência estratégica em torno da nossa participação na União Europeia, por parte das principais forças políticas e dos parceiros económicos e sociais, convergência também revelada na cooperação entre órgãos de soberania.

Em segundo lugar, a qualidade e competência dos portugueses que têm integrado as instâncias comunitárias. O seu desempenho tem contribuído muito para o prestígio do nosso País. A este propósito, não posso, também, deixar de referir as responsabilidades que foram atribuídas a José Manuel Durão Barroso, como Presidente da Comissão Europeia, agora já em segundo mandato.

Ao atribuir-lhe a liderança da Comissão Europeia a Europa ponderou, acima de tudo, os seus méritos e qualificações, mas reconheceu igualmente o desempenho de Portugal como membro da União Europeia.

Quero também, nesta ocasião, testemunhar o meu apreço e reconhecimento por todos aqueles que, ao longo destes vinte e cinco anos, representaram Portugal, aos mais diversos níveis, nos órgãos de decisão comunitária. Governantes,

diplomatas, técnicos que, defendendo o interesse nacional, souberam também contribuir para a defesa do interesse comum europeu. Muito deve o nosso País à competência desses portugueses que dedicaram o melhor do seu esforço à integração europeia.

Entendo que o desafio da integração é um desafio permanente, nunca definitivamente vencido. Portugal estará sempre debaixo de um apertado escrutínio europeu, quer quanto à situação das suas finanças públicas, quer quanto ao desempenho da sua economia, quer ainda quanto à sua prestação nas instituições europeias.

E, de novo, o processo da integração europeia volta a enfrentar difíceis e complexos desafios. Entre eles, o desafio da globalização e de uma nova ordem multilateral e multipolar emergente.

A crise actual não é provavelmente mais grave do que outras que foram superadas pela integração europeia ao longo da sua história.

E o que é oportuno sublinhar é que a integração europeia não é a causa das dificuldades, antes representa a resposta aos problemas. As questões sensíveis que os cidadãos europeus hoje enfrentam, como o desemprego, a segurança e a competição internacional, não sugerem menos Europa. Pelo contrário, recomendam mais integração europeia.

Fundamental é manter o tríptico com que Jacques Delors definiu, há alguns anos atrás, o quadro de acção da União Europeia: «a competição que estimula, a cooperação que reforça, a solidariedade que une». Eis o que é necessário manter como referência: um quadro competitivo e eficiente, uma cooperação reforçada e uma solidariedade tangível.

Alguns descrêem já do Tratado de Lisboa, apenas alguns meses depois da sua entrada em vigor. Que não se peça ao Tratado de Lisboa aquilo que só a vontade dos Estados e dos povos da Europa pode dar. É nessa construção da vontade comum que temos de persistir sem falhas de empenho e sem nacionalismos retrógrados.

Vinte e cinco anos depois podemos dizer: valeu a pena. E podemos dizer mais: Portugal contribuiu decisivamente para fazer avançar o processo de construção europeia, em vários momentos que são marcos reconhecidos pelos nossos parceiros e pelas instituições europeias.

É esse mais um estímulo para enfrentarmos os desafios dos próximos vinte e cinco anos.

## Artigo de Opinião «Soluções à Escala Global»

Revista VISÃO de 30 de Setembro de 2010

Ao celebrar cem anos de existência, a República não constitui hoje um «problema» na sociedade portuguesa, nem representa, em si mesma, um «desafio» que tenhamos de enfrentar. A forma republicana de governo encontra-se plenamente consolidada na consciência colectiva, como sedimentada está igualmente a democracia e os princípios a ela associados: o Estado de direito e a salvaguarda dos direitos e garantias dos cidadãos.

Poder-se-á dizer que a República democrática corresponde a um património cívico e cultural do País, em torno do qual existe um grande consenso, transversal às diversas ideologias, correntes doutrinárias e visões do mundo que percorrem a nossa sociedade.

No entanto, há um longo caminho a trilhar em nome de uma maior qualidade da democracia e do aprofundamento do Estado de direito. Uma República plural, feita de cidadãos livres, será sempre um projecto inacabado: a satisfação de expectativas cria novos anseios, legítimas aspirações a que teremos de responder.

Trata-se de uma responsabilidade que recai sobre os agentes políticos, mas também – e principalmente – sobre a sociedade civil. À sociedade civil, não ao Estado, pertence, na verdade, o contributo decisivo para dar resposta aos anseios que ela própria vai gerando. Uma República «completa» e «satisfeita», sem desafios nem problemas, seria um regime destituído de vitalidade e dinamismo. É, pois, extremamente salutar que a República suscite debates, perplexidades, insatisfações: não já sobre a forma republicana de governo, mas sobre o que devemos fazer para a melhorar.

No nosso tempo, os desafios da República dever ser situados à escala global. Daí que seja impensável discutirmos alguns dos principais problemas do presente sem, por um lado, os colocarmos numa perspectiva transnacional e, por outro lado, sem o pensarmos num horizonte de futuro. Entre os múltiplos desafios que se deparam às repúblicas contemporâneas poder-se-ão destacar os seguintes:

1) Sustentabilidade ambiental – o modelo de desenvolvimento que conhecemos ainda se baseia, em larga medida, em formas de produção de bens que criam sérios riscos para os frágeis e delicados equilíbrios em que assenta a Terra e a biodiversidade deste planeta único e irrepetível. Temos feito assinaláveis progressos, mas ainda não encontrámos a fórmula harmoniosa susceptível de, em simultâneo, preservar um ambiente saudável e garantir níveis de desenvolvimento capazes de satisfazer as expectativas materiais dos cidadãos. A resposta a esta questão terá de ser dada à escala planetária, sob pena de se criarem disparidades entre nações e de os Estados ambientalmente mais sadios acabarem por suportar custos de sustentabilidade que devem ser repartidos equitativamente por todos. Seria, no mínimo, paradoxal que aqueles que se mostram dispostos a contribuir mais activamente para a defesa do património comum da Humanidade sejam, afinal, os mais penalizados, desde logo do ponto de vista da sua competitividade económica. Deve existir uma justiça ecológica transnacional. 2) Sustentabilidade energética – apesar de qualificadas como «pós-industriais», as sociedades contemporâneas ainda são altamente tributárias de um modelo de produção herdado do industrialismo, com elevados níveis de consumo energético. Se é fácil afirmar que necessitamos de encontrar fontes alternativas de energia – uma verdade insofismável –, não é menos certo que continuamos a consumir bens produzidos daquela forma «industrialista». Daqui decorre uma clara distorção da competitividade à escala global, o que cria um dilema muito delicado: ou exigimos que todos se situem no mesmo nível de desenvolvimento - e aí, com o aumento do preço dos bens, teremos de alterar os padrões de consumo que nos caracterizam -, ou mantemos uma situação que, a breve trecho, colocará em risco as economias do Ocidente e o modelo social de redistribuição da riqueza que só um elevado crescimento económico permite. Com a agravante de, também nesse caso, termos de mudar profundamente os nossos comportamentos de consumo e estilos de vida. A dependência energética não é apenas uma questão ecológica, mas também geoestratégica. Dela depende a sustentabilidade do planeta, desde logo, mas igualmente a viabilidade do modelo político,

3) Sustentabilidade social entre gerações – o aumento da esperança de vida, por um lado, e as quebras dos níveis de natalidade, por outro, suscitam desafios de

económico e social da Europa.

grande alcance para a justiça intergeracional. O facto de não existir já uma reposição de gerações faz com que o modelo de sociedade que conhecemos desde o pós-guerra tenha de ser profundamente repensado. A situação actual não é sustentável por muitos anos. São cada vez menos a contribuir para cada vez mais, o que a prazo se torna incomportável. Além disso, os mais novos enfrentam dificuldades, que os seus pais não conheceram, para encontrar empregos estáveis e ingressar na vida activa, constituindo família, realizando-se como pessoas. No outro extremo da pirâmide etária, os mais idosos são frequentemente objecto de situações de exclusão, de discriminações de que nem sequer nos apercebemos, pois os idosos não possuem um poder reivindicativo e não têm uma capacidade de intervenção na esfera pública semelhante àquela de que beneficiam os outros cidadãos da República. Deve, pois, existir uma maior justiça social entre gerações, de modo a que os mais jovens não sejam lesados nas suas expectativas legítimas, os adultos de meia-idade não tenham de suportar encargos desproporcionados e os idosos não sejam alvo de exclusão ou de discriminação.

Estes são, entre tantos outros, três dos grandes desafios que as repúblicas contemporâneas enfrentam. Em todos eles há um denominador comum: para estes problemas, as soluções só podem ser pensadas à escala global e com uma perspectiva de futuro. De um futuro que se avizinha a passos rápidos e, portanto, que exige o melhor de todos nós.

# Mensagem a propósito da eleição de Portugal como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas

Palácio de Belém, 12 de Outubro de 2010

Recebi com grande satisfação a notícia da vitória da candidatura portuguesa nas eleições para membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no biénio 2011-2012. Trata-se de um sucesso da nossa diplomacia, que honra o País e os Portugueses.

Quero dar público testemunho do meu reconhecimento pelos esforços de todos quantos, em Nova Iorque, em Lisboa e nas várias capitais e organizações internacionais em que Portugal está representado, estiveram envolvidos na promoção da candidatura portuguesa. Quero, ainda, agradecer, muito sensibilizado, a expressão de confiança de todos os países que se bateram pela candidatura portuguesa, bem como de todos quantos entenderam conceder o seu voto a Portugal.

Esta eleição reflecte o reconhecimento, por parte da comunidade internacional, do firme compromisso do nosso País com os valores e objectivos das Nações Unidas. Constitui, ainda, um forte sinal de esperança no contributo de Portugal para que as Nações Unidas possam melhor responder aos desafios da realidade internacional contemporânea, levando em conta as sensibilidades de todos os seus membros, independentemente da respectiva realidade política e cultural, do seu peso económico, ou da sua dimensão demográfica ou geográfica.

Esta eleição representa uma responsabilidade acrescida para o nosso País. Não tenho dúvidas de que, à semelhança do que ocorreu com as presenças anteriores de Portugal no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o País e a sua diplomacia saberão estar à altura das expectativas e que o exercício deste mandato muito contribuirá para reforçar o prestígio e a influência do nosso País na cena internacional.

## Artigo de Opinião «O Mar, uma Prioridade Nacional»

Revista ÚNICA, Semanário EXPRESSO de 23 de Outubro de 2010

Quando tomei posse como Presidente da República, entendi que o mar deveria ser colocado no centro do debate público, assumindo-se como um grande desígnio nacional, juntamente com outras questões-chave, como a qualificação e educação dos Portugueses, a competitividade das empresas, a protecção dos mais desfavorecidos, a credibilização do sistema de justiça, ou a projecção internacional da língua portuguesa.

Por isso, referi o mar logo no meu discurso de investidura, em 9 de Março de 2006. Fi-lo sob o prisma da geografia, dizendo que a nossa localização no extremo sudoeste da Europa nos leva a olhar o mundo de forma adversa.

Temos tendência a enfatizar a situação periférica de Portugal, porque nos vimos, hoje, apenas no contexto europeu. Mas, como disse nessa minha intervenção de Março de 2006, uma observação mais atenta revela que somos o espaço onde a Europa se abre ao Atlântico, o que pode representar uma enorme vantagem. Em Junho de 2007, no Dia de Portugal, celebrado nesse ano em Setúbal, voltei a dar destaque à importância de criarmos valor a partir de indústrias e sectores baseados na exploração do mar. E fi-lo outras vezes, tendo dado especial ênfase ao tema no meu mais recente discurso por ocasião das celebrações do 25 de Abril.

Coloquei, então, uma pergunta crucial: como pode um país projectado sobre o oceano Atlântico e situado na encruzilhada de três continentes – Europa, África e América –, ver-se a si próprio como um país periférico?

Se abdicarmos do mar, reduzimos as nossas hipóteses de desenvolvimento e tornamo-nos, de facto, um país mais remoto. Mas saibamos nós navegar e tirar partido do mar e ganharemos uma nova centralidade atlântica. Centralidade que, por exemplo, tem vindo a beneficiar uma empresa como a Lisnave, que tive oportunidade de visitar no mês passado. Uma empresa que, devido à sua localização geográfica, conta com clientes de mais de 60 países e que, pela sua notável recuperação nos últimos dez anos, se encontra no grupo das maiores empresas de reparação naval do Mundo.

Poderão alguns interrogar-se se não será exagero trazer o mar à agenda do País, passados que estão anos e décadas sobre a sua ausência. As razões para o fazer são fortes, claras e objectivas. Temos algumas vantagens comparativas no domínio da exploração do mar: longa linha costeira; dois arquipélagos atlânticos; maior área marítima sob jurisdição nacional da União Europeia; alargamento da plataforma continental; clima; localização geográfica privilegiada no contexto das rotas de tráfego marítimo internacional.

Há também o facto, igualmente importante, de, pela nossa história marítima, beneficiarmos de uma imagem externa positiva no que respeita à nossa ligação aos oceanos.

Outra razão que, objectivamente, nos deverá conduzir nessa direcção é o reconhecimento de que Portugal é hoje um dos países costeiros da União Europeia onde há menor criação de valor e emprego nos sectores ligados ao mar. No domínio das actividades marítimas, Portugal produz três vezes menos emprego do que a Grécia, gera um valor que é mais de três vezes inferior ao da Bélgica e mais de seis vezes inferior ao da Dinamarca. O que isto significa é que há muito por fazer no sector marítimo português, onde grande parte do seu potencial está não apenas por explorar mas até por revelar – basta pensar na exploração dos fundos marinhos da nossa plataforma continental.

A conclusão que se pode extrair é que um país que não sabe aproveitar os seus recursos naturais se arrisca a ver esses recursos serem explorados por terceiros, assim hipotecando o seu futuro.

A situação financeira do País não deve ser uma justificação para continuar a ignorar o desafio com que o mar nos confronta. Ao contrário, é especialmente em tempos como estes que urge pensar em novas possibilidades, em novos caminhos de desenvolvimento.

A resposta ao repto que lancei tem sido ampla e diversificada. Universidades, agentes económicos, associações empresariais e autarquias locais, todos têm reagido com entusiasmo ao meu apelo para que se intensifique a exploração económica do nosso mar. No entanto, não nos devemos iludir. Para que se possa explorar o mar com sucesso, é necessário não só possuir empresas competitivas mas também ter um país atractivo para que essas indústrias – e o investimento estrangeiro que se pretende atrair - se estabeleçam e floresçam em Portugal.

Ora, os factores de que depende a atractividade de um país – infra-estruturas, educação e formação, capacidade de inovação, leis fiscais competitivas, eficiência do sistema de justiça e outros incentivos – são determinados essencialmente pelo poder político central do Estado, ou seja, pela Assembleia da República e pelo Governo.

É precisamente aqui que, de entre os agentes e decisores da sociedade portuguesa, o silêncio sobre este desafio se continua a fazer com mais intensidade. Não é sem razão, por isso, que tenho apelado a que o mar se torne uma prioridade da nossa agenda nacional. Cabe, pois, às instituições políticas decidir se querem ou não aproveitar a vantagem comparativa que o mar nos pode trazer. Concluindo, se há algo indubitável, é a importância do mar para Portugal, não apenas por razões económicas mas pela identidade e pela soberania que lhe confere. Ao abraçar um desígnio marítimo, Portugal reencontra uma ideia que o reconcilia com a sua geografia, passando a poder tirar partido dela, ao invés de continuar a desprezá-la.

Na conjuntura actual, talvez mais do que nunca antes, sente-se a falta de desígnios nacionais que contribuam para dar mais coesão e mais auto-estima aos Portugueses. O mar, despojado de messianismos, enquanto activo estratégico e económico nacional, poderá consistir num dos desígnios que hoje nos faltam. De que é que estamos à espera?

# Declaração relativa à conjuntura política relacionada com o Orçamento do Estado para 2011

Palácio de Belém, 29 de Outubro de 2010

Reuni hoje o Conselho de Estado para ouvir a opinião deste órgão sobre a actual conjuntura política, relacionada com o Orçamento do Estado para 2011.

Decidi convocar o Conselho de Estado porque, na situação a que o País chegou, a aprovação do Orçamento é fundamental para a obtenção de empréstimos externos por parte do Estado, das instituições bancárias e dos diversos agentes económicos.

A nossa economia não consegue funcionar satisfatoriamente sem recurso ao crédito externo.

Esta situação resulta de um problema para o qual venho alertando há muito tempo e que agora está à vista de todos: o grave desequilíbrio das nossas contas externas e o nível muito elevado do endividamento do País relativamente a entidades estrangeiras, a que se juntou a crise financeira internacional.

Neste contexto, se o Orçamento do Estado não for aprovado, ocorrerá uma drástica redução na concessão de crédito às empresas e às famílias, o que conduzirá a uma contracção da economia e a um agravamento ainda maior do desemprego.

Conheço de perto as dificuldades que, desde há algum tempo, Portugal tem enfrentado na obtenção de empréstimos externos a taxas de juro aceitáveis. Por isso, acompanho atentamente, há vários meses, todas as questões políticas relacionadas com o Orçamento do Estado para 2011.

Em finais de Setembro, antes da apresentação do Orçamento do Estado na Assembleia da República, surgiu publicamente a possibilidade de uma crise política associada a uma eventual não aprovação do Orçamento.

Em face disso, reuni de imediato com os partidos políticos representados na Assembleia da República. Por outro lado, com a discrição que se impõe nestas circunstâncias, tenho mantido um contacto permanente com o Governo e com dirigentes partidários. A todos alertei para as graves consequências de uma

crise política, tendo sublinhado muito claramente a necessidade de, em nome do superior interesse nacional, se realizar um esforco de negociação com vista a alcançar um compromisso que permitisse a viabilização do Orçamento do Estado.

Referi também aos partidos e aos seus dirigentes que, uma vez que, nos termos da Constituição, o Presidente da República não pode actualmente dissolver a Assembleia da República e convocar novas eleicões, a ocorrência de uma crise política não poderia ser resolvida antes de se verificar uma deterioração acentuada da nossa situação económica, o que afectaria de forma muito grave a vida de todos os cidadãos e das suas famílias.

No sábado passado, como é do conhecimento público, iniciaram-se negociações entre o Governo e o maior partido da oposição, as quais, no decurso desta semana, chegaram a um impasse.

Decidi de imediato ouvir os membros do Conselho de Estado, os quais se pronunciaram no sentido de o Governo e os partidos representados na Assembleia da República realizarem um esforço adicional para chegar a um compromisso tão rapidamente quanto possível e antes da próxima quarta-feira, dia em que terá lugar a votação na generalidade da proposta de Orçamento para 2011.

No dia de hoje, o Governo e o maior partido da oposição manifestaram abertura para alcançar o entendimento desejável à aprovação do Orçamento.

Em democracia, um Governo que não dispõe de maioria no Parlamento deve procurar os entendimentos necessários para assegurar a governação do País. Aos partidos da oposição, por sua vez, exige-se abertura para o compromisso. Enquanto Presidente da República, tenho a obrigação de voltar a dizer claramente aos Portugueses que a actual situação financeira do País é muito grave e não se compadece com atitudes que levem à abertura de uma crise política. Num tempo como este que vivemos, em que tantos sacrifícios se pedem aos Portugueses, ninguém pode demitir-se das suas responsabilidades.

Confio no sentido de responsabilidade do Governo e da oposição. Por isso, espero convictamente que se chegue a um entendimento que permita a aprovação, pela Assembleia da República, do Orcamento do Estado para 2011.

Boa-noite.

## Declaração por ocasião do encontro com o Presidente dos Estados Unidos da América

Palácio de Belém, 19 de Novembro de 2010

Quero agradecer ao Presidente Barack Obama ter aceitado o convite que lhe dirigi para efectuar esta Visita de Trabalho, no quadro da sua primeira deslocação a Portugal. Portugal recebe o Presidente Obama com amizade e satisfação. O encontro que acabámos de manter e o almoco de trabalho que se lhe seguiu permitiram uma frutuosa troca de pontos de vista e deixaram bem patente a excelente relação política que existe entre Portugal e os Estados Unidos da América. Uma relação sólida, assente numa forte identidade de pontos de vista e na partilha de valores e princípios.

A proximidade que caracteriza o nosso relacionamento muito deve ao papel da comunidade portuguesa e luso-descendente dos Estados Unidos. Uma comunidade que, não esquecendo as suas raízes, revela um extraordinário apego ao seu país de acolhimento. Uma comunidade a que está ligado um número crescente de figuras de primeiro plano da vida política norte-americana, a nível federal e estadual.

A nossa cooperação com os Estados Unidos é cada vez mais ampla e diversificada. No entanto, é muito vasto o potencial ainda existente. Nesse sentido, foi claramente reafirmado o interesse comum em reforçar o diálogo e a cooperação, com base no Acordo de Defesa e Cooperação, assinado em 1995, e que permanece como o enquadramento institucional do nosso relacionamento.

No domínio das relações económicas, registámos o incremento recente nas nossas trocas comerciais, bem como o aumento do investimento português nos Estados Unidos. Contudo, o volume das nossas exportações para os Estados Unidos está, ainda, muito longe do que justifica a qualidade dos nossos produtos e a dimensão do mercado norte-americano. Também o volume dos investimentos americanos em Portugal está muito distante do que seria legítimo esperar.

Tive, ainda, a oportunidade de abordar, com o Presidente Barack Obama, a actual situação económica e financeira nos nossos dois países e a nível global. Registo

ANÍRAL CAVACO SILVA I POTEIDOS

a minha satisfação com as palavras que nos chegam por parte das autoridades norte-americanas quanto à confiança na capacidade dos Portugueses para superarem os desafios com que o nosso País se confronta.

O nosso encontro permitiu, ainda, uma reflexão sobre a agenda da Cimeira da NATO. Portugal, membro fundador da Aliança e nação atlântica, sempre se bateu pelo reforço dos laços transatlânticos. Portugal e os Estados Unidos pretendem uma Aliança revigorada e capaz de responder de forma eficaz aos desafios e às ameaças que, hoje, se colocam à segurança transatlântica. É esse o objectivo da ampla reforma que será discutida e, esperamos, aprovada na Cimeira de Lisboa.

Por fim, tendo em conta a recente eleição de Portugal para o Conselho de Segurança, acordámos quanto à necessidade de um diálogo político mais intenso sobre as questões na agenda das Nações Unidas.

Quero, mais uma vez, agradecer ao Presidente Barack Obama a disponibilidade que manifestou para esta Visita e desejar-lhe que se sinta em Portugal como em sua própria casa.

Muito obrigado.

# Mensagem à Assembleia da República a propósito da não promulgação do diploma que cria o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil

Tendo recebido, para ser promulgado como lei, o Decreto  $n^{o}$  68/XI da Assembleia da República, que cria o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil e procede à décima sétima alteração ao Código do Registo Civil, decidi, nos termos do artigo  $136^{o}$  da Constituição, não promulgar aquele diploma, com os fundamentos seguintes:

- 1. O regime submetido a promulgação apresenta graves insuficiências de natureza técnico-jurídica assim como procede a um enquadramento controverso das situações de perturbação de identidade de género, segundo a opinião colhida junto de especialistas nesta matéria. É, por isso, desejável que a Assembleia da República proceda a um novo debate que permita congregar as várias opiniões sobre um tema de tão grande relevância.
- 2. Não se põe em causa a necessidade de existência de um regime jurídico que regule, designadamente para efeitos de registo civil, os casos medicamente comprovados de perturbação de identidade de género que assumam um perfil e uma natureza tais que justifiquem a tutela do Direito.
- 3. O regime jurídico que regule esta realidade deve consagrar soluções normativas claras e adequadas à prossecução de dois objectivos: por um lado, salvaguardar a fidedignidade do sistema público de registo e, por outro, conferir uma tutela jurídica mais célere e eficaz àqueles que comprovadamente dela careçam.
- 4. O Decreto nº 68/XI, não assegurando que estes objectivos sejam alcançados, contribui, devido às deficiências técnico-jurídicas de que padece, para adensar situações de insegurança e de incerteza, inquestionavelmente lesivas para aqueles que, de uma forma comprovada com rigor, possuam uma perturbação da identidade de género.
- 5. Nos termos do regime que o Decreto  $n^{\circ}$  68/XI visava instituir, o requerimento a apresentar na conservatória do registo civil para mudança de sexo e de nome próprio deve ser acompanhado de um «relatório médico que comprove o diag-

nóstico de perturbação de identidade de género, também designada como transexualidade, elaborado por equipa clínica multidisciplinar de sexologia clínica em estabelecimento de saúde público ou privado, nacional ou estrangeiro».

6. Porém, o diploma em apreço é, desde logo, omisso quanto aos critérios de diagnóstico da perturbação de identidade de género.

Não se definindo esta perturbação nem, tão-pouco, os respectivos critérios de diagnóstico, a interpretação da norma será deixada por inteiro à apreciação livre da entidade emitente do relatório o que, sem o devido controlo, não oferece as garantias de rigor técnico que devem estar presentes em casos particularmente delicados para a salvaguarda da dignidade da pessoa humana, como são os que ocorrem neste domínio.

7. Não por acaso, de acordo com os critérios da classificação internacional de doenças – ICD10 –, e, bem assim, de acordo com as melhores práticas seguidas nesta área, o diagnóstico estrito de transexualismo só é considerado firme após a comprovação durante, pelo menos, dois anos da persistência da perturbação. Esta é, de resto, a solução adoptada, por exemplo, pela lei que vigora em Espanha, a qual exige, inclusivamente, dois anos de acompanhamento médico para adequar as características físicas às do sexo pretendido.

 $8. \, \mathrm{Nos} \, \mathrm{termos} \, \mathrm{do} \, \mathrm{regime} \, \mathrm{que} \, \mathrm{o} \, \mathrm{Decreto} \, \mathrm{n}^{\mathrm{o}} \, 68/\mathrm{XI} \, \mathrm{se} \, \mathrm{propunha} \, \mathrm{estabelecer}, \, \mathrm{as} \, \mathrm{pessoas} \, \mathrm{que} \, \mathrm{det} \, \mathrm{em} \, \mathrm{perturbação} \, \mathrm{de} \, \mathrm{identidade} \, \mathrm{de} \, \mathrm{género} \, \mathrm{encontram} \, \mathrm{se} \, \mathrm{desprotegidas} \, \mathrm{relativamente} \, \mathrm{a} \, \mathrm{um} \, \mathrm{eventual} \, \mathrm{erro} \, \mathrm{de} \, \mathrm{diagnóstico} \, \mathrm{ou} \, \mathrm{a} \, \mathrm{própria} \, \mathrm{reponderação} \, \mathrm{da} \, \mathrm{sua} \, \mathrm{decisão} \, \mathrm{de} \, \mathrm{mudança} \, \mathrm{de} \, \mathrm{sexo} \, - \, \mathrm{a} \, \mathrm{qual}, \, \mathrm{segundo} \, \mathrm{a} \, \mathrm{opinião} \, \mathrm{de} \, \mathrm{especialistas}, \, \mathrm{pode} \, \mathrm{ocorrer} \, \mathrm{nos} \, \mathrm{estádios} \, \mathrm{iniciais} \, \mathrm{da} \, \mathrm{referida} \, \mathrm{perturbação}.$ 

9. Muito problemática é, também, a ausência de critérios para a emissão do relatório clínico. De facto, sendo o requerimento acompanhado unicamente desse relatório e não dispondo o conservador de possibilidade de controlo substancial do mesmo, impunha-se que a lei fosse muito exigente quanto às condições para a sua emissão.

Ora, nos termos do regime aprovado, o relatório é elaborado por «equipa multidisciplinar de sexologia clínica em estabelecimento de saúde público ou privado, nacional ou estrangeiro».

Admite-se, pois, que profissionais sem a necessária especialização ou qualquer tipo de preparação para o acompanhamento de casos desta natureza, em regra

muito complexos, possam constituir uma equipa multidisciplinar – cuja composição o decreto em apreço não especifica – e emitam certificados que serão, obrigatoriamente, seguidos pelo conservador para o efeito da mudança de sexo e nome no registo. Com efeito, a sexologia clínica não corresponde a uma especialidade médica reconhecida em Portugal e o decreto é igualmente omisso quanto à qualificação profissional específica do psicólogo que integre a referida equipa. Ainda mais grave, o mesmo relatório pode ser emitido em estabelecimento de saúde, público ou privado, estrangeiro, por clínicos cujas habilitações não são reconhecidas ou sequer controladas pelas autoridades portuguesas – ao contrário do que sucede, por exemplo, nas leis em vigor em Espanha ou no Reino Unido. Assim, não existe qualquer possibilidade de sujeitar esses profissionais ao cumprimento mínimo de regras éticas e deontológicas, com claro prejuízo para o interesse público e para os direitos e interesses daqueles que pretendem efectuar a mudança de sexo.

10. Não são, ainda, negligenciáveis os efeitos negativos deste regime na ordem jurídica, designadamente na confiança que inquestionavelmente deve estar associada ao sistema público de registo.

Na verdade, o registo tem por objectivo dar publicidade a determinados factos. Por esta razão, o regime do Decreto  $n^{o}$  68/XI prevê a alteração do averbado no registo civil de modo a tornar o género registado conforme com a aparência demonstrada pela pessoa.

Ora, pelas razões mencionadas, a completa ausência de densidade normativa (v.g., na definição do conceito de perturbação de identidade de género ou dos critérios de diagnóstico) torna o registo, indesejavelmente, fonte de insegurança e de incerteza jurídicas. Permitir a mudança de sexo em casos não comprovados ou cujo diagnóstico se revele insuficiente será muito prejudicial para a confiança pública no sistema registal.

11. Assim, o regime a aprovar nesta matéria não deve, de modo algum, pelas suas deficiências técnico-jurídicas e pela sua ausência de clareza e densidade, contribuir para agravar a situação de quem possui perturbação de identidade de género, uma situação que, importa afirmá-lo, se reveste frequentemente de contornos dramáticos do ponto de vista da auto-realização individual e do direito ao livre desenvolvimento da personalidade.

12. Por último, numa matéria deste melindre e complexidade, em que existe um grande desconhecimento do que verdadeiramente está em causa - na essência, uma perturbação de índole clínica –, importa que a comunidade compreenda o sentido e o alcance das intervenções do legislador, as quais devem primar pelo seu apuro técnico-jurídico e por uma real preocupação de salvaguarda dos interesses e direitos das pessoas.

Ora, tal não ocorre, manifestamente, com o Decreto nº 68/XI, razão pela qual entendi devolvê-lo, sem promulgação, à Assembleia da República, de modo a que esta matéria seja objecto de uma análise mais aprofundada por parte dos Senhores Deputados, com vista a uma adequada ponderação dos interesses que comprovadamente se mostrem merecedores de tutela pelo Direito.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Aníbal Cavaco Silva 6 de Janeiro de 2011

## Comunicado da Presidência da República a propósito da não promulgação do diploma do Governo sobre prescrição de medicamentos

Palácio de Belém, 8 de Fevereiro de 2011

O Presidente da República devolveu hoje ao Governo, sem promulgação, o diploma que prevê a obrigatoriedade da prescrição de medicamentos mediante a indicação da sua denominação comum internacional (DCI), ou nome genérico, bem como a obrigatoriedade da prescrição electrónica.

O diploma permite que a prescrição da marca do medicamento pelo médico seja substituída pelo farmacêutico, quer por medicamento genérico, quer por outro essencialmente similar, a menos que, na receita, seja incluída a respectiva justificação técnica.

Considera o Presidente da República, aliás de acordo com cartas e pareceres chegados à Presidência da República, que não se encontram devidamente avaliados os efeitos do regime que se pretende aprovar, muito em particular sobre a insegurança provocada pela amplitude da possibilidade de alteração sistemática dos medicamentos com base na opção do utente e na disponibilidade de cada marca.

Por outro lado, entende o Presidente da República que, estando esta matéria a ser objecto de alterações em sede de processo legislativo parlamentar, seria muito inconveniente que os utentes do Serviço Nacional de Saúde, num tema de tão grande sensibilidade, se vissem confrontados com a instabilidade legislativa resultante de eventuais novas alterações.

No que se refere à obrigatoriedade de prescrição electrónica, não se entende que seja determinada a sua entrada em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação, uma vez que não foi ainda publicada a regulamentação prevista no art.º 7º do Decreto-Lei nº 106-A/2010, de 1 de Outubro, no qual se estabelecia, e bem, um prazo razoável entre a publicação da referida regulamentação e a entrada em vigor daguela obrigatoriedade.

Atendendo a que a falta de prescrição electrónica terá como consequência a não comparticipação dos medicamentos em causa, conclui-se que qualquer dificuldade na sua execução fará recair sobre os utentes a impossibilidade de obtenção da comparticipação a que têm direito.

Considera o Presidente da República que os utentes do Serviço Nacional de Saúde, e os cidadãos em geral, beneficiarão de uma reponderação do novo regime de prescrição de medicamentos que, tendo em conta as contribuições do Governo e da Assembleia da República, assegure que as mudanças se traduzam em clareza de procedimentos para os médicos, para os farmacêuticos e, sobretudo, em segurança para os doentes que precisem de medicação e possam obtê-la nas condições que lhes sejam mais favoráveis.

1872 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 1973 | 19

Passos da Agenda

Rural».

Dia 09 · O Presidente da República oferece um almoço aos Presidentes dos Parlamentos dos Estados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, por ocasião da II Assembleia Parlamentar da CPLP, que se realiza em Lisboa.

Dias 12 e 13 · 4ª Jornada do Roteiro para a Juventude, dedicada ao tema «Empreendedorismo Jovem no Espaço

**Dia 20 ·** O Presidente da República participa numa acção de limpeza no âmbito do Projecto «Limpar Portugal», juntamente com alunos, pais e professores da Escola Básica da Sarrazola, Colares.

**Dia 21 ·** Por ocasião do Dia Mundial da Árvore e da Floresta e no âmbito das Comemorações do Centenário da República, o Presidente planta, nos jardins do Palácio de Belém, uma «Árvore do Centenário».

12 de Março de 2010. 4ª Jornada do Roteiro para a Juventude, Cuha



**Dia 25 ·** O Presidente da República recebe, em audiência, os Bastonários das Ordens dos Advogados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Dia 26 · Por ocasião do Dia Mundial do Teatro, o Presidente da República homenageia os profissionais da arte dramática, condecorando sete personalidades, numa cerimónia seguida pela representação da peça Sabina Freire, da autoria de Manuel Teixeira Gomes, que foi Presidente da República.

Dia 27 • O Presidente da República inaugura a apresentação pública de «Aníbal Cavaco Silva – Exposição Biográfica de um Presidente Nascido em Loulé», organizada pela Câmara Municipal de Loulé, em colaboração com o Museu da Presidência.

**Dia 30 ·** O Presidente da República recebe, em audiência, o Bastonário da Ordem dos Engenheiros, Eng.º Fernando Santo.

12 de Março de 2010. 4ª Jornada do Roteiro para a Juventude, Centro de Acolhimento de Microempresas de Moura.





20 de Março de 2010. Projecto «Limpar Portugal», Colares.

## **ABRIL 2010**

**Dia 07 ·** O Presidente da República recebe, em audiência, a Drª Graça Machel.

**Dia 08 ·** O Presidente da República preside à reunião do Conselho Superior da Defesa Nacional.

Dia 09 · Encontro do Presidente da
República com o Príncipe Alberto II
do Mónaco, a quem oferece um almoço.
• O Presidente da República recebe um
grupo de alunos checos que se encontram
em Portugal no âmbito do Programa
ERASMUS.

**Dia 10 ·** O Presidente da República preside, no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, às cerimónias de Comemoração

10 de Abril de 2010. Comemorações do Dia do Combatente, Mosteiro da Batalha.

do Dia do Combatente e do 92º aniversário da Batalha de La Lys.

**Dia 11 ·** O Presidente da República desloca-se à Embaixada da República da Polónia, em Lisboa, para assinar o livro de condolências pela morte do Presidente polaco Lech Kaczynski, num acidente de aviação.

O Presidente da República preside
 à cerimónia de homenagem da cidade de
 Lisboa ao Marechal António de Spínola.

**Dias 14 a 16 ·** Visita de Estado do Presidente da República e Drª Maria Cavaco Silva à República Checa.

**Dia 19** · O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Partido Social Democrata – PSD, Dr. Pedro Passos Coelho.

**Dia 20 ·** Visita ao Concelho de Setúbal e inauguração da Escola Superior de Tecnologia do Barreiro.



20 de Abril de 2010. Visita à Escola Básica e Jardim de Infância da Belavista, Setúbal.





14 a 16 de Março de 2010. Visita de Estado à República Checa.















22 a 25 de Abril de 2010. Programa de comemorações do 25 de Abril no Palácio de Belém.

25 de Abril de 2010. XXXVI Aniversário do 25 de Abril, Assembleia da Reguíblica



**Dia 21 ·** O Presidente da República participa na cerimónia de entrega do Prémio Vida Literária da Associação Portuguesa de Escritores a Maria Helena da Rocha Pereira.

Dia 22 · O Presidente participa, no Palácio de Belém, nos eventos de abertura do Programa «25 de Abril – Comemoração da Democracia no I Centenário da República», organizado pelo Museu da Presidência da República.

Dia 25 · O Presidente da República participa, na Assembleia da República, na Cerimónia Comemorativa do XXXVI Aniversário do 25 de Abril.

Dia 27 · O Presidente da República participa na cerimónia de entrega do Prémio Pessoa 2009 ao Bispo do Porto, D. Manuel Clemente.

**Dia 29 ·** Visita de Estado a Portugal do Presidente da República de Moçambique.



29 de Abril de 2010. Visita de Estado a Portugal do Presidente da República de Mocambique.

#### **MAIO 2010**

**Dia 01 ·** Encontro com Jovens Enólogos em Albernoa, Beja.

**Dia 02 ·** O Presidente da República visita o Concelho de Barrancos e a OVIBEJA.

**Dia 03 ·** O Presidente da República preside à Cerimónia Comemorativa do 99º Aniversário da Guarda Nacional Republicana (GNR).

**Dia 04 ·** O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Qatar, Sheikh Hamad bin Jassim bin Jaber Al Thani.

 O Presidente da República recebe os Embaixadores dos Estados-membros da União Europeia, a quem oferece um almoço.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Centro Democrático Social – Partido Popular, Dr. Paulo Portas.

**Dia 05** · O Presidente da República visita a Escola Secundária Eça de Queirós, por ocasião do «Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP».

**Dia 06 ·** O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Governo da Junta da Andaluzia, José Antonio Griñán Martínez.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, a quem agracia com a Grã-Cruz



1 de Maio de 2010. Encontro com Jovens Enólogos, Herdade da Malhadinha.



2 de Maio de 2010. Visita à OVIBEJA.





3 de Maio de 2010. 99º Aniversário da GNR, Praça do Império.



363















11 a 14 de Maio de 2010. Visita a Portugal do Papa Bento XVI, Lisboa, Fátima e Porto.

da Ordem do Infante D. Henrique, na presença do Conselho de Governadores do BCE, reunido em Lisboa. Dias 07 e 08 · 3ª Jornada do Roteiro das Comunidades Locais Inovadoras: região Oeste Norte.

Dia 10 · O Presidente da República recebe, em audiência, ex-Ministros das Finanças portugueses.

Dias 11 a 14 · Visita a Portugal de Sua Santidade o Papa Bento XVI. Dia 16 · O Presidente da República assiste à Final da Taça de Portugal em Futebol, no Estádio do Jamor.







Dia 18 · O Presidente da República participa na XV Cerimónia de Entrega do Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa, atribuído à activista koweitiana Rola Dashti e ao ex-Presidente russo Mikhail Gorbatchev.

18 de Maio de 2010. Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa,





23 de Maio de 2010. Sarau de Gala «República 100 anos - Metamorfose» Centro Cultural de Belém.

Dia 19 · O Presidente da República recebe em audiência, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da X Cimeira Portugal-Brasil.

· O Presidente da República participa, com o Presidente do Brasil, na cerimónia de entrega do Prémio Camões 2009 ao escritor cabo-verdiano Arménio Vieira.

Dia 20 · O Presidente da República recebe, em audiência seguida de almoço, os Presidentes dos Tribunais Constitucionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

· Por ocasião do Dia do Poder Local, o Presidente da República condecora a Associação dos Municípios Portugueses com o grau de Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique.

**Dia 21 ·** Visita do Presidente da República aos Concelhos de Paços de Ferreira, Baião e Felgueiras.

Dia 23 · O Presidente da República e a Drª Maria Cavaco Silva assistem ao Sarau de Gala 2010, do Ginásio



21 de Maio de 2010. Visita ao Concelho de Baião Santa Cruz do Douro

Clube Português, subordinado ao tema «República 100 anos - Metamorfose».

Dia 24 · O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Governo da Junta de Aragão. Marcelino Iglesias.

· O Presidente da República preside à sessão de lançamento do primeiro volume do projecto Sistematização do Património Histórico de Origem Portuguesa no Mundo – Arquitectura e Urbanização, desenvolvido sob a direcção do Professor José Mattoso, intitulado América do Sul - Património de Origem Portuguesa no Mundo.

Dia 25 · O Presidente da República recebe, em audiência, a Direcção da Confederação Portuguesa de Construção e Imobiliário.

• O Presidente da República participa na cerimónia de entrega dos Prémios



21 de Maio de 2010. Encontro informal com autarcas do Vale do Sousa, em Freamunde.



28 de Maio de 2010. Unidade de investigação e desenvolvimento da Bluepharma, São Martinho do Bispo.

Secil Engenharia Civil 2009 e Secil Universidades Arquitectura e Engenharia Civil.

Dia 26 · O Presidente da República assiste à cerimónia de atribuição do Doutoramento Honoris Causa, pela Universidade Técnica de Lisboa, ao Presidente da República de Cabo Verde, Comandante Pedro Pires.

Dia 27 · O Presidente da República recebe, em audiência, a Direcção da Confederação do Turismo Português.

· O Presidente da República e a Drª Maria Cavaco Silva assistem, na Cinemateca Portuguesa, à projecção do filme O Pianista, de Roman Polanski,



31 de Maio de 2010. 7º Encontro Nacional Inovação COTEC,

integrado no ciclo de cinema «Os Filmes dos Presidentes».

Dia 28 · Visita a Unidades de Transplantação de Lisboa e Coimbra e inauguração das novas instalações da Bluepharma.

Dia 30 · O Presidente da República assiste à Final do Concurso de Saltos Internacional Oficial de Lisboa e da Taça das Nações em Hipismo, por ocasião do Centenário da Sociedade Hípica Portuguesa.

Dia 31 · O Presidente da República preside à Sessão de Encerramento do 7º Encontro Nacional Inovação COTEC e à Assembleia Geral da COTEC - Portugal.









8 de Junho de 2010. Prémio Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa, Museu do Oriente



10 de Junho de 2010. Comemorações do Dia de Portugal, em Faro.



12 de Junho de 2010. Acto Comemorativo dos 25 Anos da Assinatura do



#### **JUNHO 2010**

recebe, em audiência, o Presidente da Comunidade Autónoma das Canárias, Paulino Rivero. · O Presidente da República e a Drª Maria Cavaco Silva assistem. no Palácio de Belém, ao concerto comemorativo do Dia da Crianca, com a participação do Projecto Zéthoven, da Orquestra Clássica e do Coro Misto juvenis da Associação Cultural da Beira Interior. Dia 06 · O Presidente da República visita, em Santarém, a 47ª Feira Nacional da Agricultura.

Dia 01 · O Presidente da República

Dia 07 · O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Fundação para a Análise e Estudos Sociais de Espanha, José Maria Aznar. Dia 08 · O Presidente da República preside à cerimónia de entrega do Prémio Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa.

Dias 09 e 10 · Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em Faro.

Dia 12 · O Presidente da República participa, no Mosteiro dos Jerónimos, no Acto Comemorativo dos 25 Anos da Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Dia 14 · O Presidente da República

recebe, em audiência, a Confederação do



24 de Junho de 2010, 5ª Jornada do Roteiro para a Juventude Lisboa



24 de Junho de 2010, 5ª Jornada do Roteiro para a Juventude, Carnaxide

Comércio e Servicos de Portugal.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Presidente da Assembleia da República de Moçambique, Verónica Macamo. Dia 17 · O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Raimundo Pereira.

Dia 22 · O Presidente da República recebe, em audiência, a Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para Timor-Leste, Ameerah Haq.

· O Presidente da República recebe, em audiência, o Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau. Dr. Fernando Chui Sai On.

Dia 23 · Encontro do Presidente da República com uma delegação de Empresários para a Cooperação

Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

Dias 24 e 25 · 5ª Jornada do Roteiro para a Juventude, dedicada ao Empreendedorismo Jovem - Criatividade e Inovação.

Dia 26 · O Presidente da República preside, por ocasião do Bicentenário das Linhas de Torres, à inauguração do circuito do Alqueidão.

Dia 28 · O Presidente da República recebe, em audiência, os representantes da candidatura do Fado a Património Mundial.

Dia 30 · O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação da Federação Nacional dos Professores – FENPROF.

· O Presidente da República promove um Encontro com Jovens Cozinheiros Portugueses no Palácio de Belém.











5 a 7 de Julho de 2010. Visita de Estado a Cabo Verde.

#### **JULHO 2010**

**Dia 01 ·** O Presidente da República recebe, em audiência, a Direcção da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – CGTP-Intersindical.

 O Presidente da República recebe, em audiência, o *Chairman* do Comité Militar da União Europeia, General Håkan Syrén.

**Dia 02 ·** O Presidente da República inaugura os investimentos feitos na fábrica da CELBI na Figueira da Foz.

- O Presidente da República visita a empresa A. Silva Matos – Metalomecânica, em Sever do Vouga, por ocasião do seu 30º aniversário.
- O Presidente da República inaugura a Praça Comendador Álvaro Pinho da Costa Leite, em Vale de Cambra.

**Dias 04 a 07 ·** Visita de Estado do Presidente da República e Drª Maria Cavaco Silva a Cabo Verde.

**Dia 09 ·** O Presidente da República preside, no Estoril, à abertura do «COTEC



9 de Julho de 2010. Sessão de abertura do «COTEC Global Business Forum 2010», Estoril.

Global Business Forum 2010».

**Dias 12 e 13 ·** 4ª Jornada do Roteiro das Comunidades Locais Inovadoras: Área Metropolitana de Lisboa-Oeste.

**Dia 15 ·** O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Juiz Conselheiro Luís António Noronha do Nascimento.

 O Presidente da República recebe, em audiência pública, o Conselho Nacional da Juventude, por ocasião do seu 25º aniversário.

**Dia 16 ·** O Presidente da República recebe o Presidente e os Vice-Presidentes da



12 de Julho de 2010. Assinatura do Livro de Honra da Candidatura de Mafra a Património Mundial da UNESCO, Biblioteca do Palácio de Mafra.

Assembleia da República, bem como os líderes dos Grupos Parlamentares, por ocasião do final da Sessão Legislativa.

 O Presidente da República preside à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional.

Dias 18 a 22 · O Presidente da República
e a Drª Maria Cavaco Silva realizam uma
Visita de Estado a Angola, deslocando-se
a Luanda, Lubango, Lobito e Benguela.
Dia 23 · O Presidente da República
participa, em Luanda, na VIII Conferência
de Chefes de Estado e de Governo da
Comunidade dos Países de Língua
Portuguesa (CPLP).

23 de Julho de 2010. VIII Cimeira da CPLP, Luanda.



Dia 28 · O Presidente da República
preside à sessão solene de entrega dos
Prémios Literários Fernando Namora
e Revelação Agustina Bessa-Luís, ambos
instituídos pela Estoril-Sol, aos escritores
Mário de Carvalho e Raquel Ochoa.

**Dia 29 ·** O Presidente da República recebe, em audiência, a Comissão Organizadora do 1º Congresso Nacional de Segurança e Defesa, que lhe apresenta as respectivas conclusões.

O Presidente da República recebe,
 em audiência, a Direcção da Confederação
 Empresarial de Portugal – CIP.

28 de Julho de 2010. Entrega dos Prémios Fernando Namora e Agustina Bessa-Luís, Estoril.







20 a 22 de Julho. Visita de Estado a Angola.











## **AGOSTO 2010**

**Dia 13 ·** O Presidente da República efectua uma deslocação de trabalho ao Comando Nacional de Operações de Socorro da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC).

**Dia 28 ·** Visita do Presidente da República ao Concelho de Ourique.

**Dia 30 ·** O Presidente da República visita o Refúgio Aboim Ascensão, em Faro.



13 de Agosto de 2010. Comando Nacional de Operações de Socorro da ANPC, Carnaxide.



30 de Agosto de 2010. Visita ao Refúgio Aboim Ascensão, em Faro.

## SETEMBRO 2010

**Dia 01 ·** O Presidente da República recebe, em audiência, o Procurador-Geral da República, Conselheiro Fernando José Matos Pinto Monteiro.

**Dia 05 ·** Visita do Presidente da República aos Concelhos de Armamar, Tarouca, Sernancelhe e Lamego.

**Dia 07 ·** Visita de Estado a Portugal de Suas Altezas Reais os Grão-Duques do Luxemburgo. **Dia 10 ·** O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Conselho Económico e Social, Dr. José Silva Peneda.

**Dia 11 ·** O Presidente da República assiste ao Cortejo Etnográfico, integrado nas Festas do Concelho de Ponte de Lima – Feiras Novas.

**Dia 13 ·** O Presidente da República recebe, em audiência, a Direcção



5 de Setembro de 2010. Visita ao Concelho de Armamar.



5 de Setembro de 2010. Visita ao Concelho de Tarouca.





7 de Setembro de 2010. Visita de Estado a Portugal do Grão-Duque do Luxemburgo, Palácio de Belém.

da Associação Cristã de Empresários e Gestores – ACEGE.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Direcção da Confederação dos Agricultores de Portugal – CAP.

**Dia 14 ·**O Presidente da República inaugura a Residência Rainha

D. Isabel, da Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal.

• O Presidente da República visita os Estaleiros da Lisnave. **Dia 17 ·** O Presidente da República recebe, em audiência, o Governador do Banco de Portugal, Dr. Carlos da Silva Costa.

**Dia 21 ·** O Presidente da República preside à sessão de abertura do Congresso «Portos e Transportes Marítimos».

**Dias 22 e 23 ·** Visita do Presidente da República aos Concelhos de Sardoal, Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos.

11 de Setembro de 2010. Feiras Novas em Ponte de Lima.







14 de Setembro de 2010. Visita aos Estaleiros da Lisnave, Setúbal.



21 de Setembro de 2010. Abertura do Congresso dos Portos e Transportes Marítimos, Lisboa.



22 de Setembro de 2010. Aniversários da Vila e da Casa da Misericórdia do Sardoal.



23 de Setembro de 2010. Homenagem do Município de Pedrógão Grande.

**Dia 24 ·** O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação da União Geral dos Trabalhadores – UGT.

**Dia 26 ·** Visita do Presidente da República a Gaia.

**Dia 27 ·** O Presidente da República preside aos actos comemorativos dos 200 Anos da Batalha do Buçaco.

 Visita do Presidente da República a Ílhavo e Aveiro.

**Dia 28 ·** O Presidente da República recebe, com vista a uma auscultação acerca da situação política, económica e social do País, as representações do Partido Ecologista «Os Verdes», do Partido Comunista Português e do Bloco de Esquerda.

**Dia 29 ·** O Presidente da República recebe, com vista a uma auscultação acerca da situação política, económica e social do País, as representações do Centro Democrático Social – Partido Popular, do Partido Social Democrata e do Partido Socialista.

**Dia 30 ·** O Presidente da República preside, na Universidade de Coimbra, à Sessão Solene de Abertura do Colóquio Internacional «Da Virtude e Fortuna da República ao Republicanismo Pós-Nacional».

 O Presidente da República recebe os Presidentes das Câmaras Municipais dos vários Distritos e Regiões Autónomas

26 de Setembro de 2010. Visita a Gaia.



do País, no âmbito das actividades comemorativas do Centenário da Implantação da República no Palácio de Belém.

· O Presidente da República inaugura,



27 de Setembro de 2010. Comemorações do Bicentenário da Batalha do Buçaco.

no Palácio de Belém, o programa de actividades comemorativas do Centenário da Implantação da República, que decorre entre 1 e 5 de Outubro, com o Palácio aberto ao público.



30 de Setembro de 2010. Colóquio Internacional sobre a República, na Universidade de Coimbra.



5 de Outubro de 2010. Comemorações do Centenário da República na Praça do Município, em Lisboa.



5 de Outubro de 2010. Inauguração do Centro de Investigação da Fundação Champalimaud.

#### **OUTUBRO 2010**

**Dia 04 ·** O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da República de Timor-Leste, José Ramos-Horta.

**Dia 05 ·** Cerimónia Comemorativa do Centenário da Implantação da República, na Praça do Município.

- Inauguração das obras de reabilitação do edifício da Escola Secundária D. Filipa de Lencastre.
- Inauguração do Centro de Investigação da Fundação Champalimaud e entrega do Prémio António Champalimaud de Visão pelo Presidente da República.



7 de Outubro de 2010. VI Encontro COTEC - Europa, no Porto.

 Comemorações do Centenário da Implantação da República no Palácio de Belém, onde são recebidos mais de 20 mil visitantes.

**Dia 07 ·** O Presidente da República participa na Sessão de Encerramento do VI Encontro da COTEC Europa, com a presença do Rei de Espanha e do Presidente da República Italiana.

· Visita ao Concelho da Maia.

**Dia 08 ·** Visitas aos Concelhos de Vila Verde, Valença e Arcos de Valdevez. **Dia 11 ·** O Presidente da República

**Dia 11 •** O Presidente da República preside à cerimónia de atribuição



8 de Outubro de 2010. Visita ao Concelho de Vila Verde.

do Doutoramento Honoris Causa. pela Universidade de Lisboa, aos ex-Presidentes da República Portuguesa, General António Ramalho Eanes, Dr. Mário Soares e Dr. Jorge Sampaio.

Dia 12 · O Presidente da República recebe, em audiência, a Direcção da Associação Nacional de Conservação da Natureza - Quercus.

Dia 13 · O Presidente da República recebe, em audiência, o ex-Secretário-Geral da NATO e ex-Alto-Representante para a Política Externa e de Segurança Comum da UE, Francisco Javier Solana.

· O Presidente da República recebe, em audiência, o Comissário Europeu responsável pela Programação Financeira e Orçamento, Janusz Lewandowski.

Dia 15 · O Presidente da República recebe, em audiência, o ex-Presidente de São Tomé e Príncipe, Dr. Miguel Trovoada.

Dia 16 · Visita aos Concelhos de Santa Maria da Feira e Santa Comba Dão.

Dia 18 · O Presidente da República presta homenagem aos Médicos Especialistas em Transplante, agraciando alguns que se distinguiram na investigação e no exercício da actividade.

Dia 20 · Visita do Presidente da República à Covilhã, no âmbito das comemorações do 140º aniversário da elevação a cidade.

Dia 21 · O Presidente da República preside à sessão de abertura da Conferência «Portugal e o Mar, a nossa aposta no Século XXI».

Dia 25 · O Presidente da República preside à cerimónia de entrega dos prémios aos vencedores da 6ª edição do Concurso Nacional de Inovação, promovido pelo Banco Espírito Santo.

· O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa - UCCLA.

Dia 28 · O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal - CCP.

Dia 29 · O Presidente da República preside à reunião do Conselho de Estado e faz uma declaração ao País.



11 de Outubro de 2010. Doutoramentos Honoris Causa de anteriores Presidentes Universidade de Lisboa



6 de Novembro de 2010. Visita de Estado a Portugal do Presidente da República Popular da China.



À direita: 19 de Novembro de 2010. Encontro com o Presidente dos Estados Unidos da América, Palácio de Belém.

#### **NOVEMBRO 2010**

**Dia 03 ·** O Presidente da República recebe, em audiência, os membros do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas.

**Dia 05 ·** O Presidente da República recebe, em audiência pública, os alunos e professores vencedores do Concurso «Vamos contar a história de Nuno Álvares Pereira».

**Dia 06 ·** Visita de Estado a Portugal do Presidente da República Popular da China e Senhora de Hu Jintao.

**Dia 09 ·** O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, Aristides Lima.

- O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro da República Democrática e Popular da Argélia, Ahmed Ouyahia.
- O Presidente da República preside à Sessão de Encerramento do 4º Encontro Rede PME Inovação COTEC.

Dia 13 · O Presidente da República



13 de Novembro de 2010. Comemorações dos 550 Anos da Morte do Infante D. Henrique, Lagos.

preside, em Lagos, às Cerimónias Comemorativas dos 550 Anos da Morte do Infante D. Henrique.

**Dia 14 ·** O Presidente da República preside à inauguração do Colégio Pedro Arrupe e das novas instalações do Externato João XXIII, em Lisboa.

**Dia 15** · O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação do Secretariado Nacional dos Trabalhadores Social Democratas – TSD.

 O Presidente da República preside à entrega dos Prémios Gazeta 2009 do Clube dos Jornalistas.

**Dia 17 ·** O Presidente da República recebe, em audiência, a Ministra dos Assuntos Exteriores e Cooperação de Espanha, Trinidad Jiménez.

**Dia 19** · O Presidente da República recebe o Presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, para um encontro, seguido de almoço, no âmbito da visita de trabalho que efectua a Portugal.

- O Presidente da República recebe o Presidente da Letónia, Vladis Zatlers, que o condecora com a Grã-Cruz da Ordem da Cruz do Reconhecimento.
- O Presidente da República, juntamente com o Secretário-Geral da NATO, Anders Fogh Rasmussen, co-preside ao jantar de trabalho dos Chefes de Estado e de Governo da Aliança Atlântica.









21 de Novembro de 2010. Reunião com o Conselho dos Fundadores de Serralves, no Porto

Dia 20 · O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon.

Dia 21 · Deslocação do Presidente da República ao Porto, onde visita a Fundação de Serralves e o Hospital de São João e preside à sessão





19 de Novembro de 2010. Jantar de trabalho dos Chefes de Estado e de Governo da NATO. Lisboa.



21 de Novembro de 2010. Encerramento da Conferência Portugal Solidário, no Porto

de encerramento da Conferência «Portugal Solidário».

Dia 23 · Visita de Estado a Portugal do Grão-Mestre da Ordem Soberana e Militar de Malta.

Dia 26 · O Presidente da República participa no almoço da Associação EPIS - Empresários pela Inclusão Social.

Dia 30 · O Presidente da República confere posse ao Chefe do Estado-Maior da Armada, Vice-Almirante José Carlos Torrado Saldanha Lopes.

· O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, D. Jorge Ortiga.



23 de Novembro de 2010. Visita de Estado a Portugal do Grão-Mestre da Ordem Soberana e Militar de Malta.

#### **DEZEMBRO 2010**

Dias 03 e 04 · O Presidente da República participa na XX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que se realiza em Mar del Plata, na Argentina.

**Dia 07 ·** O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Microsoft International, Jean-Philippe Courtois.

Dia 10 · O Presidente da República preside à cerimónia comemorativa do 114º aniversário da Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) e ao lançamento da Campanha Nacional para o Direito à Alimentação.



11 de Dezembro de 2010. Visita ao Museu de Portimão, premiado, em 2010, pelo Conselho da Europa.

Dia 11 · O Presidente da República participa nas Comemorações dos 150 Anos do Nascimento de Manuel Teixeira Gomes e do Dia da Cidade de Portimão.

Dia 14 · O Presidente da República preside à inauguração da Exposição «Nadir Afonso - Absoluto 2010» e presta homenagem ao pintor, condecorando





19 de Dezembro de 2010. Festa de Natal promovida pela Comunidade Vida e Paz, Lisboa.

Nadir Afonso com o grau de Grande-Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada. Dia 15 · O Presidente da República preside à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional.



14 de Dezembro de 2010. Homenagem ao Mestre Nadir Afonso, Palácio de Belém.

Dia 19 · O Presidente da República participa na Festa de Natal das Pessoas sem Abrigo, promovida pela Comunidade Vida e Paz.

Dia 22 · O Presidente da República recebe o Ministro da Justiça para apreciação anual dos processos de indulto.

• O Presidente da República recebe o Presidente, os Vice-Presidentes e os Líderes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, que lhe apresentam cumprimentos de Boas

Dia 23 · O Presidente da República recebe o Primeiro-Ministro e os membros do Governo, que lhe apresentam cumprimentos de Boas Festas. Dia 28 · O Presidente da República agracia, com a Comenda da Ordem

Militar de Sant'Iago da Espada,

o Senhor Artur Agostinho.

## **JANEIRO 2011**

Dia 23 · O Presidente da República exerce o direito de voto nas Eleições Presidenciais.

Dia 28 · O Presidente da República assiste, no Teatro Municipal de São Luiz, ao espectáculo Sombras, de Ricardo Pais.

Dia 31 · O Presidente da República recebe, em audiência, o Governador do Banco de Portugal, Dr. Carlos Costa, a fim de se inteirar sobre a situação do sistema financeiro português e sobre a situação na zona euro.



#### **FEVEREIRO 2011**

Dia 01 · O Presidente da República recebe, em audiências separadas, os Presidentes dos Conselhos de Administração da Caixa Geral de Depósitos, do Banco Espírito Santo, do Banco Português de Investimento e do Banco Comercial Português, para se inteirar da situação do sistema bancário português e da concessão de crédito à economia.

Dia 02 · O Presidente da República recebe, em audiências separadas, os Presidentes dos Conselhos de Administração do Banco Santander Totta, do Banif, do Montepio Geral, e da Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo.

Dia 03 · O Presidente da República recebe, em audiências separadas, delegações da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN) e da União Geral dos Trabalhadores (UGT), a fim de as ouvir sobre políticas de emprego.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Direcção da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), dando início a uma ronda de contactos com as confederações empresariais, a fim de as ouvir sobre a competitividade da economia portuguesa.

Dia 04 · O Presidente da República recebe, em audiências separadas, a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), a Confederação Portuguesa de Construção e Imobiliário (CPCI) e a Confederação do Turismo Português (CTP).

Dia 07 · O Presidente da República confere posse ao Chefe do Estado-Maior--General das Forças Armadas, General Luís Evangelista Esteves de Araújo.

Dia 08 · O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro da Defesa Nacional.

Dias 10 e 11 · Visita Oficial a Portugal do Presidente da República Federal da Alemanha.

Dia 14 · O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Comissão Europeia,

Dr. José Manuel Durão Barroso.

Dia 15 · O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro de Estado e das Finanças.

Dia 18 · O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Parlamento Europeu, Jerzy Buzek.

Dia 21 · O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Tribunal de Contas.

Dia 23 · O Presidente da República recebe, em audiência, as direcções da Associação Nacional de Municípios



10 e 11 de Fevereiro. Visita de Estado a Portugal do Presidente da República Federal da Alemanha



Portugueses (ANMP) e das Associações de Municípios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Marrocos, Taieb Fassi Fihri.

· O Presidente da República confere posse ao Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, Tenente-General José António de Magalhães Araújo Pinheiro.

Dia 25 · O Presidente da República recebe, no Palácio de Queluz, os cumprimentos de Ano Novo do Corpo Diplomático acreditado em Portugal.

Dia 28 · O Presidente da República preside à inauguração do Laboratório de Nanofabricação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

· O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, Juiz Conselheiro Mário Mendes.

## **MARÇO 2011**

Dia 01 · O Presidente da República recebe, em audiência, a Direcção da Câmara de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro.

· O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Juiz Conselheiro Luís António Noronha do Nascimento. Dia 02 · O Presidente da República

recebe, em audiência, o Presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal - AICEP, Dr. Basílio Horta.



#### Coordenação Casa Civil da Presidência da República

Fotografias Luís Filipe Catarino

*Design Gráfico* **Teresa Olazabal Cabral** Tipo de Letra: MayeurText e Flama de Mário Feliciano

Acompanhamento de edição am edições / antónio alves martins

Da presente edição fez-se uma tiragem de 2.000 exemplares em papel Munken Lynx certificado pelo "Forest Stewardship Council", (papel produzido por métodos respeitadores do ambiente)

Acabou de imprimir-se em Abril de 2011 nas Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional-Casa da Moeda

> ISBN 978-972-27-1939-1

Depósito Legal 257726/07 por onde a Europa se abre ao Atlântico, se soubermos aproveitar as potencialidades desse imenso mar que se estende diante dos nossos olhos, mas que teimamos em não ver.

Como pode um país projectado sobre o Oceano Atlântico, na encruzilhada de três continentes, ver-se a si próprio como periférico?

Aníbal Cavaco Silva